



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ROSEANE SILVA XAVIER

**A CORRUPÇÃO COMO ELEMENTO DO DISCURSO: GRUPOS DE
PROTESTO CONTRA A CORRUPÇÃO EM REDES SOCIAIS
VIRTUAIS NO BRASIL RECENTE**

Recife

2017

ROSEANE SILVA XAVIER

**A CORRUPÇÃO COMO ELEMENTO DO DISCURSO: GRUPOS DE PROTESTO
CONTRA A CORRUPÇÃO EM REDES SOCIAIS VIRTUAIS NO BRASIL
RECENTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg

Coorientadora: Profa. Dra. Rosane Alencar

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

X3c Xavier, Roseane Silva.
A corrupção como elemento do discurso : grupos de protesto contra a corrupção em redes sociais virtuais no Brasil recente / Roseane Silva Xavier. – 2017.

258 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Remo Mutzenberg.

Coorientadora : Prof.^a Dr.^a Rosane Alencar.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

Inclui Referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Redes sociais on-line. 3. Movimentos sociais. 4. Corrupção na política – Brasil. 5. Análise crítica do discurso. 6. Discursos parlamentares. 7. Teoria do discurso. 8. Laclau, Ernesto, 1935-. 9. Mouffe, Chantal, 1943-. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Alencar, Rosane (Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-242)

ROSEANE SILVA XAVIER

**A CORRUPÇÃO COMO ELEMENTO DO DISCURSO: GRUPOS DE PROTESTO
CONTRA A CORRUPÇÃO EM REDES SOCIAIS VIRTUAIS NO BRASIL
RECENTE**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutora,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovada em: 13/03/2017

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Joanildo Albuquerque Butiry (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jonatas Ferreira (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Simone Magalhães Brito (Examinadora externa)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Gustavo Gilson Souza de Oliveira (Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a uma sábia mulher chamada Maria do Carmo,
que me alfabetizou e a quem tenho a sorte de chamar de mãe.

AGRADECIMENTOS

Meu profundo agradecimento ao meu orientador, Remo Mutzenberg, referência de conhecimento e sábia simplicidade que, sem saber, me encorajou a mergulhar na aventura do doutorado. A orientação precisa, competente e paciente foi fundamental para a conclusão desta tese, cujo objeto tornou-se mais e mais difuso na conjuntura brasileira dos últimos anos.

Agradeço à minha coorientadora, Rosane Alencar, que ao longo do Doutorado foi uma das principais incentivadoras do meu trabalho. Mais que tudo, mais que os aprendizados e debates sobre os métodos de pesquisa, agradeço por sua amizade.

Agradeço afetuosamente ao Professor Heraldo Souto Maior e à Professora Silke Weber, Professores Eméritos deste Programa, sempre presentes e fundamentais na minha formação acadêmica. Pela mesma razão, listo aqui o Professor Jorge Siqueira, da Pós-Graduação em História, e a Professora Ester Aguiar, do Departamento de Ciências Sociais. Guardo por estes nomes enorme respeito, gratidão e muito carinho.

Meu muito obrigada a todos os professores da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, pelo aprendizado compartilhado em sala de aula e por todas as oportunidades que este Programa me ofereceu.

Agradeço à CAPES, pela bolsa concedida, que favoreceu a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial à equipe do Ipespe (Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas), principalmente a Marcela Montenegro, Camila Arruda, Flávia Ramos, Marion Lamenha e Patrícia Carvalho, pelos cafés, trocas e aprendizados, além do companheirismo e apoio nessa reta final.

Todo meu amor e gratidão à minha família, especialmente ao meu pai, Amaro Xavier, e à minha mãe, Maria do Carmo Xavier, que compreenderam minhas ausências e foram, como sempre, meu suporte, todas as vezes que precisei “beber água da fonte”.

Agradeço com alegria e carinho a torcida dos meus amigos e amigas, em especial a Patricia Hirsch, pela escuta, paciência e, claro, pelas gargalhadas.

Não poderia deixar de mencionar os líderes de grupos de protesto ou de articulações que me concederam um pouco do seu tempo para fazer as entrevistas. A cada um, meu melhor

agradecimento só pode ser o sincero respeito aos seus posicionamentos, independente de estarem ou não alinhados com minhas (in)certezas pessoais, políticas ou científicas.

RESUMO

O presente trabalho vai ao encontro de uma agenda de pesquisas que focaliza as mudanças recentes na configuração das ações coletivas e das novas culturas de protesto no Brasil, aliando-as à questão do ativismo *on-line* e às discussões sobre a relação entre corrupção e democracia. O objeto do estudo é a corrupção como significante em torno do qual se articulam discursos, entendendo este conceito na acepção de Laclau e Mouffe. Dito de outra forma, a corrupção é vista neste trabalho como possível “ponto nodal” de discursos sobre democracia e relações entre sociedade e Estado no Brasil. Constituem objetivos centrais da pesquisa: a) investigar as percepções sobre o político e a democracia brasileira (a qualidade, a natureza e a dinâmica do modelo existente), a partir do discurso de grupos de protesto contra a corrupção no país articulados nas e através das redes sociais *on-line*, notadamente o *site* de rede social *Facebook*; b) investigar o processo de *framing* (alinhamento) sobre corrupção nos grupos de protestos contra a corrupção investigados, observando o lugar deste significante e suas relações com sentidos do político e de democracia. Perseguindo estes objetivos, faz-se um recorte temporal desde a redemocratização (1985), analisando o tema da corrupção nos pronunciamentos de posse dos Presidentes da República de José Sarney a Michel Temer, procurando capturar a cena dos movimentos sociais ou mobilizações contra a corrupção em cada período. Por fim, chega-se à análise de entrevistas com líderes de grupos de protestos contra a corrupção que se articulam (principalmente) através do *Facebook* no Brasil, nos últimos anos. O referencial teórico metodológico propõe uma aliança entre a abordagem macrossocial de Laclau e Mouffe e a perspectiva mesossocial da análise de *frames*, articulando a noção de processo de *framing* com o conceito de prática articulatória dos primeiros.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Protestos. Corrupção. Democracia. Teoria do Discurso. Laclau E Mouffe. Análise de *Frames*.

ABSTRACT

The present essay meets the goal of a research agenda that aims the recent changes in the collective actions and the new forms of protesting in Brazil, linking them to cyberactivism and the discussions involving corruption and democracy. The object of this study is the corruption as a signifier around which the discourses are articulated. Discourses here are understood according to the concept of Laclau and Mouffe. Put in other words, corruption is seen in this work as a "nodal point" for discourses about democracy and the relation between society and State in Brazil. The main objectives of this research paper are a) investigate the perceptions about the political and the Brazilian democracy (the quality, the nature, and the dynamic of the current model), starting from the discourses of protesting groups against corruption in the country. Groups that have been articulated using social networks, mainly *Facebook*; b) investigate the framing processes (alignment) of corruption in the researched protesting groups against corruption. It will be observed the place of this signifier and its relations with the political and the democracy. To achieve these goals, the theme corruption was analysed using the inaugural speeches of the presidents after the military dictatorship (from José Sarney to Michel Temer), to capture the scene of the social movements against corruption in each presidential age. Finally, the interviews with the *Facebook* protest leaders against corruption in Brazil were analysed. The theoretical and methodological framework aligns with the macrosocial perspective from Laclau and Mouffe and the meso-social frame analyses. The notion of the framing process matches with the concept of articulating practices.

Keywords: Social Movements. Protests. Corruption. Democracy. Discourse Theory. Laclau And Mouffe. Frame Analysis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
2.1	PESQUISA EM MOVIMENTOS SOCIAIS: TENDÊNCIAS RECENTES	18
2.2	PRINCIPAIS ESCOLAS	23
2.3	TEORIA DO DISCURSO DE LACLAU E MOUFFE.....	32
2.4	PROCESSO DE FRAMING E ANÁLISE DE FRAMES	41
2.4.1	Dos frames da vida cotidiana aos frames de ação coletiva	43
2.4.2	As “tarefas” centrais de framing.....	48
2.4.2.1	<i>Frames de diagnóstico</i>	<i>48</i>
2.4.2.2	<i>Frames de prognóstico.....</i>	<i>50</i>
2.4.2.3	<i>Frames Motivacionais.....</i>	<i>51</i>
2.4.2.4	<i>Frames Prefigurativos.....</i>	<i>51</i>
2.4.2.5	<i>Articulação e alinhamento</i>	<i>52</i>
2.4.3	Frames, ideologia e processos discursivos	58
2.4.4	Críticas à análise de frames	63
2.4.5	Caminhos metodológicos.....	66
3	CONSTRUÇÃO DO CORPUS	68
3.1	UNIVERSO DA PESQUISA	68
3.2	METODOLOGIA QUALITATIVA	68
3.3	ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE E ENTREVISTA NARRATIVA.....	71
3.4	ANÁLISE DE DOCUMENTOS	75
4	REDES, SOCIEDADE EM REDE E CIBERATIVISMO.....	76
4.1	A PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET	76
4.2	ALGUNS DADOS SOBRE O USO DA INTERNET NO BRASIL	81
4.3	MÍDIA SOCIAL: UMA REDUNDÂNCIA?	85
4.3.1	Perfil.....	88
4.3.2	Formação de redes autorreferenciadas	89

4.3.3	Importância da visibilidade	89
4.3.4	Diversas possibilidades de interação	90
4.3.5	Heterogeneidade versus segmentação	90
4.4	SOCIEDADE EM REDE E CIBERESPAÇO	90
4.5	“CIBERDEMOCRIA”	105
4.6	CIBERATIVISMO	108
5	CORRUPÇÃO COMO INTERESSE SOCIOLÓGICO	118
5.1	ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE CORRUPÇÃO	120
5.2	FUNCIONALISMO E TEORIA DA MODERNIZAÇÃO	121
5.3	TEORIA DA MODERNIZAÇÃO NO BRASIL: O PATRIMONIALISMO	123
5.4	O PARADIGMA ECONÔMICO	128
5.5	O ENFOQUE CULTURAL	134
5.6	O ENFOQUE NEOINSTITUCIONAL	137
6	O DISCURSO SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO	144
6.1	ENTENDENDO A CORRUPÇÃO COMO OBJETO DO DISCURSO	144
6.2	O SIGNIFICANTE CORRUPÇÃO NOS PRONUNCIAMENTOS DE POSSE DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA – DE SARNEY A TEMER	150
6.2.1	Sarney – 1985 a 1989	150
6.2.2	Collor – 1990 a 1992	157
6.2.3	Itamar Franco – 1992 a 1994	167
6.2.4	Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1994 a 2002 (Primeiro e Segundo Mandatos)	170
6.2.5	Lula – 2003 a 2009 (Primeiro e Segundo Mandatos)	180
6.2.6	Dilma Rousseff – 2010 a 2015 (Primeiro e Segundo Mandatos)	189
7	DISCURSO SOBRE CORRUPÇÃO DE GRUPOS DE PROTESTO ARTICULADOS NO FACEBOOK	205
7.1	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS PESQUISADOS	209
7.2	FRAMES DE AÇÃO COLETIVA NOS GRUPOS DE PROTESTO CONTRA A CORRUPÇÃO	212
7.3	ARTICULAÇÃO E ALINHAMENTO: NÓS VERSUS ELES	222
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	230

REFERÊNCIAS.....	234
ANEXOS.....	254
ANEXO A - CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA	254
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	255

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado vai ao encontro de uma agenda de pesquisas que focaliza as mudanças recentes na configuração das ações coletivas e das novas culturas de protesto no Brasil, aliando-as à questão do ativismo *on-line* e às discussões sobre a relação entre corrupção e democracia.

Esta tese começou a ser idealizada em 2011, ano da primeira “Marcha Contra a Corrupção” articulada através das redes sociais no país. Para a autora, tal onda de protestos parecia acompanhar a série internacional de manifestações pela democracia (ou temas a ela relacionados), articuladas via internet naquele ano no Oriente Médio, Norte da África e Leste Europeu. Algumas das manifestações ocorridas no Brasil, à época ainda sem receber a devida atenção da mídia tradicional, as aproximava do novo ciclo de ações coletivas ou de uma nova cultura de protestos levantados em estudos então recentes no campo dos movimentos sociais: discurso “apartidário” e “apolítico”; modelos de liderança horizontal e plural; caráter pontual e transitório; tensão entre o espontaneísmo e a necessidade de formalização (transitoriedade *versus* longevidade); ocupação do espaço público (das ruas) como ato político; tensão entre pacifismo e uso da violência; utilização das novas tecnologias de informação e comunicação tanto como espaço de sociabilidade quanto ferramenta de propaganda e informação; presença de um discurso *glocal*, que se dá pela participação *de* e *em* redes de movimentos anti/alter-globalização como o *Anonymous* e os Indignados.

Hoje – seis anos depois das primeiras “Marchas Contra a Corrupção” no Brasil articuladas pela internet e após dois grandes protestos de rua que mobilizaram o país em 2013 e 2015 –, as pesquisas sobre corrupção (já bastante desenvolvidas) e sobre protestos e ativismo *on-line* no Brasil (ainda incipientes) ganharam mais fôlego. Essas temáticas, no entanto, não parecem se encontrar. A discussão sobre movimentos sociais no Brasil mostra-se pouco integrada ao debate sobre a cultura do protesto e ativismo *on-line*; e ambas seguem em paralelo às pesquisas sobre corrupção e democracia.

O presente trabalho insere-se nesse espaço, investigando **as relações entre corrupção, democracia e novas ações coletivas no Brasil a partir do discurso e análise de grupos de protesto e mobilização contra a corrupção articulados através das redes sociais *on-line*, com foco no site de rede social *Facebook***. O objeto em estudo é a

corrupção como “elemento”¹ em torno do qual se articulam discursos – entendendo este conceito na acepção de Laclau e Mouffe (1986), a ser explicitada. Dito de outra forma: a corrupção como possível “ponto nodal” de discursos sobre o político e a democracia no Brasil.

Constituem objetivos centrais:

- Investigar as percepções sobre o político e a democracia brasileira (a qualidade, a natureza e a dinâmica do modelo existente), a partir do discurso de grupos de protesto contra a corrupção no país articulados nas e através das redes sociais *on-line*, notadamente o *site* de rede social *Facebook*.
- Investigar o processo de *framing* (alinhamento) sobre corrupção nos grupos de protestos contra a corrupção investigados, observando o lugar deste significante e suas relações com sentidos do político e de democracia.

Dados esses objetivos, é importante enfatizar que: *a*) este não é um trabalho sobre os mecanismos de prevenção e controle, mensuração e impacto da corrupção. A discussão teórica sobre corrupção tem, nesta tese, o papel de contextualizar os *discursos sobre a corrupção*, foco central do trabalho; *b*) esta não é uma tese sobre “a atual conjuntura política do Brasil”. A atual conjuntura brasileira, efervescente e complexa, só poderia ser explicada a partir de um olhar multipolar, que fosse capaz de apreender a diversidade de aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais envolvidos. Em todo caso, qualquer análise seria um recorte, privilegiando alguns aspectos em detrimento de outros. Um olhar estrito a partir da corrupção, a nosso ver, seria reducionista; *c*) este trabalho não tem a pretensão de explicar a “Primavera Brasileira”, as “Jornadas de Junho” (2013) ou os protestos pelo *impeachment* em 2015. Também aqui, tentar explicar esses acontecimentos apenas a partir da grita contra a corrupção seria ignorar a pluralidade de demandas e motivações que estiveram presentes nas mobilizações. A corrupção é *um dos*, mas não *o único* vetor do nosso “mal estar” social. Em síntese, este trabalho tem um recorte específico: a mobilização contra a corrupção que emerge ou se fortalece com as novas tecnologias da informação e comunicação. Embora possa dar pistas sobre aspectos importantes no cenário político atual, isto não o explica.

O universo da pesquisa são os grupos de protesto contra a corrupção que se articulam na e através das redes sociais *on-line* no Brasil. De acordo com a linha teórica adotada, um

¹ Como veremos, o conceito de “elemento” refere-se a uma unidade dispersa que assume sentido no processo articulatório.

discurso só pode ser compreendido em sua relação com outro(s) discurso(s), o que torna relevante, também, a investigação de outros atores presentes no cenário em questão. Considerando a problemática em foco, a escolha desses atores levou em conta a descrença nas instituições e o apartidarismo característicos de movimentos sociais e protestos recentes. Por hipótese, não apenas o “Estado”, mas “os políticos”, “a classe política” e “os partidos” seriam antagonistas privilegiados dos grupos de protesto em questão. Assim, na busca de compreender e apreender de forma histórica e relacional o discurso dos grupos de protestos contra a corrupção, são colocados em perspectiva, também, discursos institucionais. Neste último caso, optou-se pelos pronunciamentos de posse dos Presidentes da República da redemocratização nos anos 1980.

A presença do significante “corrupção” na constituição de diferentes formações discursivas no Brasil evidencia sua relevância histórica, política e sociológica: “nos diferentes momentos de rupturas de regimes, no Brasil, sempre esteve presente o tema da corrupção no interior do debate político e no discurso das forças políticas” (FILGUEIRAS, 2009, p. 388). Por sua vez, a relação entre corrupção e democracia não é um tema novo. Como apontam Power e Gonzalez (2003), em geral, ela se concentra em dois aspectos: acredita-se que a democratização política aumenta a transparência na vida pública, inibindo práticas corruptas; e/ou defende-se, a partir de teorias da modernização, que o enxugamento do Estado, ao reduzir os recursos de que agentes públicos corruptos podem se beneficiar, terão esse resultado. No Brasil, somam-se a essas visões resquícios de uma perspectiva cultural baseada no patrimonialismo, que remonta a uma imoralidade originária do brasileiro e a uma constituição pouco virtuosa do Estado em suas relações com o mundo produtivo e mercantil (FAORO, 2000; FILGUEIRAS, 2008; CARVALHO, 1997). O que estudos recentes deixam claro é que nem a fórmula da democratização, nem a do liberalismo ou da modernização do Estado, no Brasil ou internacionalmente, têm logrado grandes feitos no combate à corrupção.

Na análise dos regimes políticos e modelos econômicos, nos últimos anos, o vínculo entre corrupção e democracia constitui um dilema à parte. Scherer-Warren (2014) observa que a corrupção tem efeitos significativos sobre a democracia: ela subverte pressupostos fundamentais como a igualdade política; compromete a influência da população no processo de tomada de decisões; fragiliza canais legítimos de participação, como as eleições; e vulnerabiliza o próprio regime pela desconfiança dos cidadãos com as instituições democráticas. Particularmente por esse último aspecto e pela dificuldade de medir “diretamente” a corrupção, boa parte das pesquisas realizadas a respeito do tema têm se

concentrado na percepção que as pessoas (sejam cidadãos comuns ou especialistas) têm a respeito da corrupção, a exemplo do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) e do Barômetro Global da Corrupção, da Organização Não Governamental (ONG) Transparência Internacional. Esta linha de pesquisas, no entanto, apresenta um problema: tais percepções podem envolver vieses e controvérsias interpretativas oriundas de diferentes influências (ABRAMO, 2005).

Uma segunda questão diz respeito ao papel fundamental dos movimentos sociais. Como indica Bringel (2008, p. 457), “a democracia evoluiu historicamente através de intensas lutas sociais e, com frequência, também foi sacrificada em muitas dessas lutas”. Nem sempre, lembra o autor, os movimentos sociais promovem a democracia, mas há uma tendência contemporânea a que muitos deles incorporem “uma dimensão renovada de luta democrática, contribuindo para a ressignificação das práticas e teorias democráticas no começo deste século”. Paralelamente, as configurações recentes das ações coletivas lançam desafios para uma nova agenda de pesquisas no campo dos movimentos que incorpore a sua pluralidade de formas e expressões (BRINGEL, 2011). Dessa pluralidade e dessas novas configurações fazem parte os grupos de protestos que têm nas tecnologias da comunicação e informação (TICs) não apenas uma ferramenta, mas o seu próprio terreno.

É importante observar que, no campo de pesquisa sobre corrupção, este estudo se insere no grupo que observa *as percepções* sobre a corrupção política – não a presença e medição do fenômeno, os mecanismos de controle e custos econômicos e sociais da corrupção. As questões apresentadas, entretanto, nos levam à opção de analisar as percepções sobre a corrupção em termos de *discursos*, contextualizando-as no *confronto entre conteúdos* que são ou lutam para se tornar hegemônicos. Nosso interesse se volta não para os cidadãos comuns ou formadores de opinião em sentido clássico, mas para os grupos de protesto contra a corrupção – pessoas engajadas em uma ação (em rede e *on-line*) e, como tal, potenciais influenciadores de opinião, ao mesmo tempo em que são influenciados. Isso nos coloca na fronteira com outra linha de pesquisa: a da ação coletiva ou movimentos sociais ou contendas políticas.

A fundamentação teórico-metodológica parte da discussão entre o paradigma da mobilização de recursos e do processo político e o paradigma da identidade de Melucci; problematiza as conceituações sobre ação coletiva e movimentos sociais dessas escolas, além de sua compreensão do “social” e do “político”; e chega ao que assume, para nós, o lugar de uma terceira via na abordagem da dimensão política: a visão pós-estruturalista de Laclau e

Mouffe (1986). Finalmente, como recurso metodológico, propomos uma aliança entre a abordagem macro de Laclau e Mouffe com a perspectiva mesossocial da análise de *frames*, articulando as noções de *frame* e processo de *framing* ao conceito de prática articulatória dos primeiros. Como veremos, nenhuma destas abordagens, sozinha, dá conta da complexidade dos fenômenos estudados. Acompanhando as últimas tendências no estudo dos movimentos sociais e com os cuidados epistemológicos necessários, a análise adota o hibridismo teórico como esforço para compreender esses atores e temáticas que têm constituído um desafio para a análise sociológica e política do Brasil contemporâneo. Serão buscados os pontos nodais, as tensões (antagonismos) e os elementos ativados na elaboração de cadeias de equivalência em torno de *frames* relacionados à corrupção, democracia e política no Brasil. A análise será feita à luz das formações discursivas relacionadas aos movimentos ou protestos contra a corrupção e pela ética na política no Brasil desde a (re)democratização e do debate teórico sobre corrupção, bem como sua relação com modelos de Estado e de democracia (FAORO, 2000; FILGUEIRAS, 2008; CARVALHO, 1997; ABRAMO, 2005).

Além desta introdução, a tese é composta por sete capítulos.

O Capítulo 1 procura contextualizar empírica e teoricamente o trabalho e apresentar nossas opções teórico-metodológicas. A primeira parte faz uma revisão da literatura sobre movimentos sociais, apresentando as contribuições das escolas dominantes nos Estados Unidos e na América Latina (teoria da mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais). É dada uma ênfase especial a Alberto Melucci (1988a, 1989b, 1996), por sua aproximação com nosso objeto de pesquisa: sociedade da informação, redes submersas, visibilidade e latência. Em seguida, é apresentada a perspectiva de Laclau e Mouffe (1986), como opção que amplia a noção de “político”, salientando os conceitos mais importantes que subsidiam a análise. Finalmente, empreende-se uma articulação entre a teoria do discurso e a análise de *frames*, tomando a lógica construtivista de Melucci (1989a, 1989b) como ponto de partida, mas recorrendo, sobretudo, à perspectiva de Snow e Benford (2000).

O Capítulo 2 apresenta a construção do *corpus* da pesquisa e os recursos metodológicos utilizados: a) análise de documentos – pronunciamentos de posse de José Sarney a Michel Temer; b) entrevistas em profundidade – líderes de grupos de protesto contra a corrupção ou articulações de movimentos sociais. Veremos que, com as articulações em torno da saída da Presidente Dilma Roussef em 2015 e 2016, a categoria “grupos de protesto contra a corrupção” tornou-se mais difusa, com os discursos desses atores ampliando-se para temáticas políticas mais amplas, ao mesmo tempo em que as perspectivas de movimentos

maiores se afunilavam em torno de uma problemática central, foco de polarizações: a defesa ou crítica ao Governo Dilma Rousseff (as acusações de corrupção assumindo importante espaço). Assim, o perfil dos grupos a serem estudados foi ampliado, incorporando também articulações de movimentos sociais que surgiram nesta conjuntura.

O Capítulo 3 versa sobre internet, começando por discernir conceitos que se tornaram comuns nos debates sobre a *web* nas últimas décadas: redes, redes sociais *on-line*, *sites* de redes sociais, mídias sociais, ciberespaço, ciberativismo. Em seguida, são apresentados números sobre acesso e hábitos de uso da internet no Brasil. A discussão mais importante, entretanto, refere-se ao abismo ainda existente entre as teorias dos movimentos sociais e os estudos sobre o ativismo *on-line*.

O Capítulo 4 trata do conceito de corrupção na teoria política e sociológica, passando pela teoria da modernização, patrimonialismo, teoria econômica, abordagens cultural e neoinstitucionalista. É dada atenção especial à relação entre corrupção e regime político e à noção republicana de “interesse comum” (supostamente representado pelo Estado), importante para a compreensão de “perversão” do sistema ou das instituições (ou do agente perverso).

Tomando a análise dos pronunciamentos de posse como fio condutor, o Capítulo 5 faz um breve levantamento dos movimentos ou mobilizações contra a corrupção ou pela ética na política no Brasil desde a (re)democratização nos anos 1980. Trata-se de um capítulo mais descritivo, cuja função é identificar a presença do significante corrupção em momentos de irrupção – ou deslocamento – social ou político, passando por eventos icônicos como a Marcha dos Cem Mil, no Governo Fernando Henrique, e os *impeachments* de Fernando Collor e Dilma Rousseff, entre outros contextos.

À luz do anterior, o Capítulo 6 apresenta a análise de entrevistas em profundidade com grupos de protesto contra a corrupção que surgiram a partir de 2011, além de articulações de movimentos sociais que foram engendradas em 2015 e 2016.

Por fim, as Considerações Finais apresentam uma síntese do trabalho, as descobertas que essa imersão no discurso sobre a corrupção proporcionou e indicações acerca de aprofundamentos necessários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 PESQUISA EM MOVIMENTOS SOCIAIS: TENDÊNCIAS RECENTES

Nas últimas décadas, um novo ciclo de formas e temáticas de ações coletivas desafia os estudiosos do tema: ampliação do ativismo de escala nacional a transnacional, com constante interação entre o local e o global; institucionalização e rotinização dos movimentos sociais; diversificação das pautas pós-materiais para uma feição múltipla; surgimento de novas articulações e expressões da “cultura do protesto”; aumento das mobilizações policêntricas e violentas, com “o terrorismo se candidatando à forma rotineira de mobilização coletiva do novo século” (ALONSO, 2009, p. 74). De modo mais específico, nos anos recentes, vários estudos evidenciam um novo quadro internacional no campo dos movimentos sociais cujas características, guardadas as especificidades, podem ser observadas no Brasil e na América Latina:

- ***Baixa confiança nas instituições políticas que atinge as democracias em todo o mundo.*** As manifestações nacionais e internacionais tecidas através das mídias sociais nos últimos anos são marcadas pela descrença na política em sua forma institucionalizada (Estado e partidos). Ao lado do relativo descentramento do Estado-nação, as décadas de 1980 e 1990 presenciaram uma forte incorporação dos discursos dos movimentos sociais pelo Estado, findando na sua rotinização.
- ***Enfrentamento político pela negação da “política”.*** Embora tomado como algo novo, este aspecto remonta aos movimentos sociais dos anos 1960, particularmente 1968 (OFFE, 1985; KATSIAFICAS, 1997). Mobilizações nacionais e transnacionais recentes pregam atuações “apolíticas” e apartidárias, defendendo um tipo de participação que não visa à integração no sistema político, mas que também não prega necessariamente uma “ruptura”. Tais mobilizações (ao menos em suas formações iniciais) rechaçam a tradicional aproximação entre partidos e movimentos sociais, a incorporação pelo Estado, os modelos formais de participação, a institucionalização dos movimentos, defendendo formas de liderança horizontais e descentralizadas. Esse perfil repercute em formas de ações coletivas mais transitórias, associadas a uma nova cultura do protesto (ALONSO, 2009, p. 74).

- ***Importância das redes sociais, notadamente as que se configuram ou se consolidam nas e através das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs):*** o ativismo *on-line* entra nos repertórios das ações coletivas de forma expressiva na década de 1990, com as ações pioneiras do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), em 1994, e a manifestação contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1999. Essa tendência se consolida nos últimos anos, com importantes manifestações articuladas via internet no mundo árabe (Primavera Árabe, por melhores condições de vida, contra a corrupção e contra os regimes ditatoriais); nos Estados Unidos (*Occupy Wall Street*, contra a desigualdade econômica e social, a influência do setor financeiro sobre o governo, “a ganância e a corrupção”); no México (Eu Sou 132, pela democratização do país e dos meios de comunicação); na Espanha (Indignados, contra a corrupção e por mudanças no modelo democrático e econômico vigente); em Portugal (Movimento à Rasca, contra o desemprego e medidas de austeridade), Inglaterra (contra o desemprego e a desigualdade). As novas tecnologias surgem como o elemento “novo”, que amplia as redes já existentes entre indivíduos, grupos e movimentos e renova os repertórios de protestos em sua forma e alcance.
- ***Empoderamento dos indivíduos na sociedade em rede, em especial no ciberespaço.*** Essa dimensão renova a discussão sobre a agência, uma vez que, teoricamente, a disseminação da informação e as iniciativas de protesto podem partir de “qualquer cidadão comum”. Na esfera pública e na opinião pública, o velho conceito de “formadores de opinião” é significativamente ampliado, dada a possibilidade de cada agente (desde que alfabetizado e com acesso à rede) ser também autor, além de leitor, intérprete e crítico do conteúdo circulante.

Desde o começo do novo século, portanto, novas viradas conceituais põem em revisão o conceito de movimento social, de modo a adequá-lo a uma série de fenômenos de ação coletiva mais efêmeros, que parecem acompanhar o ritmo da sociedade em rede ou sociedade da informação, marcada pela profusão e velocidade das informações e fluidez das identidades. As escolas (mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais, entre outras) reveem seus postulados básicos, abrindo-se a um maior sincretismo conceitual:

A partir da década de 1990, o contexto de profundas transformações no cenário global leva ao questionamento de muitas certezas e paradigmas. As mudanças no plano social, político, econômico e cultural se refletem na extensão do “Consenso de Washington” e do discurso globalizante, mas

também em novas articulações e expressões da política transformadora e da “cultura do protesto”, o que incita, conseqüentemente, novas interpretações. [...] Pode-se dizer que a renovação internacional do debate tem uma perspectiva bidirecional, que olha tanto para trás como para frente. Para trás, porque se as “teorias clássicas” que apareceram a partir da década de 1960 com a institucionalização acadêmica do debate se enfrentavam diretamente contra o marxismo e o funcionalismo, no caso das teorizações emergentes na atualidade observa-se que também há um profundo diálogo crítico com as teorias antes hegemônicas (desde a teoria da mobilização de recursos, passando pelo paradigma do processo político e pelo paradigma cultural-identitário, habitualmente identificado com as teorias dos novos movimentos sociais). E para frente, pois se busca problematizar novos fenômenos como o ativismo transnacional contemporâneo (...), o papel multidimensional das tecnologias de comunicação, os novos tipos de mobilização étnicas, culturais e novas redes de contestação. (Bringel, 2011, p. 58)

Esse revisionismo em torno da agenda de investigações sobre as ações coletivas evidencia algumas preocupações em comum:

- Revisão do estruturalismo e do acionalismo, além de críticas à insuficiência do pós-estruturalismo para lidar com as desigualdades entre regiões nacionais e transnacionais e entre sujeitos.
- Discussão do conceito de redes como marco interpretativo (e como recurso metodológico) para tratar ações coletivas, possibilitando análises em nível mais relacional e mesossociológico, às vezes em claro retorno à teoria simmeliana. A análise de redes surge, também, como conjunto de caminhos metodológicos para operacionalizar conceitos mais complexos, sem incorrer nos mesmos recortes dicotômicos e reducionistas (o que nem sempre acontece).
- Preocupação com as novas dimensões da (des)territorialização e a novas relações entre o local e o global, o que promove um novo conceito: o de glocalidade.
- Tentativa de apreender a ação coletiva em seus diversos níveis e dimensões (movimentos institucionalizados e movimentos que vão na contramão do estabelecido; movimentos de base e movimentos transnacionais; movimentos “contidos” e “movimentos beligerantes”; movimentos sociais organizados, mobilizações, protestos, guerrilhas etc.).
- Atenção ao papel das novas tecnologias da informação, tanto como elemento econômico e cultural (sociedade em rede) quanto como espaço de socialização e instrumento da ação coletiva.

- Projeto de descolonização do saber sociológico no Sul global, o que leva o Norte a atentar para a produção de um conhecimento que não seja restrito às suas especificidades.

Para Bringel (2011), a elaboração de uma nova agenda para o estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais começa a ser desenhada no plano internacional já nos anos 90, no contexto de profundas transformações no cenário global. A reconfiguração do campo de estudos apresenta uma diversidade que parece acompanhar o pluralismo dos sujeitos. Na visão do autor, destacam-se a interdisciplinaridade (introdução de disciplinas geografia e relações internacionais, entre outras), maior transnacionalização do debate e tendência à síntese ou ao “sincretismo”:

[...] Observa-se uma crescente internacionalização e transnacionalização (ainda muito desigual) da comunidade acadêmica e uma ampliação das lentes analíticas a experiências de lugares do Sul Global, dentro de uma reconfiguração mais ampla da geopolítica do conhecimento (...). Finalmente, a construção de uma maior interação teórica é uma tendência que se manifesta em propostas marcadas pelo sincretismo conceitual onde é difícil falar de “escolas” (norteamericana, européia, etc.) mais ou menos delimitadas, ou pelo menos diretamente enfrentadas, como antes. (BRINGEL, 2011, p. 59)

Para Boaventura de Souza Santos,² o aspecto comum mais importante nas recentes ações coletivas (que o autor não classifica como “movimentos sociais”) é a baixa confiança nas instituições políticas formais e a intolerância com os autoritarismos personalistas e de mercado. No caso do Brasil, a corrupção política, em geral percebida de forma estanque da cultura do “jeitinho brasileiro”, surge como um dos vetores desse descrédito e desencanto.

Dagnino (2004, p. 97) afirma que o processo de construção democrática no Brasil enfrenta a paradoxal confluência de dois processos políticos distintos. De um lado, um “projeto democratizante e participativo” que emerge na luta contra o Regime Militar e tem como marco formal a Constituição de 1988. Esse processo tem desdobramentos que vão do *impeachment* de Fernando Collor à eleição de Lula da Silva, esta última consagrando o princípio de participação da sociedade civil nos processos de discussão e decisão relacionados às políticas públicas, além de criar espaços públicos formais. De outro, o “projeto neoliberal”, que, inserido no processo global de adequação ao Consenso de Washington, busca a implementação de um projeto de Estado mínimo e a transferência progressiva do seu papel de

²Em conferência de encerramento do XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia, Santiago do Chile, 04 de out. 2013.

garantidor de direitos para a sociedade civil. O marco desse projeto seria a eleição de Fernando Collor em 1989. A tese de Dagnino é ratificada por Leonardo Avritzer (2004), que a estende para a América Latina:

De um lado, observa-se que uma intensa pluralização societária acompanha a liberalização dos mercados e a consolidação da integração da América Latina no contexto mundial. Ao mesmo tempo, como consequência de décadas de crescimento urbano não-planejado e de cortes de investimento social impostos pelos programas de ajuste estrutural, assiste-se a uma fragmentação sem paralelo dos espaços públicos locais, que sucumbem diante do avanço da violência e da instrumentalização das relações sociais locais pelas redes do crime organizado. (AVRITZER, 2004, p. 720)

Outra especificidade das experiências recentes de (re)democratização no Brasil e na América Latina referem-se à chegada ao poder de setores progressistas ou de esquerda originalmente ligados aos movimentos sociais, e à incorporação das funções da sociedade civil pelo Estado através de canais institucionais de participação, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos. A representação da sociedade civil, nesse contexto, é parcialmente transferida para entidades formais, como ONGs e fundações. Parcialmente, porque os partidos permaneceram como importantes mediadores entre Estado e grupos sociais, numa coexistência de democracia representativa e democracia deliberativa (DAGNINO, 2004; POLETTI, 2009).

As décadas da redemocratização presenciaram, assim, uma forte incorporação dos discursos dos movimentos sociais pelo Estado, findando na institucionalização de muitas de suas demandas, na anexação de seus líderes às instituições governamentais e na transformação de identidades políticas (inovadoras, espontâneas) em políticas de identidade (institucionalizadas, padronizadas, mediadas pelo Estado). Nesse cenário, não apenas instituições políticas parecem em crise de credibilidade, mas também parte dos próprios movimentos sociais organizados e das redes que lhes dão suporte, como ONGs e fóruns, incluindo o Fórum Social Mundial (BURITY, 2002; SCHERER-WARREN, 2006; BRINGEL, 2011; GOHN, 2011).

É neste contexto teórico e empírico que desenvolvemos a presente pesquisa.

2.2 PRINCIPAIS ESCOLAS

Como aponta Maria da Glória Gohn (2011), o leque de abordagens sobre movimentos sociais e ação coletiva é amplo e diversificado e em cada paradigma interpretativo podemos encontrar diferentes teorias, tanto na América Latina como fora dela. Assim, optamos por apresentar as três teorias da ação coletiva que se tornaram hegemônicas no pensamento ocidental desde os anos 1970 (com diferentes influências na América Latina, América do Norte e Europa), indicando as principais tendências de mudanças pelas quais elas têm passado nas últimas décadas. São elas: teoria da mobilização de recursos, teoria do processo político e teoria dos novos movimentos sociais (ALONSO, 2009; GOHN, 2007; MELUCCI, 1996; MUTZEMBERG, 2002; SCHERER-WARREN, 2006; TARROW, 2005; TOURAINE, 1989).

Na teoria da mobilização de recursos (McCARTHY e ZALD, 1977; McADAM, McCARTHY e ZALD, 1996; OLSON, 1999), conceitos da teoria das organizações são transmutados para a análise da ação coletiva, o que imprime a ela um traço fortemente institucional, integrativo e instrumental. Os movimentos sociais são entendidos como grupos de interesses e explicados em termos de oportunidades; disponibilidade e uso dos recursos (materiais, simbólicos, comunicacionais); antagonismo (um inimigo comum externo que produz o elo entre os sujeitos); e concorrência (facções). Conceitos como consenso e confronto foram incorporados na década de 1980, deixando mais claro o papel dos movimentos na mudança social (em contraposição à ênfase no aspecto integrativo e institucional), mas a ênfase na instrumentalidade e a relativa ausência da cultura e da história permaneceram como crítica (ALONSO, 2009).

A teoria do processo político (TILLY, 1978; TARROW, 1998, 2005; McADAM, TARROW e TILLY, 2001, 2009) é, para muitos, uma variante da mobilização de recursos (McCARTHY e ZALD, 1977; McADAM, McCARTHY e ZALD, 1996; OLSON, 1999), mas se distancia dela pela atenção às dimensões política e histórica, através dos conceitos de ciclo de protestos e estrutura de oportunidades políticas. A ação coletiva é percebida em um *continuum* de maior ou menor grau organização, formalidade e enfrentamento do poder estabelecido e analisada em termos de um *frame* em que repertórios (memória e referências sobre formas, desempenhos e legitimidade de protestos), oportunidades políticas e recursos formam um campo de possibilidades em que os sujeitos fazem suas escolhas. Torna-se central a noção de “confronto político”, conceito chave que engloba as diversas formas de ação (ação coletiva, movimentos sociais, revoluções).

Nessa abordagem, o confronto é definido como “político” quando: “(1) a interação envolve confronto, ou seja, faz reivindicações vinculadas a outros interesses; (2) pelo menos um grupo da interação (incluindo terceiros) é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido” (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 12). O movimento social, assim definido, diz respeito exclusivamente à interação entre detentores do poder e os que não têm o poder, entendendo por isto o poder político institucional. O antagonismo direto com o Estado (e a disputa pelo poder institucional) é a mola propulsora da contenda, terminando como força motriz das mudanças sociais. A ênfase na dimensão institucional e nos grupos de interesse deixa de fora um elemento fundamental na configuração dos protestos que constituem nosso objeto de estudo: a descrença na política formal e a (suposta) rejeição à incorporação dos movimentos pelo Estado (teor “apolítico”). Como veremos, a relação Estado-sociedade é notadamente importante na compreensão das ações coletivas em foco; a noção de antagonismo, entretanto, assume outra conotação, que será logo explicitada. Ademais, a ideia de conflito com “o Estado”, no caso dos protestos recentes contra a corrupção no Brasil, precisa ser reinterpretada, uma vez que se estende a um conflito com a “classe política” (ou com o que simboliza o lado negativo dessa categoria para cada grupo estudado).

Em virtude das críticas ao estruturalismo e frente à necessidade de lidar com a pluralidade de novas formas de ação coletiva, a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político passaram por revisões significativas, materializadas no projeto *Contentions Politics*. Segundo Bringel,

Dito projeto busca fugir do estruturalismo prévio (TARROW, 2006) a partir de mecanismos mais relacionais de análise, ampliando as lentes analíticas para além dos movimentos sociais (captando novas formas de expressão da contestação ou do confronto político), incluindo temas como o nacionalismo, a democratização, a violência política e inclusive o terrorismo. [...] Para isto, reconhecem que o estudo sistemático de uma grande variedade de “eventos de protesto” na Europa e na América do Norte levou a que o grupo visse a importância de considerar as interações estratégicas e a cultura. Oportunidades, ameaças, estruturas de mobilização e repertórios não desaparecem totalmente, mas adquirem novos sentidos a partir da ênfase nos processos e mecanismos. (BRINGEL, 2011, p. 60)

Por outro lado, ainda segundo o autor (BRINGEL, 2011, p. 61) a influência da linha de pesquisa sobre o confronto político vê-se parcialmente limitada na América Latina, pela renovação de duas tendências: por um lado, a insistência em interpretações que tenham como foco os movimentos, os sujeitos sociais (e não a ação coletiva de forma mais ampla ou outros

atores); e, por outro lado, a busca de novas teorizações que tenham como eixo a elaboração de análises pensadas especificamente para a realidade latino-americana, que renovem a tradição crítica da teoria social regional.

Bringel (2011, p. 63) destaca que uma das contribuições do *Contentious Politics* pode ser exemplificada na abordagem sobre globalização. Neste projeto teórico, a globalização, ainda que seja um fenômeno crucial que leva a importantes mudanças, tem escasso poder explicativo para entender as dinâmicas do ativismo transnacional contemporâneo. Sua aposta em analisar as interações entre demandantes e suas demandas é mais interessante do que atribuir à globalização ou ao neoliberalismo a lógica da ação coletiva, pois se centra numa esfera “meso” que trata aspectos macro e micro, mas sem dar protagonismo a um ou outro nível de análise. Para o autor, esta é uma importante contribuição para ir além das respostas habituais em muitos estudos recentes na América Latina, que têm como foco mais a existência de um “inimigo” que o desenvolvimento sistemático de elementos que considerem como funcionam determinadas redes e coalizões.

Os conflitos locais e nacionais seguem sendo muito relevantes como nos mostra Tarrow, e o Estado-nação continua forte não só porque ainda consiste em um importante referente “real” e “mental” para os atores sociais, mas também porque detém o monopólio legítimo da violência, algo fundamental na luta política. Para mim a questão chave aqui reside em pensar a espacialidade da política contestatória, no sentido de acompanhar as múltiplas escalas, redes e dinâmicas de confronto. Só assim seremos capazes de observar que não há uma dicotomia entre o local e o global, que interagem continuamente, e que as escalas de ação dos movimentos sociais são contingentes e construídas socialmente. (BRINGEL, 2011, p. 63)

Além disso, e isto nos interessa em particular, a tendência à institucionalização da ação coletiva em vários lugares e o debate sobre a “rotinização do protesto” é outro dos eixos analíticos trazidos por Tarrow na nova teoria do processo político:

Trata-se de tema clássico e bastante conhecido pelo público brasileiro nas últimas duas décadas. Neste ponto, talvez uma das contribuições mais sugestivas e provocadoras de Tarrow seja a de que as relações entre movimentos sociais e partidos são uma constante e que em vez de enfatizar a ausência de autonomia dos movimentos é melhor examinar os mecanismos particulares que conectam partidos e movimentos. Penso que ambas as coisas não são excludentes e operam como esferas complementares de articulação da vida social e política democrática contemporânea. (BRINGEL, 2011, 66)

Mais aceita na América Latina que a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político, a teoria dos novos movimentos sociais desloca o Estado como oponente

central e põe a sociedade civil como espaço próprio da ação e do antagonismo. Os novos movimentos sociais não se organizariam em busca do poder político institucional, mas no plano dos problemas sociais, como agentes de pressão. Suas disputas estariam voltadas às mudanças culturais e aos costumes, no âmbito da sociedade civil. A rigor, seu intento seria a democratização ao nível das ideias, mais que no plano das leis – ver-se-ia, depois, que demandas por mudanças culturais e mudanças institucionais dificilmente andam separadas. Por fim, os novos movimentos sociais seriam formas de resistência à “colonização do mundo da vida”, reações à padronização e à racionalização das interações sociais, pela manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, em favor de qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos, reconhecimento (COHEN e ARATO, 1992; HABERMAS, 1987; MELUCCI, 1989a, 1989b, 1995, 1996, 1997, 1999, 2001; TOURAINE, 1989).

Dos estudiosos da teoria dos novos movimentos sociais, Melucci é o que mantém diálogo direto com as escolas norte-americanas mencionadas anteriormente. Mentor do que passou a ser chamado de escola cultural-identitária, ele valoriza o esforço da teoria da mobilização de recursos e da teoria do processo político na investigação das condições que favorecem ou constroem a eclosão de conflitos, mas considera o arcabouço insuficiente para compreender o processo de formação de identidades coletivas e as relações que levam os indivíduos a se envolver em ações políticas. Melucci apresenta uma abordagem processual e construtivista da ação coletiva. Para ele, os atores “produzem” a ação porque são capazes de definir a si mesmos e ao campo em que atuam, o que se dá por meio de interação e negociação, num processo permeado por orientações opostas (MELUCCI, 1997). O autor introduz uma dimensão psicossocial e cognitiva à abordagem, enfatizando que o campo de possibilidades depende da leitura e interpretação individual e coletiva dos sujeitos. As interpretações, por sua vez, estão relacionadas a aspectos culturais e identitários, mais especificamente às redes “submersas” de relações na vida cotidiana. Nessa perspectiva, as redes tanto contribuem para a criação de pré-condições para a mobilização quanto proporcionam o ambiente para a elaboração de visões de mundo e estilos de vida específicos (MELUCCI, 1989b; DIANI, 2003).

Do ponto de vista metodológico, essa acepção termina por se aproximar da teoria do processo político através do conceito de *frame* (caro à nossa opção teórico-metodológica, como será visto). Herdeira do interacionismo simbólico, a noção de *frame* enfatiza as práticas interpretativas e o caráter construído e contingente dos significados que orientam as

mobilizações (ALONSO, 2009, p. 78). Melucci insiste, contudo, numa concepção mais dinâmica de cultura, que ultrapassa a ideia de um conjunto de representações compartilhadas, criticando a noção de cultura da teoria do processo político. Para ele, identidade e ação coletiva não podem ser entendidas como efeito de pré-condições estruturais ou simples expressões de crenças e valores. *Constantemente negociada*, a identidade coletiva é um *processo* e está sempre em redefinição.

Melucci aponta a noção de “confronto político” como uma simplificação empírica, uma generalização que consiste em utilizar uma forma de ação (a contenda com o Estado) como referência para definir a grande variedade de formas de ação coletiva. É o reducionismo político, assim compreendido pelo autor, que leva a teoria do processo político a privilegiar os níveis de observação mais evidentes da ação coletiva, dando atenção especial à cena pública e aos episódios de confronto. Ao colocar as lentes nas faces mais visíveis dos sujeitos coletivos, a análise “política” ignoraria as dimensões latentes que se relacionam com a criação de modelos culturais e com desafios simbólicos, aspectos importantes na leitura cultural-identitária dos então considerados novos movimentos sociais. O possível impacto sobre os sistemas políticos e nas políticas públicas é para Melucci apenas uma das dimensões – a mais visível – da ação e do resultado dos movimentos sociais. Eles teriam, também, uma face latente, que permanece mesmo enquanto os movimentos não se fazem perceber na esfera pública (MELUCCI, 2001). Para o autor, na sociedade da informação os movimentos são eminentemente expressivos. À luz de McLuhan, a ação está focalizada nos códigos culturais e a forma/meio (a ação em redes) é também sua mensagem: um desafio simbólico aos padrões dominantes.

Assim, um dos aspectos enfatizados por Melucci é a diferenciação entre “forma” e “presença simbólica”. Contrapondo-se à ênfase da teoria da mobilização de recursos no aspecto organizativo, Melucci observa que o movimento pode não estar formalmente organizado, mas continuar tendo influência social em suas fases de latência ou após sua dissolução, não apenas na forma de incorporação pelo Estado (institucionalização), mas como representação, como elemento do mundo da vida, constitutivo das relações sociais.

Os enfoques recentes a respeito das ações coletivas em termos de mobilização de recursos, estrutura de oportunidade política ou escolha racional, tendem a reduzir a ação às suas características mais visíveis, e dimensões que são facilmente mensuráveis. [...] Além disso, ficam de lado especificamente essas dimensões culturais das ações que estão enraizadas na experiência cotidiana das pessoas, e que são tão significativas para os "novos movimentos". Isso resulta em uma "miopia do visível", que vê apenas as características mensuráveis de

ação coletiva - ou seja, as suas relações com os sistemas políticos e seus efeitos sobre as políticas públicas – uma vez que passa por alto a produção de códigos culturais e práticas inovadoras, mesmo quando esta é a atividade principal das redes submersas de movimentos ocultas na trama da vida cotidiana. (MELUCCI, 1989a, p. 44)

É possível perceber a importância das noções de visibilidade e latência nos grupos de protesto pesquisados, se considerarmos como “latentes” as fases em que a atuação se dá apenas nas redes sociais (com *posts* no *Facebook*, *Twitter* ou vídeos no *Youtube* e outros canais); e os momentos em que a mobilização se expande para as ruas (começando com a criação e divulgação de “eventos” *on-line* que funcionam como convite para os protestos).

Segundo Melucci, Gohn (2008) critica a teoria do processo político por “normatizar” a ação coletiva, esquecendo as diferenças entre os modos de ação legal (permitidos) e os proibidos pela ordem estabelecida. Segundo a autora, esta opção faz com que sejam vistos apenas os movimentos que atuam no nível institucionalizado, das reformas e ajustes, deixando de fora ações coletivas “emancipadoras”, comprometidas com novas práticas e novas formas de democracia. A preocupação com o obscurecimento do caráter inovador e com modelos de participação outorgada na sociedade civil tem indiscutível relevância. Contudo, parece-nos importante, também, evitar a armadilha em sentido contrário, definindo como movimentos sociais apenas os sujeitos coletivos que se colocam numa posição de antagonismo ou ruptura com o sistema.

Fugindo de uma rigidez conceitual que ofusca tanto a apreensão da “mudança” quanto a da “permanência”, parece-nos profícua a leitura de Bringel (2011) que, retomando Castoriadis, propõe tratar a institucionalização e a autonomia a partir da relação instituído e instituinte. Assim, podem ser reconhecidas tanto as ações coletivas que promovem mudanças nas democracias já existentes (por exemplo, através da cooperação e integração nas políticas públicas, ampliação do pluralismo informativo, ampliação dos espaços de participação institucional, inserção de novos temas nas agendas políticas, etc.); quanto aquelas que visam criar novas formas de participação e democracia. Em ambos os casos, a democracia é posta como produção social e coletiva.

No primeiro caso os mecanismos que conectam partidos e movimentos sociais são fundamentais e um dos focos de estudo pode ser o impacto da atuação dos movimentos nas “democracias realmente existentes”, por exemplo, através da ampliação do pluralismo informativo ou a inserção de novos temas nas agendas políticas, na incidência nas políticas públicas, etc. No segundo caso, o eixo fundamental constitui-se no possível potencial de criação de novas experiências

democráticas nos espaços do movimento, para além do instituído, ainda que tensionando de alguma maneira com ele. Deste modo, se no primeiro caso a análise da conexão entre partidos e movimentos é crucial, no segundo a questão da autonomia é uma das chaves para pensar a democracia não só como demanda, mas como criação social. (BRINGEL, 2011, p. 66)

Para Melucci (2001), a simples existência de um conflito e a quebra de normas e regras não basta para afirmar a existência de um movimento social. Este é definido pela luta de dois atores pela mesma coisa, qual seja, o campo das representações, visões de mundo ou, nos termos de Touraine, “dos costumes”. Tal concepção remonta de modo mais claro à ideia de esfera pública como arena dos confrontos pela hegemonia. Não necessariamente a hegemonia pelo poder político, mas por ideias e pensamentos. É possível notar, nesse ponto, a confluência entre os pensamentos de Melucci, Habermas e Touraine, dando alguma unidade à Teoria dos Novos Movimentos Sociais.³

De forma visionária, Melucci (1996) aborda a questão do empoderamento dos indivíduos na sociedade da informação. Numa visão que lembra Durkheim, o autor afirma que as sociedades complexas e suas redes de informação ampliam cada vez mais autonomia dos indivíduos e grupos, fazendo-os funcionar como unidades confiáveis e autorreguláveis. Por outro lado, o sistema cria novas formas de domínio: maior autonomia implica um maior grau de controle sobre o conteúdo da ação social em relação aos seus códigos, desde o comportamento até os motivos e sentidos da ação. Essas questões evidenciam a importância de outros aspectos: *a*) as redes remetem a laços, tendo um papel de socialização; *b*) a ampliação das redes potencializa as possibilidades de agregação e mobilização e o seu alcance, ao mesmo tempo em que as torna mais fracas e efêmeras; *c*) individualização não é, necessariamente, sinônimo de autonomia.

Em síntese, Melucci descreve a ação coletiva como um fenômeno multipolar, cuja unidade deve ser abordada como resultado, não como ponto de partida; como fato a ser explicado, não como evidência (MELUCCI, 1989b). Sendo a ação um produto, cada fenômeno empírico envolve uma pluralidade de dimensões analíticas cujos recortes cabem ao pesquisador. Nessa perspectiva cultural-identitária, o significado de uma ação coletiva depende de seu sistema de referências e de suas dimensões analíticas.

³ Uma das peculiaridades de Melucci, porém, é o destaque dado ao papel das elites. Para o caso do Brasil, podemos lembrar o papel histórico da classe média: “os conflitos surgem naquelas áreas do sistema que são mais afetadas diretamente pelos fluxos mais intensos de informação e de símbolos, mas que ao mesmo tempo estão submetidas às pressões mais fortes. Os atores que participam destes conflitos são temporais e o propósito de sua ação é revelar à sociedade os dilemas vitais que surgiram em seu interior” (MELUCCI, 1989a, 47).

A própria noção de "movimento", que originalmente se apresentava como uma entidade que atuava contra o sistema político e governamental, resulta agora inadequada para descrever a realidade de fenômenos coletivos reticulares e difusos. Os "movimentos" contemporâneos assumem a forma de redes de solidariedade, com poderosos significados culturais, e são precisamente estes últimos que os distinguem de forma rotunda dos atores políticos ou organizações formais. (MELUCCI, 2001, p. 103)

Se é assim, como definir e identificar as várias formas de ação coletiva? Como distinguir entre “movimentos sociais”, eventos de protesto, coalizões, rebeliões ou simples agregações? Para transpor os limites dessa diversidade empírica, Melucci propõe movimento social como uma forma de ação coletiva que contém três dimensões: **identidade** (os atores são capazes de reconhecer e serem reconhecidos como parte de uma mesma unidade social); **antagonismo** (um adversário em relação ao qual há oposição/disputa por determinados recursos, regras ou procedimentos de controle e distribuição desses recursos); **ruptura com o sistema** (o movimento desafia os limites de compatibilidade com o sistema de relações sociais em que se dá a ação, provocando mudanças na estrutura) (MELUCCI, 1989a, p. 57). A ênfase dessa conceituação recai na identidade, que se torna o definidor do movimento social em relação a outras formas de ação coletiva.

Para a análise das ações coletivas contemporâneas, a questão mais problemática da abordagem de Melucci está na noção de estrutura como interdependência de sistemas sociais, o que em última instância remete a uma noção de totalidade. Nesses termos, a ideia de “ruptura” torna-se inadvertidamente bem mais radical do que propõe o autor.

Para além dessas dimensões, Melucci sugere outra tipologia – tipos ideais –, cujas características, segundo ele, podem ser difusas na realidade empírica:

- a) **Redes de conflito:** o conflito e a quebra das regras ocorrem ao nível mundo da vida.
- b) **Movimentos reivindicatórios:** dentro de um sistema organizacional caracterizado por papéis e funções, os sujeitos pressionam por uma distribuição diferente dos recursos e recompensas e um funcionamento mais eficiente do aparelho. Tal ação pode representar confrontos com o poder e com as regras vigentes na organização.
- c) **Movimentos políticos:** expressam um conflito que desafia os limites do sistema político. Lutam para estender os critérios de participação na tomada de decisões, contra a discriminação no jogo político, contra privilégios ilegítimos. Buscam melhorar a influência dos atores sobre os processos de tomada de decisão ou o acesso

a eles. Implementam esforços para a criação de canais de expressão e inclusão de demandas até então excluídas.

- d) **Movimentos antagonistas:** consistem em ações coletivas voltadas para a produção de recursos de uma sociedade. Não apenas refutam o modo de produção, mas também os objetivos e a direção do desenvolvimento.

Estas acepções também não vêm muito ao nosso socorro. Exceto pela definição de redes de conflito – em que há uma ênfase na cultura, na vida cotidiana – as outras formas de ação coletiva classificadas por Melucci (2001) têm um forte caráter institucional ou totalizante (“dentro de um sistema organizacional caracterizado por papéis e funções”, “estender os critérios de participação na tomada de decisões”, “refutar o modo de produção”). Além disso, a conceituação nos parece problemática. Como pensar em movimentos políticos que não sejam reivindicatórios (mesmo que a reivindicação não seja pela integração institucional, mas apenas redistribuição de recursos)? Como classificar como movimentos antagonistas apenas aqueles que se voltam à crítica do modo de produção, se antagonismos podem ser construídos com base em questões tão diversas como visões de mundo, defesa por direitos sociais, gênero, raça, entre outros?

A essa altura, podemos justificar porque nos referimos a “grupos de protesto” e não a “movimentos sociais”: as características apontadas por Melucci (2001), *a priori*, não correspondem ao nosso objeto de pesquisa. Embora os conceitos de identidade e antagonismo continuem fundamentais, a lógica de “ruptura com o sistema” pode não ser necessariamente a dos grupos em questão, sobretudo se compreendermos “sistema” como uma totalidade política ou econômica numa perspectiva marxista (como é a de Melucci). Grupos de protesto como os que estudamos tanto podem articular suas identidades, discursos e ações em torno de temas pontuais, como a aprovação de uma lei, uma medida provisória ou proposta de emenda constitucional; quanto, eventualmente, voltar-se para questões mais gerais, como o modelo de distribuição de direitos sociais ou o regime político ou modelo econômico (democracia, ditadura, capitalismo, comunismo). Em todos os casos, alguma “unidade” discursiva (identidade) precisa ser construída (articulada), e essa unidade se constitui na oposição a conteúdos e atores sociais (antagonismo).

Para lidar com esses impasses e para fins didáticos, **nossa opção será pelo conceito de “mobilizações políticas” de Melucci (1989a), que muito se aproxima, no que concerne à forma, da noção de *Contentious Politics* da teoria do processo político.** Isto significa

tomar as mobilizações coletivas (aqui denominadas de “protesto” e “grupos de protesto”) como objeto de análise não necessariamente enlaçado ao de movimento social organizado ou preso a uma ordem causal pré-definida. A adoção desta nomenclatura, entretanto, deve ser entendida mais como uma limitação de linguagem que como uma opção teórica. A nosso ver, tanto a abordagem cultural-identitária de Melucci (1989a, 1989b, 1996) quanto a teoria do processo político apresentam uma visão demasiado estreita do conceito de “político”. Tem-se, de um lado, um tipo de ação centrada no Estado e nas mudanças institucionais; de outro, ações que se dão no plano da sociedade civil e impactam nas mudanças culturais e éticas. Ambas as abordagens ofuscam a dimensão discursiva da ação, importante para a compreensão de movimentos que, a um só tempo, negam “a política” em sua feição formal/institucional, pondo o apartidarismo como uma de suas principais bandeiras; e têm “o político” como seu principal campo de ação, desafiando os códigos vigentes e as formas participação.

Na tentativa de superar essa contradição, recorreremos à teoria do discurso de Laclau e Mouffe.

2.3 TEORIA DO DISCURSO DE LACLAU E MOUFFE

A utilização do pensamento pós-estruturalista (pós-marxista) de Laclau e Mouffe (1986) tem aqui a intenção de ampliar o conceito de “político”, como entendido pelas teorias explicitadas anteriormente. Enquanto as abordagens anteriores ajudam a classificar e categorizar, Laclau e Mouffe ajudam a compreender a dinâmica da construção (e desconstrução) das identidades coletivas, através do conceito de discurso e de sua ênfase sobre os processos hegemônicos.

Fazendo jus à perspectiva pós-estruturalista, o discurso de Laclau e Mouffe só pode ser compreendido na referência a outro discurso, qual seja: o estruturalismo – em particular, o estruturalismo marxista. Segundo Giddens (1999, p. 281), “muitos duvidaram que existisse um corpo de pensamento suficientemente coerente para ser designado como estruturalismo”. Entre as muitas distinções que poderiam ser feitas, duas podem ser consideradas mais caras à sociologia política:

- O estruturalismo centrado na linguagem, de Saussure e Lévi-Strauss. Claramente sincrônico e com traço mentalista. A estrutura tende a ser entendida como sistema. A

discussão não está no campo do político, mas das formas “elementares” (universais) de pensamento e linguagem e como elas orientam as práticas cotidianas.

- O estruturalismo centrado na economia (trabalho e classes sociais), que marca o pensamento marxiano. Fortemente historicista, balizado pelo materialismo e pela valorização de um “sujeito histórico” essencialmente privilegiado na mudança social. Tem o conceito de ideologia como chave-mestra.

A proposta de Laclau e Mouffe (1986) para a revisão e superação do estruturalismo dá-se, principalmente, pelo empréstimo de conceitos derridianos, mas também por uma releitura do conceito de hegemonia de Gramsci e, de forma menos explícita, de ideologia de Althusser.

Os autores reabilitam, em um novo esquema conceitual, os conceitos sociedade civil e de hegemonia, integrando-os a uma teoria da identidade que reitera a pluralidade do social e a autonomia das esferas sociais como traços das sociedades contemporâneas. O político (que não se distingue do social) é compreendido como espaço aberto em que a única fixidez possível, sempre contingencial e precária, é a resultante de práticas articulatórias de sujeitos plurais em posições antagônicas (posições de sujeito). A dinâmica política é constituída pela existência de vários conteúdos que disputam o preenchimento de um centro, o “significante vazio”; um centro que desempenha o papel simbólico e contingente de imprimir unidade à pluralidade caótica e angustiante do social; e um social que pode se redefinir jogando as regras do jogo ou indo além do instituído, subvertendo e renovando a própria democracia.

Introduzindo a ideia de “pluralismo agonístico” na crítica às democracias deliberativa e agregativa, Chantal Mouffe (1996, 2005) relaciona e problematiza as noções de político (*the political*) e política (*politics*), entendendo o primeiro como a dimensão do antagonismo inerente às relações humanas em suas diferentes formas; e a segunda como “o conjunto de práticas, discursos e instituições que visam estabelecer uma ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais, porque são sempre afetadas pela dimensão do político” (MOUFFE, 2005, p. 20). A relação entre o político e a política é o que constitui, para a autora, a questão central da democracia: a tentativa de dar unidade, de domar a hostilidade e o potencial antagonismo, remete sempre à criação de um “nós” em oposição a um “eles”. Contrariando o otimismo do racionalismo ético de Habermas (1987), Mouffe considera a oposição nós/eles inerradicável – embora pactos e conversões sejam possíveis por meio da *prática articulatória*. A autora coloca o reconhecimento do conflito como elemento

fundamental da dinâmica democrática: “não existe uma única concepção de cidadania que deveria ser aceita por todos. Para cada interpretação dos princípios ético-políticos corresponde um entendimento diferente de cidadania: liberal, neoliberal, conservador, social-democrata, radical-democrata, etc.” (MOUFFE, 2005, p. 17).

Assim, uma vez que o poder é constitutivo das relações sociais, o problema passa a ser não a eliminação do poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com os valores democráticos; uma vez que o antagonismo não pode ser extirpado, o problema passa a ser como operar a distinção nós/eles de forma compatível com a democracia pluralista. No nosso entendimento, em lugar de uma tentativa de modelo procedimental, como a de Habermas, Mouffe apresenta um horizonte ético – em última instância, uma ode ao pluralismo e à diferença que, embora possa soar utópica, soa necessária ao Brasil atual, marcado por polarizações e intolerância no debate político:

No campo da política, isto pressupõe que o “outro” não seja visto como um inimigo a ser destruído, mas como um “adversário”, isto é, alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar. Esta categoria de adversário não elimina o antagonismo, embora deva ser distinguida da noção liberal de competidor com a qual é às vezes identificada. Um adversário é um inimigo legítimo, um inimigo com quem temos em comum uma adesão partilhada aos princípios ético-políticos da democracia. Mas nossa divergência diz respeito ao seu significado e implantação, e não é algo que poderia ser resolvido através de deliberação e discussão racional; daí o elemento antagonístico na relação. Aceitar a posição do adversário é experimentar uma mudança radical na identidade política. Isso tem mais a qualidade de uma conversão do que de uma persuasão racional (no mesmo sentido do argumento de Thomas Kuhn sobre a adesão a um novo paradigma científico como um tipo de conversão). Na verdade, acordos são possíveis. Eles são parte de um processo da política, mas deveriam ser vistos como reverses temporários numa confrontação em curso. Daí a importância de distinguir entre dois tipos de relações políticas: uma de *antagonismo* entre inimigos, e outra de *agonismo* entre adversários. (MOUFFE, 2005, p. 16-17)

A abordagem de Laclau e Mouffe problematiza o conceito de identidade, que passa a ser discutido a partir da dialética entre duas lógicas: a da *diferença* (cuja tendência é expandir e complexificar o espaço político) e a da *equivalência* (que tende a simplificá-lo, subvertendo contingencialmente as diferenças, em geral, a partir de uma externalidade comum). Como já mencionado, essa teoria da identidade enfatiza a pluralidade do social e a autonomia das esferas sociais como traços das sociedades contemporâneas. O político, espaço de luta pela fixidez de sentido, constitui-se pela complementaridade entre essas duas lógicas: por um lado, há uma tendência no sentido de autonomia da parte de posições distintas de sujeito; de outro,

existe a tendência a fixá-las, através de práticas articulatórias, como “momentos” de uma estrutura discursiva unificada.

Daí a ambiguidade que permeia toda a relação de equivalência: dois termos, para equivaler-se, devem ser diferentes (caso contrário, seria uma simples identidade). Mas, por outro lado, a equivalência só existe no ato de subverter a natureza diferencial desses termos. Este é o ponto em que [...] o contingente subverte o necessário impedindo-o de ser plenamente constituído. Esta não constitutividade – ou contingência – do sistema de diferença se mostra na fixação que as equivalências introduzem. O caráter final desta fixação, a precariedade final de toda diferença, haverá, pois de mostrar-se em uma relação de equivalência total em que se dissolve a positividade diferencial de todos os seus termos. Esta é, precisamente, a fórmula de antagonismo, que assim estabelece seu caráter de limite do social (Laclau e Mouffe, 1986, p. 220).

A teoria do discurso adapta ao político a noção derridiana da impossibilidade da totalidade e o princípio de que os significados se constituem no jogo das diferenças. Como nenhum conteúdo está predeterminado a preencher o vazio estrutural, “é a presença do antagonismo, o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento, que torna visível a contingência da estrutura” (LACLAU e MOUFFE, 1986, p. 96). Fielis à proposta derridiana, os autores refutam a noção de totalidade e, portanto, conceitos universalistas como a “ideologia em geral”. O conceito de hegemonia é utilizado não para explicar a mudanças de um “bloco histórico”, mas para compreender “práticas articulatórias que constituem e organizam relações sociais concretas” (LACLAU e MOUFFE, 1986, p.96).

No esquema conceitual dos autores, a contingência do social e a tensão constante para o fechamento (hegemonia) são trabalhadas por meio das noções de *discurso*, *formações discursivas*, *prática articulatória*, *articulação*, *posições de sujeito*, *momento* e *elemento*, além das *lógicas da diferença* e da *equivalência*. Como vimos, Laclau e Mouffe tomam o social como um espaço aberto em que a única demarcação possível é a resultante do jogo de substituições que advém das práticas articulatórias de sujeitos em posições antagônicas. O *discurso* é, assim, a unidade ou “totalidade estruturada” decorrente de processos hegemônicos. A sedimentação de discursos, através de processos hegemônicos, é o que os autores chamam de *formação discursiva*, como alternativa à noção gramsciana de “bloco histórico”. *Momentos* dizem respeito aos arranjos que se formam entre as posições de sujeito em diferentes contextos históricos ou, na terminologia dos autores, em diferentes formações discursivas. E *elementos* aludem à superabundância de sentidos de que fala Derrida: são os

significados flutuantes que não foram integrados às práticas articulatórias. O conceito de *articulação*, como fonte para a produção dessa “unidade”, tem estreita relação com as lógicas da *diferença* e da *equivalência*, relacionadas à existência do antagonismo e sua resolução contingente por meio da identidade – que se constitui via *práticas articulatórias*.

[...] Chamaremos de articulação toda prática articulatória que estabelece uma relação entre os elementos de tal modo que a identidade destes é modificada como um resultado dessa prática. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos de discurso. Chamamos de momentos as posições diferenciais, como aparecem articuladas no interior do discurso. Chamaremos, pelo contrário, de elemento, a toda diferença que não se articula discursivamente. (Laclau e Mouffe, 1986, p. 176)

De forma resumida, são estes os conceitos fundamentais dessa Teoria do Discurso:

- **Discurso:** é a unidade ou totalidade estruturada resultante de processos hegemônicos. É descrito como “uma tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro, como pontos nodais” (LACLAU E MOUFFE, 1986, p. 191). A historicidade, a fixidez possível, é compreendida por meio dessas tentativas de fechamento: “os vestígios do antigo não podem ser destruídos, mas permanecem como depósitos sedimentares, inclusive, e até especialmente, onde o novo tenta excluir o velho” (LACLAU apud BARRETT, 1996, p. 248). Como a ideologia em Althusser, o discurso tem um caráter performativo: através de práticas discursivas os sujeitos (grupos sociais organizados) buscam adeptos para conseguir a hegemonia em torno de suas interpretações sobre o mundo e sobre a organização social, inserindo-se nas práticas e rituais do mundo vivido. Ao longo desse processo de articulação, de tentativas de dar uma coerência específica ao real, determinados elementos podem esvanecer e outros se fixar, superando os já existentes ou mesclando-se a eles (XAVIER, 2002).
- **Articulação:** é a fonte para a produção da “unidade” que é o discurso. Tem estreita relação com as lógicas da diferença e da equivalência, relacionadas à existência do antagonismo e sua resolução contingente por meio da identidade. Uma vez que o sentido – o discurso – é posicional, não pode haver uma essência do sujeito.
- **Pontos nodais:** são os significados que se tornam privilegiados em um contexto e fixam o sentido em uma cadeia, dando “unidade” aos significantes. A fixação, a suposta unidade, remonta a poder, na acepção de que todo sentido estabelecido, para tal, suprimiu outro sentido. Dito de outra forma, todo sentido estabelecido é fruto de uma relação

hegemônica. Assim, um discurso só pode ser entendido em relação a outro discurso, e todo *frame* é, também, um *contraframe*.

- **Prática articulatória:** é qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos de tal modo que suas identidades sejam modificadas como resultado dessa prática (LACLAU e MOUFFE, 1986, p. 105). Consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam significados – fixação que tem caráter parcial, dada a abertura do social. A prática articulatória tem relação com a dimensão performática do discurso, interpelando os sujeitos através das lógicas da diferença ou da equivalência, ou seja, da produção de limites que identificam um “nós” e um “eles”. O conceito guarda, portanto, estreita relação com a atividade de *framing*, como veremos.
- **Formações discursivas:** referem-se à sedimentação de discursos através de processos hegemônicos. A nosso ver, trata-se de uma alternativa pós-marxista à noção gramsciana de “bloco histórico” e representa a dimensão histórica que muitos críticos percebem como ausente na teoria laclauniana.
- **Deslocamento:** a contingência dos sentidos fixados (ocultada pela ideologia e pelo mito), pode ser reativada por eventos de deslocamento, que incitam a formação de novas posições de sujeito e novas práticas articulatórias.
- **Posições de sujeito:** são sujeitos plurais em posições antagônicas (por exemplo, grupos de protesto *versus* Estado/Governo). Importa ressaltar que, nessa abordagem, social e político não se distinguem. Para Laclau, política é uma categoria ontológica: "há política porque há subversão e deslocamento do social, o que implica que todo sujeito é, por definição, político" (LACLAU, 1993, p. 77). Outro aspecto a destacar, particularmente importante para o fenômeno em estudo, é a contingência dessas identidades, o que nos remete à discussão sobre a pluralidade e/ou fragmentação das identidades nas sociedades ocidentais contemporâneas e, mais particularmente, à dinâmica dessas identidades nas redes sociais *on-line* – questão que será abordada oportunamente.
- **Momentos:** são os arranjos que se formam entre as posições de sujeito em diferentes contextos históricos ou, na terminologia dos autores, em diferentes formações discursivas. São as posições diferenciais na medida em que aparecem articuladas dentro do discurso. No nosso esquema teórico-metodológico, momentos podem ser entendidos como *frames*: quando a articulação discursiva obtém sucesso no seu intento de homogeneização e hegemonização, significa que há relativa estabilidade de posições de sujeito e de fixações

de sentido. Estes estão sempre sujeitos a uma atividade de *framing* – de alinhamento, de articulação, pela *tentativa* de fixação diante da impossibilidade de fixação absoluta.

- **Elemento:** é toda diferença que não foi articulada discursivamente. Alude à superabundância de sentidos de que fala Derrida – são os significados flutuantes que não foram integrados às práticas articulatórias. Elementos constituem matéria prima em processos de deslocamento: diferenças antes não ativadas podem passar a ser elaboradas no plano discursivo.

O discurso articula elementos e ao mesmo tempo modifica suas identidades. Sendo assim, a noção de discurso é posta a partir do conjunto de práticas articulatórias, e essa noção relativiza o poder determinante e estável do discurso, dada a transitoriedade pressuposta na noção de hegemonia – todo poder é, por natureza, instável. Essa tensão fundamenta o que Laclau e Mouffe, influenciados por Derrida e Lacan, defendem: uma incompletude constitutiva que leva à “impossibilidade da sociedade” – do conceito de sociedade como um todo tangível, como um bloco histórico, como estrutura. A dinâmica do social seria marcada por uma tendência centrífuga que resiste à falta e, frente à abertura que caracteriza o conflito e a pluralidade, busca sempre uma *gestalt*, um centro, uma “sutura” no seu frágil tecido.

A metáfora da sutura remete a resultados de processos hegemônicos que, temporária e contingencialmente, constituem-se como dominantes, dando a ideia de coerência e coesão a um dado aspecto da realidade social e política. Eis a importância do conceito de significante vazio, que Laclau (1996) define como “um significante despido de significado”. Essa afirmação, que parece retórica, tem muitos desdobramentos, inclusive para a análise das sociedades democráticas e do populismo empreendidas por ele e Mouffe. Para entender o que é um significante vazio, é preciso compreender que todo sistema significativo está estruturado em torno de uma falta, cuja satisfação permanece como desejo, sendo requerida pela “sistematicidade do sistema”. Os significantes vazios (papel que pode ser desempenhado por sujeitos ou ideias) ocupam esse espaço, “renunciando” à sua identidade diferencial para representar uma identidade equivalencial, emprestando um (contingente) sentido de totalidade ao social.

A impossibilidade da instituição do social e da própria identidade impõe a necessidade de estabelecer estruturas discursivas que são permanentemente ameaçadas por *deslocamentos*, ou seja, eventos não controláveis que confrontam e rompem com formas espaciais de representação e com as estruturas discursivas, a partir dos quais surgem possibilidades de

centros. Segundo Laclau, “a resposta ao deslocamento da estrutura será a recomposição da mesma por parte de diversas forças antagônicas, em torno de pontos nodais precisos de articulação” (LACLAU, 1993, p. 57). São estes deslocamentos que abrem novas possibilidades de ação, de “construir o mundo” através do qual os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identidades. Como aponta Torfing (1999, p. 110), estes deslocamentos não têm um sentido objetivo ou direção predeterminada, assim como o sujeito não é um momento da estrutura, mas o lugar do deslocamento – da impossibilidade de construir a estrutura como tal. Daí também o sentido pleno do processo de hegemonia como forma política das sociedades capitalistas modernas, não reduzido a uma estratégia classista.

A noção de contingência, que constitui, talvez, a maior riqueza da perspectiva de Laclau e Mouffe, é também sua principal fonte de críticas. Eis uma tensão que o pensamento pós-estruturalista, herdeiro do estruturalismo, não conseguiu dissolver a contento. Segundo Giddens:

Os escritos de Saussure promoveram uma "retirada para o código" que, desde então, caracterizou os autores estruturalistas e pós-estruturalistas. Ou seja, a descoberta de que os componentes da *langue* só possuem identidade graças à sua diferenciação dentro do sistema geral afasta a língua de quaisquer conexões referenciais com o mundo objetivo. O pensamento estruturalista e pós-estruturalista não conseguiu elaborar um cômputo de referência e, seguramente, não é por acaso que essas tradições de pensamento tanto se concentraram na organização interna dos textos, onde o jogo dos significantes pode ser analisado como um assunto interno (ver GIDDENS, 1979, cap.1). Cumpre notar que, embora a "retirada para o código" tenha sido promovida pelas ênfases saussurianas à medida que iam sendo modificadas e adaptadas por autores subsequentes, essa "retirada" jamais foi realmente consolidada pela discussão filosófica. Ela proveio da assimilação da doutrina da natureza arbitrária do signo com a do papel da diferença. (GIDDENS, 1999, p. 293)

Esfacelado o conceito de estrutura, o essencialismo e as totalidades, o que há de fixo? Como apreender a dimensão histórica? Como evitar o risco de confundir diferença e desigualdade, tratando como teoricamente iguais sujeitos em condições efetivas de desigualdade na realidade social? A contingência não é absoluta se compreendemos que as tentativas de sutura ocorrem em tecidos frágeis, já rotos e submetidos a processos de sutura anteriores, que o modificam, deixando sedimentos como cicatrizes numa pele: a cada novo processo de rompimento e sutura, a textura já não é a mesma (BARRET, 1996, p. 249).

O conceito de discurso de Laclau e Mouffe é singular na medida em que se refere não apenas ao sentido, mas ao “conjunto de posições diferenciais” dos sujeitos na realidade social.

Contrariando a crítica ao pós-estruturalismo de que toda realidade se reduz ao discurso (DERRIDA, 1971; GIDDENS, 1999), a noção de contingência em Laclau e Mouffe não promove o conceito à condição de objeto solto, que flutua sem vínculos, como bolhas de sabão. Além do aspecto relacional fundado nas lógicas da diferença e da equivalência, os autores demonstram preocupação explícita em refutar o idealismo e em dar “materialidade” às suas definições, situando-as nas instituições e na dinâmica da democracia. Na visão de Barrett (1996, p. 248), “sejam quais forem os problemas associados ao seu conceito de discurso, Laclau e Mouffe, em sua orientação epistemológica geral, não ocupam as posições ‘idealista’ e ‘relativista’ em que seus críticos tentaram situá-los”. Para Laclau, suas proposições teóricas, para serem adequadamente entendidas e aplicadas no mundo empírico, requerem precisões quanto ao tipo de coerência específica de uma formação discursiva (o que remete às narrativas e seus antagonismos); quanto às dimensões do que se toma por “discursivo” (a identificação dos elementos sociais e políticos agregados à prática articulatória); e quanto às vertentes e níveis de abertura ou fechamento de uma formação discursiva específica (a dinâmica democrática).

Ainda assim, a aplicabilidade empírica desse arranjo teórico desafia os próprios autores, que são acusados de fugir ao seu raciocínio ao fazer análises políticas concretas (BARRET, 1996, p. 256). Essa adoção teórica implica em desafios metodológicos específicos, notadamente se a “teoria” do discurso for assumida como algo distinto de um “método” de análise do discurso. Na prática, a “análise do discurso” baseada em Laclau e Mouffe consiste na orientação da pesquisa pelos conceitos fundamentais do esquema teórico (nesse caso, principalmente, o conceito de articulação e as lógicas da diferença e da equivalência), adaptando-os às especificidades de diferentes objetos empíricos, como admite Howarth:

Uma questão [...] diz respeito à aplicação da teoria do discurso a casos empíricos. Na perspectiva da teoria do discurso, este problema é cristalizado em torno da necessidade de evitar as armadilhas do empirismo e do teorismo. Em poucas palavras, quando os teóricos do discurso reconhecem o papel central dos referenciais teóricos na delimitação de seus objetos e métodos de pesquisa, rejeitando assim abordagens empiristas e positivistas rudimentares, eles estão preocupados em evitar a subsunção de cada caso empírico aos seus próprios conceitos teóricos e lógicas abstratas. Em outras palavras, em vez de aplicar uma teoria pré-existente a um conjunto de objetos empíricos, os teóricos do discurso procuram articular seus conceitos em cada encenação particular de investigação concreta. A condição para essa concepção de realização de pesquisas é que os conceitos e lógicas do quadro teórico devem ser suficientemente “abertos” e flexíveis o bastante para serem adaptados, deformados e transformados no processo de aplicação.

Esta concepção exclui teorias essencialistas e reducionistas da sociedade, que tendem a predeterminar o resultado da pesquisa, impedindo a possibilidade de explicações inovadoras acerca dos fenômenos (HOWARTH, 2000, p. 06).

A nosso ver, na teoria do discurso de Laclau e Mouffe passa, além dos aspectos já mencionados, pela desnaturalização do real, da “unidade” aparente, dos discursos estabelecidos, suas antinomias e lógicas de equivalência. Mas a ausência de um caminho metodológico fica aberto ao pesquisador, deixando desafios para a operacionalização e análise. Este caminho metodológico será aqui construído através do conceito de *frames* e atividade de *framing*. O próximo tópico aborda a construção dessa alternativa teórico-metodológica.

2.4 PROCESSO DE *FRAMING* E ANÁLISE DE *FRAMES*

A análise de *frames*⁴ no estudo dos movimentos sociais toma corpo em meio ao debate entre os paradigmas da mobilização de recursos, o do processo político e o da identidade.⁵ Ela responde ao esforço dessas teorias de introduzir a dimensão simbólica, relacional e cultural na análise da ação coletiva, sem perder de vista a reflexividade dos agentes e a dimensão ideológica (ACEVEDO, 2013; ALONSO, 2009).

Talvez por seu caráter alusivo, os *frames* foram acolhidos por todas as correntes, incorporados por Melucci (1996) e por Tarrow (1992), que os alargaram para masterframe, a fim de recobrir um ciclo inteiro de ativismo, e os usaram para tratar do ativismo internacional (Tarrow, 2005). Na mesma direção, Eyerman e Jamison (2003) usaram hinos e músicas de protesto como objeto empírico para explicitar a “práxis cognitiva” dos movimentos sociais. (ALONSO, 2009, p. 78)

⁴ Para minimizar a ambiguidade própria do conceito e agudizada por algumas traduções, que variam entre marcos, quadros, molduras, enquadramento, evitaremos a tradução dos termos “*frame*” e “*framing*”. Como explica Benford (2000, p. 413): “A ambiguidade do conceito de enquadramento decorre, em parte, do fato de que o ‘*frame*’ tem duas implicações diferentes como metáfora. Por um lado, é usado como uma gramática – ‘uma estrutura na qual o significado está contido e transmitido pelas relações entre os elementos’ (Williams e Benford 1996, p.3). Por outro, metáforas de *frame* são usadas em um sentido contextual ou indexical. Aqui ‘o *frame* age como um limite que mantém alguns elementos em vista e outros fora de vista’ [...]. Assim, uma moldura transmite ‘o que é ou não importante agrupando certos elementos simbólicos e mantendo os outros fora’ [...]. Tanto os usos estruturais (*frame* como gramática) e indexical (quadro como conteúdo contextualmente gerado) de *frames* são encontrados em Goffman, bem como nas obras de pesquisadores de frames de movimentos sociais.” Nos textos em espanhol, o termo “marco” foi mantido.

⁵ Para uma avaliação cronológica do conceito de *frame* nos estudos dos meios de comunicação, veja-se Rabadán e Mariño (2009). Para o levantamento de literatura e cronologia do conceito de frames de ação coletiva, veja-se Chihu (2006a, 2006b), Benford & Snow (2000), Benford (2000) e Snow (2004).

Herdeira do interacionismo simbólico de Erving Goffman (1986), a noção de *frames* de ação coletiva chama a atenção para as práticas interpretativas e o caráter contingente e construtivista dos significados que orientam as mobilizações. O conceito de *frame* está diretamente ligado ao momento da formação de identidades, e os processos de *framing* são parte da produção simbólica de um movimento social. A atividade de *framing* e os *frames* dela resultantes só podem ser compreendidos de modo relacional – também aqui, algo que se constitui no estabelecimento de fronteiras que definem um “nós” e um “eles”. Na perspectiva de Melucci, o mecanismo chave dessa atividade é a conexão entre o particularismo do ator coletivo e certos valores gerais, como verdade, liberdade, justiça, emancipação: “uma ligação de necessidade é estabelecida entre o papel do ator e algum tipo de totalidade a ser alcançada através de sua ação” (Melucci, 1989a, p. 349). Analogamente, as práticas articulatórias, as tentativas de sutura, estão relacionadas ao surgimento de novas posições de sujeito. Elas acontecem não apenas no nível macrossocial, privilegiado por Laclau e Mouffe em suas análises empíricas, mas dentro dos próprios movimentos sociais e entre redes de movimentos sociais. Evidentemente, esse processo inclui o contexto mais amplo no qual o grupo de protesto ou movimento social está inserido – desde as redes da vida cotidiana destacadas por Melucci, à esfera pública destacada por Habermas, jamais compreendidas com a devida profundidade senão numa perspectiva histórica.

Ícone da análise de *frames* nos meios de comunicação, Entman (1993) explica que *frames* selecionam e chamam a atenção para os aspectos particulares da realidade descrita, ao mesmo tempo em que direcionam a atenção para longe de outros aspectos. Sem fazer referência ao conceito de hegemonia, Entman afirma que a maioria dos *frames* “são definidos pelo que eles incluem, assim como pelo que eles omitem, e as omissões de potenciais definições de problemas, explanações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas quanto as inclusões na orientação do público” (ENTMAN, 1993, p. 54). *Frame*, segundo o autor, envolve basicamente seleção e saliência:

Enquadrar (*to frame*) é selecionar aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma particular definição de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. Tipicamente, *frames* diagnosticam, avaliam e prescrevem [...]. Um exemplo é o *frame* da “guerra fria” que dominou as notícias sobre temas internacionais nos E.U.A. até recentemente. O *frame* da guerra fria destacava certos eventos estrangeiros – digo, guerra civil – como problema, identificava sua origem (rebeldes comunistas), oferecia julgamentos morais

(agressão ateísta) e recomendava soluções particulares (apoio dos E.U. ao outro lado) (ENTMAN, 1993, p. 53).

Todavia, a origem da perspectiva de *frames*, ao mesmo tempo em que proporciona muitas possibilidades, pode nos trazer várias incongruências. Em primeiro lugar, porque para muitos ela nasce de uma perspectiva estruturalista, que seria a de Goffman. Em segundo lugar, ao lado de sua ambição culturalista e construcionista, ela bebe da ênfase na agência da teoria da mobilização de recursos. Nós, ao nosso turno, a trazemos para um casamento com uma abordagem pós-estruturalista, que é a teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Haveria uma conciliação possível?

Os próximos tópicos descrevem o paradigma de *frames* a partir dos seus principais expoentes – os sociólogos americanos Snow e Benford – e discutem alguns destes aspectos, defendendo a perspectiva de *frames* como um recurso metodológico não somente conciliável com a linha teórica adotada, mas passível de enriquecê-la na medida em que minimiza o risco de reificação do discurso, a nosso ver presente na teoria e nas análises empíricas de Laclau e Mouffe.

2.4.1 Dos *frames* da vida cotidiana aos *frames* de ação coletiva

O conceito de *frames* de Goffman refere-se a esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos selecionar, localizar, identificar e rotular ocorrências dentro do seu espaço vivido e do mundo em geral (SNOW, 2004). Goffman segue a tradição estabelecida por Willian James, que “em vez de perguntar o que era a realidade, deu à questão um giro fenomenológico subversivo, com destaque para a pergunta: em que circunstâncias pensamos que as coisas são reais?” (GOFFMAN, 1986, p. 2). A resposta seria que o mais importante da realidade é nossa sensação de que algo é real, em contraste com o sentimento de que algumas coisas carecem dessa qualidade. Goffman, então, refaz a pergunta de James: em que condições é gerado esse sentimento de realidade?

Preocupado em identificar as estruturas básicas de organização da experiência e os princípios que governam as situações sociais, o autor chega ao conceito de *frames*. Desde uma perspectiva situacional, ele os define como maneiras pelas quais prevemos o que vai ocorrer

nas situações sociais e nos posicionamos nelas a partir destas previsões. A nova pergunta é: “o que está acontecendo aqui?”. A partir dela, o indivíduo identifica em que consiste a situação, quais os atores presentes no “quadro” e onde ele está posicionado. Conforme a metáfora da moldura, os *frames* pontuam e especificam em nosso campo sensorial o que é relevante e o que é irrelevante, o que está "em enquadramento" e o que está fora de enquadramento em relação ao objeto de orientação. A base desses pressupostos são os *frames* interpretativos, constituídos por *frames* primários (*frames* “naturais”, relacionados à identificação de eventos), *frames* sociais (relacionados à identificação de ações) e *frames* secundários (sujeitos à ativação e interpretação em situações específicas).

Embora se distancie explicitamente da análise de estruturas sociais, a busca por princípios de organização da vida social levou alguns autores a classificarem a abordagem de *frames* de Goffman como uma variante do estruturalismo. Para George Gonos (1980), por exemplo, embora Goffman seja mais frequentemente tratado como interacionista simbólico, suas estruturas de interação propõem uma possibilidade de integração entre as estruturas mentais de Lévi-Strauss e as grandes estruturas dos marxistas estruturais franceses. Leitura similar é apresentada por Amparán:

O Eu se constitui porque existem códigos ou marcos (inseridos em um marco mais amplo da cultura) que estruturam a experiência social dos atores. [...] A partir disso, Goffman estabelece a ligação entre os marcos de significação mediante os quais, nos rituais de interação, se produz o encontro entre as microestruturas de significado que compõem a expressão da pessoa e as macroestruturas de significado que compõem a cultura. Assim, a realidade social é analisada como texto e os marcos que organizam a experiência e guiam a ação individual ou coletiva são decifrados. (AMPARÁN, 2006a, p. 16).

Exponentes da análise de *frames* de ação coletiva, os sociólogos norteamericanos Snow e Benford (2000) reafirmam o conceito de Goffman como quadros interpretativos que simplificam e condensam o mundo exterior, tornando os eventos ou ocorrências significativos e, portanto, servindo para organizar a experiência e orientar a ação. Esses autores, porém, não estão em busca de leis que governam a organização social ou de esquemas interpretativos fixos, e sim atentos às dinâmicas de formação de identidades coletivas. Contrastando com a visão – dominante até meados da década de 1980 –, que percebia os movimentos sociais como portadores de ideias e crenças prévias, eventos imprevistos ou ideologias existentes, os estudiosos dessa perspectiva estavam interessados na luta pela produção de sentido e pela geração de ideias mobilizadoras e contra-mobilizadoras. Assim, a perspectiva de *framing*

volta a atenção para a construção e (tentativas de) manutenção de significado por parte de ativistas e participantes de movimentos sociais, além de outros atores relevantes em cena, como contra-movimentos, elites, Estado, representantes de outras instâncias de autoridade, mídia e públicos interessados (SNOW, 2004, p. 384). Nesse sentido, ao se inserir no campo de estudos dos movimentos sociais, a noção de *frame* assume um sentido mais flexível e contingente – “o conflito social e as disputas políticas são apresentadas como eminentemente simbólicas” (ALONSO, 2009, p. 78).

Diferente dos *frames* da vida cotidiana de que trata Goffman, os *frames* de ação coletiva vão além da resposta à pergunta "o que está acontecendo aqui?". Eles têm, também, funções de focalização, articulação e transformação dos *frames* existentes, sendo, portanto, mais agenciais e contenciosos, no sentido de exigir uma ação que problematiza ou desafia as visões existentes ou dominantes da realidade (SNOW, 2004, p. 385). Além disso, o trabalho interpretativo dos *frames* de ação coletiva faz mais que organizar a experiência: eles atribuem significado e interpretam eventos e condições relevantes de modo a ativar adeptos, transformar espectadores em apoiadores e desmobilizar antagonistas – posições que, como veremos, são trabalho do próprio processo de *framing*. Portanto, assim como a ideologia em Althusser e o discurso em Laclau e Mouffe, os *frames* de ação coletiva também têm um caráter performativo, no sentido de interpelar os sujeitos a uma determinada ação, ao redefinir como injusta e imoral uma situação antes considerada tolerável, ou sublinhando a gravidade e injustiça de uma determinada condição social:

[...] os quadros também funcionam, talvez mais importante ainda, como mecanismos de articulação no sentido de unir os vários elementos pontuados da cena para um conjunto de significados em vez de outro, ou, na linguagem da narratividade, uma história em vez de outra é contada. Além disso, os *frames* também podem desempenhar uma função transformadora no sentido de alterar o significado do(s) objeto(s) de atenção e sua relação com o(s) ator(es), como na transformação ou reconfiguração de aspectos de sua biografia, os contextos de alguns movimentos ou a transformação de queixas ou infortúnios de rotina em injustiças ou demandas de mobilização no contexto da ação coletiva. (SNOW, 2004, p. 384)

Snow e Benford definem os *frames* de ação coletiva como conjuntos emergentes de crenças orientadas para a ação que dão significado às atividades do movimento social e legitimam suas campanhas. O gerúndio "*framing*" é usado pelos autores para enfatizar a dimensão processual, construtiva e negociada desse trabalho significativo, que constitui uma das atividades regulares dos participantes do movimento social e seus líderes: “os produtos

resultantes dessa atividade de *framing* na arena do movimento social são chamados de *frames* de ação coletiva" (SNOW, 2004, p. 384). O processo de *framing* denota um fenômeno de construção da realidade que é: **a**) ativo (algo vivo, dinâmico, em processo); **b**) implica agência (o que está em questão é o trabalho de organizações de movimentos sociais ou ativistas); e **c**) contencioso (envolve a ativação de quadros interpretativos já existentes, mas também pode desafiá-los) (SNOW e BENFORD, 2000, p.614).

A ideia de *frame* como uma “resultante” dos processos de *framing* pode sugerir a imagem de algo acabado, estável, uma “objetividade”. Essa seria, a nosso ver, uma leitura injusta do trabalho de Snow e Benford, que insistem no caráter interativo, relacional e construcionista da formação de identidades coletivas. Se acrescentarmos a essas interpretações o conceito de hegemonia tal como apresentado por Laclau e Mouffe, torna-se mais evidente a ideia de quadros aparentemente estáveis e consolidados, mas cuja dominância pressupõe o ocultamento de outros conteúdos. Dada a imanência do antagonismo, essa objetividade é sempre contingente, momento de uma prática articulatória, substância de um processo contínuo de *framing*, e está sujeita a processos de deslocamento que, ao suscitar novas articulações, podem vir a alterá-la de modo mais ou menos evidente, de modo mais ou menos duradouro.

Na perspectiva de Snow e Benford (2000), *frames* de ação coletiva são constituídos por dois conjuntos de características. O primeiro diz respeito à função de orientação da ação (*action-oriented function*), a partir da qual os autores definem três tarefas centrais de *framing* (*core framing tasks*): *framing* de diagnóstico, *framing* de prognóstico e *framing* de motivação para a ação. E o segundo refere-se aos processos interativos e discursivos através dos quais essas tarefas são realizadas (SNOW e BENFORD, 2000, p. 615).

Ao perseguir essas principais tarefas de *framing*, os atores do movimento ajudam a interrelacionar problemas de "mobilização para o consenso" e "mobilização para a ação" (Klandermans 1984). Simplificando, o primeiro facilita o acordo, enquanto o segundo promove a ação, mobilizando as pessoas da sacada para as barricadas (SNOW e BENFORD, 2000, p.615).

Os *framings de diagnóstico* dizem respeito à identificação de uma condição ou situação problemática que precisaria de mudança, além das atribuições de causas e responsáveis por essa situação; os *framings de prognóstico* referem-se às proposições de caminhos ou arranjos alternativos para resolver a problemática percebida; e os *framings de motivação* propõem motivos para a participação, ou seja, interpretações que instigam outros a

se engajarem na ação e provocar mudanças. Marina Adler (2012) menciona, ainda, os *framings prefigurativos*, que remontam ao futuro almejado pelo movimento social – suas expectativas, seus projetos de futuro, sua utopia.

Essas “tarefas” são realizadas através de alguns processos interativos e discursivos básicos fortemente relacionados (AMPARÁN, 2006a; SNOW e BENFORD, 2000):

- **Pontuação:** o processo de *framing* assinala e ordena os objetos da realidade exterior, produzindo orientações de atribuição e de articulação. Por meio dessa função, os *frames* permitem que os atores percebam uma condição social ou uma série de eventos como justo ou injusto, moral ou imoral, tolerável ou não. Essa dimensão, que diz respeito à problematização de um dado aspecto da realidade social, é fundamental para a legitimidade e adesão de outros a demandas, reivindicações ou projetos do movimento.
- **Atribuição:** esta função faz a ligação entre a problemática identificada pelo movimento e uma lógica de causalidade específica, em que fatores, culpados ou responsáveis são distinguidos (atribuição diagnóstica). Ao mesmo tempo, concebe soluções e ações específicas para acabar com a situação de injustiça (atribuição de prognóstico).
- **Articulação:** por fim, e fundamental, esta função permite aos atores articular e alinhar um amplo conjunto de eventos e experiências, de modo que as narrativas de pontuação e atribuição possam ter sentido, tenham legitimidade e gerem identidade. Esta função é, no nosso entendimento, a própria atividade de *framing*, e tem forte relação com o conceito de articulação de Laclau e Mouffe – a identificação de antagonismos e a construção de cadeias equivalenciais.

[...] nenhum conteúdo particular tem inscrito, em sua especificidade ôntica, o seu significado dentro de uma formação discursiva. Tudo depende do sistema de articulações diferenciais e equivalenciais dentro do qual está situado. Um significante como "trabalhadores", por exemplo, pode, em certas configurações discursivas, esgotar-se em um significado particularista, setorial, enquanto em outros discursos - o peronista, por exemplo - pode converter-se na denominação por excelência do "povo". O que deve ser observado é que esta mobilidade também implica uma possibilidade de importância central para entender o modo como operam as variações populistas. Sabemos, pela nossa análise prévia, que o populismo supõe a divisão do cenário social em dois campos. Este divisão pressupõe [...] a presença de alguns significantes privilegiados que condensam em torno de si mesmos a significação de todo um campo antagônico (o "regime", os "oligarcas", o "grupo dominante" etc., para o inimigo; o "povo", a "nação", a "maioria silenciosa", etc., para os oprimidos – quais destes significantes vão adquirir este papel articulador dependerá, obviamente, de uma contextualização histórica) (LACLAU, 2005, p. 114).

Discutiremos a seguir essas tarefas básicas de *framing*, para então nos aprofundar nos processos interativos e discursivos de *articulação e alinhamento*.

2.4.2. As “tarefas” centrais de *framing*

2.4.2.1 *Frames de diagnóstico*

Os diagnósticos referem-se à identificação de uma situação de injustiça que deve ser reparada – dado aspecto da realidade, possivelmente visto até então como aceitável, passa a ser problematizado como censurável (“injusto”) e precisando de mudança. À identificação da problemática decorre uma interpretação causal, bem como a atribuição de culpas e/ou responsabilidades. Na teoria do discurso, a identificação desses culpados ou responsáveis constitui o momento em que é traçada a linha do antagonismo e gerada a identidade: de um lado, estão os prejudicados ou vítimas da situação injusta; em outra ponta, outros que precisam ser sensibilizados ou cobrados pela situação. Esse processo atributivo define a identidade: quem é o sujeito coletivo (“quem somos”), o que ele defende e pretende combater, que forças ele desafia. Desse modo delineiam-se os protagonistas (movimento e comunidades que teriam afinidade com ele, constelação de simpatizantes, heróis e heroínas); os antagonistas (pessoas ou grupos cujas posições, valores, crenças ou práticas o ameaçam); atores “neutros”, isto é, que não foram discursivamente elaborados como posições de sujeito, mesmo sendo identificados como “diferentes”; além de um público e aliados potenciais (AMPARÁN, 2006, p. 27). Adler (2012) exemplifica esse processo com o estabelecimento dos antagonismos no conflito entre a APPO (Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca) e o Governo de Ulises Ruiz, na cidade mexicana de Oaxaca, em 2006:

Nesse processo, o frame antagonista de um "nós" contra "eles" implica não somente a unidade significativa dos membros do grupo (APPO, Oaxaca, o povo), mas também a natureza relacional das identidades coletivas em oposição aos grupos dominantes (Ruiz, grandes partidos políticos, regimes corruptos). Por exemplo, as demandas de "anticorrupção" e "antirepressão" do movimento tornaram-se o frame de ação coletiva de "anti-Ruiz", como refletem os slogans "Ruiz vai cair" e "Ulises já caiu", que foram proeminentemente exibidos em bandeiras e jingles. Assim, para estabelecer um sentido de unidade, as facções dentro e entre os grupos tinham de ser ignoradas e uma ameaça comum - o regime repressivo - identificada. (ADLER, 2012, p. 297)

Um dos trabalhos do processo de *framing* é produzir a “consciência desse antagonismo”, costurando uma unidade simbólica que gera engajamento. De novo tomando emprestado o estudo de caso de Adler sobre Oaxaca, o confronto entre a APPO e o governo coloca o partido da situação e outros partidos aliados como um problema comum, cuja solução seria derrotar o “regime”, substituindo-o pela democracia participativa em prol de uma sociedade mais justa. Segundo a autora, o vocabulário dos ativistas reflete e reafirma o antagonismo, com termos como luta, guerra, resistência, que evidenciam e convidam ao engajamento. Esse contexto abre espaço para a criação de coalizões de diferentes grupos contra uma ameaça comum – no caso de Oaxaca, “um governo corrupto”:

Durante as megamarchas, os participantes construíram as amplas identidades coletivas de "Oaxeños" e "el pueblo" (o povo) para substituir o dos "maestros" específicos. Mais tarde, a APPO (Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca) conseguiu alargar a sua identidade de movimento social para incluir os cidadãos em geral, o que se reflete nos cantos e slogans: "[...] Somos todos APPO" e "Um povo unido jamais será vencido". (Adler, 2012, p. 296-297)

Importa salientar, entretanto, que raramente esses arranjos simbólicos sobre a origem e a solução do problema conseguem se configurar como uma *gestalt*, uma totalidade coerente. É comum ao processo de *framing* a existência, dentro e fora do movimento, de perspectivas conflitantes – nem sempre autoevidentes – sobre quem ou o que culpar. Snow e Benford exemplificam com um estudo sobre o movimento pelo desarmamento nuclear de 1980, nos Estados Unidos, em que diversos conflitos intramovimentos foram gerados pela disputa acerca das principais causas da ameaça nuclear: “[...] um declínio geral da moralidade, a tecnologia fora de controle, a indústria de defesa, do capitalismo, uma estrutura geopolítica anacrônica, ou dos Estados Unidos, da União Soviética ou de ambos” (SNOW e BENFORD, 2000, p. 616). Além disso, os *frames* sobre os adversários e aliados nem sempre seriam claros e “eficazes”. Assim, ainda que a identificação do problema possa soar legítima, sua causalidade e resolutividade seriam questionadas, vulnerabilizando as motivações para o engajamento. O processo de *framing* consiste, precisamente, no processo contínuo de negociações e tentativas de dar unidade a essa diversidade de significados, agregando-as em um significado comum (um significante vazio).

2.4.2.2 *Frames de prognóstico*

À problemática identificada estão associados caminhos para a mudança ou para a satisfação da demanda ou reivindicação específica. Segundo Snow e Benford, o *framing* de prognóstico envolve a proposição de uma solução, um plano de ataque e táticas para chegar a isto. Segundo os autores, *framings* de diagnóstico e os prognósticos correspondentes costumam apresentar uma coerência interna, já que a forma como o problema é interpretado (e os valores e ideias que sustentam essa interpretação) restringe a gama de soluções e estratégias que podem ser “razoavelmente defendidas” (SNOW e BENFORD, 2000, p.616).

A dimensão “pública” do processo de *framing* (multiplicidade de atores envolvidos) chama a atenção para a importância da visibilidade (ou latência) dos movimentos e sua face dramaturgica e retórica. Estes aspectos estão presentes no conceito de *frames* de Goffman e foram retomados pelas teorias da mobilização de recursos e do processo político através dos conceitos de performance e repertório. Ao indicar situações de injustiça e propor soluções, os *frames* também introduzem novas táticas e métodos de atuação. A escolha dessas táticas e métodos se dá, também, em função de oportunidades ou restrições políticas e culturais (discursivamente elaboradas).

Assim como a atribuição de causas, a articulação sobre os melhores caminhos para a solução do problema envolve não apenas o movimento social, mas outros movimentos, os oponentes, o público e os espectadores, que se envolvem em disputas e defesas acerca das melhores soluções, além de tentativas de deslegitimar outras soluções propostas. A essas disputas os autores chamam de “*contraframes*”, cuja existência impele os ativistas a desenvolver e elaborar seus prognósticos mais claramente, dando-lhes maior potencial de aceitação e legitimidade.

No caso do movimento democrático chinês (em 1989), por exemplo, os estudantes anteciparam com precisão os *contraframings* do movimento estudantil como “contrarrevolucionários”, “turbulentos” e “revoltados”. Para desviar esses *contraframings*, os estudantes cuidadosamente elaboraram e articularam prognósticos reformistas e empregaram um repertório tático consistente com narrativas culturais chinesas tradicionais de devoção comunitária e autosacrifício. (SNOW e BENFORD, 2000, p.617)

É importante salientar esse entendimento dos *contraframes* como algo que se opõe a um *frame* de referência. Na perspectiva da teoria do discurso, isso seria uma redundância: a existência de “*frames*” (significados salientes e dominantes) remonta, necessariamente, à

existência da hegemonia e ao ocultamento de outros conteúdos. Na medida em que só se estabelece a partir de uma relação, todo *frame* é, por definição, um *contraframe*.

2.4.2.3 *Frames Motivacionais*

Os *frames* motivacionais fornecem interpretações ou argumentos convincentes que instigam as pessoas a se engajarem na ação coletiva e sustentar sua participação. Essas interpretações são sustentadas por gramáticas específicas, relacionadas à gravidade e urgência do problema, necessidade e eficácia da ação, oportunidades e possibilidades de mudança.

Na perspectiva de *frames*, a atribuição motivacional é a tarefa mais relacionada à racionalidade estratégica. Isso significa, para Snow e Benford (2000, p. 624), que a ação é deliberativa, utilitarista e direcionada aos objetivos de recrutamento, mobilização de adeptos e aquisição de recursos. Embora essa dimensão não possa ser menosprezada, esse reducionismo subestima o papel das emoções e da cultura. Além disso, ela aparta a constituição da identidade e o processo discursivo: primeiro, há um sujeito constituído (o movimento); depois, atores são recrutados. Na teoria do discurso, o sujeito coletivo se constitui nas tentativas de construção de sua unidade simbólica (a produção de cadeias equivalenciais), e nesse mesmo processo o sujeito particular ou individual é interpelado à ação (assumindo posições de sujeito).

2.4.2.4 *Frames Prefigurativos*

Adler (2012) fala, ainda, de *frames* prefigurativos, que constituem uma dimensão teleológica do movimento, indicando aquilo que ele luta “por” e não “contra” (suas expectativas ou futuro almejado). Embora próximos dos *frames* de prognóstico, os *frames* prefigurativos dizem menos respeito ao caminho e mais ao fim. Essa dimensão teleológica, ausente em Snow e Benford, nos parece relevante para compreender as visões de mundo e sociedade e os valores mais amplos que dão relevo ao discurso, como “justiça social”, “democracia participativa”, “liberdade”.

2.4.2.5 Articulação e alinhamento

Vimos que em Laclau e Mouffe (1986) a chave para a produção daquela “unidade”, que é o discurso está no conceito de articulação. Estes autores enfatizam, por meio disso, a relação entre as lógicas da diferença e da equivalência, que se referem à percepção do antagonismo e sua resolução contingente por meio da identidade, via práticas articulatórias. É fundamental na teoria do discurso, também, a ênfase no fato de que o conteúdo não pode ser interpretado de modo essencialista: se o sentido (o discurso) é posicional, não pode haver uma essência do sujeito. Esse não essencialismo não deve ser confundido com a ausência de um “chão”, de um contexto social e político concreto. As posições de sujeito não são alheias às condições sociais, mas essas mesmas condições precisam ser elaboradas (problematizadas) discursivamente, para se tornarem posições de sujeito.

A lógica da articulação e a identificação dessa contingência das identidades coletivas nos parecem comuns ao conceito de articulação da Teoria do Discurso e o de alinhamento da perspectiva de *frames*, exceto por um aspecto: a descrição do “como”. Em suas análises empíricas, a exemplo de *A Razão Populista* (2005), Laclau fala de “lógicas”, “movimentos” e “ideologias”, mas não deixa claro como se dá o engajamento e a interpelação dos atores individuais nos processos políticos. Snow e Benford chamam a atenção para o risco de reificação dos movimentos sociais – armadilha que, no nosso entendimento, pode facilmente acontecer na teoria do discurso. É este “como”, este papel da agência e o nível mesossocial que a análise de *frames*, como recurso metodológico, pode acrescentar à teoria do discurso, na linha analítica a que nos propomos. Ainda que a unidade de análise não seja o indivíduo (mas sim o grupo), os autores destacam que a agência não pode ser perdida de vista. Ao mesmo tempo, aspectos emocionais, culturais e ideacionais (para evitar a ambiguidade do termo “ideologia”) precisam ser levados em consideração.

É irônico que, em muitos novos movimentos sociais e análises sociais construcionistas, a ação humana e a interação sejam retiradas do texto. Devemos ter em mente que essas coisas que chamamos de "movimentos sociais" e suas manifestações organizacionais são formadas por seres interativos, coatuando e reagindo (Benford 1993b; Buechler 1993; Hunt 1992). Os movimentos sociais não se envolvem em protestos, violência, concursos de *frames* e coisas do gênero; os seres humanos o fazem. (BENFORD, 1997, p. 418)

Na perspectiva de *frames*, articulação envolve a conexão e o alinhamento de eventos e experiências de modo que eles se mantenham juntos de forma relativamente unificada e atraente. O conceito de alinhamento remete à construção de vínculos entre os *frames* interpretativos dentro (entre líderes ou ativistas e entre facções) e fora do movimento (público, potenciais adeptos, potenciais aliados). Fatias do observado, experienciado e lembrado são montadas, agrupadas e embaladas em uma linha comum. A novidade do resultado, para Snow e Benford, está menos na originalidade ou novidade dos elementos ideacionais envolvidos e mais “na maneira pela qual eles são empacotados e articulados, de modo que um novo ângulo de visão, ponto de vista e/ou interpretação é fornecido” (SNOW e BENFORD, 2000, p. 623). Vale observar que o que está em cheque, no alinhamento, não é bem a busca de um consenso. Se pensarmos conforme a lógica da equivalência, essa aparente unidade interna e sua abrangência se dão pelo estabelecimento de uma linha clara entre um “nós” (quem somos, o que defendemos) e um eles (aqueles cujos posicionamentos ameaçam os nossos ou que são culpados ou responsáveis pela situação contra a qual lutamos). A questão é até onde essa linha vai – quem ela incorpora, quem ela exclui; o quanto ela é flexível, o quando é rígida.

Portanto, considerando esse esforço do processo de *framing* de gerar identidade e produzir uma “unidade”, um dos aspectos importantes é o grau de flexibilidade ou rigidez dos *frames* – o quanto são inclusivos ou excludentes, com maior ou menor potencial para incorporar demandas e temáticas diversas. Snow e Benford salientam que o escopo dos *frames* de ação coletiva associados à maioria dos movimentos é restrito aos interesses de um grupo específico ou a um conjunto particular de problemas relacionados, a exemplo das “demandas democráticas” de que fala Laclau n’A Razão Populista (2013). Alguns movimentos, porém, teriam escopos mais amplos, “funcionando como um tipo de algoritmo mestre que colore e restringe as orientações e atividades de outros movimentos” (SNOW e BENFORD, 2000, p. 619). A esses referenciais mais amplos que terminam por abarcar as demandas de movimentos específicos ou derivar novas demandas ou movimentos, a perspectiva de *frames* chama de *masterframes*. Os *masterframes* conseguem articular experiências e eventos diversos, dando-lhes significado de forma mais ampla, menos particularista, mais inclusiva, permitindo a convergência de diferentes públicos e movimentos sociais. Usando o mesmo exemplo de Laclau (2013), a identificação de várias demandas unificadas em torno do significante vazio “povo” (“demandas populistas”) fariam dos valores associados ao populismo exemplos de *masterframes*. Exemplo mais claro é o *frame* dos

“direitos” nos Estados Unidos, que se converteu na meta de vários movimentos: as feministas, os ambientalistas, as minorias étnicas, os homossexuais, entre outros (AMPARÁN, 2006, p. 23). Como veremos no capítulo sobre movimentos sociais ou grupos de protesto contra a corrupção no Brasil, esse processo de unificação pode não ser tão claro e linear, haja vista o papel da hegemonia e a disputa entre *contraframes*, dentro e fora do movimento, que podem ser ofuscados pelos *frames* hegemônicos.

Zuo e Benford [...], em suas análises de mobilização em relação aos processos do movimento democrático chinês, sugerem que os *framings* e reivindicações de estudantes mobilizadores foram fundados em uma mistura de ideias acerca de democracia e liberdade junto com as tradicionais ideologias culturais chinesas ou narrativas associadas com o confucionismo, o comunismo e o nacionalismo. Com a incorporação de traços de todas as três tradições culturais em *frames* de ação coletiva do movimento, os ativistas, de acordo com Zuo e Benford (1995: 139), foram não só capazes de “ganhar a simpatia e o apoio ativo do público espectador”, mas também de “desviar qualquer tentativa do Estado de impugnar seu caráter coletivo, particularmente atribuições em relação ao seu patriotismo”. (Snow, 2004, p. 401)

No entanto, quando um *frame* consegue esse nível de amplitude? Ou, refazendo a pergunta de Goffman: em que circunstâncias acreditamos e aderimos a uma determinada versão da realidade? A resposta remonta ao próprio conceito de *framing* – ao esforço de articulação entre eventos e experiências de modo a dar-lhes uma unidade narrativa coerente e ressoante. Coerente para quem? Entram aqui as dimensões cognitiva, cultural e política desses processos.

Quanto mais flexível e condizente com o mundo da vida dos participantes, seus valores e crenças (cultura), maior o poder de mobilização do *frame*. Mas sua capacidade de unificar (ou dividir) depende, antes de tudo, de eventos de deslocamento – precisamente os momentos em que: a) uma situação ou condição social, antes vista como tolerável, passa a ser percebida como injusta ou não tolerável; b) em torno desta situação constrói-se uma narrativa de causalidade que coloca em lados claramente opostos os prejudicados ou vítimas e os culpados ou responsáveis, interpelando os sujeitos a assumirem “posições”; e c) esta situação passa a ser vista não apenas como algo que urge mudança, mas passível de transformação através da identidade e da ação coletiva. Cada uma dessas etapas está relacionada à própria atividade de *framing*, que entendemos como prática articulatória: desde a identificação do problema, ao estabelecimento de antagonismos e identidades, passando pela avaliação (racional e emocional) de que o momento político permite e pede a ação conjunta, até a

motivação para a ação, a prática articulatória está presente. Trazendo para este processo as noções de antagonismo e hegemonia, e lembrando que eles só podem ser compreendidos de modo relacional, há que se considerar a confluência, na arena de atuação dos movimentos sociais, de diversos atores em disputa – outros movimentos sociais, mídia e autoridades. Ademais, a existência de *contraframes* significa, entre outros aspectos, que os *frames* emergentes disputam com outros cujas atribuições inibem e deslegitimam suas narrativas, prognósticos e argumentos em prol da mobilização. Essas considerações levam a uma última: quanto mais abrangente um frame – quanto mais larga uma cadeia de equivalência - mais diferenças e, portanto, mais tensões ela oculta.

Quatro processos básicos de alinhamento foram identificados e pesquisados pelos estudiosos dos *frames* de ação coletiva: ponteamento (*frame bridging*), amplificação, extensão, transformação e amplificação de crenças (SNOW e BENFORD, 2000, p. 624).

O ponteamento diz respeito aos enlaces que se estabelecem entre *frames* para difundir e transformá-los, criando nexos entre dois ou vários *frames* referentes a um problema particular, que embora idealmente congruentes, se encontram discursivamente desarticulados. Esta ponte entre *frames* une sentimentos de diferentes públicos em torno de injustiças, agravos e atribuições causais que até então não tinham base cognitiva e organizativa comum. Os autores, no entanto, deixam de fora um item importante: o antagonismo. Na perspectiva da teoria do discurso, essa agregação precisa ser compreendida à luz das diferenças que ela oculta ou evidencia e das cadeias de equivalência que ela suscita, gerando identidades sociais (ou posições de sujeito). Falando sobre a construção do significante “povo” no populismo, Laclau afirma:

A primeira dimensão da fratura é que, em sua raiz, se dá a experiência de uma falta, uma lacuna que surgiu na continuidade harmoniosa do social. Há uma plenitude da comunidade que está ausente. Isto é decisivo: a construção do "povo" vai tentar dar um nome a essa plenitude ausente. Sem essa ruptura inicial de algo na ordem social – por menor que essa ruptura tenha sido inicialmente -, não há nenhuma possibilidade de antagonismo, de fronteira ou, em última instância, de “povo”. No entanto, esta experiência inicial não é apenas uma experiência de falta. A falta, como vimos, está ligada a uma demanda não atendida. Mas isso implica introduzir ao quadro a instância que não atendeu à demanda. Uma demanda sempre está dirigida a alguém. Portanto, enfrentamos desde o início com uma divisão dicotômica entre as demandas sociais não atendidas, por um lado, e um poder insensível a elas, por outro. (LACLAU, 2005, p. 113)

A amplificação de *frames* e crenças e a extensão de *frames* correspondem ao alargamento de valores ou de crenças de modo a incorporar, ainda que momentaneamente, as diferenças. Segundo Amparán, (2006, p. 19), o processo de amplificação de frame salienta algumas questões ou ideias em relação a outras, fornecendo um identificador conceitual para ligar vários eventos e princípios, dando relevo e simbolizando o *frame* maior de que o movimento é parte. Dessa forma, valores e crenças dos simpatizantes podem ser alinhados às ideias e demandas do movimento social. O termo “crença” é usado na perspectiva de *frames* em sentido amplo – é tudo aquilo que o movimento acredita acerca do problema, causas, estereótipos sobre os antagonistas, percepções sobre as possibilidades de mudança, razões para a ação coletiva, conveniência de mobilizar-se. Tais crenças são comumente traduzidas pelos movimentos sociais em slogans como "Liberdade, fraternidade, igualdade", "Poder para o povo", “Venceremos” (“*We Shall Overcome*”), “Sem teto, não desamparado” (“*Homeless, Not Helpless*”), “Deus está morto”, “Capitalistas são exploradores”, “Comunistas são maus”, “Negro é lindo” (AMPARÁN, 2006; SNOW e BENFORD, 2000).

A transformação de *frames* é abordada pelos autores em um sentido estritamente interno e estratégico: quando nem os interesses nem os valores do movimento social mostram-se congruentes com os seus participantes e seu público, a agregação torna-se frágil e surge uma necessidade de mudança ou reformulação, seja no diagnóstico, no prognóstico ou nos métodos utilizados. Pensamos, contudo, que esse tipo de questão “interna” é particularmente sintomática de que, na disputa hegemônica, alguns discursos são momentaneamente vitoriosos, enquanto outros recrudescem. Para Snow e Benford, tanto a amplificação de *frames* e crenças quanto a transformação de *frames* têm relação com a ressonância dos *frames* e com constrangimentos políticos e culturais, além do estado do debate sobre o tema na esfera pública: “em sua extensa pesquisa sobre o movimento pelos direitos civis, McAdam, McCarthy e Zald (1996) observaram como vários ‘públicos de referência’, incluindo segregacionistas, a mídia, o público e o governo federal afetaram as atividades de *framing* do movimento” (SNOW e BENFORD, 2000, p. 630). O processo de alinhamento, portanto, não é unilateral – ação de líderes sobre uma base acrítica ou do movimento sobre um público passivo. Ele precisa ser compreendido na arena e no contexto político em que ocorre, observando-se os atores presentes e como eles se posicionam, os elementos que são ativados, as incorporações, exclusões e ocultamentos.

A “eficácia” ou poder de mobilização dos *framings* propostos tem relação, para Snow e Benford, com sua credibilidade e ressonância relativa. A credibilidade é pensada como

consonância cognitiva (consistência do *frame*, clareza dos argumentos, fidelidade à experiência empírica e legitimidade dos articuladores e autores das reivindicações); e a ressonância é associada a oportunidades ou constrangimentos políticos e culturais. A credibilidade dos *frames* dependeria da comensurabilidade da experiência, sua coerência com os esquemas de ação em que os atores experimentam o problema, e da fidelidade da narrativa à herança cultural dos atores. Segundo Amparán (2006), os processos de *framing* são mais exitosos na medida em que os *frames* gerados se aproximam de narrativas dessa herança cultural: seus mitos, histórias, contos populares. Pensada dessa forma, a relação entre *frames* e cultura e a questão da credibilidade dos *frames* soam ora neutras, alheias ao processo de articulação; ora reproduzem a imagem da cultura como uma “caixa de ferramentas” à disposição dos ativistas. O papel dos meios de comunicação tradicionais (notadamente os noticiários, cujas manchetes tendem a ser tomadas como “fatos” pelo grande público), é pouco problematizado, assim como a visibilidade que alguns *frames* (e mitos e valores relacionados), adquirem na esfera pública, favorecendo determinadas interpretações da realidade em detrimento de outras. Como aponta Amparán (2006, p. 26), “dentro da duração de um ciclo de protestos pode ser uma constante que o Estado e os meios de comunicação de massa produzam ‘*frames*’ interpretativos que tratam de tirar a legitimidade do *masterframe* gerado pelos movimentos sociais”. É importante notar, ainda, que os meios de comunicação podem pautar os próprios movimentos, ao mesmo tempo em que são pautados por eles em momentos de grande visibilidade (daí a importância das noções de visibilidade e latência de Melucci). Como veremos, a internet e as redes sociais *on-line* têm estado, no Brasil, no fluxo e contrafluxo dessa construção do que é “real” e “crível”, com uma proliferação de canais que buscam mostrar “o que não aparece na TV”, “o que a grande mídia não mostra”.⁶

Quanto à ressonância de *frames* e *masterframes*, Snow e Benford afirmam que a ela pode estar associada ao surgimento, manutenção e declínio de ciclos de protesto, estes últimos entendidos como “sequências escalonadas de ação coletiva com maior intensidade e frequência do que o normal, que se estendem através de setores e regiões da sociedade”

⁶ Mesquita (2016, p. 79), estudando como o engajamento político dos cidadãos é afetado pela exposição à mídia, afirma que “algumas das perspectivas sobre o impacto da mídia sobre democracia aponta para um cinismo crescente da imprensa em lidar com as questões públicas, levando ao rebaixamento da política e dos políticos em geral (Patterson, 1998; Cappella e Jamieson, 1997). Por outro lado, estudos baseados em *surveys* indicam que a exposição à mídia noticiosa está associada a atitudes mais democráticas e a maior confiança no regime (Norris, 2000; Newton, 1999). Outras orientações políticas relativas aos próprios cidadãos como atores políticos apresentam associações diferentes a depender do tipo de mídia quanto ao conteúdo (Livingstone e Markham 2008; Eveland e Scheufele, 2000; Corrigan-Brown e Wilkes, 2014). Independentemente da perspectiva adotada sobre o assunto, as informações sobre as instituições democráticas nos meios de comunicação é um elemento à disposição dos cidadãos para formar suas opiniões, para além das experiências concretas que possam ter.”

(AMPARÁN, 2006, p. 24). Um contexto político pode tornar determinado discurso mais ou menos apto ao sucesso, aumentando seu poder de ressonância. A potência de mobilização do *masterframe*, por sua vez, determinará a forma e o alcance temporal desses ciclos. Através dos mecanismos de alinhamento, esse potencial pode ser incrementado para o que o *masterframe* se torne mais ressoante na sociedade. Mas, na medida em que o potencial de um *frame* depende de sua capacidade de ressonância, uma mudança no clima político e cultural pode reduzir sua força e conseqüentemente gerar o declínio do ciclo de protesto.

Essa concepção, em princípio, parece não levar em consideração a dimensão hegemônica dos *masterframes*, as tensões que eles ocultam e a relação de antagonismo que os define. No entanto, fiéis à perspectiva construcionista e atentos às críticas sofridas pela teoria do processo político, Snow e Benford salientam que a própria noção de oportunidade política está sujeita à interpretação. Para que se torne “oportunidade”, ela precisa ser discursivamente articulada, ainda que essa tentativa de elaboração possa escapar aos sujeitos e tomar rumos não imaginados.

[...] os proponentes dessas perspectivas (mobilização de recursos e do processo político) não só privilegiaram inicialmente esses fatores, como também não conseguiram avaliar até que ponto condições materiais como a privação econômica ou o desemprego são, elas próprias, sujeitas à interpretação diferencial e, portanto, não constituem ou geram automaticamente queixas mobilizadoras (SNOW, 2004, p. 383).

Para os autores da perspectiva de *frames*, como para Melucci, embora as estruturas de oportunidades políticas possam restringir ou facilitar os processos de *framing* de ação coletiva, seu grau ou extensão raramente é uma “entidade estrutural” clara e de fácil leitura. Antes, sua existência e abertura estão sujeitas ao debate e interpretação e podem ser enquadradas pelos atores. O enquadramento das oportunidades políticas seria, aliás, um componente central dos *frames* de ação coletiva.

2.4.3 *Frames*, ideologia e processos discursivos

Discutindo de forma mais direta a relação entre processos de *framing* e processos discursivos, Snow (2004, p. 401) afirma que, além do contexto ou estoque cultural mais amplo (fronteiras locais, nacionais ou societárias), os processos de articulação e elaboração de *frames* podem ser facilitados ou restringidos pelos “contextos discursivos” em que se

encontram. Nesse ponto, o autor introduz os conceitos de campo discursivo e oportunidades discursivas. Para entendê-los, porém, é necessário esclarecer o lugar e o conceito de ideologia na perspectiva de *frames*.

Voltemos por um momento a Laclau e Melucci. Como processo relacional, a formação de identidades coletivas está ligada a uma particular posição do ator no campo social – para Laclau, contingente; para Melucci, sistêmica –, carregando com ela a parcialidade, pluralidade e tensão daquela posição. Nessa perspectiva, “*frames* podem ser definidos como a representação discursiva da ação coletiva organizada de acordo com a posição do ator no campo, e devem ser alocados dentro em uma teoria da ideologia” (Melucci, 1996, p. 348). Melucci define ideologia como “um conjunto de *frames* simbólicos que atores coletivos usam para representar suas próprias ações para eles mesmos e para outros dentro de um sistema social de relações” (Melucci, 1996, p. 349). De forma mais ou menos articulada, “a ideologia” define o próprio ator, identifica os adversários e define fins e objetivos pelos quais o movimento luta. Além disso, ela “estabiliza um conjunto de relações entre estes elementos que servem, de um lado, para legitimar o ator, de outro, para negar qualquer identidade social do oponente” (Melucci, 1996, p. 349).

Quanto ao papel da ideologia, Melucci e Laclau estariam de acordo. Para ambos, a ideologia ultrapassa o conceito de falsa consciência; é mais do que mero reflexo de mecanismos ulteriores; tem a capacidade de ocultar a pluralidade de orientações e tensões que correspondem a diferentes componentes. No entanto, o pós-marxismo de Laclau o leva para longe da teoria da ideologia de Melucci. Neste, a ideologia carrega a tensão de posições de sujeito que são, em última instância, sistêmicas, ficando impressa no sujeito uma “objetividade” algo sólida, enquanto Laclau insiste que essa mesma objetividade é, ela mesma, efeito de ocultamentos e suturas e, portanto, apenas “aparentemente” objetiva. O papel da ideologia, em Laclau, confunde-se com o papel do mito, cujo “trabalho” consiste em suturar o espaço deslocado através da constituição de um novo espaço de representação, uma nova objetividade. Assim, os sentidos fixados podem assumir o lugar de algo dado, ocultando a contingência dos sentidos hegemônicos, dando-os como essências: “toda objetividade não é, portanto, senão um mito cristalizado” (LACLAU, 1993, p. 77):

[...] o sujeito, no sentido em que o entendemos neste texto, não pode ser objetivo: ele só se constitui nas bordas deslocadas da estrutura. Explorar o campo da emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas equivale a explorar os vestígios que a contingência tem inscrito nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos. (LACLAU, 1993, p. 77)

A perspectiva de Snow e Benford (2000), por sua vez, é criticada por uma relação imprecisa entre a perspectiva de *frames* e o conceito de ideologia. Segundo Oliver e Johnston (2000), essa relação é pouco clara e há uma tendência dos pesquisadores de usar *frame* e ideologia como sinônimos. Além disso, embora façam uso eventual do conceito, Snow e Benford não forneceriam uma justificativa para abandonar o termo ideologia. Apesar dessas críticas, em uma nota de rodapé, Snow e Benford pontuam:

A ideologia é geralmente retratada como um conjunto bastante amplo, coerente e relativamente durável de crenças que afeta a orientação não só na política, mas na vida cotidiana de forma mais geral. Esta concepção pressupõe se uma pessoa assina uma visão mais geral e neutra da ideologia (por exemplo, Geertz 1973) ou uma visão mais crítica em que a ideologia é vista como funcionando para sustentar estruturas de classe e relações de dominação existentes (por exemplo, Thompson 1984). Em ambos os casos, a referência é a um conjunto de crenças e valores razoavelmente penetrantes e integrados que têm considerável poder de permanência. Em contraste, os *frames* de ação coletiva funcionam como amplificações inovadoras e extensões de, ou antídotos para, ideologias existentes ou componentes delas. Consequentemente, a ideologia funciona tanto como um constrangimento quanto uma fonte (*resource*) em relação aos processos de *framing* e aos *frames* de ação coletiva. (SNOW e BENFORD, 2000, p. 613)

Embora reconheçam a relevância da ideologia, os autores apresentam clara preocupação em destacar que ação dos movimentos e os *frames* de ação coletiva não são meras derivações de mecanismos ideológicos. A tradição que acentua o papel da ideologia na ação dos movimentos, segundo Snow (2004), deixa no vácuo o caráter da ideologia ou como ela afeta o fluxo e refluxo da atividade de movimento. Nessa linha mecanicista, a atividade do movimento social é vista como ideologicamente estruturada, os participantes como ideologicamente orientados ou subscrevendo o mesmo conjunto de crenças e ideias, e os *frames* de ação coletiva simplesmente derivados de uma ideologia ou estoque cultural existente. Desse mecanicismo são decorrentes alguns erros apontados pelo autor no estudo dos movimentos sociais: presumir que há neles maior coerência e integração ideológica do que muitas vezes existe; assumir maior correspondência entre ideologia e comportamento do que de fato ocorre; ver a atividade de *framing* relacionada ao movimento como meramente derivada da ideologia (SNOW, 2004, p. 399). Este último seria, a nosso ver, o equívoco de Melucci. Apesar do seu culturalismo e construtivismo, e embora sua visão sobre a atividade de *framing* seja notoriamente mais complexa, em última instância os *frames* são entendidos ora como sinônimo, ora como reflexo da ideologia.

Como vimos, *framing* é um processo contínuo em que os *frames* são continuamente articulados e elaborados. Tal articulação envolve a conexão e coordenação de eventos, experiências e “vertentes de uma ou mais ideologias”, de modo que elas se mantenham juntas de uma forma relativamente integrada e significativa. Aqui, vê-se um sentido da ideologia que se aproxima da noção de mito de Laclau, ao menos de sua função de “sutura”. Em outros sentidos, a ideologia é mencionada como contexto ou fonte da qual a atividade de *framing* bebe seus conteúdos, ou entendida de forma plural, como lentes que direcionam o olhar sobre o mundo, mascarando ou evidenciando, ofuscando ou iluminando aspectos da realidade e a forma como se alinham os interesses dos atores. Em Laclau, porém, esse ocultamento é o próprio trabalho do discurso.

Considere, por exemplo, os enquadramentos de líderes de movimentos historicamente proeminentes como Gandhi e Martin Luther King, bem como os demais participantes de base, como no caso do movimento democrático chinês de 1989. No caso de Gandhi, diz-se que seus princípios orientadores de "satyagraha" e "ahimsa", que evoluiu para o que pode ser interpretado como um *masterframe* mobilizador para grande parte do mundo, foram baseados em uma mistura de crenças derivadas do Hinduísmo, Budismo e Cristianismo, e seus mentores espirituais incluíam Jesus, Buda, Sócrates e sua mãe. Como observado em um esboço biográfico: "Enquanto estudava na Inglaterra para ser advogado, primeiro leu a Bíblia e o Bhagavad Gita", o que lhe deu "um chamado de clarim para a alma para empreender a batalha da justiça. Ensinou-o a renunciar aos desejos pessoais não pela retirada do mundo, mas pela devoção ao serviço de seu próximo. No Novo Testamento cristão, ele encontrou a agitação da resistência passiva nas palavras do Sermão da Montanha" (SNOW, 2004, p. 400).

A noção de “contexto discursivo”, apresentada por Snow (2004), acrescenta pouco à noção de *framing* apresentada acima. Ela se refere aos contextos mais amplos em que os processos de *framing* estão envolvidos e incorporados. Para os culturalistas, trata-se de “campos discursivos”; para os estruturalistas são “estruturas de oportunidade discursiva” (SNOW, 2004, p. 401-402). Os campos discursivos confundem-se com a própria definição do contexto político. Eles emergem ou evoluem no curso da discussão e debate sobre questões e eventos contestados e abrangem não apenas elementos culturais de relevância potencial (estruturas primárias, crenças, valores, ideologias, mitos e narrativas), mas também conjuntos de atores cujos interesses estão mais ou menos alinhados com os temas e contestações e que, portanto, também atuam sobre esses o curso do *framing*. Esses conjuntos de atores incluem o próprio movimento social em questão, contramovimentos, os alvos da ação ou mudança, os meios de comunicação e o público em geral (potenciais aderentes, potenciais antagonistas,

espectadores) (SNOW, 2004, p. 402). O conceito de estrutura de oportunidade discursiva é ainda mais amplo, mas não muito distinto. Refere-se à avaliação de que a forma, o curso e a história dos processos de *framing* (entendidos como “enquadramentos discursivos”) são influenciados não apenas pelos eventos, cultura, e interlocutores que os constituem, mas, sobretudo, pelo contexto político em que eles ocorrem (SNOW, 2004, p. 403).

A avaliação de Diani do sucesso eleitoral do populismo da Liga do Norte na Itália em comparação com um número de grupos concorrentes na mesma região no início dos anos 90 sugere uma ligação entre diferentes configurações de estrutura de oportunidade política e diferentes *masterframes*, implicando uma espécie de afinidade eletiva entre os dois. Embora a comparação de Koopman e Statham (1999) do sucesso relativo da extrema-direita alemã em contraste com o seu equivalente italiano não indique um ajuste tão nítido entre os *framings* propostos e a oportunidade política, os resultados sugerem que o maior impacto da direita alemã sobre a política oficial foi em parte devido a uma estrutura de oportunidade discursiva mais propícia. De maneira similar, o estudo comparativo de Ferree et al sobre o discurso do aborto na Alemanha e nos Estados Unidos [...] mostra como as diferenças nos *frames* de aborto nos dois países podem ser explicadas em parte pelas diferenças em suas respectivas estruturas de oportunidade discursiva. (SNOW, 2004, p. 403)

O contexto político, portanto, é tanto arena quanto alvo dos processos de *framing* ou processos discursivos. O conceito de ressonância e sua relação com a credibilidade da narrativa, sua fidelidade à experiência empírica e sua coerência cultural são evidência de que esse processo não é algo estático e linear, mas contestado, negociado. Isso significa que “os ativistas não são capazes de construir e impor qualquer versão de realidade que gostariam; em vez disso, há uma variedade de desafios enfrentados por todos aqueles que se envolvem em atividades de *framing* de movimento” (SNOW e BENFORD, 2000, p 625). Todos os atores na arena de ação coletiva engajados nessa “obra de construção da realidade” estão envolvidos na política da significação. Os movimentos sociais estão situados naquilo que Habermas (1984) chamou de esfera pública. Nela estão os opositores, os espectadores, a mídia, os outros movimentos. O que a teoria do discurso salienta, porém, é que quando um movimento se identifica como um “eu” e aos demais como “os outros” na esfera pública, o trabalho discursivo já foi iniciado.

2.4.4 Críticas à análise de *frames*

A perspectiva de *framing* tem contribuído significativamente para o campo dos movimentos sociais. Para Benford (2000, p. 411) “ela moveu o campo para além do determinismo estrutural da mobilização de recursos e modelos de oportunidade política e para longe da psicologia duvidosa de abordagens de escolha racional”, e tem inspirado análises que consideram as dimensões ideacionais, interpretativas, construtivistas e culturais da ação coletiva. Apesar dessas contribuições, e talvez pela pluralidade de perspectivas teóricas em que ela é adotada (sobretudo a teoria da mobilização de recursos), a análise de *frames* foi alvo de várias críticas, oriundas de correntes como a sociologia francesa com influências pragmatistas e estudiosos da análise do discurso (ACEVEDO, 2013, p. 2). Entre as principais, podemos listar: o conceito de *frame* como algo acabado, estático, descritivo, monolítico, ignorando distintas camadas de *framing* e a disputa entre *frames* dentro do próprio movimento; a reificação da cultura como conjunto de crenças compartilhadas ou como um *kit* de ferramentas onde os ativistas buscariam sentidos que coubessem em seus objetivos; a noção de espaço público como um mercado de demandas onde os líderes atuam estrategicamente, manipulando recursos simbólicos para angariar adeptos, nichos de públicos ou o grande público; a redução do *frame* às estratégias de recrutamento dos ativistas; uma perspectiva elitista dos movimentos, com ênfase no papel das lideranças sobre os demais ativistas; a secundarização dos processos de interação que dão origem aos *frames* (reificação dos *frames*); o privilégio da agência (psicologismo) numa perspectiva instrumental e utilitarista, ignorando o papel da emoção; a simplificação excessiva da dimensão ideacional dos movimentos sociais. As respostas ou problematização de algumas dessas críticas, nos parece, já foram indiretamente apresentadas nos tópicos anteriores. Há, no entanto, algumas ponderações que merecem destaque.

Em primeiro lugar, alguns autores (SNOW E BENFORD, 2000; AMPARÁN, 2006; ACEVEDO, 20013; RABADÁN e MARIÑO, 2009) afirmam ter havido uma banalização do conceito de *frame*. Em suas análises da literatura sobre *frames*, Snow e Benford apontam uma tendência geral à simplificação excessiva, que trataria *frames* de ação coletiva e processos de *framing* no singular, como se houvesse apenas uma realidade e a construção da realidade seguisse uma direção única e exclusiva. Em vez disso, para Snow e Benford, os atores envolvidos no processo de *framing* trazem repertórios de *frames* socialmente construídos para suas interações, e cada participante pode aplicar um ou mais desses *frames* em cada situação

específica (BENFORD, 2000, p. 418). Saliente-se, além disso, o caráter continuamente negociado dessas elaborações simbólicas, enfatizado em diferentes graus nas abordagens teóricas, mas evidentes nas perspectivas de Melucci, Snow e Benford.

A simplificação exagerada da análise de *frames* é apontada não apenas ao conceito, mas em relação aos enlaces teóricos e aplicações metodológicas. Segundo Amparán (2006, p. 10), “ao partir do particular para o geral, a análise de *frames* como método de investigação contribui estruturando e organizando a informação para a abordagem de qualquer tópico”. Uma das consequências disto é um conjunto disperso de pesquisas em que o *framing* se converte em “um conjunto de métodos de análise do discurso, por vezes incompatíveis, unidos por uma ligação em relação à abordagem de Goffman [...] ou pior, em uma etiqueta teórica, um passaporte usado para justificar superficialmente diversas análises” (RABADÁN e MARIÑO, 2009, p. 4).

O autor encontra contradições entre esta noção de *frame* (*marco*) e *framing* (*enmarcamiento*) com um olhar construcionista porque, se se pensa o *frame* como um recurso sobre o qual determinados atores exercem o controle, não se pode sustentar que o discurso da ação coletiva é contextual, público e que emerge em um processo de mobilização e ação. Neste sentido, Steinberg observa que uma ideia construcionista da realidade social e uma ideia de atores racionais que manipulam recursos culturais é incongruente ou incompatível: Estes problemas de agência podem ser sintomáticos do fato de que as epistemologias subjacentes a um olhar construcionista e as descrições de atores racionais do discurso da ação coletiva não são fáceis de conciliar. É problemático caracterizar os processos de *framing* dos movimentos sociais como um exercício de construção da realidade e dos sentidos genuínos de injustiça e identidade, e ao mesmo tempo considerar que os ativistas e organizadores dos movimentos sociais manipulam e alienam estrategicamente os *frames* para mobilizar o consenso. Isso pode criar um excesso de voluntarismo, que adoce a compreensão do discurso como um estoque de códigos e significados controversos que impõem limites às maneiras pelas quais as pessoas entendem e representam sua vida [...]. (ACEVEDO, 2013, p. 7)

Esta questão aponta diretamente para o hibridismo da nossa opção teórico-metodológica, no que concerne à conciliação entre a perspectiva de *frames*, relacionista e construtivista; e a teoria pós-estruturalista de Laclau e Mouffe (1986). A nosso ver, tais perspectivas só são inconciliáveis se a noção de *frames* for compreendida em um sentido restrito, que os percebe como algo estático e acabado, restringe o processo de *framing* à racionalidade estratégica e ignora os contextos discursivos em que esses processos ocorrem. De outra forma, as dimensões da contingência, do antagonismo e da hegemonia da teoria do

discurso não só se conciliam como complexificam a análise de *frames*. Por fim, à construção social da realidade, cara ao construcionismo, o pós-estruturalismo acrescenta uma dialética da desconstrução e a impossibilidade de identificar limites rígidos entre significados – exceto na medida em que a rigidez dessas fronteiras é simbólica e politicamente estabelecida para preencher o vazio de tal impossibilidade. Quanto à polêmica sobre a “manipulação” dos *frames* pelos ativistas, pensamos que a existência de uma dimensão estratégica não subsume o fato de que essas tentativas de controle (e de sutura) escapam à ação coletiva. Como veremos em nossa análise empírica, o movimento é transpassado por outros sentidos no contexto em que está inserido. A construção do significado, ao final, não é “propriedade intelectual” de nenhum dos grupos na arena dos conflitos, tampouco um conteúdo reificado que age sozinho ou através de entidades coletivas em si mesmas. Os mobilizadores não são, para a análise de *frames* de Snow, Benford, e menos ainda se incluimos Melucci, dotados de uma racionalidade pura, esse tipo ideal que tem suscitado tantos ruídos nas análises dos movimentos sociais. Cabe salientar, ainda, que a análise de *frames* não tem por fim identificar, hierarquizar ou classificar os significados bons e maus, entre sentidos “genuínos” ou não de justiça. Importa, sim, descobrir quais os sentidos hegemônicos, quais as cadeias equivalenciais estabelecidas, quais as diferenças que elas coadunam e à custa de quais ocultamentos se dá a visibilidade.

Algumas das críticas à análise de *frames* surgem, como se vê, em consequência de sua ligação estreita com a teoria da mobilização de recursos e, por conseguinte, à acusação de que a agência é abordada estritamente como racionalidade estratégica. Disso decorre outra questão: a negligência das emoções. Como Melucci indica em seus escritos, o estudo dos movimentos sociais não podem desconsiderar o papel que os fatores afetivos desempenham na participação e na mobilização. Apesar disso, Benford (2000) avalia que as emoções têm sido largamente ignoradas no estudo da ação coletiva. Segundo o autor, os adeptos da mobilização de recursos, ao se contrapor ao que entendiam como tradição coletiva de comportamento, restringiram-se a uma visão cognitivista e racionalista dos sujeitos (BENFORD, 2000, p. 419).

Também decorrente da ênfase na racionalidade estratégica (ou, no caso de Melucci, na ideologia), surge a acusação de que a análise de *frames* parte de uma visão elitista sobre os movimentos, privilegiando o papel de líderes ou formadores de opinião em contraposição a ativistas ou públicos acrílicos. Esta crítica atinge diretamente nosso estudo, na medida em que foram entrevistados apenas líderes ou porta-vozes dos grupos/movimentos pesquisados. Como veremos, a afirmação de que os movimentos sociais recentes que atuam na internet são

caracterizados por lideranças horizontais é posta à prova quando nos debruçamos sobre o estudo desses movimentos no Brasil. Embora pudesse ser interessante ouvir os “seguidores” e adeptos dos grupos em suas páginas *on-line* e os participantes dos eventos físicos (nas ruas) promovidos por eles, para as questões aqui colocadas os administradores das páginas, líderes ou porta-vozes precisariam necessariamente ser ouvidos (voltaremos a essa questão no capítulo sobre ativismo *on-line* e, evidentemente, na análise de dados). No que concerne à crítica, mais uma vez é preciso enfatizar a interação e negociação contínua que caracteriza a ideia de *framing*, além de enxergá-la como tentativas de sutura, de dar unidade ao social. É nesse contexto que deve ser compreendida a “função” de orientação da ação dos *frames* ou, como gostamos de dizer, da dimensão performativa do discurso. Na medida em que o processo de *framing* (a prática articulatória) cria identidade, ela também pode produzir motivações para a mobilização que vão desde interesses específicos a emoções (raiva, revolta, indignação, etc.) e valores morais. Estes e outros conteúdos não podem ser ditos a priori, mas identificados em cada caso a partir de análises históricas e estudos empíricos.

2.4.5 Caminhos metodológicos

Pelo exposto, embora a teoria do discurso de Laclau e Mouffe seja, a nosso ver, a que mais dá conta e mais ajuda a compreender o contexto em que se formam e atuam os grupos de protesto, a ausência de uma teoria dos movimentos sociais e de uma alternativa metodológica dificulta a aproximação com o universo da pesquisa. Não se trata de reproduzir a crítica de que faltaria um “chão” a essa teoria: como vimos, o conceito de social se articula com o de político, e a distinção entre discursivo e não discursivo não se aplica. Mas, guardadas as especificidades teóricas, a análise de *frames* oferece um horizonte mesossocial para a análise macrossocial de Laclau e Mouffe. A aproximação entre a teoria do discurso e a análise de *frames* nos parece legítima e profícua.

Do ponto de vista analítico, Rabadán e Mariño (2007, p. 09) assinalam que os estudos de *frame* têm seguido duas linhas:⁷ uma microteórica, entendendo os *frames* como um paradigma comunicativo unitário com funções restritas ao conteúdo jornalístico; outra macroteórica, que “define a perspectiva de *frames* como um programa de pesquisa que integra

⁷ Estes autores falam de *frames* de comunicação midiática, mas acreditamos que a afirmação pode ser estendida aos *frames* de ação coletiva.

diferentes paradigmas (cognitivo, crítico e construtivista), e que pode fornecer explicações gerais acerca de todo o processo de comunicação” (RABADÁN E MARIÑO, 2007, p. 10).

Cada uma dessas linhas leva ao uso de recursos metodológicos distintos:

Esta separação tem gerado uma grande fragmentação até o momento, já que a seleção de métodos quantitativos ou qualitativos provoca diferenças fundamentais na investigação. Os quantitativos (análise de conteúdo por meio de *softwares* e experimentos de exposição de *frames* sobre indivíduos) partem da premissa de que é possível identificar e medir de forma exaustiva e precisa todos os elementos de *framing* presentes no discurso. Enquanto isso, os qualitativos (análise de discurso mais ou menos informatizada, *focus group* e entrevistas), ante o caráter parcialmente latente do fenômeno que dificulta sua identificação, apresentam um olhar interpretativo muito mais contextualizado, mas gera outros problemas (complicada categorização e dependência do critério do analista). Felizmente, começa a se impor uma visão mais abrangente que combina elementos de ambos os métodos (Hertog e McLeod, 2001; Reese, 2007). (RABADÁN E MARIÑO, 2007, p. 10)

O próximo tópico apresenta a nossas opções metodológicas, delineando a construção do *corpus* da pesquisa.

3 CONSTRUÇÃO DO CORPUS

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa são os grupos de protestos contra a corrupção que se articulam na ou através da internet, no Brasil recente. A pesquisa centrou-se, basicamente, nos grupos que atuam no *Facebook*, por ser este o *site* de rede social mais utilizado e pela sua penetração entre os usuários da internet no Brasil.⁸ Por “recente” nos referimos, a rigor, aos grupos que surgiram ou cuja visibilidade se tornou maior após 2011, ano das primeiras Marchas Contra a Corrupção no Brasil, o que coincide com o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff. A compreensão desse período, no entanto, é feita à luz de um recorte temporal mais amplo: a transição democrática. Além disso, na tentativa de capturar os confrontos discursivos em que os grupos de protesto se constituem, faz-se, também, a análise do discurso sobre a corrupção no poder institucionalizado, nos pronunciamentos de posse dos Presidentes da República após a Ditadura Militar.

3.2 METODOLOGIA QUALITATIVA

O interesse no discurso, na dimensão processual e construtiva, na investigação tanto das dimensões visíveis quanto das faces latentes dos sujeitos coletivos em questão, indicou a utilização da metodologia qualitativa.

Segundo Bryman (2008), essa decisão metodológica remete: *a*) a uma visão indutiva da relação teoria e pesquisa, em que a produção da primeira está ligada à última e a análise está presente em todas as fases de elaboração do trabalho; *b*) a uma posição epistemológica interpretativista, que se traduz na tentativa de apreensão do mundo social através do exame das interpretações desse mundo pelos participantes da pesquisa; *c*) a uma posição ontológica construcionista, que percebe os fenômenos sociais como resultados das interações entre os indivíduos. Adaptando esses princípios para o nosso objeto de pesquisa, trata-se do esforço de estudar as ações coletivas em foco, analisando-as em suas peculiaridades culturais e históricas, sem perder de vista que o recorte empírico é um construto da analista em sua

⁸ Mais informações a respeito são apresentadas no próximo capítulo.

própria posição de sujeito e em sua rede de significados (MUTZENBERG, 2002, 2011; MELUCCI, 1996; POUPART, 2010; DENZIN, 2006).

Diferente do que ocorre com o método de survey, em torno do qual há relativo consenso paradigmático quanto a princípios e definições, definir o método qualitativo é uma tarefa mais complexa, dada a sua natureza multipadigmática:

A pesquisa qualitativa, como um conjunto de atividades interpretativas, não privilegia nenhuma única prática metodológica em relação a outra. É difícil definir claramente a pesquisa qualitativa como um terreno de discussão ou de discurso. Ela não possui uma teoria ou um paradigma nitidamente próprio. [...] Há múltiplos paradigmas teóricos que alegam empregar os métodos e as estratégias da pesquisa qualitativa, desde os estudos construtivistas aos culturais, passando pelo feminismo, pelo marxismo e pelos modelos étnicos de estudo. A pesquisa qualitativa é empregada em muitas disciplinas distintas. (DENZIN, 2006, p. 20)

A pesquisa qualitativa ressalta a natureza socialmente construída da realidade (a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados – ênfase no caráter processual e na reflexão); a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado; e as limitações contextuais que influenciam a investigação.

Dessa forma, o contexto e a interação são elementos fundamentais. Do ponto de vista qualitativo, todo pesquisador fala a partir de uma determinada perspectiva de classe, de gênero, de raça, de cultura e de comunidade étnica. Esse pesquisador, situado em múltiplas culturas, aborda o mundo com um conjunto de ideias, um esquema (teoria, ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) que ele então examina em aspectos específicos (metodologia, análise). Cada pesquisador fala a partir de uma comunidade interpretativa distinta que configura, em seu modo especial, os componentes multiculturais, marcados pelo ato da pesquisa.

Dentro da própria metodologia qualitativa, algumas técnicas como a observação (etnografia) já tiveram a pretensão de uma maior proximidade com a “realidade objetiva” do que técnicas discursivas como entrevistas individuais e grupais. Por outro lado, segundo Denzin (2006), abordagens mais recentes acerca da metodologia qualitativa (como a teoria *queer* e o pós-estruturalismo) defendem que os sujeitos ou indivíduos dificilmente conseguem fornecer explicações completas de suas ações ou intenções; tudo o que podem oferecer são relatos ou histórias sobre o que fizeram e porque o fizeram. Para o autor,

Nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis na experiência humana contínua. Consequentemente, os pesquisadores qualitativos empregam efetivamente uma ampla variedade de métodos interpretativos interligados, sempre em busca de melhores formas de tornar mais compreensíveis os mundos da experiência que estudam. (DENZIN, 2006, p. 33)

O pesquisador qualitativo dispõe de diversos métodos para a coleta de materiais empíricos. Tais métodos vão da entrevista à observação direta, passando pela análise de artefatos, documentos e registros culturais e pelo uso de materiais visuais ou da experiência pessoal. Ele também pode empregar uma variedade de métodos diferentes de leitura e de análise das entrevistas ou dos textos culturais, incluindo as estratégias de análise do conteúdo, da narrativa e semióticas. No presente caso, foram utilizadas a análise de documentos e a entrevista em profundidade, esta última mesclada com a entrevista narrativa.

É importante lembrar que a pesquisa qualitativa não se orienta pela lógica estatística da representatividade e, portanto, da generalização (BRYMAN, 2008, p. 392). Mais que em outros formatos já legitimados no universo acadêmico (como trabalhos empíricos baseados em métodos standardizados), a pesquisa qualitativa vê-se impelida a justificar eventuais pretensões de generalização e discutir quais as formas de controle de vieses autoconfirmatórios (CANO, 2012). O critério de representatividade na pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que, guardadas as peculiaridades individuais, os sujeitos em seus grupos sociais (definidos conforme o tema e objetivos da pesquisa) tendem a compartilhar referenciais, marcos interpretativos da realidade, critérios de julgamento e valoração, entre outros elementos simbólicos e culturais que têm relação com suas práticas e atitudes.⁹ Assim, do ponto de vista empírico, se há alguma lógica de representatividade e generalização, ela está restrita aos segmentos contemplados no estudo. Dito isto, no método qualitativo o número de entrevistados ou de casos não tem regras pré-definidas e depende, em geral, da necessidade de segmentação e da saturação das informações durante o trabalho de campo. Além disso, mais que propiciar dados que possam ser generalizados para o todo, pesquisas qualitativas muitas vezes fazem o caminho oposto: servem para confrontar teorias sobre o todo a partir do identificado nas “partes” (grupos sociais investigados).

Observar e elucidar relações associadas à formação de identidades coletivas e a dinâmica dessas relações no ciberespaço exige o esforço de experimentar, desenvolver e

⁹ Apesar da ênfase no que é compartilhado, são *outputs* da pesquisa qualitativa tanto o que é “comum” quanto o que “diverge”. A análise desses alinhamentos depende do esquema teórico adotado.

adequar ferramentas conceituais e metodológicas que deem conta de sua complexidade e fluidez. Considerando esse aspecto, o estudo adotou um caráter exploratório, deixando a investigação aberta à adequação das hipóteses iniciais e ao surgimento de outras durante a investigação. Do planejamento à análise, as decisões metodológicas buscaram levar em conta as especificidades do ambiente virtual ou, nos termos de Marcuschi (2004), do “discurso eletrônico” – da ação e da linguagem mediadas por computador.

Embora pudesse ser interessante a análise do conteúdo das redes sociais *on-line* dos grupos/movimentos em questão, *microblogs* e *sites* (*posts*, *banners*, etc.), nossa proposta foi ouvir os sujeitos pesquisados de forma direta, recorrendo ao recurso qualitativo da entrevista, utilizando a internet tanto como ferramenta (meio, canal) quanto ambiente do trabalho de campo (espaço de articulação dos atores sociais). Ainda assim, a utilização da internet tanto como campo quanto ferramenta de pesquisa imprime uma feição etnográfica ao estudo, na medida em que pressupõe a imersão no universo da pesquisa e a aproximação com os sujeitos investigados (CARDOSO, 2004). Essa dimensão etnográfica (que não constitui o corpo do estudo, mas contribui para o seu enriquecimento) se deu por visitas sistemáticas às páginas das redes sociais e *sites* dos grupos selecionados para a pesquisa, e pelo acompanhamento do seu “dia a dia” *on-line*. Nesse exercício, foram coletados materiais que contribuem para caracterizar as linhas centrais do discurso dos grupos/movimentos, seus interlocutores e suas redes, como *posts*, *banners*, *charges* e outros. Estes, porém, serão eventualmente utilizados apenas como apoio e ilustrações.

3.3 ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE E ENTREVISTA NARRATIVA

Para a abordagem dos grupos de protesto, o tipo de entrevista utilizado empregou um misto de entrevista em profundidade e entrevista narrativa.

A entrevista representa um instrumento de coleta de dados que, diferentemente do questionário, que deve ter perguntas fechadas para ser consistente, deve ter perguntas tanto mais abertas quanto possível. Aplicável a quase todos os tipos de pesquisa social, ela deve proporcionar uma interação com influência recíproca entre entrevistador e entrevistado, fornecendo fundamentação teórica e orientação prática para a pesquisa qualitativa. (GASKELL, 2000, p. 65)

A entrevista em profundidade é um tipo de entrevista aberta, que permite ao entrevistado discorrer de forma espontânea acerca dos temas abordados (POUPART, 2010). A natureza aberta do método possibilita que aspectos não previstos pelo pesquisador aflorem e possam ser aprofundados durante a entrevista. Já a modalidade de entrevista narrativa permite investigar como os atores percebem o curso da ação, a si mesmos, os interlocutores (aliados e/ou antagonistas), o contexto (micro e macro), as motivações, os resultados, numa forma de verbalização mais espontânea e menos racionalizada, que favorece a emergência tanto das estratégias quanto dos valores e emoções.

Já utilizada como recurso metodológico na sociologia no estudo de movimentos sociais, a entrevista narrativa tende a ser associada às abordagens pós-modernistas ou pós-estruturalistas, dada a sua ênfase no entendimento da realidade como construção social (ALONSO, 2009; DENZIN, 2006; BRYMAN, 2008). Exemplos desses estudos são os desenvolvidos por Poletta (2006, p. 10), que considera a narração uma forma de “arrumar a realidade social em enredos persuasivos, dar sentido a esquemas culturais e explicitar modelos de interação que possibilitam a mobilização”. Para Poletta (2006), a narrativa fornece, a um só tempo, uma explicação para os acontecimentos descritos; uma relação de causa e efeito através da sequência de eventos; e um argumento ou ponto de vista normativo acerca dos eventos em questão, geralmente revelado no desfecho da história. Narrativas seriam, portanto, “formas de discurso, veículos de ideologia e elementos dos *frames* de ação coletiva” (POLETTA, 2006, p. 11). Nesse sentido, narrativas dão-se sempre no plural e estão relacionadas a outras narrativas – ou contranarrativas –, o que remete à questão sobre quais as narrativas são hegemônicas em determinado contexto micro ou macrosocial, como essa hegemonia se constitui e se mantém e qual o lugar das narrativas “alternativas” (ou não reconhecidas) nesse espaço. É aqui que entra a teoria do discurso.

As entrevistas obedecem à pauta de um “guia” ou “roteiro” temático (Anexo A), de uso exclusivo do pesquisador, elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. O roteiro de entrevista constitui peça-chave do trabalho do pesquisador. A liberdade de ordem das questões do roteiro permite que os aspectos vinculados ao tema possam surgir espontaneamente e que os assuntos sejam explorados a partir dos “ganchos” temáticos. Assim, ao mesmo tempo em que permite relativa sistematização das informações por tópico focalizado, a entrevista deixa espaço para a livre associação de ideias. Cabe ao entrevistador, no manuseio deste método, estar atento aos conteúdos (esperados e não esperados) que

surtem na entrevista, estimulando o seu desenvolvimento e aprofundamento por parte do respondente.

No presente caso, a realização das entrevistas pressupôs o acesso do entrevistado à internet, preferencialmente com *softwares* de comunicação em áudio e vídeo (*chat* do *Facebook*, *Skype* e outras plataformas). Não houve dificuldade a esse respeito: todas as entrevistas foram realizadas pelo *Skype* e os entrevistados apresentavam grande familiaridade com esse recurso. Além disso, apenas em um dos casos houve intercorrência física (problemas de sinal), sem que isso tenha chegado a interferir no fluxo da entrevista. As entrevistas duraram, em média, uma hora.

O trabalho de campo começou pelo levantamento de grupos de protesto contra a corrupção presentes no *Facebook* e no *Twitter*. Em seguida, foi feita a filtragem entre páginas de grupos de protesto e páginas com outros fins, como grupos de discussão e debate sobre corrupção que não criam eventos. Os potenciais grupos pesquisados foram abordados por meio de suas páginas no *Facebook* (*chat*), *site* ou meio eletrônico, por meio de carta convite (Anexo B) que apresentava a pesquisa e solicitava o nome de um líder ou representante para a entrevista. Para selecionar quais seriam abordados, foram considerados, em princípio, os seguintes critérios:

- Grupos cuja articulação e atuação se dão através das redes sociais *on-line*, embora os eventos de protesto que realizada possam acontecer nas ruas.
- Grupos cuja atuação nos últimos anos (2011 até o momento) tenha sido voltada à política, especialmente ao combate à corrupção ou à defesa da ética.
- Grupos voltados não apenas ao estudo, denúncia e debate, mas também à criação, articulação e promoção de eventos e mobilizações em torno de temas sociais e políticos, notadamente corrupção.
- Grupos que já tenham efetivamente criado, articulado e promovido eventos e mobilizações, preferencialmente contra a corrupção.
- Grupos que ainda estejam atuando (não tenham sido desarticulados como grupo, rede ou movimento).
- Grupos que tenham um ano ou mais de formação/atuação. Movimentos com menos idade poderiam não ter passado por fases de articulação/deslocamento suficientes para fornecer material à pesquisa.

Ao longo do Doutorado, a configuração dos grupos de protesto contra a corrupção sofreu alterações importantes, tornando inadequados alguns critérios pensados previamente (como o “apartidarismo”). O trabalho de campo que foi iniciado em 2014, com a seleção de alguns grupos e a realização de algumas entrevistas, tornou-se obsoleto. O cenário político instável dificultava a identificação e a abordagem dos sujeitos da pesquisa, que, envolvidos com eventos e mobilizações, mostravam pouca disponibilidade para participar. Em 2016, a busca por grupos com o perfil descrito acima nos dava outro dado interessante: a maioria deles (ou pelo menos os mais visíveis e atuantes) se autocalifica como “de direita”. Em função disso, considerou-se necessário, também, ouvir grupos que se autodeclararam “de esquerda”, o que nos dava um perfil diferente: o de articulações em redes de movimentos sociais (também presentes na internet). Os grupos com maior visibilidade na cena política nacional nos anos recentes, importantes articuladores de “unidades” dos protestos em determinados momentos, também eram outros. Decidiu-se, desse modo, por recomeçar o trabalho de campo, adaptando a seleção dos pesquisados ao novo cenário. Assim, foram enviadas ao todo 15 cartas convite, das quais 4 responderam com recusa¹⁰ e 4 não deram retorno. Ao fim, foram realizadas, entre setembro e novembro de 2016, **07 (sete)** entrevistas em profundidade (*on-line*) com representantes ou líderes de grupos de protesto e articulações de movimentos sociais que têm temáticas políticas como suas pautas centrais (entre elas o combate à corrupção), presentes no *Facebook*, 5 deles com atuação nacional: Endireita Brasil, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, Juntos Pelo Brasil, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Movimento Brasil Contra a Corrupção.

Nenhum dos entrevistados recusou a solicitação para gravar a entrevista. As gravações foram transcritas integralmente, a partir do que foi feita a seleção e codificação de seguimentos das entrevistas em busca de *contraframes* de diagnóstico, prognóstico, motivações e prefigurações, bem como o lugar do significante corrupção nessas construções.

Por razões éticas e metodológicas, embora o nome dos grupos pesquisados seja citado, foi preservada a identidade dos entrevistados.

¹⁰ Entre as razões apresentadas para a recusa, foi mencionado o suposto perfil intelectual (“de esquerda”) da pesquisadora (segundo pesquisa no Currículo Lattes) e o perfil político da Universidade a que está vinculada (UFPE). Um dos grupos abordados recusou-se a contribuir com “a agenda da esquerda”, e outro temia uma análise simplista que apenas classificasse o movimento sob o rótulo de “fascista”.

3.4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS

A pesquisa documental é um importante recurso para a análise de processos de mudança social. Como aponta Gil (1999, p. 166), para captar esses processos não basta apenas observar o comportamento dos sujeitos ou interrogá-los (nesse último caso, o que se tem é o seu olhar retrospectivo, a construção de uma linha do tempo em suas narrativas).

Para além dos métodos de pesquisa direta, os documentos (registros oficiais, diários pessoais, acervos de meios de comunicação de massa, entre outros), podem ser ricas fontes para o “conhecimento do passado”, razão pela qual são vastamente utilizados nos estudos históricos. Alguns cuidados, porém, são basilares no uso da análise documental: *a)* antes de tudo, é preciso verificar a legitimidade dos documentos, o que remete às suas fontes; *b)* o contexto em que os documentos foram elaborados, registrados e catalogados também informa seu conteúdo; assim, é importante questionar, em cada caso, aspectos como os critérios de inclusão e exclusão de itens e os conflitos que envolviam a publicização ou ocultamento dos materiais; *c)* por fim, é importante lembrar que os documentos não são “registros de uma dada realidade”, mas artefatos, construções sociais localizadas em um tempo e uma cultura.

No presente caso, foram analisados documentos oficiais: os pronunciamentos de posse dos Presidentes da República desde o fim da Ditadura Militar, o que nos dá um total de 10 pronunciamentos. Todos os discursos de posse dos Presidentes estão disponíveis no Portal do Planalto, *site* oficial da Presidência da República.¹¹ O tratamento dos dados seguiu a mesma dinâmica utilizada na análise das transcrições das entrevistas.

¹¹ Portal do Planalto: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos>.

4 REDES, SOCIEDADE EM REDE E CIBERATIVISMO

4.1 A PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET

Como já mencionado, o ativismo *on-line* entra nos repertórios das ações coletivas de forma mais expressiva na década de 90, com os zapatistas do México, em 1994, e a manifestação contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999. Passados esses acontecimentos, a primeira década do novo século foi marcada por uma série de eventos em que as novas tecnologias de comunicação e informação (TICs) foram peça chave para a mobilização e coordenação de protestos: queda do Presidente das Filipinas, Joseph Estrada, em 2001; M-13 na Espanha, em 2004; levantes urbanos na França, em 2005. Estes eventos levaram os estudiosos a teorizar sobre um novo tipo de desobediência civil (a eletrônica) e uma nova forma de conflito (a guerra em rede) (ALCÂNTARA, 2015, p. 5).

Uma nova onda de manifestações se fez presente na segunda década do século XXI, começando com a Revolução de Jasmin, na Tunísia, em 2010. Após a revolta no país africano, ditaduras de outros países do Norte da África, Mundo Árabe, Oriente Médio, foram abaladas por protestos contra violações dos direitos humanos e repressão, além de corrupção e outros aspectos sociais e econômicos, como o desemprego. No Ocidente democrático, o *Occupy Wall Street* desencadeou uma sequência de movimentos que saíram do espaço digital para ocupar os espaços públicos contra as políticas econômicas, medidas de austeridade e deficiência de serviços públicos em países da Europa e América Latina, incluindo o Brasil (voltaremos aos protestos nacionais nos próximos capítulos).

É comum entre os estudiosos a afirmação de que esses acontecimentos representam um novo ciclo de protestos sociais e políticos (CASTELLS, 2014; DAHLGREN, 2005; DIAZ e EZPOLETA, 2008; NEGRI e HARDT, 2012; ALCÂNTARA, 2015; SOEIRO, 2014). É consensual que a presença na e o uso da internet (agora com alcance ampliado pelas ferramentas da *web 2.0*, redes sem fio e dispositivos móveis) constitui o que há de mais peculiar nessas ações coletivas, possibilitando formas de participação que não seriam possíveis sem a internet. Também há algum consenso em torno da afirmação de que tais mobilizações, articuladas por meio de *sites* de redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, são marcados por formas mais horizontais e individualizadas (*peer to peer*) de organização, em vez de listas de correio eletrônico feitas previamente e estruturas de comunicação de

organizações locais. Outras observações sobre esse novo ciclo de protestos podem ser assim resumidas:

- Trata-se de mobilizações convocadas de forma mais descentralizada, permitindo adesão de indivíduos sem vínculo prévio ou histórico de participação nas lutas. Este tipo de atividade política tende a ser mais *ad hoc*, menos dependente das organizações tradicionais e das elites que mobilizam quadros permanentes de apoiantes (DAHLGREN, 2005). Isso dispensaria a necessidade da estrutura em rede de organizações não governamentais (ONGs), aumentando as vantagens estratégicas de organizações e grupos cujos recursos são limitados. Assim, causas que recorrendo a outras formas de rebelião não teriam possibilidade frente aos seus antagonistas (em geral, o Estado), passam a contar com “as potentes ferramentas da autocomunicação de massas” (CASTELLS, 2014, p. 22).
- Os novos movimentos se organizam de forma espontânea, sem líderes, instados por uma reação emocional (indignação e esperança, por exemplo).
- Os novos ativistas declaram-se independentes, apartidários, desvinculados de instituições políticas formais.
- Há a “ausência de uma identidade coletiva” e reduz-se a influência da ideologia, além do enfraquecimento da lógica de representação: “ninguém representa o movimento nem este representa os seus participantes [...]. Alguns ativistas estão mesmo no processo de redefinir o que constitui a política, guiados mais pelos valores pessoais do que pelas ideologias tradicionais” (LASSEN e ALBENIZ, 2008, p. 2).
- A agregação resultaria de redes informais prévias, entre pessoas conectadas por meio das TICs, o que faria desses eventos a forma de movimento social própria da “sociedade em rede” (CASTELLS, 2014).
- As “ferramentas” de “autocomunicação de massas” são combinadas com outras tecnologias de comunicação, como o rádio e a televisão (CASTELLS, 2014).

Embora apresentadas como novas, algumas dessas características remontam aos “novos movimentos sociais” dos anos 1960 e 1970, sobretudo no que se refere a uma concepção mais “informal”, por assim dizer, da política (no caso daquelas décadas voltando-se para políticas do corpo e direitos étnicos e sexuais); e à descentralização dos partidos como representantes das demandas sociais, tema central da obra de Claus Offe (1985). Também

certa individualização da participação já era vista ali, mas na forma da defesa dos direitos individuais, do direito de “ser”, que levava à formação de identidades pela lógica da diferença – gênero, sexualidade, raça. Tais temáticas foram paulatinamente introduzidas no discurso institucional, convertendo-se em “políticas de identidade”, isto é, em demandas que, sendo incorporadas pelo Estado, passaram então a ser pautadas por ele. A onda recente de protestos, porém, embora se afaste da política formal como valor, estabelece diretamente com ela o seu contraponto. Trata-se, predominantemente, de conflitos com o Estado, seja em relação aos modelos econômicos e políticos, liberdade de expressão, modelos de distribuição e abertura da própria estrutura de comunicação, ou demandas específicas relacionadas aos serviços públicos.

Apesar de sua presença cada vez mais crescente no cotidiano e na esfera pública, podemos dizer que, se não desconhecido, o ciberespaço ainda é pouco familiar como objeto de estudo nas ciências sociais. Paralelo a isso, os estudos sobre internet e redes sociais, ativismo *on-line* e teorias dos movimentos sociais caminham pouco conectados (ALCÂNTARA, 2015; CARROLL e HACKETT, 2006; DAHLGREN, 2005; DOWNING, 2008).

Dahlgren (2005) aponta um abismo entre os campos teóricos dos estudos dos movimentos sociais e o uso das novas TICs, o que deixa em desvantagem a construção teórica avançada, prejudicando a compreensão de todas as dimensões do processo democrático. O autor aponta a necessidade de aliar duas trajetórias de pesquisa: por um lado, a que trata dos novos movimentos sociais e mobilizações; por outro, as novas TICs e a sua relevância para a democracia. Para ele, “precisamos incluir em nossos horizontes analíticos as formas complexas como as TICs interagem com a dinâmica dos movimentos sociais, bem como com as estruturas políticas predominantes e as tendências culturais contemporâneas que enquadram esses movimentos” (DAHLGREN, 2005, p. 13).

O autor observa a existência de um foco excessivo ou determinista no estudo da tecnologia e de seus “impactos” (aspas do autor) sobre as práticas sociais e políticas. Ele defende que estes “impactos” devem ser considerados como resultados de uma complexa interação entre as instituições e práticas existentes, por um lado, e as características das novas tecnologias, por outro. Dahlgren observa, ainda, uma lacuna sobre como os novos meios de comunicação que os movimentos têm à sua disposição são usados para negociar suas relações com o seu entorno; como a lógica midiática da era digital permite e modifica as estruturas e dinâmicas organizacionais dos movimentos; qual o impacto que as TICs têm sobre o caráter

democrático dos movimentos; como o uso das TICs afeta o recrutamento e a adesão de novos membros; a relação entre as atividades *on-line* e *off-line* dos participantes.

[...] Ainda sabemos pouco sobre o impacto da mídia em um conjunto de preocupações que são salientes à pesquisa contemporânea do movimento social; essas preocupações derivam de versões da teoria social moderna. Tenho em mente temas culturalistas como o significado, a identidade, a subjetividade e a reflexividade - tópicos que se destacam especialmente na literatura europeia. Uma das características da sociedade moderna tardia é o surgimento do eu como um projeto reflexivo, um processo contínuo de modelagem e remodelação da identidade, em resposta a forças sociais heterogêneas, correntes culturais e contextos pessoais encontrados por indivíduos. Esses temas têm sido abordados em relação às TICs de vários ângulos em alguns estudos sobre meios de comunicação, bem como em um setor de estudos culturais focados em ciberculturas. No entanto, sua ligação às TICs não tem sido muito explorada na literatura sobre movimento social (DAHLGREN, 2005, p. 11).

Downing (2008) também percebe um divórcio entre estudos de mídia e a teoria e pesquisa de sociólogos, cientistas políticos e historiadores, que persiste desde as análises das transições da ditadura durante as décadas de 1980 e 1990. Segundo ele, os estudos sobre movimentos – incluindo o levantamento de Charles Tilly sobre os movimentos sociais “das origens até o *Facebook*” – raramente se concentram nas dimensões sociais relacionadas aos meios de comunicação, passando ao largo e sem aprofundamento. Nesses estudos, “muitas vezes, a mídia é definida simplesmente como canais de mensagens tecnológicas e não como as complexas instituições sociotécnicas que eles realmente são” (DOWNING, 2008, p. 41). Segundo o autor, essa lente caracterizou especialmente os estudos iniciais sobre o uso da internet na mobilização política, a exemplo da noção de “*swarming*”. Downing defende que correlações frutíferas entre os dois campos de pesquisa poderiam ser feitas considerando as correlações entre os meios de comunicação e mudança social; mobilização política; redes e públicos; e movimentos transnacionais, foco dos estudos sobre movimentos sociais na primeira década do século XXI.

Em meio a essa dispersão teórica, tem-se, segundo Dahlgren (2005), uma variedade de rótulos acerca das formas e variações como essas “políticas alternativas” se manifestam. O autor salienta a pluralidade de tipos de movimentos sociais, dentre organizações de interesse especial, grupos de ativistas, coalizões e redes cívicas. A essa polissemia soma-se o conceito de ciberativismo:

Ciberativismo, ativismo midiático, ativismo digital, novo ativismo, novíssimos movimentos sociais, click-ativismo, hacktivismo, *smart mobs*, ativismo

eletrônico, desobediência civil eletrônica, ciberguerra, *netwar*, guerrilha de comunicação, dentre outros, são alguns dos termos utilizados para referir-se a um tipo de ativismo supostamente novo. O conceito de ciberativismo, termo escolhido como agregador de todas estas variações, vem sendo utilizado de forma pouco criteriosa para designar a utilização da internet e das novas mídias em ações de cunho político, sem o desenvolvimento sistemático do conceito. (ALCÂNTARA, 2013, p. 2)

No Brasil, a pesquisa sobre ciberativismo consolidou-se na primeira década do século XXI, integrada aos estudos da cibercultura (ALCÂNTARA, 2015; ARAUJO, 2011). Ainda assim, trata-se de um campo de pesquisa bastante jovem: a Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), instituição que visa concentrar o conhecimento científico, tecnológico e cultural sobre cibercultura no país, foi fundada apenas em 2006 (AMARAL e MONTARDO, 2012, p. 2). Até meados de 2010, são escassos os estudos que se alinham com uma teoria ou uma crítica teórica dos estudos sobre movimentos sociais e vice-versa. Assim, questões que têm sido largamente problematizadas na tradição sociológica, como o lugar da racionalidade estratégica, o papel da cultura, ideologia e formação de identidades, passam às margens dos estudos sobre formas de ações coletivas na internet. Outro campo de estudos amplia essa fragmentação: as abordagens sobre redes sociais, que em geral aparecem como um recorte particular seja da cibercultura, seja dos estudos específicos sobre as novas mídias. Nestes, o ciberativismo é tratado como um fenômeno novo, vinculado ao desenvolvimento da internet como rede sociotécnica, mas descolado das questões sociais e políticas em que se dão os protestos.

É importante lembrar que, na teoria dos movimentos sociais, Melucci foi pioneiro na articulação entre redes sociais, sociedade em rede e ação coletiva, ao abordar a relação entre as redes submersas, o uso das tecnologias de comunicação e os movimentos sociais. No Brasil, esforços de juntar os dois campos podem ser observados em Ilse Scherer-Warren (2006), pioneira no estudo dos movimentos sociais como fenômenos de redes e na articulação entre referenciais das teorias clássicas e os movimentos que se constituem na era digital.

Embora persista, a fragmentação entre esses campos teóricos começou a se dissipar, sobretudo após os eventos da chamada Primavera Árabe. Desde 2008, e mais ainda a partir de 2010, vê-se uma proliferação de estudos sobre as relações entre movimentos sociais, internet e democracia, entre os quais podemos citar a própria obra de Charles Tilly, agora atualizada para 2012 e, com mais popularidade na América Latina, as obras de Manuel Castells (2012, 2014). No Brasil, a partir dos protestos de 2013, houve uma multiplicação de dossiês e artigos

sobre confrontos políticos, novas mídias e democracia, entre os quais podemos citar *Occupy* (2012) e *Cidades Rebeldes* (2014).

Diante da ainda jovem articulação entre esses campos teóricos, nota-se uma fragmentação ou superposição de conceitos, como rede, redes sociais, mídias sociais, sociedade em rede, mobilizações, protestos, ciberativismo. Nos tópicos seguintes trataremos sobre alguns desses conceitos, sobretudo a noção de redes sociais, distinguindo-as de *sites* de redes sociais, e ciberativismo.

Antes de entrarmos nas questões conceituais sobre a internet, porém, convém apresentar alguns dados sobre hábitos de consumo de mídia e o acesso à rede entre os brasileiros. Tais informações são apresentadas de forma meramente descritiva – o objetivo é dar ao leitor uma ideia do alcance da internet no País.

4.2 ALGUNS DADOS SOBRE O USO DA INTERNET NO BRASIL

Segundos os resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) de 2015, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), a televisão ainda é o meio de comunicação mais utilizado por quase a totalidade da população no Brasil (95% dos entrevistados), seguido do rádio (55%). Como mostra a Tabela 1, a internet vem em terceiro lugar, citada por quase metade dos respondentes (48%). Contudo, apesar de sua importância crescente, cerca da metade da população brasileira (51%) ainda não utiliza a internet. Esses percentuais diferem consideravelmente entre faixas de idade, renda e escolaridade (Tabela 2), apresentando os jovens de 16 a 25 anos, os que têm renda superior a 5 salários mínimos e os que têm nível superior de ensino como os mais conectados (79%, 77% e 86%, respectivamente).

A intensidade do uso chama a atenção. De acordo com os dados da PBM, 76% dos usuários acessam a rede todos os dias e passam, em média, 4:24h por dia na internet. Também neste caso, fatores sociodemográficos fazem a diferença: esse tempo é maior entre os jovens de 16 a 25 anos (5:51h, contra 2:53h dos que têm 65 anos ou mais); os que têm renda maior que 5 salários mínimos (5:47h, contra 3:55 dos que têm renda igual ou menor que 1 salário mínimo); e os que possuem ensino superior (5:41h, contra 3:22h dos que fizeram até a 4ª série do Fundamental). Essas tendências são confirmadas pela mais recente Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2015).

Tabela 1
Frequência de uso de mídias – Brasil – 2015 – RU / Espontânea (%)

Frequência	Meio		
	TV	Rádio	Internet
1 Dia por semana ou menos	2	4	1
2 Dias por semana	3	5	2
3 Dias por semana	3	4	2
4 Dias por semana	3	3	2
5 Dias por semana	7	6	3
6 Dias por semana	4	3	2
7 Dias por semana	73	30	37
Nunca / Não usa	4	44	51
NS / NR	1	1	1

Utilizam a TV: 95%
 Utilizam rádio: 55%
 Utilizam a internet: 48%

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015,
 Secretaria de Comunicação da Presidência da República
 (SECOM).

Tabela 2
Frequência de uso da internet por segmentos – 2015 – RU / Espontânea (%)

	1 Dia P/S	2 Dias P/S	3 Dias P/S	4 Dias P/S	5 Dias P/S	6 Dias P/S	7 Dias P/S	Nunca/ Não usa	NS/NR
Brasil	1	2	2	2	3	2	37	51	1
Gênero									
Masculino	1	2	2	2	3	2	37	51	
Feminino	1	2	2	2	3	2	37	51	
Idade									
16-25	2	2	2	2	4	2	65	20	1
26-35	2	2	3	2	3	3	50	34	1
36-45	1	2	3	2	3	2	33	52	1
46-55	1	2	1	2	2	1	20	70	
56-65	1	1	1	1	2		12	82	1
Mais de 65	1	1	1	4				93	
Renda									
Até 1 Salário Mínimo	1	2	1	1	1	1	14	78	2
De 1 a 2 Salários Mínimos	1	2	1	2	2	1	26	63	
Mais de 2 a 5 Salários Mínimos	1	2	2	2	3	2	43	43	1
Mais de 5 Salários Mínimos	2	2	3	2	3	3	62	23	1
Escolaridade									
Até a 4ª série do Fundamental	1	1	1	1	5			91	1
Da 5ª à 8ª série do Fundamental	2	2	3	2	2	1	24	63	
Ensino Médio	2	3	3	2	4	2	53	30	1
Superior	1	2	2	2	4	3	72	12	1

Os percentuais que não totalizam 100% são decorrentes de respostas múltiplas.

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015, Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM).

As motivações para o uso da internet variam de entretenimento à busca de informações. Para a nossa pesquisa, é particularmente importante a informação de que 67%

dos usuários usam a internet para se informar e saber notícias.¹² Já os motivos para não acessar a internet deixam claro que os desafios para a democratização digital vão além do acesso: 41% apontam a falta de habilidade com o computador como a razão para não acessar a rede. Outros 14% mencionam os custos e 13% citam o fato de não terem onde acessar (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3
Razões pelas quais usa a internet –Brasil – 2015 – RM / Estimulada (%)

Razões	%
Para me divertir / Como entretenimento	67
Para me informar / Saber notícias	67
Passar o tempo / Tempo livre	38
Por causa de um programa especial / Matéria específica	20
Como companhia para mim	16
Outros	2
NS / NR	2

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015, Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM).

Tabela 4
Razões pelas quais não usa a internet –Brasil – 2015 – RM / Estimulada (%)

Razões	%
Por falta de interesse	43
Por falta de habilidade com o computador	41
Por falta de necessidade	24
Por ser muito caro	14
Por não ter onde usar	13
Por ter preocupações com segurança e privacidade	3
Para evitar contato com conteúdo perigoso	2
Outros	2
NS / NR	5

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015, Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM).

O uso da internet é cada vez mais móvel, segundo os dados da PBM. Como mostra a Tabela 5, em 2014 40% dos usuários acessavam a internet pelo telefone celular; em 2015, esse montante subiu para 66%. Além disso, a maioria dos brasileiros conectados (92%) acessa *sites* de redes sociais e se comunica por meio de mensagens instantâneas, sendo as principais plataformas o *Facebook* (83%) e o *Whatsapp* (58%) – Tabela 6. De acordo com pesquisa da

¹² Levantamento anual do Instituto Reuters de Estudos sobre Jornalismo, realizado em 26 países, revela que em 2016 o Brasil foi o país onde mais cresceu o uso das redes sociais como principal fonte de informação (NEWMAN, 2016).

Agência e-Marketer, o Brasil é o país da América Latina com mais usuários de redes sociais, ficando – com folga – à frente do México e da Argentina (BRASIL, 2016a).

Embora muito utilizado pelos movimentos sociais e instituições políticas e de mídia, é minoritária a parcela dos usuários que usam o *Twitter*: “O *Twitter*, popular entre as elites políticas e formadores de opinião, foi mencionado apenas por 5% dos entrevistados” (SECOM, 2015, p. 50).

A despeito dessa presença frequente e intensa na rede, a PBM evidencia o abismo entre os usuários da internet no Brasil e as formas institucionais de política (governos e instituições públicas): “Apenas 25% dos usuários entraram em contato por e-mail, formulários eletrônicos, *chats*, redes sociais, fóruns de discussão ou de consultas públicas nos últimos 12 meses” (SECOM, 2015, p. 50).

Tabela 5
Plataformas de uso da internet – Brasil – 2015 – Estimulada / 1º e 2º lugares (%)

Plataformas	2014	2015
Computador	84	71
Tablet	8	7
Celular	40	66
NS / NR	1	2

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015, Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM).

Tabela 6
Uso de redes sociais e programas de troca de mensagens instantâneas – Brasil – 2015 – Estimulada / 1º e 2º lugares (%)

Sites e programas	%
<i>Facebook</i>	83
Whatsapp	58
Youtube	17
Instagram	12
<i>Google</i>	8
<i>Twitter</i>	5
Skype	4
Linkedin	1
Outros	1
Não utiliza	6
NS / NR	2

Utilizam: 92%

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015, Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM).

4.3 MÍDIA SOCIAL: UMA REDUNDÂNCIA?

Os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia mostram que as mídias sociais – expressão que se tornou comum no vocabulário sobre comunicação nos primeiros anos do século XXI – tornaram-se consideravelmente importantes no cotidiano do brasileiro conectado. Todavia, reproduzindo a pergunta de Fuchs (2014): não seria toda mídia, por assim dizer, “social”? O que há de específico nas mídias sociais?

A noção de mídia social remete ao surgimento do que passou a ser compreendido como a segunda geração da internet, a *world wide web* ou *web 2.0*. Forjado em 2004 por Tim O’Reilly, fundador da empresa americana O’Reilly Media, o termo *web 2.0* diz respeito à transição do computador pessoal para um instrumento mais interativo e dinâmico, com a participação dos próprios usuários na criação e organização do conteúdo (FUCHS, 2014, p. 33). Embora blogs e redes sociais como *Classmates* e *Sixdegrees* já existissem desde o final da década de 1990 e o *Google* tenha sido fundado ainda em 1999, para O’Reilly a *web 2.0* traz uma especificidade cujo poder está na “inteligência coletiva” e na “sabedoria das massas”. Para ele, “os efeitos na rede resultantes das contribuições dos usuários são a chave para a supremacia de mercado na era da *Web 2.0*.” (O’REILLY, 2006, p. 9). Com essa segunda geração de computadores, abrem-se as janelas do hipertexto: cada link direciona o usuário para outro link, de modo não sequencial e com infinitas possibilidades de fluxo e leitura¹³.

Hiperlinks são o fundamento da rede. À medida que os usuários adicionam conteúdo e *sites* novos, esses passam a integrar a estrutura da rede quando outros usuários descobrem o conteúdo e se conectam a ele. Do mesmo modo que se formam sinapses no cérebro – com as associações fortalecendo-se em função da repetição ou da intensidade – a rede de conexões cresce organicamente, como resultado da atividade coletiva de todos os usuários da rede. (O’REILLY, 2006, p. 9)

¹³ O conceito de hipertexto foi aprofundado nos estudos de Marcuschi no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Como explica o autor: “[...] o termo hipertexto foi cunhado por Theodor Holm Nelson em 1964, para referir uma escritura eletrônica não-sequencial e não-linear, que se bifurca e permite ao leitor o acesso a um número praticamente ilimitado de outros textos a partir de escolhas locais e sucessivas, em tempo real. Assim, o leitor tem condições de definir interativamente o fluxo de sua leitura a partir de assuntos tratados no texto sem se prender a uma seqüência fixa ou a tópicos estabelecidos por um autor. Trata-se de uma forma de estruturação textual que faz do leitor simultaneamente co-autor do texto final. O hipertexto se caracteriza, pois, como um processo de escritura/ leitura eletrônica multilinearizado, multisequencial e indeterminado, realizado em um novo espaço de escrita.” (MARCUSCHI, 2004, p. 86)

Entre as características principais da *web 2.0*, O'Reilly (2006) enumera a descentralização radical, a confiança radical, a participação, os usuários como contribuintes, a rica experiência do usuário, o controle dos próprios dados, inteligência coletiva. A rede é “viva”: ela se torna mais completa e se autoincrementa à medida que os usuários a utilizam e adicionam conteúdo – incluindo informações sobre eles mesmos. Soma-se a isto o fato de que as corporações da *web 2.0* programam padrões para agregar dados do usuário e gerar valor como um efeito paralelo ao uso comum do aplicativo (O'REILLY, 2006, p. 13). Assim, crescem os bancos de dados das empresas sobre os usuários, seus comportamentos e preferências, gerando o que passou a ser chamado de *big data* (megadados)¹⁴.

Segundo Fuchs (2014), essa nova geração de computadores se caracterizou pela integração de diversas mídias e tecnologias, serviços *on-line*, ferramentas de busca, e-mail, comunicadores instantâneos (*chats, messenger*), entre outros. O autor observa que o surgimento dessas plataformas aumentou notavelmente o conteúdo existente na internet e abriu caminho para o surgimento das redes sociais *on-line* como o mais novo fenômeno do século XXI. A partir da *web 2.0* proliferaram aplicativos e *sites* de redes sociais (como o *Facebook e LinkedIn*), *blogs e microblogs* (como o *Twitter*), plataformas de compartilhamento de arquivos de vídeo (como o *Youtube*) e *wikis* (*Wikipedia*). Mais adiante, as possibilidades de comunicação e interação oferecidas por esses aplicativos foram ampliadas pelo advento da mobilidade, através dos notebooks e, mais tarde, dos *tablets* e smartphones. Tais possibilidades de interação, criação e manutenção de redes é o que classifica essas plataformas como “sociais”, fazendo delas mais do que meios de comunicação – elas são, também, espaços de sociabilidade.

O que torna os *sites* como o *Facebook* distintos é que eles são plataformas integradas que combinam muitas mídias e tecnologias de informação e comunicação, como páginas da *web, webmail*, imagem digital, vídeo digital, grupo de discussão, livro de visitas, lista de conexões ou mecanismo de pesquisa. Muitas dessas tecnologias são ferramentas de redes sociais. *Sites* de redes sociais, *sites* de compartilhamento de conteúdo gerado pelo usuário, *blogs, microblogs* e *wikis*, assim como todos os outros meios, são sociais na compreensão ampla do termo. Alguns deles apoiam a comunicação, algum trabalho colaborativo, compartilhamento de conteúdo ou construção de comunidades. Estas últimas três formas de sociabilidade, devido à ascensão de plataformas como *Facebook, LinkedIn, Wikipedia* ou *Youtube*, tornaram-se as mais importantes na *World Wide Web*. (FUCHS, 2014, p. 6)

¹⁴ Este desenvolvimento coloca, como aponta o próprio O'Reilly, a pergunta sobre a quem pertencem os dados. Hoje, a questão da privacidade e da segurança dos usuários em rede é uma das principais problemáticas em torno da internet, tanto no plano político (conforme as experiências de vigilância nos Estados Unidos após os atentados de 2011) quanto pessoal.

Enfatizando a centralidade do indivíduo, Castells (2014) afirma que as redes sociais são construídas pelos próprios usuários, que as escolhem a partir de seus interesses e projetos particulares. Embora alguns *sites* sejam constituídos por temáticas e se voltem para nichos de usuários (por exemplo, redes profissionais e acadêmicas), as plataformas mais utilizadas apresentam uma grande heterogeneidade, com temáticas que são criadas pelos próprios usuários, que vão criando as suas ou aderindo, por afinidades e preferências, a páginas e aplicativos disponíveis na plataforma.

O mesmo autor (CASTELLS, 2014, p. 16) aponta que, desde 2002, ano da criação do *Friendster*, antecessor de *Facebook*, tem acontecido “uma nova revolução sociotecnológica na internet: a irrupção de redes sociais onde estão representadas todas as atividades humanas, que incluem relações pessoais, negócios, trabalho, cultura, comunicação, movimentos sociais e política”. Boyd e Ellison (2007, p. 2) acrescentam que, desde que foram criados, *sites* de redes sociais (SRSs) como o *MySpace*, *Facebook*, *CyWorld* e *Bebo* têm sido integrados às práticas diárias de milhões de usuários, o que se confirma pelos dados apresentados no tópico anterior. Estas autoras definem *sites* de redes sociais como serviços baseados na *web* que permitem aos usuários: *a*) a construção de um perfil público ou semipúblico dentro dos limites do sistema; *b*) estabelecimento de conexões com outros usuários, isto é, uma “lista” de amigos, fãs ou seguidores; *c*) visualização e consulta da própria lista de conexões e das de outros usuários (BOYD e ELLISON, 2007, p. 3).

Embora usados no senso comum como sinônimos, os *sites* não são as redes sociais em si, mas o suporte para a manutenção e estabelecimento de redes que, como salientam Castells (2014) e Boyd e Ellison (2007), não são meramente “virtuais”. Os autores salientam a estreita conexão entre as redes *on-line* e *off-line*, descrevendo a sociedade em rede como um mundo híbrido, em que essas duas interfaces estão emaranhadas. Embora muitos *sites* favoreçam a conexão com estranhos (com base em interesses comuns, opiniões políticas ou atividades), o mais comum é que eles deem suporte à manutenção de laços fracos preexistentes ou latentes no mundo *off-line*.

O que torna os *sites* de redes sociais únicos não é que eles permitem que os indivíduos conheçam estranhos, mas sim que eles permitem aos usuários articular e tornar visíveis suas redes sociais. Isso pode resultar em conexões entre indivíduos que de outra forma não seriam feitas, mas isso muitas vezes não é o objetivo, e essas reuniões são frequentemente entre “laços latentes” (Haythornthwaite, 2005) que compartilham alguma conexão *off-line*. Em muitos dos grandes SRSs, os participantes não estão necessariamente estabelecendo “*networking*” ou buscando conhecer novas pessoas; em vez disso, eles estão principalmente se comunicando com pessoas que já fazem

parte de sua rede social estendida. Para enfatizar esta rede social articulada como um recurso de organização crítica desses *sites*, os rotulamos de "*sites* de redes sociais". (BOYD e ELLISON, 2007, p. 2)

Boyd e Ellison (2007, p. 2-4) sistematizam algumas características dos *sites* de redes sociais e seu funcionamento, destacando a formação do perfil (representação do eu), a formação de redes autorreferenciadas, a importância da visibilidade, as possibilidades de interação e a heterogeneidade do público como seus traços predominantes. Com base nestas autoras, algumas dessas características são comentadas abaixo.

4.3.1 Perfil

Os *sites* de redes sociais permitem a apresentação de um “perfil”, o que permite identificar aspectos relacionados à identidade e como ela é moldada dentro dessas plataformas. Normalmente, o perfil é gerado a partir da inclusão de uma foto, além de perguntas que incluem descritores como idade, localização, interesses e uma seção "sobre". Alguns *sites* permitem que os usuários personalizem seus perfis adicionando aplicativos específicos, conteúdo multimídia ou modificando a aparência (BOYD e ELLISON, 2007, p. 3).

O perfil traz uma dimensão da representação do eu, no sentido que Goffman dá à expressão. É como o usuário quer ser reconhecido pelo público (sua rede, seus “amigos”). No perfil, que pode ser público ou reservado a poucos, o usuário pode expressar gostos, ideias e aspectos que o definem. No caso das páginas pessoais, essas informações dizem respeito, além de informações básicas ou de contato, a trabalho e educação, locais onde morou ou onde já esteve, família e relacionamentos, citações favoritas, acontecimentos importantes.

Na ferramenta de busca do *Facebook*, é possível encontrar “pessoas” (páginas pessoais), “páginas” (que podem ser de comunidades ou organizações) e “grupos” (que podem ser grupos abertos ao público ou restritos a uma rede, das mais diversas temáticas). As informações de perfil têm algumas especificidades em cada caso. Nas páginas corporativas, além das informações de contato, a sessão “sobre” pede um resumo sobre a página (onde geralmente os grupos de protestos apresentam sua missão ou metas); declaração de autoria e produtos. Há ainda as sessões de “curtidas” (onde é possível ver a evolução de números de

curtidores da página), fotos, vídeos e eventos. O topo da página inicial apresenta as principais fotos, vídeos, breve apresentação, “amigos” do visitante que curtiram a página, espaço para convidar outros amigos, *links* de outras páginas que foram “curtidas” pela página em questão, e aplicativos (do próprio *Facebook* ou de outras plataformas como o *Twitter* ou *Instagram*).

4.3.2 Formação de redes autorreferenciadas

Como descrevem Boyd e Ellison (2007), uma vez preenchido o perfil, o usuário é convidado a construir sua “rede”, buscando no sistema outros usuários com quem ele tenha (ou gostaria de ter) relacionamento. O sistema pode fazer “sugestões” a partir de informações fornecidas e dos aplicativos vinculados à plataforma (por exemplo, os contatos do correio eletrônico, pessoas que estudaram na mesma universidade, trabalhadores da mesma empresa, etc.). A depender do *site* e do tipo de conexão (pessoal ou corporativa), os rótulos para as conexões podem ser “amigos” ou “fãs”. Geralmente, as novas conexões requerem confirmação para se tornar bidirecionais. Às conexões unidirecionais dá-se o nome de “seguidores” (BOYD e ELLISON, 2007, p. 3). O termo “amigos” é retórico: pode representar tanto laços reais e fortes, com os quais há de fato interação regular, quanto laços fracos ou apenas latentes, como coleções de contatos ou *network*.

4.3.3 Importância da visibilidade

De acordo com opções de cada *site*, as configurações são feitas pelos usuários, que podem aplicar diferentes níveis de privacidade. A privacidade, contudo, não é um valor na rede. Antes, público e privado são campos pouco claros e o êxito está não no anonimato, mas “na autoapresentação de uma pessoa real que está conectada com pessoas reais” (CASTELLS, 2014, p. 16). Boyd e Ellison (2007, p. 3) também destacam a importância da visibilidade e popularidade, afirmando que a espinha dorsal dos *sites* de redes sociais consiste em perfis visíveis que exibem uma lista articulada de “amigos” (outros usuários do sistema).

4.3.4 Diversas possibilidades de interação

A maioria dos *sites* de redes sociais oferece recursos para que os usuários deixem mensagens ou “postagens” (em texto, imagem, áudio ou vídeo) nos seus perfis, para comentar as postagens dos amigos, para compartilhar postagens de amigos ou páginas, além de enviar e receber mensagens privadas em texto ou áudio e vídeo. O *Facebook* foi pioneiro na opção “curtir”, mecanismo que passou a medir a aprovação social e popularidade das postagens na plataforma.

4.3.5 Heterogeneidade *versus* segmentação

As autoras chamam a atenção para o fato de que, embora muitos *sites* de redes sociais sejam projetados para serem acessíveis a públicos amplos, não é raro encontrar grupos usando-os de forma segregada conforme diferentes marcadores identitários, como nacionalidade, idade, nível educacional, linguagem, raça, sexualidade ou religião (BOYD e ELLISON, 2007, p. 4). Podemos acrescentar a essa lista as preferências e opiniões políticas.

4.4 SOCIEDADE EM REDE E CIBERESPAÇO

A premissa de que vivemos em rede não é nova na teoria social. De Durkheim a Weber, de George Simmel a Norbert Elias, o conceito de sociedade e, mais precisamente, as interpretações da relação indivíduo-sociedade, colocam-nos todos em conexão. Inseridos nos grupos ou círculos sociais de que fazemos parte, estamos ligados ao todo, seja pela inserção destes pequenos grupos numa comunidade maior; seja pela interdependência na divisão social do trabalho ou ainda pelos símbolos e signos que estabelecem ligações entre o indivíduo, os grupos intermediários e o grande grupo que é a sociedade (linguagem, informação, conhecimento, consciência coletiva). Quanto mais “complexa” a sociedade, mais individualizados estamos, porém mais premente se torna essa condição de interdependência:

os grandes grupos, afirma Simmel (1983, p. 98), “criam órgãos que canalizam e servem de mediadores para a interação de seus membros e operam, dessa maneira, como veículos de uma unidade social que não resulta mais das relações diretas entre os seus elementos”. Os cargos e representações, leis e símbolos da vida em grupo, organizações e conceitos sociais são tomados por Simmel como alguns desses “órgãos” ou veículos mediadores.

A noção de rede ou interdependência na teoria social clássica, porém, remonta a hierarquias e assimetrias que são postas em cheque na era digital. As reflexões sobre a internet tendem a descrever o ciberespaço em torno de alguns eixos: quebra de hierarquias sociais; individualização ao lado de globalização; empoderamento dos indivíduos; mudanças nos referenciais de espaço e tempo; remodelagem da relação presença-ausência.

A despeito de um relativo consenso quanto a essas características, as visões sobre a internet oscilam entre dois polos que Martins (1996) classifica como tradições prometeica e fáustica sobre a relação entre o humano e a tecnologia ou a dominação da natureza. A prometeica, predominante no pensamento dos positivistas franceses, liga o domínio da técnica e da natureza aos fins humanos e ao bem, à emancipação da espécie, em particular às maiorias menos privilegiadas. A fáustica, predominante nos filósofos da Escola de Frankfurt e de forma mais proeminente em Heidegger, procura desmascarar essa promessa, mostrando que a técnica é expressão apenas de si mesma e constitui fator de heteronomia, em vez de autonomia. Essa dicotomia dominou as teorias de comunicação de massa no século XX. Onde os otimistas viam na circulação de jornais impressos e na televisão a difusão e acesso da informação a públicos cada vez mais amplos, frankfurtianos como Horkheimer e Adorno salientavam mecanismos de alienação provocados pela indústria cultural – a produção em série de bens culturais padronizados e estereotipados levava ao extremo o fetiche da mercadoria, alienando tanto os produtores e autores quanto os consumidores, tornando os indivíduos pouco críticos e mais vulneráveis, por exemplo, às ideologias do fascismo e do nazismo. Entre os marxistas, Althusser tratou os meios de comunicação de massa como um dos aparelhos ideológicos do Estado, ou seja, estariam a serviço da reprodução de interesses das classes dominantes.

Evidentemente, muitas vezes essa visão fáustica recorre à visão prometeica como ideal: desvelada a distorção da técnica pela ideologia, o homem poderia se tornar sujeito em vez de subjugado, fazendo da técnica um meio de liberdade (THOMPSON in OUTWAITH e BOTTOMORE, 2000). Latour (2004) observa que, seja o posicionamento sobre a técnica positivo ou negativo, ela é geralmente vista como mediador ou instrumento: cabe ao domínio

tecnológico os meios, enquanto o domínio da moral está nos fins (os valores humanos, a liberdade, a autonomia). Esse rígido binarismo, predominante nas interpretações sobre os meios de comunicação de massa, é questionada por McLuhan e Latour.

Enquanto o conceito de cultura de massa tem, como assinalam seus críticos, uma perspectiva elitista, que separa a cultura nobre da elite frente a uma cultura reprodutivista das massas, a “autocomunicação de massas” (termo cunhado por Castells) remodela as hierarquias até então existentes entre “produtores” de conteúdo e seus “consumidores ou receptores” (FUCHS, 2014, p. 52). A suposta unilateralidade dos meios de comunicação de massa – agora chamados de meios de comunicação “tradicionais” – é substituída por uma gama interconectada de criadores e receptores mutuamente ativos.

Isto significa passar de uma única mensagem enviada de um a muitos com muito pouca interatividade a um sistema baseado em mensagens de muitos a muitos, multimodal, no momento escolhido e com interatividade total, em que os emissores são receptores e os receptores, emissores. Ademais, ambos têm acesso a um hipertexto multimodal na rede que constitui o núcleo sempre mutante dos processos de comunicação. (CASTELLS, 2014, p. 20).

A autonomia do indivíduo, nessa perspectiva, se contrapõe à heteronomia apontada pelos teóricos da escola de Frankfurt: a sociedade seria agora caracterizada por uma comunicação multimodal e interativa, que pode ser realizada a qualquer momento e livre de limites espaciais. Essas características explicam a euforia em relação às possibilidades das novas tecnologias comunicacionais quanto à liberdade e à democracia. Tal entusiasmo, reproduzindo a visão prometeica, parte da crença (ou esperança) na capacidade das novas tecnologias de instaurarem uma nova era de liberdade de expressão e acesso à informação (CASTELLS, 2014; FIGUEIREDO, 2012).

Em sua obra *A Galáxia da Internet* (2003), Castells faz alusão à Galáxia de Gutemberg, expressão forjada por McLuhan para traduzir a revolução que representou a criação da prensa móvel.¹⁵ A invenção de Gutemberg, segundo McLuhan, possibilitou a reprodução em série da informação e do conhecimento, suscitando a passagem da era da escrita para a era da imprensa, da tecnologia medieval para a tecnologia moderna. Essa passagem acentuou o predomínio da visão sobre a audição (língua escrita *versus* oral) e promoveu o desenvolvimento da ciência e do individualismo: a cultura impressa abandona o foco no produtor da era da escrita, para centrar-se no indivíduo leitor e consumidor.

¹⁵ A expressão diz respeito a Johannes Gutemberg, criador da prensa móvel e considerado o pai da tipografia moderna.

O advento dos meios audiovisuais, para McLuhan, restaura a integração sensorial perdida na escrita e recupera a riqueza expressiva da comunicação oral, ao apelar para a sensibilidade múltipla, pluridimensional e polimórfica do espectador (CASTELLS, 2003, p. 13). Com esses exemplos, McLuhan traz à luz sua tese de que o meio é a mensagem, destacando que a introdução de uma nova tecnologia na sociedade promove mudanças de âmbito psíquico e social: “A ‘mensagem’ de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas” (MCLUHAN, 1964, p. 21).

Em McLuhan, o desacordo entre Prometeu e o Fausto se dissolve: uma vez que os “meios”, mais que pontes, são extensões do humano, o autor recusa a polêmica sobre sua instrumentalização e menospreza o dilema moral que posiciona os meios como “bons ou maus” ou “bons ou maus a depender do uso”. Para ele, esse tipo de questão reflete o “idiota tecnológico”, desavisado da verdadeira natureza do conteúdo:

O "conteúdo" de um meio é como a "bola" de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda. O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o seu "conteúdo" é outro meio. O conteúdo de um filme é um romance, uma peça de teatro ou uma ópera. O efeito da forma fílmica não está relacionado ao conteúdo de seu programa. O "conteúdo" da escrita ou da imprensa é a fala, mas o leitor permanece quase que inteiramente inconsciente, seja em relação à palavra impressa, seja em relação à palavra falada. (MCLUHAN, 1964, p. 33)

É também inspirado em McLuhan que Castells fundamenta o seu conceito de sociedade em rede. Embora escrevesse sobre a televisão e a internet ainda não existisse, McLuhan viu na comunicação eletrônica audiovisual o potencial de encurtamento das distâncias e do tempo, de rompimento de fronteiras culturais e geográficas, de homogeneização da comunicação em escala mundial, caracterizando uma “aldeia global” que nos colocaria diante de novas formas de interdependência humana (CASTELLS, 2003, p. 13). Para Castells, a sociedade da era digital deixa de ser baseada em comunidade para ser “sociedade em rede”, a partir de conexões interindividuais. Na visão do autor, a transformação contínua da tecnologia de comunicação na era digital coloca à disposição dos meios de comunicação todos os aspectos da vida social em uma rede em constante mudança que é, a um só tempo, global e local, genérica e personalizada. Falar de sociedade em rede na era digital significa, para o autor, que o social é constituído por redes pessoais e corporativas

que não conhecem fronteiras, operadas por redes digitais que se comunicam através da e na internet.¹⁶

O conceito de sociedade em rede tem repercussões importantes para o estudo dos movimentos sociais, sobretudo no que se refere à análise dos movimentos anti ou alter globalização da primeira década do século. Tomado como metáfora do social (WELLMAN, 2008), o conceito de rede mostra-se indissociado da tecnologia, da noção de modernidade e, sobretudo, da ideia de uma “sociedade civil global”. Nessa perspectiva, tem-se a inserção de toda realidade social particular em uma suposta aldeia global, e a ação coletiva tende a ser interpretada em termos de seu alcance e universalidade em relação a uma teórica esfera pública globalizada. Essa hipótese sugere que teorias criadas no “centro” (o Norte, o Ocidente) possam ser aplicadas a países que se encontram nas “margens” e nos quais os movimentos sociais transnacionais se formam e escapam às fronteiras do Estado nacional (McADAM, TARROW, TILLY, 2001). Para críticos como Tarrow e Tilly, a ideia de sociedade civil global não consegue dar conta dos novos elementos constitutivos de identidades coletivas no espaço globalizado e não explica como os sujeitos se engajam em movimentos sociais. Ademais, assimetrias, relações históricas de poder e especificidades culturais e regionais seriam ofuscadas pela crença nesse universalismo. Nesse sentido, a noção de sociedade em rede, embora possa se referir à interdependência dos indivíduos por meio das novas tecnologias de comunicação e de transporte (com forte impacto na apreensão do espaço e do tempo) deve ser usada com cautela, no sentido de evitar as vulnerabilidades do conceito de sociedade civil global. Como aponta Sérgio Costa,

O conceito de sociedade civil global é equívoco porque sugere que está se formando uma agenda social a partir das experiências acumuladas nas diferentes regiões do mundo, e mais, que tal agenda permanece submetida ao crivo de uma esfera pública mundial porosa e democrática. Na verdade, a retórica da democracia cosmopolita acaba ocultando a distribuição desigual de chances e de poder que reina na *Realpolitik* mundial. Como mostra Roth: O discurso que trata de redes e nós não pode encobrir o fato de que, na cooperação transnacional entre ONGs e mesmo nas ONGs transnacionais, a distribuição de influência, poder, recursos, pessoal e temas apresenta um claro desnível norte/sul (COSTA, 2003, p. 9).

¹⁶ Wellman (2008) e Watts (2003) apresentam duas opções metodológicas para a análise de redes, considerando a unidade de análise: as redes inteiras ou sociocentradas e as redes personalizadas ou egocentradas. No primeiro caso, o olhar do pesquisador é dedutivo, e sua atenção está voltada para a estrutura da rede e para os padrões de relação entre os indivíduos. No segundo caso, o pesquisador focaliza a posição de cada indivíduo dentro das redes, compreendendo a estrutura a partir dessas posições. Para além de uma opção metodológica, o caráter egocentrado tende a ser visto como uma característica própria das redes na era digital.

Posição similar é assumida por Mouffe (2005), para quem um corpo homogêneo de cidadãos cosmopolitas, reunido sob o rótulo de “humanidade”, nega a dimensão do político constitutiva das sociedades humanas, negligenciando o fato de que as relações de poder, os conflitos e antagonismos são inerradicáveis. Segundo a autora, uma “República Mundial” só seria possível sob a hegemonia mundial de um poder dominante capaz de apagar todas as diferenças e impor suas próprias concepções de mundo: “isto geraria, como já temos visto, reações violentas por parte das sociedades cujos valores e culturas são tidos como ilegítimos pela universalização imposta pelo modelo ocidental” (MOUFFE, 2003, p. 24).

Castells defende que as mudanças socioculturais relacionadas à internet estão vinculadas ao momento histórico, isto é, ao paradigma tecnológico emergente baseado na revolução digital. Para compreendê-las a fundo, é preciso considerar a interação entre a tecnologia e o humano, ou, nos termos de McLuhan, pensar a tecnologia como extensão de nós mesmos – a rede não é apenas a infraestrutura tecnológica nem somente superestrutura (cultura material), mas a trama que interconecta redes sociais. No entanto, afirma Castells, não se pode perder de vista que essa dimensão cultural se produz no curso de um processo social, dentro de um entorno institucional particular e sobre a base de ideias, valores, interesses e conhecimentos de seus criadores originais e continuadores. Entre os continuadores estão os usuários da tecnologia, que dela se apropriam e a ela se adaptam, modificando-a através de um processo contínuo de interação entre produção tecnológica e uso social (CASTELLS, 2009, p. 25).

Entre as mudanças culturais associadas às novas tecnologias da informação está a valorização da comunicação livre e horizontal (herdeira da cultura *hacker*) e da formação autônoma de redes – a possibilidade de criar e divulgar sua própria informação, induzindo a formação de novas redes sobre as preexistentes. A formação autônoma de redes é tomada por Castells como o principal instrumento da organização, ação coletiva e construção de significado na internet. A internet é vista, portanto, como uma tecnologia particularmente maleável, suscetível de ser profundamente alterada por sua prática social, tornando-se “um componente indispensável do tipo de movimento social que está emergindo na sociedade em rede” (CASTELLS, 2003, p. 116).

Como observado também por Sennet (1999), a possibilidade de comunicação instantânea e à distância favorece a fragmentação das identidades ou o declínio da comunidade organizada em torno do espaço, trabalho e família. Diversos autores mencionam o processo de individualização baseado na transformação da vida metropolitana, na

flexibilização do espaço e do mundo do trabalho, na crise do modelo familiar patriarcal, que revaloriza a identidade individual de cada membro. Portanto, a fluidez da identidade não seria uma particularidade do ciberespaço, e sim um definidor do sujeito na pós-modernidade. O sujeito pós-moderno, pela própria condição da sociedade globalizada, é marcado pela pluralidade, entrecortado pela participação em diversas esferas sociais. Cada uma dessas esferas constitui dimensões identitárias cuja força, relações e expressões não são pré-determinadas. Estes processos são agudizados pela possibilidade de comunicação instantânea e à distância, que flexibiliza o tempo e o espaço. Não se trata, para Castells, do fim da comunidade nem da interação situada em um “lugar”, mas da reinterpretação dos laços culturais pessoais, que se reorganizam em torno de interesses, valores e projetos individuais. A sociabilidade “se reconstrói em forma de individualismo e comunidade em rede, através da busca de pessoas afins, em um processo que combina interação virtual (*on-line*) e interação real (*off-line*), ciberespaço e espaço físico” (CASTELLS, 2014, p. 14). Nesse contexto, as redes são, para usar a expressão de Wellman (2008), egocentradas, isto é, autorreferenciadas, fundamentadas em torno do indivíduo e sua participação em diferentes comunidades (família, escola, trabalho, igreja, amigos, *hobbies*, entre outras).

Esse traço tem impacto importante nos novos movimentos sociais e em como os indivíduos se engajam em causas e ações coletivas. Em primeiro lugar, as relações identitárias tornam-se muito mais imprevisíveis e complexas no que se refere a eixos sociodemográficos como região, nacionalidade, classe, raça, sexualidade. Em segundo lugar, ao menos teoricamente, a disseminação da informação e as iniciativas de protesto podem partir de “qualquer cidadão comum”. Essa discussão renova a dimensão da agência ao destacar o empoderamento dos indivíduos na sociedade em rede, em especial no ciberespaço. A autonomia do indivíduo, nessa perspectiva, se contrapõe à heteronomia da técnica apontada pelos teóricos da escola de Frankfurt. Paradoxalmente, Castells admite que este nível de autonomia, baseado na definição de projetos específicos e na interação com as instituições sociais, só é alcançado por um grupo seleto de indivíduos que, graças à sua capacidade de liderança e mobilização, introduzem uma nova cultura em cada esfera da vida social:

[...] O trabalho (empreendedorismo), os meios de comunicação (públicos ativos), internet (usuário criativo), o mercado (o consumidor informado e proativo), ensino (alunos como seres informados com pensamento crítico, que permite novas pedagogias de *e-learning* e *m-learning*), saúde (sistema de gestão de saúde centrada no paciente), governo eletrônico (o cidadão bem informado e participativo), movimentos sociais (mudança cultural que surge das bases da sociedade, tais como o feminismo ou ambientalismo) e política

(o cidadão independente capaz de participar em redes de políticos auto-geradas) (Castells, 2014, p. 14).

Charles Tilly (2008, p. 202) avalia que a passagem de comunidades globais com certo grau de controle social a comunidades pessoais, fragmentadas e individualizadas é anterior à aparição da internet – a diferença estaria mais nas lentes dos analistas que em uma mudança de fato. Para o autor, relações de larga distância combinam-se com a participação constante no lugar, na vizinhança, no centro de trabalho, e as tecnologias (dos meios de transporte aos meios de comunicação) são elementos que alimentam e sustentam esses laços.

Em todo caso, admitir a autonomia das esferas sociais e a fugacidade das identidades não implica em conceber o ciberespaço como uma dimensão paralela e caótica sem relação com o mundo concreto. O sujeito *on-line* tecla de algum lugar, entendendo-se por isso não uma trajetória linear no mundo vivido, mas posições sociais no momento em que ele se relaciona e se comunica (ou que se isola, emudece e se torna invisível). As manifestações dos últimos anos no Brasil e no mundo contrariam a compreensão do ciberespaço como um “não-lugar” (AUGÉ, 1994), ao transbordarem para lugares com identidades próprias: as cidades, as ruas, as praças, os símbolos de poder político. Dimensões culturais, políticas e econômicas permanecem entrelaçadas à volubilidade característica das redes sociais.

A formação “autônoma” de redes é outro aspecto a ser problematizado. Embora não se possa ignorar a importância e papel da internet como meio e veículo de liberdade, a visão da *web* como espaço eminentemente democrático é notoriamente romântica. Tomando as referências da Análise de Redes, Barabási aponta a existência de três teorias sobre a estrutura reticular. A primeira, dos matemáticos Paul Erdős e Alfred Rényi, concebe as **redes como “igualitárias” ou randômicas**: todos os nós, em uma determinada rede, teriam mais ou menos o mesmo número de conexões e as mesmas chances de estabelecer novos *links*. A segunda, o **“modelo de mundos pequenos”** de Duncan Watts e Steven Strogatz, reproduz a aleatoriedade de Erdős e Rényi, mas acrescenta a ela uma mediação: as chances de novas conexões são mais fortes onde há *links* preexistentes. Watts e Strogatz partem das observações de Mark Granovetter, de acordo com as quais a rede é clusterizada, formada por aglomerados de laços sociais fortes (nossos amigos mais próximos que, em geral, são também amigos uns dos outros) ligados entre si por laços sociais fracos (conhecidos de outros grupos sociais). A importância dos laços fracos está precisamente nessa conexão entre grupos sociais distintos, favorecendo desde a disseminação de boatos à obtenção de um emprego. Por fim, há o modelo proposto por Barabási: o **“modelo de redes sem escalas”**, segundo o qual novas

conexões são mediadas por ligações anteriores, mas têm mais chances de novas conexões os nós que possuem mais *links*. Em seus estudos, Barabási (2003, p. 52) e seu grupo identificaram que a arquitetura da *web* é marcada por poucos nós ou *hubs* altamente conectados e fortemente visíveis – como *Amazon* e *Yahoo* – e muitos outros *links* menos populares sustentados por esses *hubs*. O autor refuta, desse modo, a visão utópica de um ciberespaço igualitário.

O ciberespaço representa a liberdade fundamental de expressão. [...] Pelo menos é o que enfatizam advogados constitucionalistas e vistosas revistas de negócios. Se a *Web* fosse uma rede randômica, eles estariam certos. Mas o resultado mais curioso de nosso projeto de mapeamento da *Web* foi a completa falta de democracia, de equidade e de valores igualitários nela. Descobrimos que a topologia da *Web* não nos permite perceber senão uma mera parcela dos bilhões de documentos nela existentes. Quando se trata da *Web*, a questão fundamental já não é se nossas concepções podem ser divulgadas. Elas podem. Uma vez divulgadas, estarão instantaneamente à disposição de qualquer pessoa em qualquer parte do mundo que possua conexão com a Internet. A questão é saber se, levando-se em conta esse cenário de um bilhão de documentos, a informação que postamos na *Web* será percebida por alguém. Para ser lido, é preciso ter visibilidade, truísmo igualmente válido para escritores de ficção e cientistas. Na *Web*, a medida de visibilidade é o número de *links*. Quanto mais *links* de entrada para nossa página na *Web*, mais visível ela será. (BARABÁSI, 2003, p. 51)

Esta visão é reforçada por Tilly (2008). O autor reconhece que as comunicações digitais minimizam, em certa medida, a assimetria entre produtores e consumidores. No entanto, salienta que cada nova forma de contato realizada graças a diferentes meios de comunicação facilita um conjunto específico de relações sociais (que seria difícil estabelecer ou manter de outra forma), ao mesmo tempo em que exclui outras – a começar por aqueles que não têm acesso à tecnologia em questão (TILLY, 2008, p. 204). Nesse sentido, os movimentos sociais aglutinam, criam e transformam “circuitos políticos”: “não se trata simplesmente de redes de contato entre diferentes ativistas políticos, mas do conjunto de fronteiras, controles, transações políticas, meios de comunicação e relações significativas” (TILLY, 2008, p. 205). Uma vez ingressos na “órbita” de um circuito político, os participantes negociam relações entre meios de comunicação, transações e vínculos sociais significativos, ao mesmo tempo em que trançam e controlam a fronteira entre aqueles que formam parte do grupo e os que estão fora.

Tilly (2008) chama ainda a atenção para o fato de que, na medida em que os movimentos dependem das comunicações eletrônicas, sua situação é mais cômoda nos países mais ricos. Mais uma vez, tanto no plano nacional quanto transnacional, os contatos

promovidos pela comunicação não se dão de forma aleatória, mas seletiva: “Toda aquela pessoa na Índia ou no Cazaquistão, por exemplo, a que um organizador norueguês pode chegar por meios eletrônicos, forma parte de uma reduzidíssima elite no terreno das comunicações” (TILLY, 2008, p. 208). Nesse sentido, a depender da difusão das comunicações de última geração e da equiparação de oportunidades de alcance de cada movimento, para Tilly a globalização estaria fazendo do mundo um lugar mais desigual, em vez de mais democrático.

No entanto, embora o “acesso” seja um importante indicador de inclusão, ele não se basta como indicador de participação. Mauro Porto (2007, p. 22), analisando o papel da televisão no Brasil, menciona o que chama de dilema democrático: a questão da “competência cidadã”, ou seja, os critérios que tornam os indivíduos competentes para atuarem como cidadãos. Embora o próprio autor perceba o termo “competência” como antidemocrático (ao sugerir que há cidadãos mais competentes e capacitados que outros para a interpretação da cena política), ele usa a expressão para trazer à luz dois modelos que dominam a teoria democrática: o do *cidadão ignorante*, segundo o qual a falta de informação confere sérios entraves à democracia; e o do *cidadão racional*, segundo o qual os cidadãos são aptos a desempenhar suas funções cívicas mesmo quando dispõem de poucos recursos informacionais sobre os assuntos públicos e políticos. A estes modelos o autor apresenta como alternativa o *cidadão interpretante*. Neste, para que os cidadãos sejam capazes de atender às expectativas da teoria democrática, duas condições precisam ser satisfeitas: *a*) em vez de “informação”, essas expectativas devem ser entendidas em termos de habilidades para interpretar a realidade política; *b*) disponibilidade, na esfera pública e na mídia, de uma pluralidade de enquadramentos interpretativos (PORTO, 2007, p. 22).

Tomemos, por um momento, o modelo do cidadão interpretante. Partindo das duas condições pressupostas, e tomando a internet como espaço que favorece a pluralidade de interpretações disponíveis, a *web* seria o espaço por excelência da realização democrática. Por outro lado, Zigmunt Bauman (2016), niilista autodeclarado, denuncia que em vez do acesso a essa diversidade os indivíduos tendem a ficar fechados em suas bolhas ou *clusters*. A tendência é que a tela seja apenas um recorte daquilo com o que eles já concordam ou já está no seu horizonte. Assim, em vez de ampliar seu leque de interpretações, os usuários fecham-se em zonas de conforto, escutando apenas “o eco de suas próprias vozes”. Para Bauman, as redes sociais não ensinam a dialogar porque nelas é muito fácil evitar a controvérsia: basta descartar ou bloquear o *link* indesejado. Sem desafios ao seu modo de pensar, o usuário deixa

de treinar as habilidades necessárias à vida em comunidade, sobretudo a negociação e o diálogo.

O pessimismo de Bauman não é sem razão. Recente polêmica em torno do *Facebook* chamou a atenção para a criação de “bolhas ideológicas”. Embora o usuário nem sempre atente para isto e muitos tenham este *site* de rede social como principal fonte de informação, o *Facebook*, assim como o *Google* e outras plataformas, filtra, através de um algoritmo, o que é mostrado nas buscas ou no mural. A fórmula é voltada à satisfação dos interesses da empresa e interesses do usuário – definidos pela própria empresa a partir do seu banco de dados. Diante das polêmicas, o *Facebook* divulgou um estudo sobre a influência do algoritmo sobre os conteúdos vistos nos murais. Curiosamente, a conclusão foi que a bolha ideológica existe, mas decorre mais das escolhas dos próprios usuários (a forma como eles estabelecem seus *links*) do que da programação feita pela plataforma. Embora esse resultado possa ser questionado pela parcialidade da fonte, ele vai ao encontro da afirmação de Lazarsfeld (in PORTO, 2007, p. 77) sobre a exposição seletiva na mídia: “as pessoas tendem a buscar somente informações que confirmam suas crenças, evitando conteúdos que contradizem seus pontos de vista”.

A internet nasceu como uma “tecnologia da liberdade”, afirma Castells. Segundo o autor, ela continua funcionando sob o mesmo princípio de código aberto, mas a mudança institucional na gestão da internet a privatizou e permitiu usos comerciais (negócios e acumulação de capital) e cooperativos (CASTELLS, 2014, p. 13). Com isso, a liberdade característica da internet deixa de ser gratuita: no mínimo, o usuário a recebe em troca de sua privacidade ou de sua conversão em alvo de publicidade, ao fornecer informações sobre si mesmo e suas preferências. Atentos a essa dimensão, Antoun e Malini (2011) concebem a internet com um campo em que a liberdade está em disputa, ou seja, há uma dialética entre autonomia e heteronomia que, para os autores, se aproxima do conceito de biopoder de Foucault:

Na internet, o que se percebe é um movimento de redução da oferta de liberdade (travestida de inflação), que tem a ver com as medidas de cerceamento (*enclosures*) da liberdade em sistemas controlados de informação – o império da liberdade mercantilizada na rede. [...] Essa mercantilização da vida, ou das imagens da vida na internet, guarda relação com o debate teórico, aberto por Foucault, ao descrever que há uma nova arte de governar a liberdade dos sujeitos, o biopoder, que investe na vida como um todo, ativando-a e a pondo a atuar. Essa nova arte opera com mecanismos que têm por função “produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um 'a mais' de liberdade por meio de um 'a mais' de controle e de intervenção” (Foucault, 1977, p. 92). (AUTOUN e MALINI, 2010, p. 3)

O otimismo em relação à liberdade no ciberespaço é ainda mais rechaçado por Virilio, para quem, ao se tornar uma dimensão fundamental para a constituição do espaço e do tempo e do novo sistema de produção e reprodução do capital (PARENTE, 2013, p. 9), a comunicação digital impõe a velocidade como seu valor máximo. Apresentando um cenário que se assemelha à invasão da esfera pública pelo *animal laborans* (o frenesi do consumo), em Hannah Arendt, ou do mundo da vida pela lógica instrumental, em Habermas, Virilio denuncia a dromocratização (de dromos, velocidade) generalizada da existência. O que o taylorismo e o fordismo representaram dentro do espaço fabril (o controle do tempo e aceleração da vida humana), a comunicação eletrônica em tempo real representa para a vida em geral. A extensão (espaço) e a duração (tempo) passam a ser concebidas de uma forma relativista, constituindo uma nova geração do real – uma realidade desvirtuada onde a velocidade se impõe sobre o tempo e sobre o espaço, condicionando os indivíduos a adaptarem-se à lógica do efêmero e da fugacidade (VIRILIO, 1989). A esse respeito, não deixa de ser curioso que estudos recentes sobre o consumo de vídeos na *web* indiquem que o tempo médio de atenção do usuário hiperconectado (“multitelas”) diante de vídeos publicitários caiu de doze segundos em 2012 para oito segundos em 2013 (TECNOLOGIA, 2015). Essas mudanças sociopolíticas e psicossociais são resumidas por Trivinho (2005) como o “imperativo da reciclagem indefinida”:

O processo modelar de produção e transmissão cultural levada a cabo pelo conjunto dos *mass media* (sobretudo quando capitaneados pela TV, em meados do século passado), com contrapartida na instantaneização da recepção aos respectivos produtos, acabou por assimilar, de maneira fatal, a lógica da esfera da produção e do trabalho à lógica da esfera do tempo livre e de lazer, com o conseqüente e progressivo apagamento das diferenças estruturais (inclusive de velocidade das práticas sociais) verificada entre elas. No que essa mistura homogênea implica especialmente a celeridade de signos da estrutura conteudística dos produtos e da própria oferta midiática diária – ambas subordinadas ao imperativo da reciclagem indefinida –, o frenesi cultural da comunicação eletrônica significa, *mutatis mutandis*, inoculação do espírito da produtividade (industrial) no espaço cultural e perceptivo doméstico. (TRIVINHO, 2005, p. 69)

No ciberespaço, a reciclagem desenfreada da dromocracia leva, entre outros aspectos, à necessidade de “dromoaptidões” do usuário para acompanhar as mudanças, além de capacidade econômica para adquiri-las, o que leva a uma nova forma de segregação social (TRIVINHO, 2007, p. 14).

Analisando as implicações da presença remota ou telepresença, Weissberg (Apud PARENTE, 2013, p. 9) defende que o impacto cultural das tecnologias de comunicação é paradoxal e que as visões correntes (por exemplo, o desastre do "tempo real") são reducionistas. O autor percebe nas redes digitais a dialética entre novas formas de localização; tempo diferido (atrasado) e imediatismo; linearidade e hipermediação; aceleração e desaceleração. Lemos (2006), também buscando devolver algum espaço para a agência, afirma que o ciberespaço é efetivamente desterritorializante, mas que essa dinâmica não existe sem novas reterritorializações. Para o autor, embora o ciberespaço possa ser pensado como espaço estriado, controlado e vigiado por mecanismos técnicos e instituições governamentais e privadas, como toda mídia ele cria processos que nos permitem driblar os constrangimentos do espaço e do tempo, criando linhas de fuga, desterritorializações e reterritorializações – “formas de controle do fluxo de informações em meio ao espaço estriado que constitui o ciberespaço planetário” (LEMOS, 2007, p. 6). O autor dá como exemplos dessas linhas de fuga os *blogs*, *sites*, *chats*, *podcasts*, rede *P2P*, *softwares* livres, comunidades virtuais, *sites* de redes sociais.

Também relacionada à dimensão espaço-tempo, a virtualidade, outro conceito destacado na era digital, é anterior a ela. Entendida como uma dimensão da relação presença-ausência, a virtualidade está na atualização do outro subjetivamente presente na ação social, nos artefatos que materializam a ação de criadores e autores, nas imagens reproduzidas em quadros e telas que trazem aos olhos do indivíduo algo que de outro modo não seria simultâneo a ele no tempo e no espaço. Pierre Levy (1996, p. 47) define como virtual “toda entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular”. Trata-se, portanto, não de uma ausência, mas de uma “atualização”: o vocábulo árvore, ao ser pronunciado, atualiza seu significante em um local, dia e hora qualquer.

Para Levy (1996), a estrutura da rede é rizomática, conforme a metáfora de Deleuze e Guatarri: ela incorpora propriedades como a possibilidade de conexão em qualquer ponto do sistema; a heterogeneidade de saberes; a multiplicidade que não se reduz ao uno; a cartografia como um devir, algo sem um centro, que não pode ser predito (BRITO e DANDOLINI, 2005; MONTEIRO, 2006; PARENTE, 2013). Na visão de Parente (2007, p. 104), “essas características das redes podem ser aplicadas aos organismos, às tecnologias, aos dispositivos, mas também à subjetividade. Somos uma rede de redes (multiplicidade), cada rede remetendo

a outras redes de natureza diversa (heterogênese) em um processo autorreferente (*autopoiesis*)”, isto é, que se organiza em torno de si mesmo e se regenera no curso de suas interações e transformações.

Essa natureza rizomática da rede é também percebida por Latour. Analisando a constituição da ciência, do mercado e da inovação, Latour (2004, p. 39) descreve a biblioteca como “o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matéria tornando-se signos”, em contraponto à imagem de uma fortaleza que armazena informação e conhecimento. A biblioteca “curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de *dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente” (LATOUR, 2004, p. 39). Esse movimento traduz a noção de rede de Latour. Para ele, a produção de informações permite resolver a contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar, por operações de seleção, extração e redução. Nessa perspectiva, uma determinada ideia, conceito, procedimento e dispositivo técnico-científico não serão aceitos se não mobilizarem uma rede sociotécnica cujos elementos são heterogêneos e envolvem necessariamente atores humanos e não humanos (PARENTE, 2013, p. 9). O signo remete não a outros signos, mas a um trabalho de produção concreto e material.

Onde se encontram os fenômenos?, perguntar-se-á. “Fora, na extremidade das redes que os representam fielmente”, dirão uns. “Dentro, ficção regulada pela estrutura própria do universo dos signos”, dirão outros. Tanto os realistas como os construtivistas, tanto os epistemólogos como os leitores de Borges, todos gostariam de dispensar o conjunto traçado pelas redes e pelos centros, e concentrar-se seja com o mundo seja com o signos. Infelizmente, os fenômenos circulam através do conjunto, e é unicamente sua circulação que permite verificá-los, assegurá-los, validá-los. Não esqueçamos que as belas palavras de conhecimento, exatidão e precisão perdem seu sentido fora destas redes, dessas transformações, dessas acumulações, dessas mais-valias de informação, dessas inversões de relações de força. Seria como querer separar a eletricidade doméstica das redes atendidas pela *Electricité de France* (EDF) ou as viagens de avião das linhas da *Air France*. (LATOUR, 2004, p. 12)

Parente (2013) entende que a ciência e a tecnologia são, para Latour, uma megarede heterogênea que mobiliza homens e objetos, dando lugar a um campo de tensão e confronto de forças que os hibridiza. Para compreender qualquer rede, é preciso identificar como a periferia está ligada ao centro, isto é, conhecer as instituições, os veículos materiais e os atores que fazem essa ligação (LATOUR, 2004, p. 4). Assim, a informação e o conhecimento só podem ser entendidos nas redes que os constituem. Vale notar, aqui, a existência e importância de um “centro” e, portanto, de relações de dominação:

Se quisermos compreender como certas visões de mundo se impõem e se tornam dominantes, como nos apegamos às coisas, aos procedimentos, a certos comportamentos, devemos analisar o processo de transformação do mundo em informação nas redes, sejam elas quais forem (PARENTE, 2007, p. 104).

O dilema moral sobre os meios (“bons ou maus?”) é percebido por Latour como um erro de entendimento. O autor questiona a dicotomia que põe, de um lado, os objetos em si – a tecnologia – destituídos de uma dimensão moral e pertencentes ao domínio dos “meios”; e de outro a moralidade, os valores humanos, pertencentes ao domínio dos fins. Latour admite, como os frankfurtianos, que algumas tecnologias se reificam e criam suas próprias leis, invadindo todo o horizonte teleológico. Entretanto, defende que, ao reduzir a tecnologia a essa dimensão, não resta outro recurso aos seres humanos senão lutar para domesticá-la, como se estivessem em mundos diferentes e campos opostos (LATOUR, 2004, p. 247). Para restituir à tecnologia seu espaço no domínio da moralidade, é necessário redefinir a compreensão da técnica, evitando a divisão entre “os moralistas responsáveis pelos fins” e “os tecnólogos que controlam os meios” (LATOUR, 2002, p. 252). A rede é constituída não de tipos humanos puros apartados das coisas, mas por híbridos – quase-objetos e quase-sujeitos. É considerado ator todo objeto capaz de produzir uma diferença na rede. Mais que a extensão de nós mesmos, os meios constituem uma forma de existência e a tecnologia está em toda parte, de tal sorte que não pode ser pensada separadamente. A subjetivação é resultado desse coletivo sociotécnico, da composição de “agenciamentos heterogêneos entre corpos, práticas, juízos e técnicas” (OLIVEIRA, 2005, p. 58).

Adotando o conceito de “dobra” de Deleuze e Guatarri, Latour percebe a relação humano e tecnologia como faces de uma mesma entidade: a tecnologia se distingue do campo científico, artístico ou moral não como uma região da realidade difere de outra, mas “na maneira como [...] *'in'* é claramente distinguível de *'by'*, embora não haja domínio de *'dentro'* que possamos separar do território *'por'*” (LATOUR, 2004, p. 248). A noção de “mediação técnica” reduz a tecnologia ao papel de instrumento e separa o conteúdo da forma, não conseguindo dar conta dessa dobra tripla de lugares, tempos e agentes da rede (LATOUR, 2004, p. 250). Com essa noção de dobra e subsumindo a noção de “meio” pela existência de quase-objetos e quase-sujeitos na rede sociotécnica, Latour acredita devolver ao domínio da tecnologia sua dignidade ontológica, isto é, seu lugar no domínio dos fins, da moral:

Sem tecnologias, os seres humanos não seriam como são, uma vez que seriam contemporâneos de suas ações, limitados apenas a interações proximais. Incapazes de substituir qualquer coisa por entidades ausentes que

permaneceriam em seu lugar, permaneceriam sem mediação possível, isto é, sem a capacidade de passar inesperadamente pelo destino de outros seres completamente heterogêneos, cujas possibilidades são acrescentadas à sua inaugurando assim o progresso de múltiplas histórias, propriamente ditas. [...] Generalizando a noção de *affordance*, poderíamos dizer que os quase-sujeitos que todos nós somos se tornam tais graças aos quase-objetos que povoam nosso universo com seres fantasmagóricos menores semelhantes a nós e cujos programas de ação podemos ou não adotar. (LATOURE, 2004, p. 253)

4.5 “CIBERDEMOCRIA”

Para Dahlgren (2005), o estreitamento da relação entre movimentos sociais e tecnologias da informação e da comunicação ressurgem no século XXI ao lado dos dilemas democráticos, que têm se tornado mais evidentes desde o início da década de 1990. Escrevendo na primeira década do milênio, o autor lembra os sinais de estagnação que começam a dar os sistemas políticos modelados sobre o liberalismo ocidental na Europa e nos Estados Unidos: a diminuição da soberania do Estado-Nação frente à globalização; o desafio da democracia de se desenvolver em nível regional e supranacional; o fato de que instituições fundamentais para a vida democrática, em particular os partidos políticos, parecem menos responsivos diante de grandes mudanças e das promessas não cumpridas pela modernidade; a luta de novas instituições democráticas para se enraizar na Europa Central e Oriental; a tentativa de muitos países na Ásia, América Latina e África de fazer a transição de uma democracia autoritária para regimes democráticos (DAHLGREN, 2005). Passados sete anos do texto de Dahlgren, suas observações continuam atuais, e a eclosão dos novos protestos ressoa como sinal de que os dilemas da democracia (as existentes e as aspirantes) parecem ter se agudizado.

Entre os cidadãos do Ocidente, a arena da política oficial testemunhou um declínio no apoio e na participação. As afluências de eleitores estão diminuindo, a lealdade partidária está em declínio, especialmente entre os jovens. Podem-se ver sinais de desprezo pela política, com um clima de cinismo emergindo em alguns lugares. O desencanto generalizado com a política formal e a crise da cidadania são temas abordados por muitos hoje. Insegurança econômica, desemprego, baixos salários, serviços sociais em declínio, clivagens crescentes de classe, dilemas ecológicos e uma sensação de impotência entre muitos cidadãos são todos parte do quadro. Pode-se falar de um afastamento da cultura pública, com uma ênfase cada vez maior sobre o consumo privado e o estilo de vida. (DAHLGREN, 2005, p. 9)

De um lado, Dahlgren (2005) aponta uma visão otimista desses processos sobre as democracias existentes: “[...] no domínio da política informal, vemos surgir algo diferente. Embora o quadro seja ainda bastante esboçado, temos indicações de que as novas TICs estão [...] permitindo formas de participação que não teriam sido possíveis sem elas” (DAHLGREN, 2005, p. 10). Assim, a descrença em relação às instituições políticas formais não significaria um recuo das pessoas quanto às preocupações coletivas.¹⁷ Em vez disso, elas voltaram a concentrar sua atenção política em outras áreas, desenvolveram outros alvos e outros modos de engajamento em ações políticas. Nesse sentido, os movimentos sociais indicam uma perspectiva de renovação otimista da democracia, representando novas formas de política ou “uma política alternativa”.

Por outro lado, Dahlgren (2005) e Tilly (2008) questionam a ideia de uma esfera pública alternativa e a tendência de tratar o ciberespaço como sítio exclusivo dos movimentos sociais. Dahlgren avalia que a internet, apesar do seu inegável significado político, não tem gerado grandes alterações no modo geral de funcionamento dos sistemas democráticos. A simples presença e utilização da internet não deve ser encarada como algo revolucionário em si: para os autores, não se pode depreender do uso da internet que a constelação de poderes existentes é fundamentalmente alterada, desde que todos os atores possam usar as TICs em graus semelhantes e com as mesmas oportunidades. Mesmo considerando que essa afirmação é anterior aos eventos de 2011, tal desidealização nos parece importante. Recorrendo aos conceitos de esfera pública e sociedade civil de Cohen e Arato (1992), Dahlgren lembra que a esfera pública compreende estruturas de socialização e associação, bem como formas organizadas de comunicação no mundo da vida. Ela se constitui da política formal e política informal, incluindo organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, corporações e organizações de mídia, além de movimentos sociais os mais diversos, que compartilham a presença nas e a utilização das TICs. Nesse contexto, a internet não é uma esfera pública alternativa, mas *uma dimensão* da esfera pública. Instituições formais como sindicatos e partidos políticos cada vez mais procuram se adaptar às novas tecnologias, ora empregando-as como recurso comunicativo para reaproximarem-se dos seus públicos, ora como corpos repressivos (no caso do Estado). A campanha de Barack Obama, em 2008, e o corte do acesso à internet durante os protestos no Egito, em 2011, são os exemplos mais

¹⁷ No Brasil, onde o voto é obrigatório, as eleições presidenciais de 2014 registraram o mais alto índice de abstenções desde 1998, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral: “Em 2014, 19,4% do eleitorado brasileiro não compareceu às urnas – 27,7 milhões dos 142,8 milhões de eleitores no país. No pleito de 1998, o percentual foi de 21,5%” (NÍVEL, 2014).

icônicos dessa heterogeneidade do ciberespaço. A resposta ao bloqueio do governo egípcio pelos manifestantes, entretanto, também revela um potencial de resistência que, sem a internet e os dispositivos móveis, talvez não fosse possível.

Charles Tilly (2008) apresenta alguns aspectos que, para ele, não têm sido devidamente considerados na relação entre movimentos sociais e as novas formas de comunicação. Em primeiro lugar, o autor advoga que a maioria das atividades dos movimentos sociais no século XXI continuam fundamentadas nas formas de organização locais, regionais e nacionais que já vigoravam no século XX. Além disso, refuta o que chama de “determinismo tecnológico”, que atribui as transformações observadas no campo das ações coletivas exclusivamente às inovações tecnológicas, mais que a mudanças ocorridas em seus respectivos contextos sociais e políticos. Para o autor, o que o século XXI assiste com as inovações comunicacionais se assemelha, guardadas as especificidades, ao ocorrido nos séculos XIX e XX: por um lado, as novas tecnologias facilitam e reduzem os custos de coordenação entre ativistas que já estão conectados entre si; por outro, favorecem novas conexões de forma seletiva, baseadas nos circuitos políticos preexistentes e no grau de acesso aos novos meios de comunicação entre diferentes países e segmentos populacionais.

À idealização do ciberespaço como dimensão inerentemente democrática, soma-se uma visão normativa sobre os movimentos sociais, definindo-os como atores necessariamente comprometidos com a mudança, a autonomia e a democracia. A heterogeneidade é um traço importante do ciberespaço que não pode ser ignorado: “movimentos sociais de todo tipo, de grupos ambientais a ideologias extremistas de direita (como nazismo e racismo), tiram proveito da flexibilidade da Net para divulgar suas ideias e articular-se através do seu país e do globo. O mundo social da internet é tão diverso e contraditório quanto a própria sociedade” (CASTELLS, 2003, p. 48).

Cabe questionar, ainda, como ou até que ponto as potencialidades democráticas promovidas pela horizontalidade da internet são aplicadas pelos movimentos sociais. Dahlgren (2005) analisa *websites* de várias organizações ambientais (*Greenpeace*, Amigos da Terra, Fundo Mundial para a Natureza, Instituto de Comunicações Globais, EcoNet, *Sierra Club* e *Earth First!*) para identificar como esses grupos aproveitam algumas das possibilidades oferecidas pelas TICs. O autor constata que a tecnologia é, de fato, um facilitador de atividades do movimento social, como comunicados, mobilização e doações. Também a identidade dos movimentos é facilmente expressa nas declarações de ideias, missões e objetivos disponíveis nos *sites*. Contudo, Dahlgren observa a tendência de uma

comunicação unidirecional, com ausência ou pouca utilização das possibilidades interativas da internet. Embora tivessem *links* e endereços de e-mail, apenas alguns *sites* dispunham de fóruns e espaços para discussão *on-line* para os visitantes das páginas.

Hoje, pelas características do *Facebook* e pelas possibilidades do *Twitter*, a prática de comentar e compartilhar dá mais espaço para a interação, tornando a comunicação, por hipótese, mais horizontal. No *Facebook*, o recurso de “vídeo ao vivo” possibilita que uma transmissão na página do movimento seja comentada e esse comentário respondido instantaneamente, de forma pública. Os comentários vão de um simples “boa noite” a cobranças e denúncias relacionadas ao tema do vídeo e às questões nacionais em pauta. Ainda assim, em nossa pesquisa é possível observar que as postagens (criar e publicar na página), em geral, só podem ser realizadas por um pequeno grupo de “administradores”. Ademais, os comentários passam pelo crivo de moderadores, de modo a evitar ofensas ou campanhas contra o movimento.

Por fim, uma observação deve ser feita sobre a confluência entre os meios de comunicação novos e os tradicionais. Dimaggio e outros (2001) lembram que, em lugar de anular outros meios de comunicação como nas previsões iniciais, a internet vem a ser um meio a mais (ainda que para muitos usuários tenha se tornado o principal). A relação entre novas mídias e as anteriores chama a atenção para o diálogo ou conflito de pautas e influências mútuas. Há que se considerar, em cada caso, como se dão essas relações: se os movimentos sociais articulados na internet estimulam novas pautas para os meios de comunicação tradicionais ou se, inversamente, são pautados pelos *mass mídia*. No caso do Brasil, nosso trabalho de campo indica que as duas coisas acontecem, mas que a televisão e o jornal impresso continuam exercendo importante papel tanto na formação da opinião pública quanto nas pautas dos movimentos sociais. Não por acaso, alguns dos protestos voltam-se explicitamente contra os meios de comunicação (“a grande mídia”) e alguns veículos específicos, a depender do alinhamento entre sua linha editorial e as ideias dos movimentos.

4.6 CIBERATIVISMO

Os estudos sobre ciberativismo apresentam uma gramática própria, distinta dos conceitos fundamentais das teorias clássicas dos movimentos sociais apresentadas no capítulo anterior.

Vegh (2003, p. 72) define o ativismo *on-line* como um movimento politicamente motivado baseado na internet, seja de forma proativa, para alcançar um determinado objetivo, ou reativa, contra os controles impostos pelas autoridades. O cenário em que esses eventos ocorrem é assim descrito pelo autor:

[...] os ativistas agora aproveitam as tecnologias e técnicas oferecidas pela Internet para atingir seus objetivos tradicionais. Suas estratégias são melhoradas pela ou baseadas na Internet. No primeiro caso, a Internet só é utilizada para reforçar as técnicas tradicionais de *advocacy*, por exemplo, como um canal de comunicação adicional, elevando a sensibilização para além do âmbito de aplicação possível antes da Internet ou de forma mais eficiente. No último caso, a internet é utilizada para atividades que só são possíveis *on-line*, como um *sit-in* virtual ou *hacking* em *sites-alvo*. (VEGH, 2003, p. 72)

Na tentativa de entender melhor esses fenômenos em suas diferentes formas, impactos e objetivos, Vegh apresenta três diferentes formas de categorização para o ativismo *on-line*: conscientização/ *advocacy*; organização/mobilização; e ação/ reação. Estas formas são apontadas pelo autor como uma progressão das etapas do ativismo *on-line*, que vão desde a busca e distribuição de informações básicas até a ação direta *on-line*, mais conhecida como "*hacktivism*". Além disso, tal classificação enfatiza a direção da iniciativa – se alguém envia ou recebe informações, se conclama ou é convidado, se inicia uma ação ou reage a outra.

As atividades de ***conscientização e advocacy*** dizem respeito ao esforço de ampliação do acesso a informações consideradas relevantes para a causa do movimento. Uma vez que os canais tradicionais de informação podem ser controlados por aqueles cujo interesse é contrário ao dos ativistas, a internet pode servir como fonte alternativa de notícias e informações. Estas são fornecidas por indivíduos e organizações independentes, concentrando-se principalmente em eventos e assuntos não relatados, sub-relatados ou divulgados de forma incorreta nos principais meios de comunicação. A distribuição de informações na internet favorece a criação ou ampliação de “redes de distribuição” que podem ser usadas posteriormente para fins de organização e mobilização (VEGH, 2003, p. 72). ***Organização e mobilização*** remetem a ações *on-line* ou *off-line*, como convocar pessoas para um evento físico (uma manifestação nas ruas, por exemplo); conclamá-las para uma ação que poderia acontecer *off-line*, mas que pode ser mais eficiente através da internet (como uma demanda direta a um representante do Congresso); ou convidá-las para uma ação *on-line* (como um ataque coordenado de *spam* ou tuitaço). O autor avalia, no entanto, que o modo mais simples e eficaz de mobilização *on-line* é o *site* do movimento (que corresponderia hoje

ao “perfil” no *Facebook*), com informações que “influenciem os leitores a adotar o ponto de vista desejado e os levem a aderir à causa” (VEGH, 2003, p. 73). Além disso, Vegh destaca a importância de canais de discussão (como fóruns e grupos de debate) que estabeleçam um diálogo entre o grande público e o “núcleo” do movimento. Por fim, a categoria ***ação ou reação*** remonta a ataques *on-line* cometidos por *hackers* – termo que, segundo o autor, foi popularizado nos meios de comunicação de massa como “um uso mais proativo e agressivo da internet para atingir uma meta que pode ser motivada tanto política quanto financeiramente” (VEGH, 2003, p. 76). Todas as categorias descritas por Vegh, como se vê, tomam a internet como uma ferramenta (mais que uma rede) à disposição da ação estratégica dos ativistas.

A classificação de Stefan Wray (1998) não se afasta muito da de Vegh. A partir de uma abordagem cronológica, Wray categoriza o ciberativismo em quatro tipos: ativismo computadorizado, infoguerra (*grassroots infowar*), desobediência civil eletrônica e *hacking* politizado.

As origens do ***ativismo computadorizado*** estendem-se da história da “*pré-web*” até meados dos anos 1980, fundamentando-se no que Castells (2003) chama de cultura *hacker* – a cultura da liberdade, do código aberto e dos *softwares* livres. Wray descreve essa categoria como o início da *netwar* (infoguerra), que produz uma mudança paradigmática ao afastar-se da imagem da internet como simples meio de comunicação e interação para pensá-la também como dispositivo de ação. A ***infoguerra de base*** (*grassroots infowar*) é descrita como uma intensificação do ativismo computadorizado. Refere-se a uma guerra no campo das palavras e da propaganda. Para Wray, esse tipo de atividade dá o primeiro passo para que a internet deixe de ser apenas um local de comunicação para se tornar um espaço de ação. Os atores da infoguerra de base são conscientes dos atributos da internet (rede global, telepresença que ultrapassa das fronteiras, simultaneidade), o que lhes dá um forte senso de imediatismo e interconectividade. Mais do que a simples partilha de informação e diálogo, há o desejo de “empurrar as palavras para a ação”. Esse conceito se aproxima da noção de ativismo midiático, definido por Carroll e Hackett (2006) como “esforços organizados de ‘base’ direcionados à criação ou influência de práticas e estratégias de mídia, seja como objetivo primário ou como um subproduto de outras campanhas” (CARROL e HACKETT, 2006, p. 84). A ***desobediência civil eletrônica*** localiza-se na tradição da ação direta e não-violenta, transpondo para a internet repertórios de ação dos movimentos sociais até então *off-line*, como táticas de invasão e bloqueios virtuais que reproduzem o bloqueio físico de sítios dos

opponentes: “ao contrário do participante em uma ação tradicional de desobediência civil, um ator de desobediência civil eletrônica pode participar de invasões e bloqueios virtuais de casa, do trabalho, da universidade ou de outros pontos de acesso à rede” (WRAY, 1998, p. 14-16). O *hacking politizado*, em geral mais realizado por indivíduos que por grupos, consiste na invasão de *sites* que representam o poder político (como páginas do governo) para abrir ou alterar seu conteúdo. São exemplos de *hacking politizado* o caso do britânico JF, que em 1998 invadiu cerca de 300 *sites* no mundo inteiro, colocando imagens e mensagens antinucleares; e o *WikiLeaks*, organização que se tornou famosa por publicar, em sua página, informações confidenciais vazadas de *sites* de governos e grandes empresas. Pela natureza desse tipo de ação, que se coloca numa área ambígua da lei, uma das diferenças entre o *hacking politizado* e a desobediência civil eletrônica é que o primeiro, em geral, atua no anonimato.

A personalização da rede – seu caráter *peer to peer* (par a par) – é particularmente destacada nos estudos sobre ciberativismo. Bennet e Sergerbeg (2012, p. 743) partem do princípio de que essa característica torna a comunicação mais eficiente, na medida em que é mais direta e personalizada, menos mediatizada por organizações formais como nos movimentos sociais convencionais. Para estes autores, as novas ações coletivas, mais personalizadas e mediadas digitalmente (como a Primavera Árabe, os Indignados e o *Occupy*), têm níveis mais altos de WUNC,¹⁸ aumentam mais rapidamente e são maiores e mais flexíveis na definição e rastreamento de suas metas políticas. Dito de outra forma, a comunicação dos movimentos nas redes egocentradas tem muito mais capilaridade do que as redes de organizações dos movimentos convencionais. Ademais, são apanhadas como fontes de notícias por organizações de jornalismo convencionais, pautando a opinião pública.

Dois elementos da comunicação personalizada são considerados particularmente importantes por Bennet e Sergerbeg (2012) na formação da ação coletiva em larga escala: **a)** conteúdo político em forma de ideias facilmente personalizadas, como *Put People Fist* (As pessoas em primeiro lugar) nos protestos de Londres em 2009 e *We Are the 99 Percent* (Nós somos os 99 por cento) nos protestos do *Occupy*. Para os autores, esses quadros exigem pouco em termos de persuasão ou reformulação para unir as diferenças sobre um problema comum e conseguem incluir diferentes sentimentos e razões pessoais para contestar uma situação que precisa ser alterada (BENNET e SERGERBEG, 2012, p. 744); **b)** variedade de tecnologias de comunicação pessoal que possibilita maior envolvimento através da divulgação e

¹⁸ A sigla WUNC é utilizada por Charles Tilly (2008) para traduzir os elementos que dão força a um movimento: *worthiness, unity, numbers e commitment* (valor, unidade, número e compromisso). WUNC, para Tilly, é um dos definidores do conceito de movimento social.

compartilhamento de temas entre amigos e círculos mais próximos, seja por meio de textos, *tweets*, compartilhamento em redes sociais ou publicação de *mashups* do *YouTube* (BENNET e SERGERBEG, 2012. p. 744).

Seguindo linha similar, Ugarte (2008) afirma que a transformação social da virada do século é caracterizada pela passagem de uma estrutura de rede “descentralizada”, caracterizada pela hierarquia (existência de nós centrais que condicionam a transmissão das mensagens), para uma estrutura de rede “distribuída”, caracterizada pela ausência de tais filtros:

Em ambos os tipos de rede “tudo conecta com tudo”, mas nas distribuídas a diferença está no fato de que um emissor qualquer não tem que passar necessariamente e sempre pelos mesmos nodos para poder chegar a outros. O jornal local não tem que convencer, do seu ponto de vista, ao jornalista da agência encarregado da sua região, e o secretário do partido de turno, em um povoado, não tem que convencer a toda a cadeia de secretários de cada setor, estaduais e regionais, para poder chegar aos seus companheiros em outros lugares (UGARTE, 2008, p. 23).

Para o autor, a estrutura de rede descentralizada é característica da informação do século XX. Nesse ecossistema informativo, os meios de comunicação de massa estariam sujeitos à dinâmica do mercado, à centralidade dos gigantes econômicos e às lógicas fordista e taylorista, com ênfase no mito do saber especializado, que encobre o sistema informativo industrial. O meio, concebido como negócio, era guardião da informação e os jornalistas eram os especialistas autorizados para o relato dos fatos selecionados como dignos de virar notícia. Por outro lado, na estrutura distribuída da *web* 2.0, a seleção das fontes se daria de forma direta e não mediada, apresentada de modo hipertextual, praticamente em tempo real, com o olhar próprio de cada protagonista – “a rede permite a todos, sem distinção, o acesso às fontes. O importante agora é a interpretação e a análise. Ou seja, o componente deliberativo que assinala o surgimento de uma verdadeira esfera pública cidadã, não mediada industrialmente” (UGARTE, 2008, p. 29). Embora alguns nós possam ser mais conectados que outros, a condição é de potencial igualdade: eliminar ou filtrar um nó ou um conjunto de nós não impedirá o acesso à informação – “é impossível derrubar pontes”.

Seguindo Alexander Bard e Jan Söderqvist, Ugarte define esse ecossistema de informação como uma pluriarquia. Para o autor, é esse modelo que define as formas de mobilização social e política do século XXI. Aqui, a interpretação da ação coletiva é inadvertidamente feita à luz da racionalidade estratégica e de mecanismos de agregação de massas, como o *swarming* (enxame): o ator individual decide sobre si mesmo, mas não pode

decidir sobre os demais; assim, a realização de sua ação/proposta/demanda depende da simpatia e adesão de outros. O que diferencia a pluriarquia da democracia é que, no primeiro caso, “ainda que a maioria não simpatize com a proposta e se manifeste contra ela, não poderá evitar sua realização” (UGARTE, 2008, p. 26).

Apesar da visão romantizada da internet e do ativismo, já comentada anteriormente, Ugarte dá pistas importantes sobre a dinâmica do ativismo *on-line*. Para o autor, o “o blogger é a continuação, no campo da informação, do *hacker* (o *bricoleur*). Um ‘antiprofissional’. Alguém irredutível às velhas categorias sindicais nascidas da estrutura descentralizada, dependurada nos grandes nós do poder da mídia” (UGARTE, 2008, p. 29). Se quisermos recorrer a Lacan, o *blogger* é para Ugarte a ruptura com o suposto saber. Essa noção é importante, já que, como veremos, muitas das páginas dos grupos de protesto contra a corrupção no Brasil são sustentadas por iniciativas individuais.

Ainda para Ugarte (2008, p. 41), o ciberativismo atual, também chamado pelo autor de “*hacking social*”, baseia-se em três aspectos: discursos orientados pelo **empoderamento** dos indivíduos ou pequenos grupos (*empowering people*); **desenvolvimento de ferramentas** que possam ser colocadas à disposição do público, seguindo a lógica do “faça você mesmo”, oriunda da cultura *hacker* (divulgar a possibilidade de *hacking social* por parte de cada indivíduo, sem que cada um precise esperar pelos comandos de um centro); e **visibilidade**, fundamental para a agregação e para criar pontos de inflexão que levem à propagação exponencial das ideias do movimento. Para que isto ocorra, as ferramentas precisam ser pensadas de modo que os indivíduos possam “se reconhecer em outras pessoas como eles”.

Um ciberativista é alguém que utiliza Internet, e, sobretudo, a blogosfera, para difundir um discurso e colocar à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições. Um ciberativista é uma enzima do processo pelo qual a sociedade deixa de se organizar em redes hierárquicas descentralizadas e passa a constituir-se em redes distribuídas basicamente igualitárias (UGARTE, 2008, p. 42).

Nessa perspectiva, a força do ativismo depende do reconhecimento de outros (agregação) e da visibilidade, que se dá primeiro *on-line*, depois *off-line*, nas ruas. Para passar de uma atuação virtual para a manifestação física, o “conflito informativo” dos ativistas ou netocratas assume a forma de *swarming*, que consiste na sincronização dos nós através de mensagens, criando uma mobilização espontânea e massiva nas ruas. A estas manifestações Ugarte dá o nome de “ciberturbas”, sinônimo do que Rheingold (2002) chamou de *smart*

mobs. As ciberturbas correspondem à ideia de uma “multidão inteligente”, convocada pela lógica do “passe adiante”. Elas têm uma importância real e simbólica: funcionam como um catalizador de agregação, marcando a presença do grupo na cena política/comunicativa, imprimindo sua dimensão e sua força, chamando a atenção de outros que podem se identificar e dos antagonistas contra os quais o grupo se coloca. Não por acaso, a performance é um aspecto importante para a visibilidade, tanto *on-line* quanto *off-line*.

Manifestações de rua são encontros de corpos, mas, antes de tudo, na sociedade da informação, funcionam como imagens, produtos simbólicos, signos de mobilização política. Nesse caso pode ocorrer que a sucessão de aglomerações e de imagens de aglomerações leve a dinâmica de contágio a ultrapassar seu *tipping point* e a disparar o processo de enxameamento incontrolável da multidão. Imagens funcionariam, desse modo, como vetores de agregação (MARTINHO, 2011, p. 214).

Embora a noção de “ciberturba” remeta à imagem de multidão e, portando, à ideia de “massa” no sentido clássico do termo (conjunto de autômatos que apenas seguem um fluxo), a analogia do enxame (*swarming*) pretende antes destacar a dinâmica participativa e a extensão desses fenômenos. Para Martinho (2011), essas dinâmicas de rede colocam em cheque a noção de opinião pública como resultado da conjunção entre *mass media* e formadores de opinião.¹⁹ Enquanto em campanhas clássicas o “centro” passaria informações através de um banco de dados (por exemplo, uma lista de correio eletrônico), nas novas configurações em rede cada aderente se torna um agente ativo, passando a informação aos seus contatos e conhecidos e, eventualmente, acionando suas relações com outras mídias, como a imprensa ou rádio local.

[...] o elemento-chave da propagação são os “mais influentes dentre os indivíduos mais facilmente influenciáveis”. Nesse sentido, a perspectiva de rede altera significativamente o modo como encaramos as dinâmicas coletivas de mudança cultural. Uma primeira e perturbadora ideia advém daí: não obstante o poder da mídia de massas, cascatas sociais podem ser disparadas pela ação de qualquer um (MARTINHO, 2011, p. 208).

Segundo Martinho, os fluxos de rede, manifestações, levantes populares e movimentos civis proliferam-se com a mesma dinâmica que os agentes patogênicos ou processos de contágio emocional. Para o autor, essa propriedade da rede tem como principal resultado a extensão e amplificação dos impactos das interações locais, estendendo-as a uma escala global e vice-versa: “É desse modo que um ato de protesto gera uma revolução, que os surtos

¹⁹ Para Lazarsfeld, as ideias fluem da mídia para os líderes de opinião e destes para os demais segmentos da população, num movimento retroativo que mais reforça do que altera predisposições (PORTO, 2007).

de contaminação por vírus transformam-se em epidemias e que determinados comportamentos de grupo tornam-se modismos ou ondas culturais de longo alcance” (MARTINHO, 2011, p. 196). Tomando emprestado um exemplo de Ugarte, Martinho elucida o conceito de *swarming* com a mobilização que, segundo analistas, levou José Luiz Rodríguez Zapatero a vencer a eleição para chefe do governo da Espanha em 2004. No dia 11 de março, após o atentado da Al Qaeda a uma estação de trem que matou 191 pessoas e feriu outras 2.050 em Madri, circulou a seguinte mensagem: “De: Nikky [comentário breve sobre o governo Aznar] Hoy 13M, a las 18h. Sede PP C/ Génova 13. Sin partidos. Silencio por la verdad. ¡Pásalo!” (De: Nikky [comentário breve sobre o governo Aznar] Hoje 13M, às 18h. Sede PP C/ Gênova 13. Sem partidos. Silêncio pela verdade. Repasse!”).

Na mensagem acima, Martinho identifica alguns elementos de agregação que considera fundamentais para a ocorrência do *swarming*: a **referência a um contexto** (comentário sobre o governo Aznar); uma **convocatória** com informações necessárias para a sua realização (data, horário e local do encontro); um **motivo ou justificativa** que confere legitimidade à ação (“pela verdade”); um **apelo à ação** (“Repasse!”). Com isso, a mensagem pontua uma situação, propõe e convida à aglomeração nas ruas, ao mesmo tempo em que conduz a um efeito de reiteração e replicabilidade que leva ao contágio.

Um estímulo desse tipo, em circulação livre por uma rede social configurada como conjuntos de *clusters* densos, *hubs* hiperconectados e atalhos entre *clusters* distintos, acaba por provocar o efeito de *feedback* positivo (retroalimentação ou recursividade) que, como estudos indicam, é fonte dos fenômenos de comportamento emergente”. (MARTINHO, 2011, p. 217-218)

Em princípio, portanto, todos – desde que tenham acesso à rede e estejam aptos a usá-la – podem ser protagonistas. A expressão “passe adiante”, porém, é reveladora de que nem todos são “autores” e que, ainda que o “comando” aparentemente não tenha um rosto ou nome ou assuma a forma de um coletivo ou causa comum, ele existe. Expressões como “seguir”, “curtir”, “comentar” e “compartilhar”, embora representem ações de interação e comunicação e estejam longe de serem atos passivos (RECUERO, 2009), estão em um nível distinto da ação de “criar” e “publicar”, estes últimos podendo representar uma liderança na propagação de ideias e opiniões em determinado ambiente da rede. Além disso, a existência de “*hubs*” (nós que concentram um maior número de conexões) sugere distintos níveis de visibilidade que podem aumentar ou diminuir as chances de conexão e expansão de determinados atores em rede.

À parte essas considerações, é preciso ter cautela para não confundir o próprio conceito de redes com o de ação coletiva ou de movimentos sociais. Maria da Glória Gohn (2008) avalia que tem havido nos últimos anos, no Brasil e na América Latina, uma confusão e tendência de substituição entre os conceitos de rede (compreendidas como redes de mobilizações), mobilizações sociais e movimentos sociais. Adotando uma linha normativa em favor do paradigma da identidade, a autora analisa que essa mudança de foco levou muitos analistas a “abraçarem abordagens que se preocupam com as formas de organizar a participação e a mobilização social, numa linha próxima às teorias norteamericanas da mobilização política e estruturas de oportunidades organizativas” (GOHN, 2008, p. 443). A mesma preocupação é colocada por Tilly (2008), para quem os analistas confundem a ação coletiva de um movimento com as organizações em rede que respaldam suas ações, ou identificam o movimento com as pessoas, as redes interpessoais e organizações que dele tomam parte. Scherer-Warren (2006, p. 78), defende que um elemento diferenciador para examinar a constituição de redes sociais é a especificação da unidade de análise: em alguns casos, redes de relações interindividuais de forma genérica, isto é, o conjunto dos vínculos sociais entre indivíduos e organizações; em outros, os “coletivos em rede” (organizações de caráter associativo de agentes políticos) e as “redes de movimentos sociais” (que reúnem coletivos e agentes diversos na conformação de identidades e campos sociopolíticos, em nível maior de complexidade, no âmbito das disputas e tensões da própria sociedade civil).

Gould (2003) diferencia três funções das redes sociais: uma função de *socialização*, que remete à questão dos laços sociais; uma função de *conexão*, relacionada aos vínculos identitários, formação de percepções, tomada de decisão e, nesse sentido, ao potencial de participação; e uma função de *elaboração da decisão*. Esta última dimensão, para o autor, expõe a rede como mediação entre agência/estrutura; cultural/político; holismo/racionalismo. Para ele, uma das múltiplas funções das redes é a de intervir no final do processo de participação, quando indivíduos definem suas preferências quanto a saber se vão se juntar ou não à ação coletiva. A rigor, o que está em questão são laços sociais como base para o recrutamento e propagação do movimento ao longo das linhas existentes de interação, aliados a mecanismos que combinam elementos estruturais e culturais. Aqui, o conceito de racionalidade estratégica é posto em questão: as redes sociais não são apenas laços instrumentais que possibilitam ou restringem a participação: uma rede social é, antes de tudo, uma rede de significados, o que traz à tona a relevância da dimensão cultural e das especificidades sociohistóricas.

Em todas essas perspectivas sobre o ativismo *on-line*, um aspecto salta aos olhos: a simples existência de redes (e laços e afinidades) não seria suficiente para a formação de ações coletivas. Termos como “conscientização”, “*advocacy*”, “referência ao contexto”, “convocatória”, “motivo”, “justificativa”, “apelo à ação” remetem-nos aos conceitos de articulação e processo de *framing* apresentados capítulos atrás: dado aspecto da realidade foi problematizado e criou-se uma tensão. Está posto o lugar para a constituição do conflito e, portanto, do antagonismo. É nessa perspectiva que, recorrendo à teoria do discurso, observamos as identidades em rede: elas só passam a ser “políticas” quando constituídas como antagonismos e articuladas como discursos.

A nossa discussão sobre o protesto *on-line* está voltada para um perfil específico de antagonismo: aquele se constitui na tensão entre visões da política e da democracia no Brasil e que, nessas visões, dá ao significante corrupção um lugar destacado. É sobre o significante corrupção que trata o próximo capítulo.

5 CORRUPÇÃO COMO INTERESSE SOCIOLÓGICO

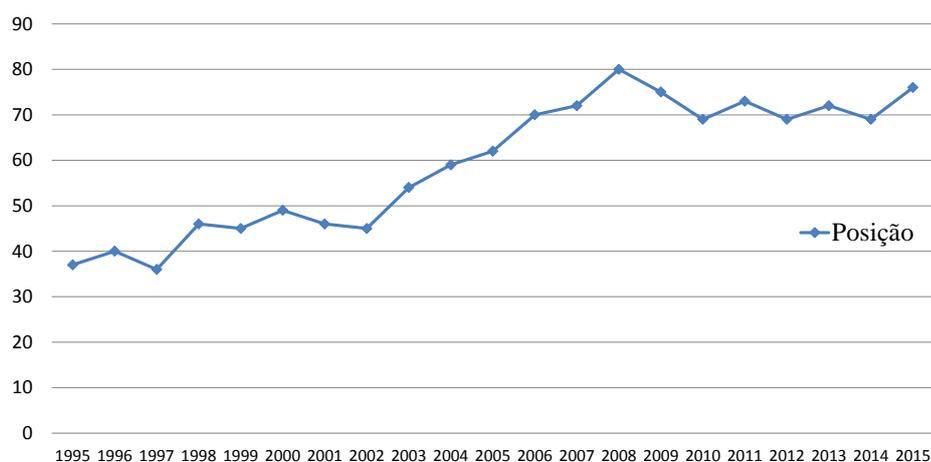
A presença do significante “corrupção” na constituição de diferentes formações discursivas no Brasil evidencia sua relevância histórica, política e sociológica: “nos diferentes momentos de rupturas de regimes, no Brasil, sempre esteve presente o tema da corrupção no interior do debate político e no discurso das forças políticas” (FILGUEIRAS, 2009, p. 388). Por sua vez, a relação entre corrupção e democracia não é um tema novo. Como apontam Power e Gonzalez (2003), em geral ela se concentra em dois aspectos: acredita-se que a democratização política aumenta a transparência na vida pública, inibindo práticas corruptas; e/ou defende-se, a partir de teorias econômicas, que o enxugamento do Estado, ao reduzir os recursos de que agentes públicos corruptos podem se beneficiar, terão esse resultado. No Brasil, somam-se a essas visões resquícios de uma perspectiva cultural baseada no patrimonialismo, que remonta a uma imoralidade supostamente originária do brasileiro e a uma constituição pouco virtuosa do Estado em suas relações com o mundo produtivo e mercantil (CARVALHO, 1997; FAORO, 2000; FILGUEIRAS, 2008).

O que estudos recentes deixam claro é que nem a fórmula da democratização, nem a do liberalismo ou modernização do Estado, no Brasil ou internacionalmente, têm logrado grandes feitos no combate à corrupção. Assim, a discussão sobre o vínculo entre corrupção e democracia permanece, ora a própria democracia como sujeito, a corrupção sendo vista como inerente ao sistema; ora como predicado, corroída pelos prejuízos sociais, políticos e econômicos causados pela corrupção. Scherer-Warren (2004) aponta que a corrupção tem efeitos significativos sobre a democracia: ela subverte pressupostos fundamentais como a igualdade política; compromete a influência da população no processo de tomada de decisões; fragiliza canais legítimos de participação, como as eleições; e vulnerabiliza o próprio regime, pela desconfiança dos cidadãos com as instituições democráticas.²⁰ Klitgaard (2010) afirma que a corrupção retarda o crescimento, paralisa os serviços sociais, fragiliza a justiça, piora indicadores econômicos (como o Produto Interno Bruto / PIB) e sociais, como mortalidade infantil e taxas de analfabetismo – “a corrupção fere mais os pobres”, destaca o autor (KLITGAARG, 2010, p. 2). Em linha semelhante, Vannucci (2015) observa que tem havido,

²⁰ O Latinobarômetro, organização não governamental (ONG) que pesquisa a confiança nas instituições em países da América Latina, aponta que o apoio à democracia no Brasil caiu 22 pontos em 2015, saindo de 54% para 32%. Este declínio é atribuído pela ONG à luta contra a corrupção e à crise política nacional. O baixo apoio ao regime democrático é ratificado pela baixa confiança nas instituições democráticas, sobretudo os partidos políticos (LATINOBARÔMETRO, 2015, 2016).

nas últimas décadas, uma maior consciência sobre a relevância da corrupção sistêmica como um “fator oculto” que pode impactar negativamente os processos políticos e econômicos nas organizações complexas e relações sociais: “a questão da dissipação, apropriação indevida e distorções na alocação de recursos causada pela corrupção sistêmica que se desenvolve nos regimes liberal-democrático e autoritário tornou-se uma séria preocupação para as instituições internacionais e os decisores políticos nacionais em um número crescente de países” (VANNUCCI, 2015, p. 4). Centrando-se tanto em aspectos culturais quanto na necessidade de mensurar o fenômeno, boa parte das pesquisas realizadas a respeito do tema têm se concentrado na percepção a respeito da corrupção (baseadas, frequentemente, no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional). Há, no entanto, uma primeira questão: como a corrupção não pode ser medida diretamente, sua percepção pode envolver vieses e controvérsias interpretativas oriundas de diferentes influências (ABRAMO, 2005).

Posição do Brasil no Índice de Transparência Internacional (IPC) – 1995 a 2015²¹



Fonte: Relatórios anuais do IPC / Transparência Internacional.

Escores do Brasil no Índice de Transparência Internacional (IPC) – 1995 a 2015

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	2013*	2014*	2015*
2,7	2,9	3,6	4,0	4,1	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	3,7	3,3	3,5	3,5	3,7	3,7	3,8	43	42	43	38

*A partir de 2012, uma mudança na metodologia levou a uma nova forma de apresentar os escores, acarretando uma quebra na série histórica. A diferença entre o valor de 2011 e 2012 deve-se a essa mudança.

Fonte: Relatórios anuais do IPC / Transparência Internacional.

²¹ Valores mais altos indicam posições piores no ranking (mais corrupto). Assim, na comparação com outros países, a posição do Brasil piorou, sobretudo, entre 2002 e 2008.

Apesar da agenda ascendente em torno do tema, tanto no debate acadêmico quanto na opinião pública, é comum entre os estudiosos a constatação de que o conceito de corrupção é particularmente polissêmico. Para Vannucci (2015), trata-se de um conceito um tanto desordenado e em torno do qual não há consenso quanto a uma definição comumente aceita. Do mesmo modo, Filgueiras (2006, 2008, 2009) afirma que inexistente, na tradição do pensamento político ocidental, uma conformidade a respeito do que vem a ser a corrupção:

Não se pode, portanto, falar em uma teoria política da corrupção, mas de diferentes abordagens deste problema de acordo com fins normativos especificados em conceitos e categorias. [...] Dessa forma, pensar uma teoria política da corrupção não significa pensar apenas as possibilidades descritivas dos conceitos políticos, mas, também, o horizonte normativo que cada teoria procura expressar, dados os problemas práticos que elas procuram resolver (FILGUEIRAS, 2008, p. 298-300).

Este capítulo versa sobre algumas das abordagens sobre corrupção, tentando um breve – e nem de longe exaustivo – mapeamento dos principais *approaches* sobre o tema na teoria social e política, sua relação com o regime democrático e as compreensões teóricas sobre corrupção no Brasil. É importante salientar, porém, que o que perseguimos neste trabalho não é chegar a uma definição precisa de corrupção, a uma forma de mensuração do fenômeno ou do seu impacto econômico, político e social. Como dissemos nos capítulos anteriores, nosso olhar se volta para a corrupção como objeto do discurso, e o mapeamento do conceito se presta ao papel de contextualizar esse debate. Trata-se de identificar, já a partir das disputas discursivas no âmbito acadêmico – e considerando sua reflexividade na esfera pública -, os quadros de diagnóstico e prognóstico sobre corrupção, sem perder de vista a dimensão ética e política dessas construções.

5.1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE CORRUPÇÃO

Na teoria clássica, a corrupção era vista com lentes macrossociais e indicava o processo degenerativo – a perversão ou distorção – do sistema político. Essa perspectiva assumia, de pronto e de forma explícita, um ponto de vista normativo, distinguindo entre instituições ou formas de governo boas ou más, justas ou injustas, com base em premissas gerais e suas consequências para a degradação dos sistemas políticos como um todo e os valores sociais subjacentes (VANNUCCI, 2015; FILGUEIRAS, 2004; RIBEIRO, 2001).

Assim, em Maquiavel a corrupção é uma degradação das virtudes políticas dos cidadãos; em Montesquieu, ela é a perversão da boa ordem (VANNUCCI, 2015, p. 4); em Aristóteles a corrupção é a degradação ou desvio das três formas boas de governo, através da sobreposição dos desejos e paixões individuais sobre o bem comum: a monarquia degenera na tirania, quando o rei caprichoso oprime o povo e impõe seus desejos acima do bem comum; a aristocracia, modelo em que governam os melhores e mais capazes, degenera na oligarquia quando os descendentes dos aristocratas ignoram suas prerrogativas e passam a abusar do poder em favor de causas próprias; a democracia, o governo de muitos, da liberdade e igualdade, se desvirtua quando um, na busca de vantagens individuais e de chegar ao poder, tenta corromper e subornar os demais, gerando uma cultura do ganho individual e da violência (FILGUEIRAS, 2004, p. 8-9).

Della Porta (1996) e Filgueiras (2006, 2008) identificam que, no século XX, as pesquisas sobre corrupção organizam-se em torno de dois grandes eixos: uma perspectiva macro, para Filgueiras relacionada à *teoria da modernização*; e uma perspectiva micro, centrada no ator individual e fortemente baseada na racionalidade. Esta última tem sido, para Della Porta (1996), Filgueiras (2006, 2008, 2009) e Vannucci (2015), entre outros autores, a perspectiva dominante nas ciências sociais. Nela, a corrupção é percebida como uma prática ou comportamento social, contextualizada relacionalmente e destrinchada no plano micro, embora não haja incompatibilidade com a leitura macro. A corrupção não está mais no sistema, mas no ator político, e o olhar recai sobre o agente da corrupção (o indivíduo). Para Vannucci (2015), nos últimos anos o conceito de corrupção tem sido abordado à luz de três paradigmas específicos, que se diferenciam pelos fatores elencados para explicar e qualificar a natureza e os mecanismos da corrupção: o *econômico*, o *cultural*, e o *neoinstitucional* (VANNUCCI, 2015, p. 5).

5.2 FUNCIONALISMO E TEORIA DA MODERNIZAÇÃO

Segundo Filgueiras (2004, 2006, 2008, 2009) e Della Porta (1996), a sistematização de estudos sobre corrupção remonta aos anos 1950, com a emergência de uma perspectiva funcionalista nas ciências sociais nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Para os autores, esta corrente toma o problema da modernização como âmago das explicações

sobre corrupção, observando seus custos e benefícios para o desenvolvimento e os aspectos funcionais e disfuncionais para os sistemas políticos (FILGUEIRAS, 2008, p. 300).

Della Porta (1996, p. 23), explica que a abordagem funcionalista é uma crítica à visão “moral” da corrupção como fenômeno patológico, entrave para o desenvolvimento e ameaça à legitimidade política, pelo acesso de pessoas inescrupulosas ao poder. Para o funcionalismo, a corrupção não é um acontecimento conjuntural, mas reflexo do grau de desenvolvimento político e econômico. O aparecimento cíclico de formas de má gestão e da apropriação de recursos públicos é dado como evidência histórica dessa tese. A ideia central é a de que a corrupção é uma “disfunção”, um descompasso entre as regras atuais, já obsoletas, e as necessidades de mudanças dentro do sistema. Nesse sentido, a corrupção pode ser um benefício quando, em determinadas fases do ciclo econômico, favorece a superação de obstáculos burocráticos, incentivando o investimento, o empreendedorismo, a formação do capital privado, a integração das elites políticas e a capacidade governamental, recolocando o país na rota do desenvolvimento econômico e político. Por outro lado, pode representar um custo, quando suas consequências acarretam descontrole e declínio da legitimidade. O comportamento individual, por sua vez, é percebido como fruto de tensões do sistema que impelem os indivíduos a afastarem-se das regras (DELLA PORTA, 1996; FILGUEIRAS, 2006, 2008).

Dadas essas premissas, o funcionalismo e a teoria da modernização têm grande afinidade. Na teoria da modernização, a corrupção é explicada a partir de uma perspectiva evolucionista, em um *continuum* entre tradição e modernidade, no qual estão subjacentes dicotomias como rural/urbano, industrializado/não industrializado, desenvolvido/subdesenvolvido.²² Em uma ponta, estão as organizações e instituições dos países industrializados, em outra, os países em vias de desenvolvimento, que devem observar os primeiros como referenciais de modernização (FILGUEIRAS, 2008, p. 300-301). A corrupção se dá quando, em alguma das fases do processo de institucionalização, o mau funcionamento das organizações políticas termina por criar situações que favorecem comportamentos desviantes entre as autoridades públicas, levando-as a agir em prol de interesses particulares em detrimento das normas estabelecidas. Se as organizações e

²² Segundo Schwartzman (2007, p. 4) “[...] há uma clara correlação entre corrupção e desenvolvimento econômico, com os países mais ricos apresentando os menores índices de corrupção, em que pese a posição relativamente desfavorável dos Estados Unidos. A corrupção, no entanto, nunca foi privativa dos países pobres, e a literatura especializada está repleta de exemplos também de países desenvolvidos”.

instituições políticas permitem que tais situações sejam criadas, é porque elas são obsoletas, pouco adaptáveis às mudanças, enrijecidas pela burocracia estatal.

Filgueiras (2006, 2008) observa que a teoria da modernização pode adotar, também, um viés cultural. Neste caso, a corrupção varia de acordo com o conjunto de valores, o *ethos* de uma sociedade que, nas interações entre os indivíduos, influencia (aliado ao sistema institucional e legal) suas motivações para engajarem-se ou não em práticas corruptas. Desse modo, assim como na Ética de Weber, por exemplo, sociedades com tradição protestante, pelo ascetismo e pela rígida cultura de obediência às normas, seriam mais propensas à lógica da acumulação capitalista e ao desenvolvimento, e menos corruptíveis do que sociedades de tradição católica. A modernização tem, assim, um caráter normativo, tomando o modo de produção (capitalismo), os valores e os arranjos institucionais de países do “centro” como modelos a serem seguidos na meta de prevenir e combater a corrupção. Como aponta Filgueiras (2008, 2009), a corrupção é analisada na contraposição entre culturas locais “tradicionais” e uma cultura universal “moderna”. A persistência de valores tradicionais e a dificuldade de mudança (entendida como evolução para o moderno, segundo o referencial mencionado), é o que explica a incidência do fenômeno. Dada a constituição pouco virtuosa do Estado, permeada por valores tradicionais e pela cultura personalista, a burocracia estatal é identificada como fonte natural da corrupção. A essa estrutura densa e enferrujada opõe-se o mercado, instância da racionalidade e impessoalidade. A redução do papel do Estado sobre a sociedade e o mercado é, nessa perspectiva, a saída para a prevenção e controle da corrupção (FILGUEIRAS, 2009, p. 397).

5.3 TEORIA DA MODERNIZAÇÃO NO BRASIL: O PATRIMONIALISMO

À separação entre público e privado, pressuposta pelos Estados modernos, contrapõe-se uma visão patrimonialista do Estado, que dominou os estudos sobre a formação política e econômica no Brasil no século XX. A leitura patrimonialista do Estado brasileiro vem de Raymundo Faoro (2000) e de sua leitura peculiar – e, para muitos críticos, distorcida – do tipo de dominação tradicional descrito por Weber. Legitimada pela força dos costumes, da tradição e da ordem estamental, esse tipo de dominação se opõe à dominação racional e legal, típica dos Estados modernos.

Segundo o patrimonialismo de Faoro, a formação do Estado e da República no Brasil se dá sob a continuidade dos vícios da Coroa Portuguesa, em que nobreza e Tesouro não tinham distinção. Assim, a administração é controlada por um estamento burocrático formado por funcionários e governantes que se beneficiam de cargos e posições para se apropriar do patrimônio estatal, constituindo um Estado centralizador e expropriador da riqueza, fundado em um sistema de privilégios (DOMINGUES, 2008; FAORO, 2000; FILGUEIRAS, 2009). Esse sistema contamina toda a estrutura social, produtiva e mercantil, ao comandá-la pelo alto a partir de uma burocracia densa e enferrujada, que resiste à modernização. Esse conceito é apontado, por muitos autores, como o núcleo de uma concepção dominante, na academia e fora dela, sobre como o Brasil enxerga a si mesmo e a seus problemas. O caráter pré-moderno e tradicionalista são traços centrais dessa imagem do Brasil e do brasileiro, que é ativada, também, para explicar a corrupção (DOMINGUES, 2008; FILGUEIRAS, 2009; SOUZA, 2008; SHWARTZMAN, 2008).

Quando nos deparamos com o tema da corrupção, há, comumente, uma vertente interpretativa do pensamento político e social brasileiro que é mobilizada para explicar os casos de malversação de recursos públicos e uma suposta imoralidade do brasileiro. O problema do patrimonialismo é comumente mobilizado para descrever a corrupção, tendo em vista a cultura política, a economia, a política e a sociedade, de acordo com o problema da modernização, do surgimento das modernas burocracias e da legitimação da política moderna (FILGUEIRAS, 2009, p. 388).

A explicação da corrupção a partir do patrimonialismo parte do princípio de que a tradição brasileira é incongruente com os princípios do Estado moderno impessoal e racional. A velha lógica estamental vai de encontro à impessoalidade das regras racionais, que separam a gestão e as funções burocráticas em si. Isso significa dizer que a corrupção está no cerne da nossa constituição histórica, caracterizando estruturalmente a sociedade brasileira desde nossa herança ibérica. Nesse contexto, a relação entre Estado, sociedade e mercado está inerentemente corrompida.

Na reinterpretação de Sérgio Buarque de Holanda por Antônio Cândido (1995), o autor de *Raízes do Brasil* é incluído na tradição patrimonialista através da categoria do personalismo, na figura do “homem cordial”, movido mais pelas emoções e desejos que pela razão, mais pela intimidade que pela impessoalidade, mais pela distinção que pelo mérito, pouco afeito à lógica do dever e do trabalho. À pouco virtuosa formação republicana soma-se, então, uma suposta imoralidade, irresponsabilidade e indolência intrínsecas do brasileiro. Essas imagens se consolidaram em obras antropológicas como *Carnavais, Malandros e*

Heróis, de Roberto da Matta (1979), que abordam a informalidade típica das relações sociais no Brasil, a difusa separação entre público e privado e a presença de máximas como “Você sabe com quem está falando?”. O “malandro” tornou-se um dos ícones de nossa cultura, ora execrado por sua imoralidade, especialmente ao ocupar cargos públicos (“malandro candidato a malandro federal...”) ²³; ora exaltado pela capacidade de driblar uma estrutura desigual, injusta e marcada pela distinção (“jeitinho brasileiro”). O tema do patrimonialismo define, dessa forma, uma semântica através da qual a realidade é interpretada.

A consequência do patrimonialismo é que a corrupção faz parte de um cotidiano de nossa constituição histórica. O clientelismo, a patronagem, o patriarcalismo e o nepotismo constituem tipos de relação do Estado com a sociedade em que a corrupção é a marca fundamental; afinal, à sociedade nada resta senão buscar o acesso aos privilégios do estamento burocrático mediante a compra de cargos públicos e títulos de honraria, favores da burocracia e a participação no erário do Estado. (FILGUEIRAS, 2009, p. 389)

No bojo da teoria da modernização, o patrimonialismo pode ser compreendido como a transposição, para a política, do personalismo do homem cordial, cujo *ethos* (baseado na comunidade, intimidade, distinção e valores patriarcais) é inepto ao moderno Estado capitalista. Esses traços do patrimonialismo são concretizados no Estado interventor, que poderia ser simbolizado na figura patriarcal do pai autoritário e centralizador (na sua versão negativa) ou protetor e cuidador (na sua versão positiva). Nesse contexto, a prevenção e controle da corrupção passam pela ruptura com o nosso passado colonial, tendo como horizonte a modernização e a diminuição da burocracia estatal: “na linhagem do pensamento político brasileiro derivada de Faoro, o patrimonialismo é um problema típico do Estado, conforme uma rigidez estrutural na sociedade brasileira” (CARVALHO, 1997). Para Filgueiras (2009) e Souza (2008), as generalizações sociológicas do patrimonialismo terminam se transformando em equivalentes para a simples intervenção estatal, essencializando a demonização do Estado e a idealização do mercado. As práticas de corrupção seriam derivadas apenas do primeiro, que subverte as demais esferas econômicas e sociais.

Os críticos do patrimonialismo refutam a existência, no Brasil, de um sistema de legitimação tradicional. Para Filgueiras, as práticas de corrupção devem ser compreendidas, também, a partir de sua ressonância na cultura política. Isto, contudo, não deve remeter a um

²³ Verso da música *Homenagem ao Malandro*, de Chico Buarque.

“caráter” do brasileiro, mas a relações sociais concretas (FILGUEIRAS, 2009, p. 392). Atentando para essa dimensão cultural, Filgueiras identifica uma “sensação de mal-estar coletivo” com a corrupção que supõe uma natural desonestidade do brasileiro: “um dos traços característicos do senso comum no Brasil é que o brasileiro típico tem um caráter duvidoso e que, a princípio, não se nega a levar algum tipo de vantagem no âmbito das relações sociais ordinárias” (FILGUEIRAS, 2009, p. 387). O autor identifica, no Brasil, uma antinomia entre princípios morais, de um lado; e tolerância à corrupção, de outro. Pensamos, porém, que essa antinomia refere-se às dimensões em que a corrupção é julgada: a tolerância com a corrupção cotidiana e cidadina, de um lado; e a intolerância com a corrupção política, praticada pelo homem público, por outro (especialmente quando associada à má avaliação de administrações e serviços públicos). A tolerância com a corrupção cotidiana pode estar relacionada à percepção de que, sendo a sociedade e o Estado corruptos e injustos, cabe ao indivíduo encontrar linhas de fuga à distorção das instituições. Essa dicotomia pode estar pautada, porém, na subliminar distinção entre duas éticas identificadas por Renato Janine Ribeiro (2001): a dos princípios e a da responsabilidade. Alimentada pelo liberalismo, a ética dos princípios diria respeito apenas ao mundo privado, cabendo ao indivíduo prestar contas de sua moralidade apenas a si mesmo e a outros significativos do seu círculo afetivo. A ética da responsabilidade seria a do homem público, que, como “fiduciário” do eleitor, tem o compromisso ético de prezar pelo bem comum e pelo interesse coletivo. Para Ribeiro, essa dicotomia é uma contradição gerada pelo liberalismo e pela própria democracia: na medida em que o individual e o privado tornam-se centrais, a coisa pública deixa de ser percebida em sua especificidade, tendendo a ser pensada sob uma lógica privatista. Para o autor, deve-se restituir ao conceito de corrupção seu sentido político, resgatando-o do sentido de “furto” a que foi reduzido.

Souza (2008) assinala a importância de desnaturalizar a dicotomia maniqueísta entre Estado e mercado e evitar a reificação dessas categorias. Para o autor, o patrimonialismo simplifica e esteriotipa a realidade social, mais obscurecendo que ajudando a explicar. Nessa visão coisificada e dicotomizada da realidade, o antagonismo é previamente localizado na relação entre mercado e Estado, obscurecendo outros conflitos sociais, como a luta por distribuição de recursos escassos (problemática típica do liberalismo de bem estar social). Ademais, a questão política se transforma, na visão de Souza, em um tipo de “drama telenovelistas”, em que estão de um lado os mocinhos e de outro os bandidos/corruptos (SOUZA, 2008, p. 72).

Para esse tipo de pseudocrítica social, todo conflito social visível está embutido na oposição entre mercado e Estado. A tese do patrimonialismo pressupõe, portanto, tanto que se esconda e se esqueça a “sociedade”, e com ela os conflitos sociais como arena da disputa por recursos escassos, como também a simplificação de mercado e Estado onde um é o mocinho e o outro é o vilão. Esse é o nome da operação ideológica que permite que o tipo de liberalismo redutor e mesquinho hegemônico entre nós possa ser visto, ainda por cima, com o “*flair*” de uma teoria crítica da sociedade (SOUZA, 2008, p. 73).

Quanto à constituição do Estado, Domingues (2008) destaca uma ambivalência que remonta a um conceito renovado do patrimonialismo – o neopatrimonialismo. Segundo ele, a legitimação do Estado brasileiro se dá a partir de uma lógica racional e legal explícita e de outra lógica, patrimonial e oculta, sem legitimidade no plano macro, mas tolerada e praticada no plano micro (DOMINGUES, 2008, p. 159-169). A abordagem neopatrimonialista chama a atenção para o “caráter modernizador” do patrimonialismo dos Estados nacionais na América Latina. A institucionalização estatal, nesses países, não se legitima pela reprodução do passado, ou não apenas. Em vez disso, o desenvolvimento econômico e social surge como tema central de legitimação, num tipo de arranjo em que antigo e moderno não entram necessariamente em contradição: “Assim, a corrupção se desenha como elemento perverso do neopatrimonialismo contemporâneo, instituição que não pode se revelar, mas continua informalmente operando em toda a extensão do aparelho estatal e através de seus vínculos vários com a sociedade” (DOMINGUES, 2008, p. 161).

[...] a partir dos anos 1930, tendo em vista esse projeto modernizador conduzido pelo Estado, o tema da administração e da gestão pública tornou-se central. A partir desse momento, produziu-se, no Brasil, uma série de reformas no aparato administrativo do Estado, tendo como finalidade a implosão de nosso passado patrimonialista, a afirmação de uma racionalidade típica do Ocidente e o fim da corrupção como prática cotidiana e corriqueira. A corrupção, como um problema do Estado brasileiro, seria combatida se a ruptura com o passado patrimonialista e estamental da administração pública se concretizasse mediante a modernização da máquina administrativa (FILGUEIRAS, 2008, p. 392).

A perspectiva funcionalista e a teoria da modernização dominaram os estudos sobre corrupção, inclusive (e fortemente) no Brasil, nos anos 1960 e 1970. Nas décadas seguintes, as ciências sociais viam a ascensão de abordagens centradas no indivíduo, e a teoria da corrupção acompanhou essa tendência. Segundo Della Porta (1996, p. 23), a abordagem funcionalista foi acusada de fundar sua teoria da corrupção política em “estudos superficiais, racionalizações tolas e programas de intervenção vagos”, seja ao identificar os benefícios ou

os custos da corrupção. Aos poucos, essa corrente deu lugar à perspectiva atualmente dominante sobre corrupção: o individualismo metodológico, sobretudo na vertente da economia política.

Essa nova abordagem se tornou hegemônica a partir da década de 1990, com o reconhecimento dado por instituições multilaterais, que adotaram esse tipo de perspectiva para defender um tipo de reforma do Estado, especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FILGUEIRAS, 2008, p. 302).

5.4 O PARADIGMA ECONÔMICO

Se há algo comum entre as abordagens sobre corrupção, é a constatação de que ela ocorre na interface dos setores público e privado, cuja separação é um pressuposto dos Estados modernos. Reconhecida como uma das principais representantes da escola econômica, Rose-Ackerman (1997) salienta que os casos mais graves e complexos de apropriação do privado ocorrem não quando funcionários simplesmente roubam ativos do Estado, mas quando um indivíduo ou organização privada suborna um funcionário público com poder sobre a distribuição de benefícios ou custos públicos (ROSE-ACKERMAN, 1997, p. 31), subvertendo as próprias redes e instituições políticas e econômicas. Esse comportamento *rent-seeking*, que consiste em maximizar o quanto possível a renda privada, promove um mercado de transferência de renda dentro da sociedade através da existência de monopólios e privilégios no setor público.

O enfoque econômico da corrupção preocupa-se com o seu impacto macroeconômico e macrossocial, mas toma o ator individual como unidade de análise. A corrupção é o resultado de escolhas racionais e sua disseminação dentro de uma determinada organização é influenciada por fatores que definem a estrutura dos custos e recompensas esperadas (VANNUCI, 2015, p. 2). A prática da corrupção está fortemente relacionada ao risco ou não de ser punido, de ser “traído” ou delatado pelos parceiros. A tese central é a de que a corrupção é um crime de cálculo (de riscos, custos e recompensas), não de paixão. Na prática corrupta, a política funciona como uma espécie de mercado, em que está em jogo a possibilidade de maximização dos ganhos individuais. A decisão de participar ou não da ação corrupta dependerá menos de princípios éticos e mais da expectativa dos benefícios (ganhos monetários, posições de poder para si, família ou aliados), dos custos para evitar ser descoberto ou delatado (pagamento de propinas) e das possíveis consequências caso a ação

venha à tona (riscos morais e manchas reputacionais, prejuízos financeiros e punições formais). Quanto maiores as possibilidades de ganhos e menores os riscos – incluindo barreiras institucionais que dificultem a ação e a efetividade das sanções –, maior a possibilidade de engajamento em práticas ilícitas.

Muitas autoridades permanecem honestas diante de tentação considerável, e outras aceitam recompensas que parecem pequenas em relação aos benefícios sob seu controle. Outras, entretanto, acumulam fortunas. O nível de malversação depende não só do volume de benefícios potenciais, mas também do risco de negócios corruptos, escrúpulos morais e poder de barganha dos participantes. O impacto global da corrupção, no entanto, depende não apenas do tamanho dos pagamentos, mas também dos seus efeitos distorcionistas sobre a economia. [...] O suborno é dispendioso para controlar, e as reformas devem considerar os custos, bem como os benefícios de combatê-lo (ROSE-ACKERMAN, 1996, p. 1).

Nesta corrente, a ação corrupta, segundo Vannucci (2005, p. 6), pressupõe três prerrequisitos: **a**) a existência de um agente principal (*truster*), um ator individual ou coletivo que deposita confiança e delega poderes a outro ator (o agente “fiduciário”), agora encarregado de perseguir e executar os interesses e valores do primeiro; **b**) a possibilidade de “abuso do poder confiado”, controlada por meio de regras e mecanismos de supervisão, entre elas a proibição de aceitar pagamentos ou recompensas de terceiros para a realização de tarefas delegadas; e **c**) o interesse de um cliente (potencial corruptor), que o agente, infringindo as regras e abusando do poder confiado, tenta influenciar para entrar em uma relação de troca. É nesse último elo da cadeia que a corrupção distorce a relação entre o principal e o agente, pela indução de um terceiro: o corruptor. A relação de troca por meio de suborno (propina) impele o agente a transgredir as prerrogativas formais e informais de sua posição. Por meio de recompensas (monetárias e outras), o corruptor consegue do agente ganhos tangíveis ou intangíveis cujo acesso ou propriedade, de outro modo, lhe seriam restritos – ou que pelos caminhos legais lhe custariam mais caro: decisões favoráveis, informações reservadas, proteção.

Considerando este quadro, “todas as relações de mercado e relações organizacionais, envolvendo atores individuais ou coletivos, tanto públicos como privados, podem ser influenciadas pela corrupção” (VANNUCCI, 2005, p. 8). No caso do setor público e, mais especificamente, dos regimes republicanos e democráticos, o papel de agente principal é exercido pelo Estado e pelo soberano político, tido como representante do interesse público. Nessa cadeia de relações estão os eleitores, os eleitos e os burocratas que atuam nas instituições que dão suporte ao regime, através de hierarquias, papéis e funções. Nesse ideal

institucional, descrito por Vannucci como liberal democrático, o agente principal último é o povo soberano (os cidadãos), enquanto os servidores públicos (eleitos, nomeados, comissionados) são os fiduciários.²⁴ Considerando essa dimensão, o representante eleito é o maior fiduciário, e o “abuso do poder confiado” (ou percepção de) tem forte relação com a legitimidade dessa relação em determinados contextos políticos.

De acordo com Cox e McCubbin (2001, 2-3), de fato, cada governo - conforme as divisões e necessidades de sua sociedade e governantes - seleciona um conjunto de instituições para resolver seus problemas políticos fundamentais: "Essas instituições definem uma sequência de relações agente-principal. Em uma típica democracia representativa, por exemplo, há três grandes delegações que podem ser observadas. Em primeiro lugar, o povo soberano delega o poder de decisão (geralmente através de uma constituição escrita) a um legislador nacional e executivo. [...] Um segundo passo de delegação de poder ocorre quando os detalhes da organização interna do legislativo e do executivo são resolvidos. [...] Um terceiro passo na delegação de poder leva o legislativo (ou seus chefes políticos) como agências principais e diversas agências como agentes" (VANNUCCI, 2015, p. 9).

O controle da corrupção passa, sobretudo, pela ampliação dos custos e riscos dessa prática social (combate à impunidade) e pelo controle dos seus incentivos e recompensas. Também neste caso, a solução remonta ao reequilíbrio da relação entre Estado e mercado, diminuindo o controle do primeiro sobre o segundo.

Cabe, aqui, uma digressão acerca dos fundamentos desses pressupostos do ponto de vista de modelos de Estado e democracia. Norberto Bobbio (1986, p. 30), tentando “uma definição mínima” de democracia, afirma que ela é caracterizada por um conjunto de regras que definem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e sob quais procedimentos.²⁵ Para o autor, porém, esta definição mínima não está completa se os que são chamados a decidir e os que escolhem os decisores não dispuserem de alternativas concretas e não

²⁴ Essas afirmações remontam ao conceito de representação e, conseqüentemente, às recentes discussões sobre a crise da democracia representativa. A esse respeito, vale a pena o texto de Leonardo Avritzer (2007), “Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação”.

²⁵ O conceito de democracia de Bobbio é criticado por Habermas (1997), que o considera reduzido à dimensão institucional, ignorando a esfera pública. Para Habermas, “[...] Bobbio segue uma estratégia de deflação. Começa a gravar algumas mudanças sociais globais, que não vêm exatamente a facilitar o cumprimento da promessa das concepções clássicas: acima de tudo, o surgimento de uma sociedade policêntrica de grandes organizações, em que a influência e poder político passa a atores coletivos e cada vez menos pode ser adquirida e exercida por indivíduos associados; também a multiplicação de grupos de interesses que dificultam uma formação da vontade imparcial dos concorrentes; além disso, o crescimento das burocracias estatais e serviços públicos, que promove a dominação dos especialistas; finalmente, o distanciamento das massas apáticas em relação às elites, que se autonomizam oligarquicamente frente aos cidadãos tratados em termos paternalistas. No contexto destas conclusões céticas, Bobbio é levado a uma determinação muito cautelosa das regras do jogo democrático” (Habermas, 1997, p. 379-380). Bobbio, por sua vez, define como utópica a teoria da democracia de Habermas e considera sua proposta de participação difícil de alcançar em sociedades complexas.

estiverem em condições de escolher entre elas. Para que essa condição seja satisfeita, é preciso que sejam garantidos aos atores os direitos de liberdade, opinião, livre expressão, reunião e associações. Tais direitos remetem aos princípios do Estado liberal e à doutrina do Estado de Direito, ou seja, do Estado que exerce o poder pela lei, reconhecendo constitucionalmente os “direitos ‘invioláveis’ do indivíduo” (BOBBIO, 1986, p. 31). Isso significa que uma comunidade política liberal justa é aquela que propicia a seus membros as condições para que cada um possa agir com base em suas próprias convicções, não cabendo à autoridade política determinar que objetivos e fins individuais devem ser seguidos ou qual a doutrina religiosa, moral ou política verdadeira (DE VITA, 2008). Esse ideal democrático, segundo Bobbio (2000), foi abraçado tanto pelo movimento liberal quanto pelo movimento socialista, dando origem a diferentes modelos de democracia.

O fato de que movimentos antitéticos como o movimento liberal e o movimento socialista tenham ambos abraçado o ideal democrático ao ponto de darem origem a regimes de democracia liberal e a regimes de democracia social, embora não socialista (um regime que seja ao mesmo tempo democrático e socialista até agora não existiu), pode fazer pensar que desde dois séculos a democracia é uma espécie de denominador comum de todos os regimes que se desenvolveram nos países econômica e politicamente avançados. Mas não se deve acreditar que o conceito de democracia permaneceu o mesmo quando da passagem da democracia liberal à democracia social. No binômio liberalismo mais democracia, democracia significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade de indivíduos singulares; no binômio democracia mais socialismo, democracia significa ideal igualitário que apenas a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar. No primeiro binômio é consequência, no segundo um pressuposto. Como consequência, no primeiro completa a série de liberdades particulares com a liberdade política; como pressuposto, no segundo, será completada tão somente pela futura e esperada transformação socialista da liberdade capitalista (BOBBIO, 2000, p. 83-84).

Os dois sentidos de democracia guardam relação com duas vertentes do liberalismo contemporâneo discutidas por Álvaro de Vita (2008, p. 80), cada um com um entendimento específico sobre “ética na política”: o *liberalismo deontológico* (que tem forte afinidade com a ideia de Estado mínimo) e o *liberalismo de bem estar social* (em que o Estado deve ter papel ativo na distribuição de oportunidades e recursos).²⁶

Segundo De Vita, o liberalismo deontológico tem como valor central uma noção de liberdade negativa que consiste em limitar a interferência da autoridade política sobre os

²⁶ Esses conceitos são tipos ideais e não pretendem definir as formas de liberalismo existentes no Brasil. Pode-se observar, contudo, relativo consenso sobre a afirmação de que os liberalismos aplicados no país são híbridos, mesclando esses dois modelos.

direitos de propriedade e titularidade, desde que adquiridos de forma lícita. Mais ética na política, para esta corrente, significa o respeito ao direito à propriedade, ao cumprimento de contratos válidos, ao compromisso com comportamentos não fraudulentos – mesmo que estes sirvam como justificativa para fins socialmente nobres. A justiça, nesse caso, remonta aos limites e interdições à ação individual, sobretudo quando se trata da autoridade política. Tais prescrições fundamentam eticamente a restrição da intervenção estatal, que deve se reservar à manutenção da ordem pública, garantia de direitos de propriedade, cumprimento de contratos e vigência de normas que inibam práticas irregulares de concorrência (DE VITA, 2008, p. 80). De Vita percebe nessa abordagem a afinidade com a teoria econômica do *rent-seeking*, apresentada acima.

[...] Para essa literatura, a intervenção na economia por meio do processo político gera incentivos para que os agentes econômicos, ao invés de competirem por meio da redução de custos e do aumento de produtividade, dissipem recursos competindo entre si para influenciar as autoridades e burocratas do Estado que instituem e controlam as formas de intervenção que geram “rendas”. Essa competição para capturar rendas envolve atividades tais como fazer lobby, campanhas de relações públicas e o suborno de autoridades e funcionários públicos. As recomendações de reforma institucional e de política pública que se seguem são claras: quanto menos intervenção estatal na economia, e quanto mais o Estado ficar restrito às funções prescritas pelo Estado mínimo do liberalismo deontológico, mais recursos serão liberados para usos que são economicamente eficientes (*profit-seeking*) e menos oportunidades haverá para as atividades *rent-seeking*, entre as quais se encontram aquelas que envolvem corrupção política. (DE VITA, 2008, p. 81)

Por sua vez, o liberalismo do bem estar social acredita que, para que as liberdades individuais sejam garantidas, é preciso afiançar institucionalmente os meios e condições para que cada indivíduo possa desenvolver suas potencialidades e viver conforme suas convicções. Isso inclui uma distribuição minimamente igualitária de oportunidades sociais, renda e riqueza. Nessa perspectiva, afirma De Vita, a ética na política focaliza mais as instituições que a conduta individual de funcionários públicos e autoridades. Nesta versão do liberalismo, a política é mais ética na medida em que, por meio do esforço coletivo dos cidadãos, aprimoram-se as instituições e sua capacidade de promover a justiça, distribuir direitos, liberdades, oportunidades e recursos sociais escassos. Ao Estado é reservado um papel ativo, voltado ao combate de circunstâncias que limitam as potencialidades individuais e o exercício da participação política e econômica, como a pobreza e a desigualdade (DE VITA, 2008, p. 83).

Como veremos, a querela entre essas duas vertentes do liberalismo tornou-se mais clara no Brasil nos anos 2000, com a chegada ao poder de setores de esquerda. Por ora, como observa De Vita, a disputa entre os dois modelos continua presente no debate sobre a corrupção, sem respostas à vista.

Será que as políticas de desregulamentação econômica e de redução da intervenção estatal nos mercados, recomendadas pelo liberalismo deontológico e pela teoria econômica da “sociedade *rent-seeking*”, de fato contribuem para a redução da corrupção política? A resposta a essa questão, que está longe de ser óbvia, depende de estudos empíricos. E, inversamente, será verdade que um Estado liberal comprometido ativamente com a realização institucional de uma visão de justiça social, recomendado pelo liberalismo de bem-estar social e pelo liberalismo igualitário, necessariamente abre mais espaço para a corrupção política? [...] Sobre isso, não é possível dizer muita coisa, no momento, além de apontar para o caso dos países escandinavos, que combinam *big government* – um setor público grande, que resulta dos sistemas tributários e de transferências dos *welfare states* mais redistributivos que existem no mundo – com níveis mínimos de corrupção política. Isso sugere que o tamanho do Estado e o grau de intervenção estatal na economia não são necessariamente as variáveis-chaves para explicar a corrupção (DE VITA, 2008, p. 83-84).

Outro aspecto a ser mencionado é que a ascensão ao poder de setores de esquerda tradicionalmente defensores do ideal socialista de igualdade acendeu (ou reacendeu) no Brasil, nos últimos anos, a crítica liberal ao socialismo (ou “comunismo”, conforme a linguagem corrente hoje nas redes sociais).²⁷ Baseando-se no caso da União Soviética, essa crítica enxerga no socialismo um campo fértil para a corrupção política (GUIMARÃES, 2008). Alguns marcos institucionais são apontados como fatores do caráter sistêmico e crônico da corrupção nesse regime: centralização da vida econômica no Estado, concentração do poder, restrição às liberdades, princípio do partido único, perda de autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário frente ao Executivo. Além disso, o discurso coletivista ocultaria uma “moral instrumental de justificação dos meios pelos fins, legitimando os privilégios de uma elite dirigente” (GUIMARÃES, 2008, p. 94).

Para Guimarães, a defesa socialista foge à crítica do regime em si, explicando a corrupção do sistema pela desvirtuação prática daquilo que o socialismo “deveria ter sido”.

²⁷ Veremos, na análise de entrevistas, que alguns dos grupos de protestos autodenominados “de direita” enxergam no “projeto comunista” do Partido dos Trabalhadores (PT) a causa para o aumento da corrupção nos últimos anos. Paradoxalmente, da parte das esquerdas, uma das críticas comuns aos Governos do PT é, precisamente, o fato de ter se afastado dos ideais socialistas, dando continuidade à política econômica do Governo Fernando Henrique (do Partido da Social Democracia do Brasil / PSDB), considerada mais liberal que socialdemocrata. Essa política econômica, no caso do PT, teria confundido inclusão econômica com poder de compra e incentivado generalizadamente o consumo e o endividamento.

Esta defesa aponta como causas da corrupção no socialismo real a concentração despótica do poder por uma camada burocrática que passou a se apropriar, em benefício próprio, do produto social; o surgimento de um novo tipo de exploração de classe, através do controle estatal dos meios de produção; e a incapacidade do proletariado (representado pelo seu partido) de manter-se dominante na luta de classes no período de transição (GUIMARÃES, 2008, p. 94-95). Por outro lado, o autor considera frágil a crítica do liberalismo que associa “unilateralmente” tamanho do Estado e corrupção:

Os Estados do Bem-Estar Social do Norte da Europa são, por exemplo, conhecidos tanto pela expansão de seus sistemas estatais como por padrões dos mais reduzidos de corrupção. O retorno da antiga URSS ao capitalismo, por sua vez, através de um programa generalizado de privatizações, foi acompanhado por uma exponenciação dos circuitos da corrupção. De outro lado, as reflexões mais típicas da cultura socialista limitam-se à identificação de diferentes modalidades de desvio histórico em relação ao paradigma teórico do socialismo, como se este estivesse esclarecido e estabilizado em seus fundamentos teóricos (GUIMARÃES, 2008, p. 95).

Para além dos modelos liberal e socialista, Schwartzman (2007) assinala uma forte relação entre corrupção e autoritarismo. De acordo com o autor, quando a ausência de legitimidade enfraquece a coesão social, a autoridade passa a ser exercida de forma espúria, seja por meio de autoritarismo e violência, seja pelo uso da corrupção, cooptando aliados e eleitores (SCHWARTZMAN, 2007, p. 3). Nesse sentido, corrupção e autoritarismo andam juntos: regimes autoritários (predominantes na América Latina até os anos 1980) favorecem a corrupção, restringindo a expressão da opinião pública, a autonomia dos poderes o uso discricionário do poder; e regimes corruptos e cleptocráticos (fortes na América Latina a partir dos anos 1990) tendem ao autoritarismo, cerceando a liberdade de imprensa, a autonomia dos poderes e a influência das oposições (SCHWARTZMAN, 2007, p. 4).

5.5 O ENFOQUE CULTURAL

Este campo de estudos chama a atenção para as diferentes tradições, normas e padrões éticos que moldam as preferências morais dos indivíduos e seus posicionamentos acerca de papéis e instituições sociais, levando o agente público ou privado a burlar ou não as normas legais. Segundo Vannucci (2015, p. 10), o fator cultural tem sido abordado de diferentes maneiras na literatura sobre corrupção: custos morais na teoria econômica, normas

culturais em estudos comparativos, padrões profissionais ou setoriais em perspectivas construtivistas, restrições informais na teoria neoinstitucional.

A noção de “custo moral” da teoria econômica é traduzida pelo autor como barreiras normativas – regras internalizadas e autoimputadas – que condicionam a decisão do ator de entrar ou não em um acordo corrupto. Tais barreiras são mais fortes conforme a identificação do agente com os valores e fins da organização pública (o bem público) e quanto mais coerentes forem essas regras em relação às dos seus círculos sociais. Quanto maior o custo moral de uma ação (sofrimento psíquico, desconforto ou culpa, sentimento de “traição da confiança pública”), menor a chance de o ator se envolver na prática corrupta, mesmo considerando que não será descoberto. Assim, a ideia de “custo moral”, que Vannucci prefere chamar de barreiras normativas ou restrições morais, revê a máxima de que a corrupção é um crime de cálculo, não de paixão. Na dinâmica das decisões, contam não apenas as restrições externas, mas fatores endógenos como considerações éticas, espírito público, civismo e “sentido de Estado” entre os funcionários públicos e políticos.

A principal crítica a essa abordagem diz respeito à equiparação entre custo moral e custo material, como se o indivíduo fosse capaz de gerenciar os primeiros com a mesma racionalidade com que pesa os segundos. Ao centrar-se na racionalidade individual, a noção de custo moral negligencia a dimensão relacional e intersubjetiva da moralidade, que inclui o reconhecimento e o estigma. Para Vannucci (2015), uma ação só tem consequência moral quando o indivíduo considera as expectativas sociais dos seus grupos de referência, dentro de um quadro de comportamentos sociais valorizados ou, pelo contrário, estigmatizados. Isso significa, como dito antes, que, contra a decisão de se engajar em uma prática corrupta vogam não só as barreiras institucionais, mas também a “moral pública” (o *ethos* que orienta o “espírito público”), que pode ser mais permissiva ou mais intolerante à corrupção. Além disso, faltaria à noção de custo moral esclarecer os mecanismos que podem alterar a lógica do “cálculo moral” em diferentes culturas e subculturas, grupos, contextos sociais e períodos históricos, de modo a explicar diferentes respostas individuais a oportunidades semelhantes de corrupção.

Citando Pizzorno, Vannucci sublinha a importância dos “mecanismos que permitem aos atores entrar e operar em redes de trocas corruptas, através de um processo de seleção e socialização que, além de transmitir ‘rotinas’ e normas informais, também as molda ao longo do tempo” (VANNUCCI, 2015, p. 12). Disso decorre a preferência do autor pelo conceito de barreiras normativas. No âmbito da abordagem neoinstitucional, essa expressão contempla o

fato de que as preferências individuais são construídas no processo de socialização e transmissão intergeracional de normas, valores e princípios (VANNUCCI, 2015, p. 12-13). Quando um padrão normativo é internalizado e compartilhado por círculos sociais relevantes, as normas estão além de um “cálculo” sobre as vantagens e desvantagens do seu cumprimento, fomentando (ou não) a “aversão psicológica à traição da confiança pública”. Dessa hipótese poder-se-ia depreender outra: a de que a corrupção ganha espaço em situações de frouxidão entre os vínculos sociais e condições de anomia (a partir, por exemplo, de uma crescente individualização e exaltação do privado, em detrimento do público e do coletivo). Bignotto (2008, p. 92) observa que, na tradição do republicanismo (em que é atribuída ao Estado a representação e mediação dos interesses comuns), a corrupção remete não apenas aos comportamentos desviantes de indivíduos, mas também à perda de referenciais que os levariam a agir em favor do interesse público:

Conservando a herança de Maquiavel, que via na corrupção a perda da liberdade política, e aquela de Rousseau, para quem a corrupção é a destruição da vontade soberana, é possível dizer que uma teoria republicana atual realça, em acordo com essas duas formulações, a ideia de que a corrupção é um processo que pode ser analisado a partir da destruição dos interesses públicos não apenas por atores individuais, mas também por partidos políticos e atores econômicos (BIGNOTTO, 2008, p. 92).

Por outro lado, a expressão “barreiras normativas” chama a atenção para a existência de normas que, em determinados contextos ou grupos, tornam a corrupção socialmente aceita. Não se trata de anomia, mas de um tipo específico de socialização e códigos de conduta que se inscrevem nas interações sociais.

A corrupção impacta, portanto, nas preferências e escolhas relacionadas à fronteira público-privado, afrouxando as barreiras morais, levando à banalização de sua prática, na medida em que o ator individual passa a utilizá-la como argumento ou justificativa interna para os seus próprios atos. Recorrendo a Hirschman, Vannucci (2015) faz menção ao impacto negativo do “mau exemplo” quando a corrupção se torna uma prática dominante, enfraquecendo os constrangimentos normativos e erodindo o senso público. Tais observações remontam a uma perspectiva cínica da política que, para Vannucci (2015) e Della Porta (1996), está associada a um fundamentalismo de mercado (“neoliberalismo amoral”) centrado na lógica de maximização dos ganhos a todo custo, incompatível com a noção de “público”. Seguindo essa linha, Della Porta, ao analisar a corrupção na Itália, aponta o declínio da ideologia partidária e a ascensão do “político de negócios” – para quem a política é um

comércio como outro qualquer – como fator do crescente aumento da corrupção naquele país.²⁸

A congruência entre as normas jurídicas que regem a conduta dos agentes públicos e as normas informais que moldam a estrutura de valor dos grupos sociais - políticos, empresários, funcionários, profissionais, etc. - é, portanto, a variável-chave. A maior consistência entre eles faz com que os mecanismos de imposição de primeira instância (o sentimento internalizado de culpa, expresso por barreiras normativas) e de segunda instância (ostracismo, estigma social, etc.) sejam constrangedores. A ativação de círculos "virtuosos" ou "viciosos" [...] entre a responsabilidade estatal e social, por sua vez, influencia a força das barreiras normativas. Os conteúdos (divergentes) e o grau de institucionalização dos constrangimentos informais que regulam de fato a atividade do agente público - e os seus homólogos privados - entram em jogo. Mas as normas informais podem gerar uma estrutura de incentivos em ambos os sentidos. Eles podem apoiar regras legais contra a corrupção, bem como um conjunto alternativo de códigos de conduta não escritos e "valores" que o justifiquem e disciplinem. Longe do comportamento anômico, a corrupção emerge como endêmica, isto é, bem regulada. Este é precisamente o foco do paradigma neoinstitucional. (VANNUCCI, 2015, p. 12)

5.6 O ENFOQUE NEOINSTITUCIONAL

Esta corrente enfatiza os mecanismos que permitem a regulação interna das interações sociais dentro de redes e seus efeitos nas crenças e preferências dos indivíduos. A abordagem neoinstitucional parte do princípio de que, embora os acordos corruptos não possam ser realizados por meio de sanções legais, várias regras informais e verbais, cláusulas contratuais e convenções podem regular o intercâmbio vicioso entre o agente e o corruptor, criando uma rede paralela com mecanismos de governança próprios, que rotinizam e institucionalizam a corrupção.

Parte do que foi dito no item anterior (enfoque cultural) define a perspectiva neoinstitucional. O conceito de barreiras normativas pretende, precisamente, dar conta do quadro institucional informal em que ocorrem as trocas entre agente e corruptores. Nesse contexto, as reformas anticorrupção voltam-se às estruturas ocultas de governança que regem

²⁸ Diz a autora, refutando as hipóteses funcionalistas e referindo-se ao caso italiano: “Especialmente políticos de negócios parecem surgir em tempos de transformação dos partidos políticos, especialmente na crise dos partidos de massa. O aumento da corrupção não parece estar relacionado à substituição de uma classe política burguesa por outra formada pelas classes mais baixas, mas sim com a influência em declínio de uma classe política (muitas vezes de origens trabalhadora) com motivações ideológicas fortes e a entrada na política de um grupo (da classe média), que acredita que a política não é nada mais do que um negócio como qualquer outro” (DELLA PORTA, 1996, p. 25). Não dispomos de dados sobre a formação dos partidos no Brasil que permitam a mesma análise sobre o caso brasileiro.

esses intercâmbios. Sem isso, o que se tem são ações pontuais, que desmantelam um nó da rede de corrupção, mas não a rede como um todo: “Somente quando as regras oficiais são complementadas por instituições, iniciativas de baixo para cima, tendem a produzir os resultados e tornar a regulação anticorrupção mais eficaz” (VANNUCCI, 2015, p. 2).

Os acordos corruptos não podem contar com a regulação legal. Por definição, eles acontecem no campo da incerteza, do segredo, da falta de transparência. A relação agente-corruptor pressupõe a possibilidade constante de quebra de confiança. A lógica de maximização individual dos ganhos coloca os sujeitos em um jogo em que cada um pode, a qualquer momento, tentar tirar melhor proveito do esquema. Nesse cenário de natureza hobbesiana, a autossustentação de redes de corrupção seria inviável. Assim, o intercâmbio corrupto é regulado por regras informais e não escritas, mecanismos de fiscalização, cláusulas contratuais e convenções com incentivos e sanções a elas vinculados que, paulatinamente, imprimem forma e estabilidade aos terrenos em que essas práticas ocorrem. Os impactos dessa “evolução” são culturais, sociais e econômicos: barreiras morais contra a corrupção são fragilizadas e são criadas novas e mais rentáveis oportunidades de negócios ilícitos, em bases de negociação mais seguras para os envolvidos.

Uma vez que certa textura organizacional e “adaptação cultural” à corrupção se desenvolveu, os códigos informais e as estruturas de governança proporcionam mecanismos internos de estabilidade e de fiscalização de negócios ilegais em áreas específicas da atividade pública, reduzindo a incerteza entre parceiros em relacionamentos que aparecem mais lucrativos e menos moralmente censuráveis. Esta coevolução de incentivos e valores culturais, por outras palavras, é uma via de mão dupla: o patrimônio da corrupção no passado produz retornos crescentes nos períodos subsequentes, fornecendo normas informais, aprendizado de habilidades especializadas, escudos organizacionais e outros mecanismos de proteção contra intrusão externa pelas autoridades e fricção interna entre atores corruptos (Della Porta e Vannucci, 2012, 219-22). Ao longo do tempo, a prática informalmente regulamentada de corrupção influencia outras variáveis econômicas e culturais, pois neutralizam barreiras morais e criam oportunidades mais rentáveis, enraizadas em procedimentos formais e processos decisórios. (VANNUCCI, 2015, p. 19)

Na rede de corrupção operam mecanismos de controle que vão desde a já mencionada internalização de normas (fonte de sentimentos como culpa e sofrimento psíquico ou de orgulho e senso de dever) a sanções relacionadas aos códigos de conduta endógenos. Entre as ameaças possíveis está o ostracismo e, por conseguinte, a exclusão do “mercado de oportunidades” da corrupção. Se as normas em questão são compartilhadas pelos *partners*, há mais lealdade e confiança, menos mecanismos de controle, e o benefício (ou ausência de

custo) moral da corrupção é ampliado. Vale notar que o grupo, assim, como afinidades ideológicas, étnicas, religiosas e políticas, podem funcionar como valor e referencial de lealdade alternativo ao Estado ou à coisa pública. O sentido de comunidade tem, portanto, um lugar destacado: quanto mais esse senso de comunidade se distancia do “público” – ou, dito de outra forma, do Estado como suposto representante do interesse comum –, e quanto mais os valores entre o Estado e as comunidades específicas forem incongruentes, mais frágeis as barreiras subjetivas contra a corrupção: “a troca corrupta pode ser julgada como funcional para a realização de propósitos de longo prazo de atores e organizações (especialmente partidos políticos com uma forte orientação ideológica) com os quais o agente e/ou corruptor se identifica ou é inclinado altruisticamente” (VANNUCCI, 2015, p. 20).

Filgueiras (2008) considera que a abordagem neoinstitucional está tão imersa no paradigma econômico quanto o enfoque cultural do “custo moral”. Para ele, houve uma “colonização” da teoria política pela linguagem econômica, limitada à lógica do cálculo de custos e recompensas, ao jogo entre meios e fins, que se reflete na teoria da corrupção. A ênfase nos sistemas de incentivo e o alicerce na teoria econômica são vistos pelo autor como pontos em comum entre as abordagens neoinstitucionalistas e a teoria da modernização: “ao considerar apenas os sistemas de incentivo, a teoria política abandona uma perspectiva moral do problema da corrupção” (FILGUEIRAS, 2008, p. 304).

Parece-nos, entretanto, que essa última crítica é injusta, se considerados esforços como o de Vannucci de ampliar o conceito de “custos morais” para a noção mais relacional e intersubjetiva de barreiras normativas. Para Vannucci, o enfoque neoinstitucional pode e deve ser articulado com uma abordagem macro, observando a distinção entre ações individuais e suas consequências sociais, as condições facilitadoras e os efeitos coletivos das práticas irregulares. Isto porque “a configuração mais ou menos estável de regras informais e de mecanismos de execução pode regular os padrões de corrupção sistêmica, tornando seus equilíbrios mais resistentes às reformas políticas e ao processo judicial” (VANNUCCI, 2015, p. 5). Uma política anticorrupção eficaz levaria em consideração esses processos evolutivos, desestimulando o engajamento individual em negócios ilícitos por meio de várias frentes: desmantelamento das redes de corrupção e suas estruturas organizativas; diminuição das oportunidades de ganhos; desincentivos materiais; reforço social à ideia de “integridade” (reconhecimento *versus* estigma); barreiras morais; estímulo à formação de forças anticorrupção na arena política (“um forte movimento anticorrupção vindo de baixo”); canalização da pressão da opinião pública para a integridade (VANNUCCI, 20015, p. 24).

Desse modo, o autor destaca a importância da consciência, crítica e resistência contra a corrupção por parte da sociedade civil. No horizonte ético, está o resgate de um conceito de “público” e de “bem comum”.

Nos últimos anos, os movimentos sociais que denunciam práticas cleptocráticas, políticos corruptos e empresários, desenvolveram um quadro explicativo radicalmente diferente. Consequentemente, também o conjunto de ferramentas políticas ampliou. A luta contra a corrupção é um componente básico de um esforço mais amplo dos cidadãos para se opor à deterioração da qualidade dos processos democráticos. Para aumentar a resistência contra a corrupção, é necessário restabelecer ou descobrir novos mecanismos de responsabilização e transparência que permitam um controle mais eficaz dos cidadãos sobre os governantes. Isto implica a revitalização de uma concepção de política não pretendida como uma técnica, mas como uma contribuição para a realização do bem comum. Experiências e experimentos que aumentam as oportunidades de participação dos cidadãos nas políticas públicas, nas fases de formulação, tomada de decisão e implementação, aumentam a informação disponível ao público, difundindo uma ampla consciência e conhecimento que na concepção "tecnocrática" da política são - por crenças ideológicas ou "má conduta intencional" - mantidas ciosamente escondidas. (VANNUCCI, 2015, p. 25)

A prevenção e controle da corrupção, portanto, precisa fugir do âmbito burocrático e estatal e estender-se à sociedade civil, incluindo a mídia e outras instâncias de representação e ação, como ONGs e movimentos sociais. Torna-se central, na qualificação dos processos democráticos, a ideia de *accountability* – mecanismos de fiscalização, controle e responsabilização, por parte dos cidadãos, sobre as ações dos seus representantes (ANASTASIA, SANTANA, 2008, p. 307).

Tomando emprestada a definição de democracia de Bobbio mencionada anteriormente, Anastasia e Santana (2008) lembram que as instituições políticas precisam organizar as condições requeridas para o exercício da responsividade e da responsabilidade do poder público (ANASTASIA, SANTANA, 2008, p. 308). O conceito de *accountability*, segundo a sistematização das autoras, pressupõe: a capacidade dos cidadãos de inscreverem suas demandas na agenda pública; dos representantes eleitos de traduzirem tais demandas em políticas públicas; da burocracia estatal de converter estas políticas em resultados; dos governados de avaliar tais resultados e atribuir responsabilidades aos governantes por suas ações ou omissões (ANASTASIA, SANTANA, 2008, p. 309).

Há, portanto, o princípio de que a participação direta melhora a qualidade da democracia, incorrendo em mais transparência e contribuindo para o controle da corrupção.²⁹ Para além do processo eleitoral, a *accountability* seria aprimorada pelo treinamento oferecido pela participação de base, “capacitando os cidadãos a avaliar a conexão entre as esferas pública e privada e a intervir no desempenho dos representantes, estimulando com isso o refinamento das instituições” (GRIGOLI, 2014, p. 122).

[...] as instituições políticas devem estar organizadas de forma a possibilitarem o exercício continuado do controle dos governantes pelos governados, transformando a democracia, para a maioria dos cidadãos, em um jogo interativo, jogado em múltiplas arenas e em contextos decisórios contínuos. Isso requer, ademais dos mecanismos de *accountability* horizontais (*checks and balances*), a institucionalização de instrumentos que facultem o exercício do controle público (*accountability* vertical) dos governantes pelos governados nos interstícios eleitorais, como, por exemplo, as Comissões de Participação Popular, as casas legislativas, ou os Conselhos Temáticos de Políticas Públicas, vinculados ao Poder Executivo (ANASTASIA e SANTANA, 2008, p. 311).

As autoras enxergam a corrupção em uma dupla face, como expressão e consequência de déficits democráticos e de representatividade, num processo circular em que a presença desses déficits leva à corrupção, esta os acentua e assim sucessivamente. Desse modo, na dinâmica democrática, o impacto da corrupção é ainda mais grave que seus efeitos econômicos, ao corroer as bases da confiança, vulnerabilizar os fundamentos legítimos de participação e banalizar a ideia de interesse comum, gerando uma visão cínica do espaço público (ANASTASIA e SANTANA, 2008, p. 309). No mesmo caminho, Avritzer e Costa (2004) e Avritzer (2008) sublinham que a corrupção corrói não apenas a forma de governo (dimensão institucional), mas também a esfera pública (dimensão discursiva) e sua função de mediação entre o Estado, o sistema político e o mundo da vida. Nessa perspectiva, a atual descrença nas instituições políticas e democráticas no Brasil estaria relacionada tanto à insatisfação com políticas sociais e econômicas quanto com a percepção de que a “classe

²⁹ TRANJAN (2016, p. 36) afirma existir uma perspectiva normativa sobre a “participação cidadã” no Brasil. Segundo o autor, “há uma estreita literatura que continua a esperar que a participação dos cidadãos irá transformar radicalmente as instituições representativas, fazendo-as mais verdadeiramente democráticas. Essa visão, baseada em uma postura normativa acerca da superioridade da participação direta em comparação a outras formas de participação, escolhe ignorar o fato de que iniciativas nesse sentido ocorrem no Brasil há 30 anos e ainda não há qualquer sinal de que resultaram em uma mudança profunda no sistema representativo. [...] O impacto da participação cidadã na tomada de decisões públicas é uma questão mais empírica que normativa: pode ou não promover profundas mudanças em uma sociedade – assim como pode ou não melhorar a qualidade das instituições representativas. [...] Os mecanismos para participação direta de cidadãos devem ser tratados como espaços representativos adicionais. Partindo dessa premissa, pesquisadores devem examinar o que de fato esses mecanismos fazem, como desafiam, complementam ou reforçam a instituição política vigente e seus processos.”

política” (materializada nos partidos e nos representantes eleitos) trai a prerrogativa de representar os interesses dos cidadãos. Tanto em Filgueiras (2009) quanto em Vannucci (2015) e Avritzer e Costa (2004), a saída remonta a Habermas, aludindo a processos deliberativos e à construção de consensos sobre o bom governo:

[...] essas significações são derivadas de um processo hermenêutico realizado na esfera pública, de acordo com consensos normativos estabelecidos deliberativamente, os quais definem conteúdos substantivos de valores – no plano da moralidade política – e sua contraparte normativa da corrupção. (FILGUEIRAS, 2009, p. 398).

A concepção de democracia deliberativa de Habermas (1997) pode ser interpretada como uma tentativa de dissolver a contradição básica entre o modelo republicano da vontade geral (interesse público) e o liberal (centrado no interesse privado). O autor parte do princípio de que as decisões políticas não podem ser situadas no Estado, mas tomadas por aqueles que estão submetidos a elas, por meio de debates públicos entre cidadãos autônomos e iguais (GRIGOLI, 2014, p. 119). Fundamentada na ética do agir comunicativo, a democracia deliberativa habermasiana pressupõe que a racionalidade – através da escolha pública dos melhores argumentos – pode construir consensos democráticos. Em uma abordagem mais tardia, Habermas se aprofunda na institucionalização dos processos pelos quais tais consensos podem ser construídos, e define critérios e procedimentos para o diálogo público. A democracia e as regras do jogo democrático são (ou devem ser) uma construção social e coletiva. O pressuposto básico desse modelo é a possibilidade de que todos que possam estar implicados no tema em questão tenham as mesmas chances de opinar, a partir do acesso às mesmas informações e sem risco de repressão ou sanções.

Segundo Grigoli (2014), o modelo deliberativo se fortaleceu no Brasil após o fim da Ditadura Militar. Com a transição democrática, houve “a formação e o fortalecimento de movimentos sociais e experiências associativas em torno de questões ligadas a gênero, etnia, infância e juventude” (GRIGOLI, 2014, p. 116). No caso do Brasil, entretanto, a democracia participativa e deliberativa gerou um impasse: o modelo de participação institucional implementado nas últimas décadas, sobretudo nos governos oriundos da esquerda, entrou em crise. Ao mesmo tempo, alardeia-se a crise da democracia representativa com a descrença nos partidos, mas a esperança continua sendo depositada, em parte, na moral de um representante que irá restabelecer a integridade do sistema (isto será visto nos discursos dos grupos de protesto pesquisados).

Por fim, uma última observação. Embora a dimensão moral e a ética pública sejam consideradas na abordagem neoinstitucional, permanece uma lacuna apontada por Filgueiras (2008): a dos valores e traços culturais que compõem a própria ideia de corrupção. Para o autor, a consequência da abordagem econômica é “a naturalização do conceito de corrupção pela lógica dos interesses e de seus equivalentes funcionais delimitados pelo Direito” (FILGUEIRAS, 2008, p. 305). Acrescenta-se a isso a importância da dimensão discursiva de noções como “bem comum” e “interesse público”, o que significa pensar esses conceitos como construções políticas e sociais. Abordaremos estas questões no capítulo a seguir, tratando a corrupção como “objeto do discurso” – agora entrando, finalmente, na análise do caso brasileiro.

6 O DISCURSO SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO

6.1 ENTENDENDO A CORRUPÇÃO COMO OBJETO DO DISCURSO

José Murilo de Carvalho (2008, p. 1997) afirma que “corrupção política, como tudo mais, é fenômeno histórico”. Acrescentamos que, como tudo mais, corrupção, é, também, objeto de discurso. Sempre que falamos em história, é preciso esclarecer que a análise dos eventos a partir de uma perspectiva histórica não significa necessariamente pensá-los como desdobramento de leis causais perenes. Sempre que falamos em discurso, é necessário explicar que não se trata de separar “fato” e “percepção/opinião” (realidade *versus* representação), mas de analisar o contexto em que as percepções e opiniões se constroem e como essas construções orientam ações e comportamentos individuais e coletivos. Na perspectiva da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, significa, também, observar a disputa pela fixação de sentidos (hegemonia) e a constituição de antagonismos e identidades que surgem no jogo de significados.

Resgatando a historicidade do conceito de corrupção, Carvalho (2008, p. 201) lembra que no Império e na Primeira República as acusações de malversação se dirigiam não às pessoas, mas aos sistemas monárquico e republicano, apontados como despóticos, oligárquicos e de não promoverem o bem público. Segundo o autor, uma mudança semântica no conceito de corrupção ocorre a partir de 1945, quando a oposição udenista assinala Vargas e seus aliados como corruptos. Se a imoralidade estava nos indivíduos, bastaria substituí-los, e a ordem e moralidade do sistema seriam restituídas (Carvalho, 2008, p. 199-201). O cenário político deste período é assim descrito por Lira Neto (2014, n.p.):

Ante a soma de escândalos, a oposição se dizia estarecida. O discurso em defesa da moralidade pública logo daria origem a iniciativas como o Movimento Cívico de Recuperação Nacional, instituído em São Paulo pelos estudantes da Faculdade de Direito, com o apoio decisivo de políticos como Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Otávio Mangabeira. No Rio de Janeiro, organizou-se a Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe, com imediata adesão de filiados da UDN (União Democrática Nacional). Mas nenhum desses grupos que se arvoravam como defensores da moral e dos bons costumes políticos ganhou tamanha notoriedade quanto o Clube da Lanterna, idealizado por Lacerda e presidido pelo jornalista Amaral Neto – futuro apresentador do programa *Amaral Netto, o Repórter*, espécie de porta-voz informal do regime militar instaurado após 1964.

Em 1960, Jânio Quadros foi eleito com o tema “varre, vassourinha”, fazendo do combate à corrupção a principal bandeira de sua campanha. O Presidente incorporava, ele mesmo, “a esperança” de um “país moralizado”. Sete meses depois de um governo polêmico, com popularidade em queda, pouca harmonia com o Congresso e inflação crescente, Jânio renunciaria. Em seu lugar, assumiria João Goulart, deposto pelo Golpe de 1964. A interrupção da continuidade democrática em 1964 aconteceu sob o manto do anticomunismo comum à Guerra Fria, e buscou legitimidade com os argumentos de combate à corrupção e restabelecimento da “ordem” política e econômica.

No período de 1945 a 1964, conhecido como populista e nacional-desenvolvimentista, a urbanização e o desenvolvimento deram lugar à questão urbana e ao surgimento de uma “classe popular” com algum poder de pressão sobre o Governo (BEM, 2006, pp. 1147-1148). Além da intervenção econômica, a atuação do Estado estendia-se cada vez mais à questão urbana, mas sob uma cultura clientelista que tornava o voto uma moeda política em troca de favores pessoais. Os partidos constituíam o mediador por excelência das demandas “populares”. A grita contra a corrupção, nesse contexto, dava-se no plano da política institucional, através de uma forte e atuante oposição, dos meios de comunicação de massa e de organizações da classe média mais escolarizada (especialmente os jovens universitários). Este papel da classe média seria observado em vários outros momentos do combate à corrupção política no Brasil.

Vale dizer que a reação à corrupção varia na razão direta do tamanho da classe média. Essa classe é a que está mais cercada pela lei em função de sua inserção profissional. É sobre ela que recai grande parcela dos impostos. É ela que menos se beneficia de políticas sociais. Também depende menos do poder privado e do poder do Estado, exceto a pequena parcela absorvida pela máquina estatal. De outro lado, graças à sua alta escolaridade, ela pode formular uma visão crítica da política e de seus agentes. Daí que quanto maior a classe média urbana e piores suas condições de vida, maior a grita por moralidade. (CARVALHO, 2008, p. 202)

Em nome da “ordem” e da “moralidade”, a Ditadura Militar instituída em 1964 tratou de desarticular os canais de participação e movimentos sociais que a abertura democrática havia permitido. Estudiosos dos movimentos sociais no Brasil, como Emir Sader (2001), Maria da Glória Gohn (1995) e Bem (2006) apontam que, nesse período, a vigilância do sistema levou as ações coletivas a se refugiarem em laços primários de solidariedade, como associações comunitárias, comissões de fábrica, clubes de mães e jovens, movimento estudantil. Somavam-se a isso as temáticas relacionadas à terra e ao trabalho, como a questão

agrária e o movimento sindical. Segundo Maria da Glória Gohn (1995), os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 articulavam as carências econômicas com o desejo de mudança política. Isto se refletia em demandas por direitos sociais, acesso a bens e serviços e qualidade desses bens e serviços: “a politização dos temas objetos das demandas foi uma das consequências do processo que descrevemos. As colocações dos movimentos obtinham legitimidade social por expressarem necessidades, desejos e anseios de grandes contingentes populacionais” (GOHN, 1995, p. 204). É nesse cenário que surgem alguns dos principais atores políticos do Brasil recente, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ambos em 1983. Mas o desejo por mudança política, segundo a autora, seria agudizado nos anos 1990, com nova tonalidade: fortalecimento do plano moral e o enfraquecimento do plano político-ideológico.

No início dos anos 1980, portanto, a corrupção era apenas *um dos muitos* significantes presentes em meio à diversidade temática dos atores coletivos (manifestos ou latentes) existentes no país. Havia, entretanto, um potencial “inimigo comum”: o regime, cujas promessas de ordenamento da economia fracassavam frente a denúncias (fortemente censuradas), recessão e inflação. A articulação em torno dessa unidade culminou, em 25 de janeiro de 1984, em uma das manifestações de rua mais intensas da história do Brasil, a campanha pelas Diretas. No mesmo ano, com a morte de Tancredo Neves e assunção do seu Vice José Sarney, chegaria ao fim a Ditadura. Apesar dos ocultamentos e do silenciamento próprio dos regimes autoritários, a Ditadura Militar ruiu não apenas sob o clamor por liberdade, mas também sob acusações de corrupção e desrespeito à coisa pública.

Desde a transição democrática em 1985, o tema corrupção tem estado recorrentemente entre as pautas mais importantes da opinião pública no Brasil.³⁰ No debate atual sobre a corrupção, segundo Carvalho (2008), a tradição udenista – que focaliza os indivíduos – foi retomada a partir de Collor através da “caça aos marajás”. Para o autor, ela também está presente no brado atual contra “mensaleiros” e “petroleiros”. Mas esse discurso se mescla a uma visão sistêmica, não moralista, que observa os prejuízos da corrupção ao sistema,

³⁰ Do ponto de vista da política institucional, mereceria um estudo aprofundado a informação de que todos os presidentes da redemocratização, de Sarney a Dilma, sofreram múltiplas tentativas de impeachment sob acusações de irregularidade (como é sabido, apenas duas dessas tentativas foram a cabo). Segundo o Jornal o Globo (ALÉM, 2016), foram, ao todo, mais de 150 pedidos de *impeachment*. A mesma matéria afirma que, “em 1988, O GLOBO noticiou processo contra Sarney, mas a Câmara agora diz que não há registro”. O El País (QUANDO, 2016) conta, desde Collor, 132 pedidos de *impeachment*.

implicando em clamores que vão dos diferentes modelos de liberalismo à volta do regime militar (até o momento latente, mas nem por isso menos preocupante).

A reação mais lúcida à corrupção envolve, sim, o comportamento individual, mas o enquadra em uma perspectiva política e sistêmica, não moralista. Para essa posição, a corrupção seria inaceitável por minar a própria essência do sistema democrático-representativo. Do mesmo modo, os que respondem à crítica, acusando-a de udenista, buscam defender um conceito de bom governo. A bondade do governo estaria no cumprimento de finalidade coletiva, a promoção do interesse dos excluídos, a redução da desigualdade social. O ingrediente sistêmico seria, no primeiro caso, a concepção do bom governo como gestão correta, eficiente e honesta do bem público. No segundo, a visão do governo como instrumento de promoção da igualdade, sem maior preocupação com a correção dos meios adotados. (CARVALHO, 2008, 201-202)

“Bom governo”, “bem público”, “igualdade”, “democracia” são bons exemplos de significantes vazios ou, para usar outra terminologia, de *masterframes*. Em capítulo anterior, vimos como a compreensão do fenômeno corrupção (conceito, atribuições causais, consequências, atores envolvidos e responsabilidades, soluções propostas) está estreitamente ligada a visões sobre a relação entre Estado e sociedade, a perspectivas sobre o “bom governo” e o regime político, além de imagens sobre o Brasil, proposições acerca do “país que queremos” e como construí-lo – a exemplo da lógica de que “os fins justificam os meios” a que Carvalho faz alusão na citação acima.

É sobre essas relações (ou articulações) que se debruça este capítulo. Nele, pretendemos uma leitura histórica do discurso sobre a corrupção no Brasil desde a redemocratização (fim da Ditadura Militar, em 1985) até o presente, identificando mudanças ou permanências em períodos de deslocamento. Neste capítulo, isto será feito a partir dos discursos de posse dos Presidentes da República, de José Sarney a Michel Temer. Dito isto, pode-se perguntar por que, em um trabalho voltado ao estudo de movimentos sociais ou grupos de protesto, somamos ao *corpus* da pesquisa pronunciamentos institucionais.

Ocorre que o discurso, na linha teórica aqui adotada, não constitui uma propriedade do sujeito e, como explicitado, só pode ser compreendido em sua relação com outros discursos. Embora não se possa apreender tais relações pelo simples desenho de uma linha do tempo, não se deve perder de vista que elas são forjadas sobre depósitos sedimentares já existentes, resultantes de outras disputas e fixações hegemônicas. Assim, procuraremos reconstruir os contextos em que os pronunciamentos de posse foram realizados, tentando

buscar, em cada período, *se e como* se expressavam as mobilizações contra a corrupção, estas sim, objetos centrais do nosso trabalho.

Caberia, ainda, outra ressalva, que remonta às críticas à teoria do processo político e à teoria da mobilização de recursos: ao tomar os pronunciamentos presidenciais de posse como fio condutor da análise, não estaríamos restringindo as ações coletivas à sua relação com o poder político constituído (o Estado, os partidos, “os políticos”)? Sendo assim, não se poderia analisar os protestos contra a corrupção exclusivamente a partir destas perspectivas teóricas?

Isto nos leva a uma primeira evidência sobre as mobilizações contra a corrupção política: elas, de fato, têm se dado historicamente no confronto com a política institucional, na medida em que se referem à vigilância sobre o comportamento dos representantes e do que se espera deles. Nesse sentido, não causa surpresa que protestos contra a corrupção sejam mais evidentes em momentos de crises de representação e baixa confiança nas instituições. Esta observação, porém, não nos autoriza a afirmar que uma coisa causa a outra: apesar da relação de copresença entre protestos contra a corrupção e crises de representatividade, máximas como “rouba, mas faz” sugerem que outros fatores, como a insatisfação com as políticas sociais e econômicas, precisam estar presentes para que mobilizações aconteçam.³¹ Já mostramos, no capítulo teórico, que as explicações acerca da formação de ações coletivas levam em consideração um leque bastante amplo de causas, que só podem ser identificadas caso a caso.

Sem dúvida, as teorias do processo político e da mobilização de recursos fornecem um rico aparato para a análise das relações entre Estado e sociedade, entre poder político formal e os movimentos sociais que o enfrentam. Entretanto, a dimensão discursiva que gostaríamos de salientar (o pressuposto de que as identidades se constituem no processo de articulação) não é contemplada. Fica de fora a dimensão da pluralidade, das disputas pelo estabelecimento de um centro, de significantes vazios – em outros termos, a questão da hegemonia. Como apontam Laclau e Mouffé, as tentativas de dar “unidade” ao plural acontecem através da definição de fronteiras “nós” – “eles”. Essas fronteiras, e como elas são constituídas, são reveladoras de formações discursivas e podem fornecer um retrato do “momento” em que se encontram o tema e os sujeitos em questão. Na atual conjuntura

³¹ O bordão “rouba, mas faz” é atribuído ao Ex-Governador de São Paulo (década de 1950), Adhemar de Barros (HAYASHI, 2010).

brasileira, marcada pela polarização e por disputas explícitas entre interpretações sobre “a política” e “o político”, esta perspectiva nos parece a mais frutífera, se não para dar respostas conclusivas, ao menos para levantar perguntas necessárias.

Em um país com tradição presidencialista como o Brasil, os discursos de posse dos Presidentes da República constituem um rico material analítico para a sociologia política, sobre o qual diversos estudiosos já se debruçaram. Como exemplo, podemos citar Bonfin (2008) que sistematiza e analisa o conteúdo dos discursos de posse desde o Marechal Deodoro a Lula; e Fernandes (2011), que faz, a partir da análise de discurso francesa, a apreciação dos discursos de posse de Sarney a Lula.

Nossa atenção se volta especificamente para a abordagem sobre corrupção nos pronunciamentos analisados, tentando identificar o lugar da corrupção, os sentidos atribuídos a este significante e as fronteiras, diagnósticos e prognósticos a ele relacionados. A posse dos Presidentes será entendida como ritual de passagem no qual o pronunciamento procura condensar o momento político, dialogando e colocando em perspectiva os atores em cena. No contexto ritualístico da posse, os pronunciamentos oficiais dos Presidentes não representam apenas um indivíduo, mas uma instituição (a República), como ela pretende ser vista e a interpretação que ela propõe da realidade.³² No sentido estrito do texto, há a participação de assessores de comunicação e estrategistas políticos nessa elaboração – o primeiro pronunciamento de um Presidente é cuidadosamente pensado. Não se trata de uma fala informal, de uma conversa cotidiana. O pronunciamento presidencial de posse está imbuído de um conteúdo simbólico, racionalizado e, frequentemente, apela para emoções e supostos valores morais dos diferentes públicos com os quais considera interagir. Isto pode nos dar pistas de como o tema em foco é vivenciado na esfera pública no período correspondente.

Dito de outra forma, os pronunciamentos de posse, como *corpus* da pesquisa, não se encerram na enunciação. A análise aqui empreendida tem em vista não a “estrutura” do texto, mas as posições de sujeito que ele tenta fundar ou consolidar. Articulando a teoria do discurso com a análise de *frames*, observar-se-á como a fala/pronunciamento vai, aos poucos, definindo quadros interpretativos, diagnósticos e prognósticos dentro dos quais são estabelecidos antagonismos e identidades, ou seja, cadeias de equivalência que tentam

³² Evidentemente, esta representação é fruto de um processo hegemônico, o que significa que, embora “incorpore” simbolicamente uma unidade, as especificidades identitárias do sujeito que ocupa o lugar do centro não são eliminadas (valores e interesses específicos permanecem). Além disso, é preciso atentar para as diferenças que ficam “de fora” dessa “unidade”.

“costurar” o social em uma direção específica, buscando o preenchimento do “vazio estrutural”.

De forma esquemática, retomando os conceitos do capítulo teórico-metodológico, nosso olhar focaliza os aspectos elencados na Figura 1.

Figura 1 - Processo de *framing*, articulação e discurso



5.2 O SIGNIFICANTE CORRUPÇÃO NOS PRONUNCIAMENTOS DE POSSE DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA – DE SARNEY A TEMER

6.2.1 Sarney – 1985 a 1989

Muito já se escreveu sobre a transição democrática e, certamente, muito ainda será escrito. Entre os consensos relacionados a esse período, estão os desafios herdados pela Nova República: a inflação recorde, o déficit público, a desigualdade social e a necessidade de reformulação e consolidação das instituições democráticas. A “moralização” da administração pública nesse período estava mais visível no discurso institucional (disputas entre as elites políticas) e nos meios de comunicação do que nas demandas explícitas dos movimentos sociais. Embora escândalos de corrupção tenham sido registrados entre 1985 e 1989

(DENÚNCIA, 1994; CPI, 2002; CPI, 1988), somente nos anos 1990 a corrupção surgiria como tema central de protestos sociais.

O contexto em que José Sarney se torna Presidente é notoriamente adverso: trata-se de um governo de transição; em que o Vice assume após a morte prematura de um líder que ocupava o espaço do significativo vazio (Tancredo Neves); em um país com grande instabilidade política e econômica.

A rigor, são dois os pronunciamentos de posse de José Sarney. O primeiro, não oficial, atribuído ao Presidente eleito então hospitalizado, foi emitido ao Ministério da Nova República em 17 de março de 1985. No entanto, o pronunciamento oficial de posse só seria proferido em 22 de julho de 1985, após a morte de Tancredo. É este pronunciamento que transcrevemos (parcialmente) e discutimos a seguir.

Os desafios postos para o primeiro Presidente da Nova República dão a tônica do pronunciamento de posse, que fala em determinação e coragem para enfrentar o momento. A fala busca construir, a partir da empatia com a população, a questionada legitimidade do Governo, ao mesmo tempo em que pede complacência frente a possíveis fracassos: “Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível”. Nos critérios para a mediação dos interesses públicos, é colocada a “opção pelos pobres”, o que significa lutar contra a desigualdade, inclusive as regionais, dando especial atenção ao Nordeste. No pronunciamento, José Sarney reforça a realização de eleições em todos os níveis da Federação; a extinção da sublegenda; instituição do direito de voto para o analfabeto; plena permissão para coligação partidária e livre criação de partidos políticos; restabelecimento da legalização sindical e direito de greve (com os entendimentos entre patrões e empregados sendo efetuados “sem ingerência do Governo”). Além disso, anuncia o envio ao Congresso da proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O paradoxo de que fala Evelina Dagnino (2004) coloca-se desde já: a consolidação das instituições democráticas é o tema que norteia o discurso; cabe ao Governo conduzir esse processo aliando o pagamento da “dívida social” (uma “dívida moral”) com o direito à competitividade e ao lucro, isto é, a liberdade da iniciativa privada.

A corrupção, um dos temas dos embates políticos contra a Ditadura, entra como causa e consequência de uma série de problemas que vão de encontro às “prioridades da Nova República” (prover a Justiça social e garantir as liberdades). Nesse conjunto de causas e efeitos perversos, a corrupção está no setor público, sendo o setor privado, assim como a sociedade como um todo, vítima dos seus efeitos. A burocracia e a “avassaladora presença do

Estado” estão no cerne da “ineficiência” pública, além de alimentarem os privilégios e darem espaço aos “administradores perdulários” (os quais é preciso controlar e punir). A conclusão é de que é preciso “sanear” e “conter” o setor público, dirigindo-o para suas “funções prioritárias”; e dar novo papel ao setor privado que, “livre das amarras do governo”, pode se constituir como agente do desenvolvimento.

O pronunciamento de posse de José Sarney antecipa muito do que será visto nos dos próximos presidentes. Salvo exceções, os textos seguem uma estrutura semelhante. Ainda sem entrar especificamente no nosso tema, vale observar alguns desses aspectos comuns:

- O centro das falas é o pacto com a Nação e o compromisso com o “bem comum” ou “interesse público”, princípio da ordem Republicana. Este princípio orientará eticamente o discurso sobre corrupção: a malversação dos recursos públicos vai de encontro a esse compromisso e o adultera. Veremos que, em geral, a causalidade dessa perversão oscila entre o foco nas pessoas e em segmentos específicos (como “as elites atrasadas”), a burocracia, o tamanho do Estado. A partir de Fernando Henrique, período em que surgem os órgãos internacionais de regulação e que a corrupção passa a estar nas pautas da ONU, a referência à corrupção assume também um tom mais voltado ao saneamento das instituições, atentando para aspectos como controle, fiscalização e impunidade. A relação entre o Executivo e o Judiciário está presente em todos os pronunciamentos, mas é nos Governos de Dilma Rousseff que a menção ao Judiciário está mais presente, sugerindo um fortalecimento dessa esfera.
- Nos primeiros pronunciamentos, a corrupção é um tema fortemente ligado ao setor público; o combate aos privilégios e a diminuição da burocracia estatal são formas de libertar o setor privado para desempenhar sua vocação: gerar riqueza e dar vazão ao desenvolvimento. A regulação do setor privado refere-se à concorrência justa, não à relação entre este e o setor público. Com a ampliação das parcerias público-privadas no começo do novo século, a relação entre os setores público e privado passa a ser problematizada de forma mais direta.
- Termos ou expressões similares a “déficit público”, “corte de gastos”, “dívida social”, “reformas”, “desordem jurídica”, “inferno burocrático”, “presença avassaladora do Estado”, “dizer a verdade” (transparência), “privilégios/mordomias”, “eficiência”, permaneceriam ainda por muito tempo na gramática da corrupção no discurso hegemônico.
- A ideia de sacrifício, de divisão do ônus, perpassa todos os pronunciamentos.

- A partir de Fernando Collor, o reforço à legitimidade se faz pela menção ao resultado nas urnas (no caso dos líderes de chapa) e por atributos que aproximam o Presidente e o “povo” ou “os brasileiros”, como o amor pelo Brasil e a origem social ou política (“homem simples”, “minha geração, como a de muitos brasileiros”, etc.). Nos casos de José Sarney (principalmente), Itamar Franco e Michel Temer, nota-se a preocupação com a construção dessa legitimidade, dadas as condições turbulentas em que chegaram ao cargo.
- A exposição de diagnósticos e prognósticos sobre o País difere entre sucessores do Governo anterior (situação ou oposição); primeiro mandato ou reeleição; e chefes de chapa e vices. No caso dos que foram candidatos de oposição e estão no primeiro mandato, como Fernando Collor e Lula, fica mais clara a apresentação de problemas e caminhos alternativos. Aqueles que foram eleitos sob a chancela do então presidente, como Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, começam pela prestação de contas e reafirmação do Governo anterior, para então se apresentar como a nova etapa de um processo já iniciado. Linha similar seguem os presidentes reeleitos (Fernando Henrique, Lula e Dilma); neste caso, porém, a menção a resultados, assim como a desafios, desafiantes, entraves e inimigos simbólicos (que podem ser problemas como a fome, a corrupção, a crise internacional ou personagens como “as elites atrasadas”, “os pessimistas”, “a turma do quanto pior melhor”) vêm antes da menção à persistência de problemas.
- A democracia emerge como um valor defendido em todos os pronunciamentos. Democracia representativa está ligada a democracia social. Nos primeiros discursos, a democracia econômica (liberdade e autonomia do setor privado) assume o foco central, justificando o Estado mínimo. De Fernando Henrique adiante, a ênfase recai na democracia social e na distribuição de oportunidades, embora o enxugamento do Estado permaneça.
- A prevenção e combate à corrupção são explicitamente mencionados em todos os pronunciamentos, exceto na fala de Lula ao assumir o segundo mandato. Nesse caso, o centro do discurso são os resultados do primeiro mandato e “a relação” do então Presidente “com o povo”. A omissão do tema neste pronunciamento diz muito sobre a importância que assumiu o tema corrupção no primeiro mandato petista.

Abaixo, fragmentos do pronunciamento de José Sarney ao assumir o cargo.

[...]

Reitero, mais uma vez, **o compromisso da Aliança Democrática, sagrado nas praças públicas por Tancredo Neves**, que é pedra e mármore da História, a quem não faltei na minha lealdade e não faltarei na perenidade de sua pregação.

[...]

As mudanças começaram e continuarão. As **reformas** serão implantadas. A tarefa é grande.

[...]

Herdei para administrar **a maior crise política da história brasileira**; a maior dívida externa do mundo; a maior dívida interna e a maior inflação que já tivemos. **A maior dívida social – a dívida moral**. A efervescência das reivindicações e o desespero diante das soluções impossíveis.

[...]

O déficit potencial das contas públicas é de 110 trilhões de cruzeiros. Ao assumir o Governo, a perspectiva inflacionária era de 400%. A Administração pública desacreditada. Ausência de planejamento, ditadura na economia, marginalização da sociedade, medo e violência, insegurança pessoal e coletiva. **Todos esses fatores, aliados à desordem jurídica, ao inferno burocrático, a avassaladora presença do Estado**, à Federação esmagada, impedem o **progresso**, criam a **recessão**, favorecem as **práticas ilegais e a corrupção**.

[...]

A ineficiência, pela centralização do poder político e econômico, impede a ação do Estado em sua função mestra de prover a justiça social.

[...]

Vamos ver o caminho: em primeiro lugar, **nenhum governo terá sucesso sem a confiança do país. Para isso, deve ser responsável. Dizer a verdade e obter a solidariedade do povo**. A chave dessa aliança é a divisão dos ônus. É a **participação**. O progresso começa dentro de cada um de nós. Não podemos resolver problemas crônicos com fórmulas demagógicas que são fáceis de enunciar e difíceis de realizar.

[...]

O Estado democrático estabelece o direito, afim de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos outros. O Brasil se livrou da tutela ao arbítrio e não aceita a tutela da coação nem o intimidam facções ou grupos.

[...]

Mas **o exercício da liberdade tem de ser integral. Indissociáveis são as liberdades política, econômica e social**. Todos sabem que, onde morreu a liberdade econômica ou existe a servidão social, a liberdade política não existe. Querer a **liberdade política**, sem garantir o poder criador e competitivo da iniciativa privada, é não conhecer a realidade da História. Querer **liberdade econômica**, convivendo com a injustiça social e com a

miséria, é admitir uma **sociedade de privilégios** que termina na violência e no silêncio das ideologias.

[...]

Precisamos, ao mesmo tempo, **sanear o setor público e dirigi-lo para as prioridades da Nova República.**

[...]

É parte central da nossa estratégia **atribuir ao setor privado o papel de agente dinâmico do desenvolvimento.** Vamos **conter o setor público**, transformando a economia de corrente dessa ação em redução nos preços ao consumidor. Todos estamos ansiosos por essa queda de juros e aspiramos a **cortes drásticos no setor público.** Esse processo exige administração criteriosa de instrumentos se tentarmos cortar tais despesas com açodamento, esbarraremos no limite do possível, estaremos ameaçados de recessão. Se administrarmos criteriosamente o setor público contendo-lhe o crescimento, com a queda de juros e a absorção da capacidade ociosa, o setor privado poderá assumir a liderança do País em seu destino de progresso.

[...]

A economia somente pode voltar a crescer em bases definitivas se forem restabelecidos a confiança e o estímulo da iniciativa privada, a qual deve ser o carro-chefe do desenvolvimento. Devemos dinamizar o mercado interno. **Sair da especulação financeira.** Voltar a **acreditar na produção e no trabalho, não em papéis.**

Nesse contexto contribuirei para **nova postura empresarial, livre das amarras do Governo.**

Os empresários devem recuperar sua criatividade e assumir riscos, sendo remunerados com o lucro, quando houver sucesso, e arcar com os prejuízos do malogro. Ao empresário capaz, ofereceremos **a eliminação simultânea do arbítrio e do paternalismo oficial.**

[...]

As medidas necessárias à contenção dos gastos públicos serão implementadas através da consolidação orçamentária, em cujas rubricas estarão definidas todas as despesas e subsídios a cargo do Tesouro; o **saneamento financeiro das estatais, para que não transfiram ao setor privado suas tarifas abusivas; o fechamento e privatização de empresas públicas ineficientes.** Apenas as estatais indispensáveis ao cumprimento do papel do setor público devem permanecer nas mãos do Estado. Imposição de padrões de produtividade para que elas operem em níveis de eficiência compatíveis com os do setor privado. Elaboração de um plano plurianual de investimentos, expresso pelo próximo plano nacional de desenvolvimento, onde **cada centavo do gasto público será avaliado.**

O Governo tem mobilizado vários instrumentos com o objetivo de impor o controle de gastos nas empresas estatais. Além de limitar despesas, estamos exigindo responsabilidades e determinando a **punição dos administradores perdulários.** O **fim das chamadas mordomias e a luta contra a corrupção trazem resultados éticos, atendendo ao compromisso da Aliança Democrática contra o esbanjamento e a ostentação.** Recentemente, divulgamos o conjunto de medidas aprovadas. Pela primeira vez o Governo decide, corajosamente, interromper projetos incompatíveis com a realidade nacional. Determinei corte de custeio nas estatais, mais de duas vezes superior ao corte nos investimentos.

[...]

Promoveremos uma autêntica mudança institucional na área econômica. Tivemos a abertura política. Chegou a hora da abertura econômica e social.

É necessário consolidar e simplificar leis e decretos, que fazem insana a obrigação do empresário. Implantaremos um eficiente sistema de planejamento e controle dos gastos públicos, de modo a permitir à sociedade comando efetivo sobre os recursos governamentais.

A nossa grande opção é social. Estes programas não terão cortes e sim recursos crescentes a cada ano – todo o nosso esforço será nessa direção.

(Pronunciamento oficial de posse do Presidente José Sarney à Nação, em cadeia nacional de rádio e televisão, em 22 de julho de 1985)

O primeiro governo da Nova República tinha, portanto, grandes desafios sociais, políticos e econômicos à frente: além de administrar a transição democrática, precisava lidar com os efeitos do esgotamento das políticas econômicas da Ditadura Militar. Do ponto de vista econômico, a forte inflação era o principal entrave. Nesse contexto, eram colocados como objetivos da gestão controlar os gastos públicos, conter a forte inflação e renegociar a dívida externa. Essa tentativa se deu através uma sequência de planos econômicos mal sucedidos: Plano Cruzado (o plano dos “fiscais do Sarney”, que transformava a população em “fiscal” de preços) e Plano Cruzado II, em 1986; Plano Bresser, em 1987; Plano Verão, em 1989. As medidas tomadas pelo Governo não conseguiram estabilizar a economia. Às portas das eleições de 1989, a inflação alcançava dígitos recordes.

Além dos poucos resultados no plano econômico, acumulavam-se acusações de corrupção em todas as esferas do governo, sendo o próprio presidente José Sarney denunciado, embora as acusações não tenham sido levadas à frente pelo Congresso Nacional. Um dos escândalos dizia respeito à suspeita de superfaturamento e irregularidades em concorrências públicas, como a da licitação da Ferrovia Norte-Sul. Eram recorrentes, também, acusações sobre nepotismo contra o Presidente, que favoreceria familiares e conhecidos com concessões de rádios e TVs. A insatisfação em uma ala do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) fez com que fosse fundado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se tornaria um dos principais partidos no cenário político nacional nos anos seguintes.

A oposição, liderada pelos principais partidos de esquerda, agregava mobilizações em torno, sobretudo, de temáticas relacionadas à renda e ao mundo do trabalho. Em 1987, liderados (segundo os noticiários da época) pelo PT e PDT, populares e “militantes” de

movimentos sociais e de partidos de oposição cercaram e apedrejaram o ônibus que transportava o presidente José Sarney e sua comitiva em uma visita ao Rio (MILITANTES, 1987). A manifestação, aos gritos de “Fora Sarney”, tinha como motivação fundamental o descontentamento com a inflação e os salários comprimidos (PICARETAÇO, 2016).

Considerando que as tensões sociais e econômicas eram fortes o bastante para levarem à eclosão de conflitos relacionados ao tema, uma tentativa de explicar porque as denúncias contra a corrupção naquele período não levaram a protestos visíveis mereceria uma tese à parte. As hipóteses poderiam ir desde uma “apatia” dos brasileiros em relação à política, apregoada até poucos anos; uma suposta tolerância cultural com a corrupção; a prática da democracia ainda incipiente, dada a saída recente da Ditadura; arranjos específicos e espúrios entre as elites políticas (e econômicas), que resolveriam “entre si” o destino das denúncias; predominância do Poder Executivo sobre o Judiciário; alianças entre as corporações econômicas que detinham os meios de comunicação e as elites políticas. Do ponto de vista das teorias dos movimentos sociais, o conceito de oportunidades políticas e a questão da distribuição de recursos informacionais entre os diferentes atores seriam, possivelmente, alguns dos vetores explicativos mais óbvios. Este trabalho, porém, não tem uma ambição explicativa, mas compreensiva. Nosso olhar retrospectivo pretende angariar elementos que ajudem a identificar os “depósitos sedimentares” sobre os quais se constrói o discurso sobre a corrupção nos grupos de protesto dos últimos anos.

Apesar da ausência de protestos nas ruas relacionados ao tema, pode-se supor que no mínimo um desconforto, senão indignação com a corrupção, já houvesse de forma latente em amplas camadas da população. Essa indignação foi capitaneada, à época, por um nome relativamente novo na cena política: Fernando Collor de Melo, que se tornaria o primeiro Presidente eleito da era democrática.

6.2.2 Collor – 1990 a 1992

Com a reabertura democrática, pluralizou-se a cena política.³³ As eleições de 1989 evidenciavam essa pluralidade partidária, sendo a menos polarizada no primeiro turno e com

³³ Na América Latina, os polissêmicos e difusos conceitos de direita e esquerda caíram em desuso após a queda do muro de Berlim e a ascensão de setores ditos de “esquerda” ao poder. Na tese, vimo-nos impelidos a retomar esses conceitos, por terem sido trazidos pelos sujeitos pesquisados, que se posicionam espontaneamente em

mais candidatos com reais chances de vitória, como Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB), Mário Covas (PSDB), Afif Domingos (PL), além dos candidatos mais fortes – Fernando Collor (do recém criado PRN) e Lula (PT).

Como o mote de “caça aos marajás” e a moralização da política como sua bandeira, Collor se torna o primeiro Presidente eleito após a Ditadura Militar. O nome do seu partido – Partido da Reconstrução Nacional – é expressão do cenário em que se deu sua campanha, de desencanto com a abertura e desespero econômico após sucessivos planos econômicos frustrados no Governo.

São diretrizes apresentadas por Fernando Collor em seu primeiro pronunciamento oficial “o compromisso inalterável é com a democracia”; a “estabilização monetária e financeira” (colocada como prioridade absoluta); a “modernização econômica” (“esperança de completar a liberdade política com a liberdade econômica”); o “livre desenvolvimento das forças produtivas”; a “pujança e expansão do mercado”; “libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça”; buscar “fórmulas novas de inserção do País no mundo”; “pagar a dívida” (depois de garantido o desenvolvimento econômico).

A moralização da política passa pela moralização da gestão. Em seu pronunciamento de posse, Collor estabelece a modernização – entendida basicamente como privatização e abertura – como o norte de sua “reconstrução nacional”. A fala parte da tese de que, quanto maior o Estado (a “hipertrofia voluntarista das funções estatais”), maior a corrupção. À comunidade “cívica”, orientada pelo bem comum, é contraposta a sociedade “cínica”, guiada pelo “caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo”. Contra esse egoísmo (das “elites atrasadas”), o Presidente inscreve, em primeira pessoa, “seu” projeto de modernização do Brasil. Nota-se o cuidado de não generalizar o setor público como ameaça ao setor privado: o setor público é composto por bons e maus servidores, os primeiros homenageados com “um rigoroso levantamento e racionalização do setor”. Reconhecendo a “justa revolta do povo brasileiro” com a corrupção, Collor se coloca ao lado desse povo “contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado”. Objetivamente, porém, o pronunciamento não mencionava medidas claras de prevenção e combate às práticas corruptas.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de **direito, liberdade e**

torno dessas categorias. O tratamento dado a essas noções, portanto, será o sentido dado por esses sujeitos. Para uma discussão teórica a respeito, sugerimos a discussão de Bresser-Pereira (1992).

justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma **era de democratização.** Um a um, **vão ruindo os autoritarismos;** em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do **autogoverno, do Estado de direito** e da estrita observância dos **direitos humanos.**

Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao **triunfo da ideia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico.** Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela **hipertrofia voluntarista das funções do Estado.** O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação **ética e humanitária.** Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa **sociedade cínica:** ela só floresce e frutifica na **comunidade cívica,** no sentido do **bem comum,** no respeito ao **interesse coletivo,** na recusa a confundir o **conflito social legítimo** - inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é - com o **caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.**

[...]

Certo é, porém, que **a virtude republicana, o espírito de cidadania,** pressupõem determinado **clima moral.** Requerem determinado capital de **confiança** e de **estabilidade.** Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. **A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado.** É **uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo.** Estimula a **ganância** ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

[...]

Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da **luta pela moralidade do serviço público** um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, **a profunda, ajusta revolta do povo brasileiro,** de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo **mandonismo** ou **absenteísmo,** o **proveito próprio,** o **nepotismo,** ou simplesmente a **ociosidade remunerada,** com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável **imaginação fisiológica** dos que insistem em conceber o **Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.**

Farei realizar rigoroso levantamento e **racionalização do setor público,** como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com **os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social.** Conduzirei um Governo que fará da **austeridade,** ao lado da **eficiência,** a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal.

[...]

Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto **o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços**. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem tregua. Mas tenho certeza de que, com o **apoio resolutivo do povo e do Congresso**, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.

[...]

Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de **extermínio da praga inflacionária**. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem **sanear, antes de tudo, as finanças do Estado**. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe **reduzir drasticamente os gastos públicos**. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso **adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita**. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, **acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado**. No momento em que lograrmos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública. Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, **no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar**. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu **comportamento errático e perverso**, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.

Essa perversão das funções estatais - agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado - exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado — criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.

[...]

Em síntese, essa **proposta de modernização econômica pela privatização e abertura** é a esperança de completar a **liberdade política**, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva **liberdade econômica**.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. **Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição**. Permanece válido, ainda

hoje, o adágio medieval: **o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete.**

[...]

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a **modernidade** sem sua componente de **justiça**, nem o **progresso** sem que **todos** possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu Governo é **libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça**. Mas como sou **um democrata moderno e não um demagogo populista**, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também **que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas**. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria.

Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconsequente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com **o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste País**. Do binômio de Juscelino - democracia e desenvolvimento - queremos passar ao **trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social**.

[...]

Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há **elites anacrônicas, atrasadas**, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem **à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo**.

Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim **estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política**, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o **esforço de integração social do País**.

(Pronunciamento do Presidente Fernando Collor na cerimônia de posse no Congresso Nacional, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, em 15 de março de 1990)

Em 1990, o projeto de diminuição da máquina estatal pelo Governo Collor teve início com a extinção de órgãos e a demissão de funcionários públicos. No mesmo ano, surgia o Foro de São Paulo, organização criada a partir de um seminário internacional convocado pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT), que reunia diversas correntes ideológicas da

esquerda latino-americana e caribenha para um balanço de suas experiências, da situação mundial e das ofensivas ditas imperialistas e neoliberais (POMAR, 2013).³⁴ Era também a década da precarização e da flexibilização do trabalho, da crise do sindicalismo, cenário no qual nasceu a Força Sindical, destituindo a “unidade” da Central “Única” dos Trabalhadores (CUT). O fim da censura havia dado novo fôlego aos meios de comunicação e à produção cultural. Paralelamente, a promulgação da Constituição de 1988 havia criado condições para a regulação e institucionalização de diversas relações sociais no Brasil, como a que se estabelece entre fornecedores e consumidores de bens e serviços, com o Código de Defesa do Consumidor. No mesmo período, fóruns, ONGs e movimentos sociais mobilizavam-se para a Eco/92. Descortinavam-se, assim, novos horizontes do Direito, da informação e da participação.

Esse é o cenário em que eclodem na mídia as acusações de corrupção contra o Governo e o Presidente Fernando Collor. Pela primeira vez, a imprensa denunciava, com exposição de entrevistas e detalhes documentais, práticas irregulares do Executivo e do Legislativo.³⁵ Como se sabe, Collor foi atingido pelo bumerangue que ele mesmo lançou, sofrendo um *impeachment* após acusações de corrupção. Embora alguns destaquem o papel da mídia e das oposições nesse processo, é reconhecido que as mobilizações tiveram papel fundamental.

Analisando as lutas sociais na década de 1990, Maria da Glória Gohn (1995) apresenta uma análise que soa atual em diversos aspectos. Para a autora,

[...] os anos 90 talvez venham a ser denominados no Brasil como a década das lutas cívicas pela cidadania. Observamos a ascensão de lutas que afetam o conjunto da população como a violência, a degradação do meio ambiente, ou ações que afetam grandes conjuntos da população, de perfil socioeconômico homogêneo, como menos abandonados nas ruas ou a fome. Ou ainda, **ações que têm reflexos no cotidiano da vida de todos os cidadãos, deixando-os indignados, como a corrupção.** Como exemplo desde último tipo temos as mobilizações pelo *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo, no movimento “Ética na Política”. (GOHN, 1995, p. 206 – *grifo nosso*)

³⁴ O Foro de São Paulo tornou-se, nos últimos anos, alvo de um debate acerca da aproximação entre os Governos do PT e o comunismo e regimes totalitários. Esse embate pode ser visto entre opiniões emitidas por colunistas da Revista Veja (contrária ao PT) e a da Carta Capital (pró-PT), como nestes exemplos: “Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil”, matéria publicada no Blog de Felipe Moura Brasil, na Veja.com, em março de 2014 (BRASIL, 2014) e “Você sabe o que é o Foro de São Paulo?”, matéria publicada por Diogo Antonio Rodriguez, na Carta Capital, em novembro do mesmo ano (RODRIGUEZ, 2014).

³⁵ Em paralelo às notícias sobre corrupção no Brasil, corriam as notícias sobre a Operação Mãos Limpas, que marcou e mudou o cenário político da Itália nos anos 1990 (MORENO, 2015). Esta última, porém, só viria a ter ressonância explícita no Brasil recentemente, por assemelhar-se, segundo especialistas, à maior operação de caça a corruptos e corruptores do Brasil: a Operação Lava Jato.

Na perspectiva de Gohn, as novas lutas sociais nos anos 90 ganharam espaço e destaque junto à mídia eletrônica e imprensa, o que favoreceu sua ressonância e relevância no conjunto da sociedade. Tratava-se de uma nova participação, que se desprendia dos braços dos partidos. Segundo a autora, enquanto nos anos 1980 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas e outras, nos anos 1990 tornam-se pluriclassistas, com apoio e participação de camadas médias da população. As novas mobilizações eram organizadas por coletivos suprapartidários ou por personagens carismáticos, como o caso do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Estas alterações, nos anos 1990, mudam também o perfil das lutas, agora mais difusas do ponto de vista sociopolítico e ideológico (GOHN, 1995, p. 206). Enquanto na década anterior as lutas se articulavam num panorama de busca de mudanças político-sociais, de ordem estrutural, nos anos 1990 os referenciais passam a ser outros, que enfatizam os valores da ética e da moral: “trata-se de metas ambiciosas se considerarmos o passado da cultura política vigente, impregnada de vícios como o nepotismo, o clientelismo e uma visão patrimonialista do Estado” (GOHN, 1995, p. 206). Somava-se a esse cenário (ou o alimentava) a queda na confiança nas instituições políticas, nos políticos e nas ações do Estado em geral.

As ideologias implícitas nas políticas neoliberais dos anos 80 tiveram seus efeitos. Elas foram assimiladas pela população, desgostosa com a atuação dos políticos corruptos, e com a burocracia e ineficiência das ações governamentais. O desemprego, o crescimento da violência em todos os espaços da vida social, particularmente no meio urbano, contribuíram para o clima de descrença na política e no Estado. Consequentemente, a função político-partidária também se tornou sinônimo de ações não bem-vistas. Movimentos sociais e ações sindicais com recortes político-partidários passaram a perder credibilidade. (GOHN, 1995, p. 206)

Ainda de acordo com a autora, a sociedade civil assumia um novo papel no arranjo político e social. A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular, entre outros. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais e definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Em meados da década de 1990, já no Governo FHC, emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola,

etc. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos (GOHN, 2011, p. 342).

Surge, nessa conjuntura, o Movimento pela Ética na Política, que, segundo Gohn (2011, p. 342), “contribuiu decisivamente para a deposição – via processo democrático – de um presidente da República por atos de corrupção, fato até então inédito no país”.

Fico (2011) afirma que o Movimento pela Ética na Política nasceu de um pequeno grupo de pessoas (entre sindicalistas, universitários, militantes de partidos, representantes de ONGs) que se reuniam na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que terminou por congregar diversas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e algumas personalidades políticas. O primeiro ato do movimento foi a "Vigília pela Ética na Política". No evento, que aconteceu em maio de 1992 no Senado Federal reunindo, segundo Fico, 183 entidades, 70 parlamentares e mais de 1.000 pessoas, foi lida uma Declaração ao Povo:

As entidades abaixo relacionadas, reunidas na sede da OAB para avaliar a conjuntura nacional, declaram:

Na condição de integrantes da sociedade civil brasileira, são também responsáveis pela **construção da democracia como instrumento de superação dos graves problemas sociais**.

Diante da gravidade dos fatos denunciados e que preocupam a todo o país, afirmam a sua convicção de que a aplicação da lei a todos, igualmente, é o **remédio contra a impunidade que revolta a nação** e contra o **descrédito das instituições**.

A apuração da verdade sem restrições se constitui em **clamor de todo o povo brasileiro**.

Ao contrário das visões alarmistas, as instituições democráticas se fortalecem quando, postas à prova, demonstram sua real eficácia, independente de dificuldades conjunturais.

É imperioso que toda a sociedade civil se mobilize neste momento, colocando-se em estado de vigília permanente para acompanhar as investigações, garantindo apoio **aos que querem a verdade** e denunciando **os que pretendem falseá-la**. (DECLARAÇÃO, 1992 – *Grifos nossos*)

O Movimento cresceu e obteve adesão da mídia. Jornais de circulação nacional e a TV noticiavam as manifestações, que “surgiam de diversos pontos da sociedade” (FICO, 2011). Alguns meses depois, a OAB apresentou o pedido de *impeachment* de Fernando Collor, levado ao Congresso Nacional por uma caminhada em Brasília que agregou cerca de

3.000 pessoas.³⁶ Collor não percebeu a dimensão movimento. Às vésperas de seu julgamento, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, negando as acusações, pronunciou a frase que terminaria sendo seu ultimato: “Não me deixem só, eu preciso de vocês”. Além disso, conclamou uma mobilização a seu favor, com as cores da bandeira nacional (NÃO, 1992). A mobilização resultante foi contra Collor e recebeu o nome de “Caras Pintadas”, em virtude das pinturas em verde amarelo estampadas nos rostos dos manifestantes.

Naquele momento, não existiam redes sociais onde todos pudessem “pensar alto”, expressando livremente e em profusão suas impressões, leituras e registros. O Caras Pintadas tinha as marcas dos movimentos de sua época: lideranças definidas; organização de base vinculada a entidades de esquerda (União Nacional dos Estudantes, partidos, sindicatos); manifestações com mais tempo de maturação; e, sobretudo, girou em torno de um momentâneo consenso, uma demanda pontual e clara: o “Fora Collor”, com legitimidade pautada nas denúncias de corrupção.³⁷ A rigor, o Caras Pintadas promoveu poucas mudanças formais e a mesma linha de governo permaneceu no poder por mais doze anos (saindo o presidente, assumiu o vice Itamar Franco, que elegeu o então Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso). Mudanças mais profundas, entretanto, puderam ser percebidas mais tarde: a confiança crescente da população em seu próprio poder e direito de mudança (XAVIER, 2013).

No entanto, embora a corrupção tenha sido foco central em torno qual se fundavam as manifestações, resta perguntar se o seu lugar era de fato central ou como e porque ela assumiu essa centralidade. Considerando que os protestos sociais têm impactos sobre a produção simbólica, os valores e a cultura (nesse caso, a cultura política), seria de se supor que, depois de Collor, a intolerância com a corrupção passasse a ser uma temática mais forte e que, inclusive na esfera local, a escolha de representantes passasse mais por esse crivo. Por um longo tempo, porém, os estudos culturais sobre corrupção no Brasil fazem menção a uma complacência com a corrupção e a uma apatia do brasileiro em relação à política (resultante, em parte, do descrédito nas instituições, mas também oriunda de uma cultura paternalista em que o poder de mudança é atribuído ao Estado). Esse tipo de leitura seria revisto apenas a partir dos protestos de 2013.

³⁶ Em 2014, o ex-presidente Collor foi inocentado pelo Supremo Tribunal Federal das denúncias de corrupção que lhe foram imputadas e que resultaram no seu impedimento.

³⁷ Referências mais precisas podem ser encontradas em Gohn (2011) e Scherer-Warren (2007).

Para Martuscelli (2010, p. 544-545) embora a luta contra a corrupção tenha sido o discurso hegemônico das mobilizações pelo *impeachment* de Fernando Collor, ela não foi o principal elemento ativador das insatisfações dos manifestantes. Para o autor, as insatisfações com a política econômica e com seus efeitos políticos e sociais diminuíram o limiar de tolerância de diversos segmentos sociais em relação ao Governo, de modo que as denúncias de corrupção aceleraram um processo já em curso, servindo de vetor de descontentamentos difusos acerca dos efeitos da política neoliberal.

A vitória de Paulo Maluf – o candidato do “rouba, mas faz” –, por larga margem de votos nas eleições para prefeito de São Paulo em 1992 (polo de concentração das maiores manifestações pró-*impeachment*), é outra evidência de que a luta contra a corrupção não era, a rigor, a principal motivação dos manifestantes que pediam o *impeachment* do presidente Collor. É interessante lembrar também que Maluf foi eleito com o discurso contra a recessão, o desemprego, contrariando, portanto, os efeitos da política econômica implementada pelo presidente Collor. Se esse presidente “roubasse, mas fizesse”, ou melhor, se a corrupção fosse denunciada num período de crescimento econômico, de queda das taxas de desemprego, de constituição de sólida base política no Congresso Nacional, é provável que as manifestações contra o governo não tivessem o mesmo caráter massivo que lograram obter no segundo semestre de 1992. No entanto, o quadro recessivo no qual ingressou a economia brasileira durante a sua gestão e o modo centralizador de governar alimentaram mais insatisfações que contentamentos, não permitindo a continuidade de Collor no poder. (MARTUSCELLI, 2010, p. 546)

Além disso, Martuscelli atribui a mobilização contra o então Presidente a uma crise de governabilidade (no plano das elites ou “bloco do poder”), mais que uma crise ética, de representatividade ou mesmo da política liberal que ele mesmo menciona. Para o autor, o descontentamento social gerado pela implementação da política neoliberal nesse período configurou-se como pressões ao ritmo de aplicação dessa política e aos seus efeitos.

Enquanto setores vinculados ao grande capital industrial reclamavam do acelerado processo de abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro mostrava-se insatisfeito com a morosidade do governo federal para aprovar as medidas de desregulamentação da economia. No plano do movimento popular e sindical, as reivindicações relacionavam-se, sobretudo, à desvalorização salarial e à queda do número de empregos. Isso significa que essas insatisfações criadas pelo início da implantação do modelo neoliberal no Brasil manifestaram-se, com mais intensidade, como lutas econômico-corporativas. As insatisfações provocadas pela aplicação da política neoliberal repercutiram não só no plano da ação econômico-corporativa, mas também no terreno dos partidos políticos, resultando no surgimento de conflitos localizados entre o Executivo e o Legislativo durante o governo Collor. A centralização do poder na esfera do executivo e a concentração de poderes na área econômica foram aspectos importantes que contribuíram para elevar o grau de descontentamento dos partidos do bloco no poder em relação ao governo federal. Esse descontentamento pode ser evidenciado nas insistentes pressões desses partidos

políticos por maior participação na elaboração e na implementação da política econômica e social. Ao longo dessa conjuntura, tais pressões foram acumulando-se e intensificando-se. Todavia, o governo dificultava a abertura de espaços de participação política para os partidos do bloco no poder, o que o conduziu progressivamente ao isolamento político. (MARTUSCELLI, 2010, p. 543-544)

Para além do tema corrupção, o impacto do *impeachment* de Fernando Collor para a cultura política no Brasil é reconhecido. A democracia mostrou a que veio, empoderando os cidadãos e deixando evidente a força do levante popular dentro da democracia. Agora, os políticos e os eleitores sabiam: o cargo do representante é passível de acompanhamento, avaliação e reprovação pela população; um povo insatisfeito pode destituí-lo. Mas há, talvez, outra marca, não tão positiva: uma desconfiança amarga com “a classe política” que vulnerabiliza a confiança na própria democracia representativa.³⁸

6.2.3 Itamar Franco – 1992 a 1994

Itamar assumiu interinamente a presidência em 2 de outubro de 1992, sendo formalmente aclamado em 29 de dezembro de 1992, quando o presidente Collor renunciou ao cargo na tentativa de evitar a cassação de seus direitos políticos. Era o segundo vice da redemocratização a assumir o cargo, e a cautela com a legitimidade é visível em seu pronunciamento: “Este Governo, dure o tempo que durar...”.

Em um pronunciamento curto, genérico, sem muitas diretrizes claras, o agora Presidente Itamar Franco reafirmava valores constitucionais, o compromisso de ética na política, e conclamava os partidos para um “Governo de União Nacional”. Basicamente, cabia-lhe contornar o propalado caos econômico e administrar a crise política instalada após o *impeachment*. A corrupção era um tema presente e delicado: as investigações sobre as denúncias de Pedro Collor continuavam e permaneciam entre os principais temas dos noticiários e jornais de circulação nacional. O compromisso de combate à corrupção é resumido como “primeira e urgente tarefa do Governo”: colocar o Governo “realmente” a

³⁸ Algo a se perguntar: quando um significantes vazio é abruptamente retirado do espaço de “plenitude ausente” que ele ocupava, o que fica? Talvez, do ponto de vista das diferenças incorporadas, haja um simples retorno à fragmentação e isolamento anterior, o que parece ter ocorrido após a era Collor. Por outro lado, pode ocorrer, também, uma agudização das diferenças até então excluídas ou silenciadas pelo guarda-chuva da “unidade”, gerando não apenas um vácuo de representação, mas o absolutismo das diferenças (a intolerância com o que não coincide com o “Eu”). Talvez seja este o cenário após a era Lula.

serviço do Estado, e o Estado a serviço da Nação. Os prognósticos, entretanto, são apresentados sem precisão, em torno da “honradez” na administração do Estado, proteção do interesse público e transparência (“Este Governo não terá segredos”).

[...]

A nossa primeira e urgente tarefa é a de **colocar o Governo realmente a serviço do Estado, e o Estado a serviço da Nação**. A Nação, em sua grandeza e permanência, não reconhece **privilégios corporativos**, e não pode admitir discriminações nem preconceitos.

[...]

Este Governo, dure o tempo que durar, será **o Governo de todos**, para não ser o Governo de alguns poucos. É hora de descer ao áspero solo da realidade, senti-lo sob os pés, trabalhá-lo e torná-lo fértil para a colheita comum.

[...]

Diante de nós estão a miséria, o desemprego, a insegurança, o desencanto e o medo.

[...]

A única coisa que se reparte equitativamente em sociedades injustas como a nossa é o medo!

A própria **classe média** vive sob a angústia do empobrecimento rápido, e o seu padrão de vida reduziu-se dramaticamente nos últimos meses, sem que isso significasse vida melhor para **o conjunto dos trabalhadores**. É nessa quadra terrível que muitos pregam o enfraquecimento do Estado. Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens, para que servirá?

[...]

O que a Nação mais aspira é o que certamente temos para oferecer: democracia mais forte porque solidária e humana, aliada à **honradez na administração do Estado**.

Conclamo, portanto, a todos os Ministros para que exerçam extrema vigilância na **proteção do interesse público**. Todos os negócios do Estado têm de ser analisados à exaustão a fim de se evitar qualquer prejuízo ao bem comum.

Este Governo não terá segredos — a não ser aqueles que a segurança do País, em suas relações internacionais, assim o exigir.

(Discurso de Itamar Franco, Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, na cerimônia de posse ministerial, no Palácio do Planalto, em 5 de outubro de 1992)

O Brasil estava no meio de uma grave crise econômica, com inflação recorde. A política de enxugamento do Estado teve continuidade com a privatização de grandes estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1993 (HISTÓRICO, s.d.). O governo adotou medidas visando conter os gastos públicos (o que se dava através das privatizações),

reduzir o consumo com o aumento das taxas de juros e baixar os preços dos produtos por meio da abertura da economia à competição internacional. Itamar trocou de ministros da economia várias vezes, até que Fernando Henrique Cardoso assumisse o Ministério da Fazenda. O Plano Real promoveu a estabilização da moeda, gerando expectativas positivas em relação ao Governo. Em curto prazo, o Plano Real ocasionou a queda da inflação e o aumento do poder aquisitivo da população, conquistando tanto setores médios quanto parcela da população de baixa renda.

Do ponto de vista dos movimentos e manifestações sociais, as ações arrefeciam-se – este é considerado um período de desmobilização das lutas sociais das décadas anteriores. Não encontramos em nossas pesquisas registros de protestos contra a corrupção no Governo Itamar, embora o tema continuasse presente na mídia e nos discursos oposicionistas. A partir de 1993, a força das denúncias herdeiras do antecessor levou o Governo a incentivar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Pela primeira vez, congressistas avaliavam atos de seus pares, na CPI que investigava o escândalo que ficou conhecido como “Anões do orçamento” (PICARETAÇO, 1992).

O principal partido de oposição continuava em ação, através das Caravanas da cidadania criadas por Lula, que visitaram 359 cidades: “A Caravana da Cidadania tem por objetivo aumentar o grau de consciência da população sobre seus direitos. Nós queremos conclamar a população para esta marcha. Queremos transformar as questões locais em questões nacionais. Queremos fazer uma radiografia do Brasil” (ALONSO; BENEDITO; FERREIRA, 1993). Em uma das caravanas, em uma cidade de Roraima, Lula causou polêmica ao afirmar que havia no Congresso “uma minoria de parlamentares que se preocupa e trabalha pelo país, mas há uma maioria de uns 300 picaretas que defende apenas seus próprios interesses” (FRASE, 2003).

O Movimento pela Ética na Política também continuava sua ação, ampliando a questão ética para outros temas – a Ação da Cidadania, ONG fundada por Betinho a partir do Movimento pela Ética na Política de 1992, lançou a Campanha Contra a Fome. A lógica da Ação da Cidadania era a de estimular a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas, a partir de fóruns, personalidades da sociedade civil, líderes comunitários, representantes de movimentos sociais, outras ONGs, universidades e do poder público. Com a Ação pela Cidadania, o tema fome foi politizado e socializado em um novo sentido, associado à luta pela ética na política: “O Brasil tem fome de ética e passa fome em consequência da

falta de ética na política” (BETINHO apud SIMON, 2008); "A alma da fome é política!" (BETINHO apud RODRIGUES; SOUZA, 1995).

Com o sucesso do Plano Real, foi articulada a candidatura oficial do Senador e Ministro Fernando Henrique Cardoso à sucessão presidencial de 1994.

6.2. Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1994 a 2002 (Primeiro e Segundo Mandatos)

Foram apenas dois anos entre o Governo de Itamar Franco e o do seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Durante esse período, as expectativas positivas em torno do Plano Real favoreceram a tranquilização do clima político. Houve um arrefecimento das mobilizações sociais contra a corrupção, embora o assunto tenha se consolidado como tema recorrente nos noticiários. Os movimentos sociais permaneciam atuantes, mas refletiam outras pautas daquele momento, em grande parte herdeiras das questões não resolvidas nas décadas anteriores. Destacava-se a forte demanda pela reforma agrária, representada principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se tornaria o principal movimento social organizado da história do Brasil. Fortaleciam-se, também, as temáticas dos direitos humanos, movimento negro, gênero, entre outras. Em 1994, formou-se a Comissão dos Direitos Humanos (BALLESTRIN, 2008) e em 1995 aconteceu o Primeiro Grito dos Excluídos (A VIDA, 2016).

Nesse período começam a surgir as instituições de regulação transnacional, como a Transparência Internacional, fundada em 1993 em Berlim, tendo a luta contra a corrupção como seu objetivo. A Transparência Internacional atua em várias frentes: corrupção política; corrupção em contratos internacionais; corrupção no setor privado; convenções internacionais para prevenir a corrupção; pobreza e desenvolvimento. Em 1995 a Transparência Internacional lançou o primeiro relatório do índice de Percepção da Corrupção em vários países. Em 1996, a Organização das Nações Unidas (ONU) introduziu a corrupção entre os seus temas de interesse, incluindo-o nas pautas do Escritório contra Drogas e Crimes.

O debate sobre a corrupção assume, assim, um caráter mais institucional, agora em dimensão mundial, sob a pluralidade de movimentos sociais e sob a expansão das tecnologias de informação e comunicação. No país, a questão da corrupção sofria agora não apenas as pressões internas, mas as regulações externas, que exigiam dos países membros da ONU a

adequação às suas diretrizes contra a corrupção, em geral associada ao subdesenvolvimento e à injustiça social. Somente em 2003, porém, nasceria a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, centrada em quatro temas: prevenção, criminalização dos atos de corrupção, cooperação internacional e recuperação de ativos (UNODC, 2016). A convenção foi aprovada no Brasil também em 2003, já no Governo Lula.

Apesar do tom institucional em torno da corrupção em nível internacional, o primeiro pronunciamento de posse de FHC reproduz, em linhas gerais, a abordagem do tema pelos antecessores. A abordagem sobre corrupção é feita em torno de termos como “reorganização da máquina do governo”, “anos de desmandos”, “limpeza desses parasitas”, “faxina”, “dar eficiência ao serviço público”, “mexer em vespeiros”. Sutis diferenças podem ser observadas, entretanto, na menção “ao dinheiro do contribuinte” (sugerindo uma maior consciência da população em relação aos mecanismos da arrecadação e dos gastos públicos); à necessidade de “reformas estruturais” (o combate à corrupção já não está mais centrado apenas na substituição e punição dos indivíduos, mas nos arranjos institucionais); além da menção às “formas internacionais de criminalidade”. Assim como nos antecessores, o combate à corrupção é legitimado por representar um entrave à construção de um país mais justo.

A problemática da corrupção vem como herança do Governo Itamar (que por sua vez herdou do Governo Collor), de sorte que a CPI do Orçamento é claramente mencionada como evidência das “medidas enérgicas tomadas pelo Governo” no combate à corrupção. Como continuidade do Governo anterior, portanto, o assunto passa a fazer parte da “prestação de contas” presente no pronunciamento.

Destaca-se, também, o apelo à participação da sociedade civil, com quem o Governo pretende dividir as responsabilidades até então atribuídas ao Estado e que não cabem ao setor privado. Pela primeira vez nos pronunciamentos, os movimentos sociais e organizações não governamentais são trazidos como atores da mudança social e agentes da construção do país.

[...]

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: **este País vai dar certo!**

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranquilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam,

viramos a página do autoritarismo que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação. Para **os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes**, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.

[...]

Recuperamos **a confiança no desenvolvimento**.

Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda. Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento.

[...]

Chegou o tempo de crescer e florescer. Mais importante: **hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia**. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

[...]

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

Falta a justiça social. É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.

[...]

Tal como o abolicionismo, **o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos**. Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

[...]

Vou **governar para todos**. Mas, se for preciso **acabar com privilégios de poucos** para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

[...]

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar **o desenho da nova ordem**.

[...]

Vamos **aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação**, e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e **o combate às formas de criminalidade internacional**.

[...]

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

[...]

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo.

Isto vai demandar **uma ampla reorganização da máquina do governo**. A administração está muito deteriorada, depois de **anos de** desmandos e arrocho financeiro. O **clientelismo**, o **corporativismo** e a **corrupção** sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social.

As **CPI's do Congresso** e as **providências enérgicas tomadas pelo governo Itamar Franco** começaram a **limpeza desses parasitas** nos últimos dois anos.

Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a **faxina** e fazer as **reformas estruturais** necessárias para **dar eficiência ao serviço público**.

Isso não me assusta. Sei que terei o **apoio da maioria da Nação**. Inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público. O apoio mais importante, na verdade, não é ao governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e **o apoio de todos ao Brasil**.

Esta verdadeira **revolução social e de mentalidade** só irá acontecer com o concurso da sociedade. O governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel.

Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis - algumas das quais apontei em meu discurso de despedida do Senado - e sem **que a opinião pública se mobilize**, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar **novas formas de participação da seriedade** no processo das mudanças.

Parte fundamental dessa **tomada de consciência**, dessa **reivindicação cidadã** e dessa **mobilização** vai depender dos **meios de comunicação de massa**. Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor. Mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e **cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção**, mais capacitados vão estar para exercício da cidadania.

[...]

Nós, brasileiros, somos **um povo solidário**.

Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o governo e comunidade para **varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria**.

[...] A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.

(Discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Nacional, em 1 de janeiro de 1995)

O Governo Fernando Henrique deu continuidade ao programa de privatizações, um dos temas mais polêmicos de sua gestão (muitos associavam as privatizações ao aumento do desemprego e à precarização do trabalho). Correndo o risco de reacender o espírito do movimento “o Petróleo é nosso” dos anos 1950, em 1995 o Governo quebrou o monopólio do petróleo, que agora também poderia ser explorado pelo capital privado (CAI, 1995).

Ainda se desdobravam as investigações sobre Fernando Collor, quando houve a morte de PC Farias, em 1995. A suspeita de assassinato e “queima de arquivo” imprimiam ao assunto “corrupção política” uma face ainda mais sombria. Paralelamente, denúncias de corrupção contra o Governo começavam a surgir na mídia. O primeiro deles, o caso SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), foi deflagrado em 1995, a partir de gravações da Polícia Federal que levaram à acusação de ministros do Governo por corrupção e tráfico de influência (SEM, 2002). O que mais mobilizou os adversários políticos no Governo Fernando Henrique, porém, foi a aprovação da emenda constitucional que permitia a reeleição para os cargos do Executivo. Em maio de 1997, também a partir de grampos telefônicos, a Folha de São Paulo revelava conversas entre parlamentares indicando o recebimento de propina para votar a favor da emenda da reeleição. O Presidente foi pessoalmente acusado pela oposição (então liderada pelo PT) de ter aliciado os deputados com compra de votos. O Governo defendeu-se, afirmando que não só o Presidente, mas outros cargos executivos (prefeitos e governadores) também seriam beneficiados pela emenda. A tentativa de instalar uma “CPI da compra de votos” foi barrada no Congresso. O Governo contava com uma forte base parlamentar composta por alguns dos principais partidos – além do PSDB, o PFL e parte do PMDB. O Partido dos Trabalhadores (PT) liderava os contrários ao Governo, formando uma ampla frente de oposição parlamentar, além dos movimentos sociais e sindicais (BASE, 1998).

Diferente de Sarney e Itamar, FHC não conseguiu se desvencilhar de mobilizações contra a corrupção. Em 1998, manifestantes malharam um boneco de FHC em Brasília. Ao lado do boneco estavam os “sete anões” (em alusão aos “Sete Anões do Orçamento” e a

parlamentares que apoiaram a aprovação das reformas Administrativa e da Previdência). Em um dos cartazes, o então Presidente é chamado de “Judas” (BONECO, 1998). Em 1999, FHC enfrentou o maior protesto contra o seu Governo, a “Marcha dos Cem Mil” (possível alusão à marcha homônima contra a Ditadura Militar, em 1968), em que servidores públicos federais fizeram manifestação pedindo seu *impeachment* por suposto crime de responsabilidade no processo de privatização das teles. Liderado pelo PT e pela CUT, o protesto encerrou com uma fala de Lula. A organização era centralizada. Parte da mídia classificava como “radicais” e de “extrema esquerda” os manifestantes, tendendo a criminalizar a ação: “os coordenadores da manifestação passaram os últimos dias em reuniões com as principais entidades inscritas na marcha, inclusive com lideranças da LOC (Liga Operária Camponesa) e do PCO (Partido da Causa Operária), organizações consideradas de extrema esquerda” (SEGURANÇA, 1999).

Apesar dos protestos, não era a corrupção, mas as privatizações, associadas pelos seus críticos à perda do patrimônio nacional e ao desemprego – a maior vulnerabilidade do Governo FHC. Além disso, persistia o medo contra o “radicalismo” das esquerdas (especialmente do PT) e o temor de perdas quanto à estabilidade econômica. Assim, a despeito dos brados da oposição, em 1998, Fernando Henrique foi o primeiro presidente reeleito na história do Brasil, tendo a estabilidade econômica (fim da inflação) promovida pelo Plano Real como seu maior trunfo. A partir daí, a reeleição se tornaria quase rotina nos pleitos locais e nacionais, sem queixumes dos beneficiários.

O pronunciamento de posse do segundo mandato é marcado pela defesa da primeira gestão (“muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos”) e pela prestação de contas (“o Estado começou a ser transformado, para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população”). Com um resultado eleitoral mais apertado que no primeiro pleito, interlocutores como a oposição e os movimentos sociais estão agora mais presentes no pronunciamento, e a fala apresenta o esforço de união nacional em torno das “ideias sufragadas pela maioria”: “há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias”. Mais ainda que no primeiro discurso, a sociedade civil assume um lugar de protagonista, dividindo com o Estado, “com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público”.

A despeito das turbulências e protestos durante o primeiro mandato, a corrupção não é explicitamente mencionada – em vez disso, é mencionado o déficit público, contra o qual foram necessários “remédios amargos”; há, ainda, breve menção à crise de representação e à necessidade de renovação dos partidos políticos.

[...]

Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como aos que moram nos campos, que, **com o voto, sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.**

[...]

Nos últimos anos, **o Brasil renovou sua fisionomia**, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas, quando falo em mudança, penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

[...]

Não obstante todas essas transformações, **muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam em reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos**, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.

[...]

O Estado começou a ser transformado, para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser **o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo**, mas continua a ser um instrumento fundamental para garantir serviços à população mais pobre, gerar condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

[...]

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo.

O objetivo central do Governo que ora se inicia será o de **radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição, e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros.** Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

[...]

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para a vitalidade democrática. Mas precisamos avançar mais.

Queremos **aprofundar a parceria com a sociedade.** Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, **a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais.**

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus **privilégios.**

A **sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público**. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a **descentralização das políticas públicas**, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. **Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado**.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a **crise da representação política**, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos é a do **diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder**. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. **Não me intitulo senhor de um caminho único**. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que é a alternativa melhor para o País.

Alegro-me de que o **diálogo com a Oposição** já se tenha iniciado. Sei que temos divergências em vários campos. Mas sei também que **há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias**. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores. 42. Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária.

[...]

Srs. Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para **prosseguir com firmeza na privatização**. Para **apoiar os que produzem e geram empregos**. E assim **recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável** e com melhor **distribuição de riquezas** entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um **quadro internacional adverso**. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o em prego.

[...] Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o **déficit público**. Gastamos mais do que arrecadamos. **Enquanto não equilibrarmos nossas contas**, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pago, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em **fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do**

déficit público. E melhor o remédio amargo que cura a doença do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o **ajuste fiscal** e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam o nosso ímpeto de crescimento econômico.

[...]

Tenho a convicção de que **o Brasil sairá fortalecido da crise.** As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

[...]

Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia; em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade, tem agora pela frente o **desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.**

Esta é a minha visão do País para o século XX. Estou certo de que é também **o projeto de todos os brasileiros** que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós.

(Discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Nacional, em 1 de janeiro de 1999)

Embora praticamente ausente no pronunciamento de posse, o tema corrupção esteve bastante presente no segundo mandato de FHC. Surgiram novas acusações, algumas envolvendo diretamente o Presidente, relacionadas a supostas irregularidades na privatização da Vale do Rio Doce e da Telebrás (privatizadas a despeito de mobilizações sociais), socorro aos bancos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (PROER), CPI do Judiciário (que levou à condenação do Juiz Nicolau dos Santos Neto). Em março de 2001, o DataFolha publicou pesquisa de Opinião segundo a qual 71% da população acreditavam haver corrupção no Governo Federal, 56% achavam que FHC não combatia a corrupção e 84% eram a favor da instalação de uma CPI da Corrupção, proposta pela oposição. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, FHC sofreu dezessete pedidos de *impeachment* (a maioria no segundo mandato), todos indeferidos (RODRIGUES, 2001). Havia, portanto, um “mal estar” com a corrupção, mas este não se convertia necessariamente em mobilizações pela ética na política.

Nesse período, houve mudanças importantes relacionadas ao controle de gastos, prevenção e controle da corrupção, com a implementação da Advocacia Geral da União, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro Brasileiro (PROER). A Lei de Responsabilidade Fiscal provocou uma mudança substancial na maneira

como é conduzida a gestão financeira dos três níveis de governo. Até então, o Governo Federal não tinha mecanismos para medir o endividamento total do país.

Muitos protestos ocorreram, mas a temática da corrupção não se manifestava como tema central, isto é, como ponto nodal das manifestações. Trabalho e reforma agrária continuavam sendo os temas com mais visibilidade – a gestão FHC foi marcada por manifestações do MST, que lutava contra a concentração fundiária e o privilégio do agronegócio, persistentes após a redemocratização. Além disso, “o contexto de perda de legitimidade do Governo Federal, de crise energética, de instabilidade econômica, de avanço na contrarreforma do Estado e a expectativa eleitoral positiva de grande parte dos movimentos e sindicatos dirigidos pelo PT tornou o governo Cardoso um alvo permanente” (LEHER et al, 2010, p. 51).

O novo século trouxe a expansão de TICs, que ampliaram consideravelmente as possibilidades de participação no debate público – inclusive através da internet:

A preocupação com o destino político do Brasil não é problema só de quem está no Congresso. Os internautas da Folha Online também estão ligados com o desenrolar da CPI da corrupção e apoiam em peso uma investigação sobre irregularidades no governo. Em questão de horas, mais de 4.000 visitantes responderam à enquete que perguntava: "Você é a favor da CPI da Corrupção?". A maioria esmagadora, 84%, queria a investigação, enterrada ontem por uma ação do governo. A crise no governo Fernando Henrique Cardoso está mostrando sua cara na Internet, por meio das centenas de mensagens enviadas pelos internautas para os grupos de discussão sobre o tema e por votações expressivas como esta. Somente na manhã de hoje, mais de 50 mensagens foram postadas no grupo de discussão sobre senadores. (INTERNAUTAS, 2001)

Como observam Leher e outros (2010), no primeiro mandato governamental, Fernando Henrique Cardoso conseguiu conter a oposição e aprovar com facilidade projetos políticos e reformas constitucionais. Porém, no segundo mandato, o presidente teve maior dificuldade de governar devido à reorganização das oposições. Ao se aproximar o pleito que escolheria o sucessor de Fernando Henrique Cardoso, fortalecia-se a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Lula foi eleito no segundo turno contra o candidato do PSDB, José Serra, então Ministro da Saúde FHC. Eleito o novo presidente, “Fernando Henrique Cardoso organizou a transição de modo a facilitar o acesso antecipado da nova administração às informações relevantes ao exercício do governo, fato até então inédito na história do país” (LEHER et al, 2010, p. 49).

6.2.5 Lula – 2003 a 2009 (Primeiro e Segundo Mandatos)

Nas três campanhas anteriores pela Presidência, Lula e o PT eram assinalados pelos adversários com a pecha de comunistas. Entre a população de baixa renda e menos escolarizada (tradicionalmente eleitora de partidos de direita, segundo diversos estudos sobre esquerda e direita no Brasil),³⁹ o medo desse adjetivo referia-se menos à ameaça à liberdade e mais a uma insegurança imprecisa sobre a manutenção da ordem: comunistas eram “radicais” e “subversivos”. Uma vez no poder, o PT hastearia uma bandeira vermelha no lugar da bandeira do Brasil, faria da foice e do martelo nosso símbolo oficial, deixaria o país ser dominado pelos movimentos sociais (as invasões do MST não eram bem recebidas pela opinião pública). O lema da campanha vitoriosa de Lula – “A esperança venceu o medo” – fazia referência à superação da insegurança pela confiança em um projeto de Governo diferente, uma nova forma de fazer política, em que os interesses da população estariam, finalmente, à frente dos interesses corporativos. Eleito com a maior votação da redemocratização, Lula (mais que o seu partido) incorporava amplas expectativas de mudanças políticas e sociais, mas também certa apreensão no que se refere ao campo econômico.

A ascensão do PT e de Lula (o “nordestino”, “metalúrgico”, “homem do povo”) ao poder foi encarada por leigos e analistas como uma vitória “da esquerda”. Paulatinamente, porém, a base aliada do novo governo foi cada vez menos a esquerda, que se viu dividida frente às políticas econômicas e acusações de corrupção; e mais os partidos que já participavam dos governos anteriores.

Todos os principais partidos conservadores, à exceção do Partido dos Democratas (DEM), em acelerado processo de esvaziamento político eleitoral, e do partido de Cardoso (PSDB), estão na base de apoio de Lula da Silva, inclusive os ex-presidentes José Sarney (PMDB) e Fernando Collor de Mello (PTB). Todas essas forças sustentam a candidata de Lula da Silva no pleito de 2010, Dilma Rousseff. Se a inflexão das frações burguesas dominantes era impensável há uma década, mais complexo é compreender como o PT e seu principal braço sindical, a CUT, se moveram nesse contexto. São muitos os

³⁹ “A persistência do que poderíamos chamar de ‘conservadorismo popular’ marca a distribuição das preferências ideológicas no Brasil pós-redemocratização, com a direita reunindo sempre cerca de 50% mais eleitores do que a esquerda. Gustavo Venturi mostra que a pendência para a direita do eleitorado de menor escolaridade (que está associada à renda), já observada em 1989, continuava presente quase duas décadas depois. Em 2006, enquanto os eleitores de escolaridade superior dividiam-se por igual entre os campos da esquerda (31%), do centro (32%) e da direita (31%), entre os que frequentaram até a quarta série do ensino fundamental, a direita tinha 44% de preferência, mais do que o triplo de adesão que tinha a esquerda (16%) e o centro (15%)” (SINGER, 2009, p. 99).

determinantes e acontecimentos desse transformismo, particularmente relevante na CUT. Além da crise do socialismo já mencionada, outra dimensão relevante foi a recepção da tese do fim da centralidade do trabalho e da perda do potencial transformador da classe trabalhadora. (LEHER et al, 2010, p. 51)

Em sua análise do que chamou de “lulismo”, Singer (2009, 2012) observa um giro à direita da base eleitoral de Lula, especialmente no segundo mandato.⁴⁰ Resumindo sua tese, Singer afirma que houve, a partir de 2003, uma reorientação que permitiu a adoção de políticas para reduzir a pobreza e ativar o mercado interno, sem confrontar o capital. Para o autor, esta opção intermediária entre o neoliberalismo da década anterior (cujos efeitos eram rejeitados) e o reformismo forte do PT antes de 2002, associada ao escândalo do Mensalão, afastou os tradicionais apoiadores do partido (demais partidos de esquerda, movimentos sociais e população urbana mais escolarizada do Sul e do Sudeste). Ao mesmo tempo, a alternativa moderada e social atraía para a sua base a população de baixa renda e menos escolarizada que elegeu Collor em 1989 (SINGER, 2012, p. 13-19). Além disso, Lula tornou-se maior que o seu partido, passando a atuar como árbitro desse processo. Nessa transição, surge o que Singer chama de “lulismo”, caracterizado, de um lado, pelo estreitamento da relação de Lula com “os mais pobres”, cujo apoio foi fundamental para a sua reeleição em 2006 e para as eleições da sucessora em 2010 e 2014; de outro, pelo afastamento da classe média, mais sensível ao tema corrupção.

O discurso de Lula em defesa da estabilidade tirou a plataforma a partir da qual o centro mobilizava os mais pobres, sobrando-lhe apenas o recurso às denúncias de corrupção, assunto limitado à classe média. Isso implicou um aumento dos votos para Lula à direita [...], limitando ao centro a base da oposição. Diante da dificuldade de ganhar eleições presidenciais só com a classe média, os opositoristas não sabem para onde ir. (SINGER, 2012, p. 100)

De fato, o primeiro e segundo mandatos do Governo Lula caracterizam-se pela ausência de uma oposição forte, como fora a enfrentada pelos governos anteriores. Direita e esquerda tornam-se conceitos consideravelmente difusos, ainda mais distintos de oposição e situação. Parte da esquerda saiu da base do Governo e alguns líderes importantes do PT (como Marina da Silva e Marta Suplicy) migraram para outras plataformas, argumentando a

⁴⁰ Na América Latina, os polissêmicos e difusos conceitos de direita e esquerda caíram em desuso após a queda do muro de Berlim e a ascensão de setores ditos de “esquerda” ao poder. Na tese, vimo-nos impelidos a retomar esses conceitos, por terem sido trazidos pelos sujeitos pesquisados, que se posicionam espontaneamente como “direita” ou “esquerda”. O tratamento dado a essas noções, portanto, será o sentido dado por esses sujeitos. Para uma discussão teórica a respeito, sugerimos a discussão de Bresser-Pereira (1992).

descaracterização do partido e sua cumplicidade ou omissão com práticas corruptas. Os sindicatos, parcialmente incorporados ao Governo através da CUT, dividiram-se. Movimentos sociais como o MST e o novo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) passaram a relativizar o apoio ao PT e a negociá-lo em nome de demandas tidas como abandonadas, como a reforma agrária. Por sua vez, a base de apoio que garantiu a governabilidade e estabilidade do Governo barganhava cargos em troca da aprovação de projetos. É nesse contexto que explode o escândalo do Mensalão, a partir de denúncia de um ex-aliado, Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na ausência de uma oposição forte e de atores sociais que estabeleçam contraponto claro com o Governo, pode-se falar de uma orfandade de projetos alternativos e de significantes que agreguem as demandas “excluídas” da hegemonia do partido governista.

Embora não seja a principal questão do autor, a análise de Singer evidencia a importância dos escândalos de corrupção tanto no plano das disputas entre as elites políticas quando na opinião pública e no comportamento eleitoral. A partir das análises feitas até o momento, é possível entrever as seguintes hipóteses: **a)** na medida em que sensibiliza as pessoas, o tema corrupção faz parte dos significantes que podem ser ativados nas articulações em torno de discursos específicos, tanto no plano institucional quanto na sociedade civil; **b)** a classe média é mais sensível ao tema que os estratos mais baixos, supostamente mais pragmáticos; **b)** o limiar dessa “sensibilidade” à corrupção torna-se mais baixo quanto maiores as insatisfações com os resultados diretos das políticas econômicas e sociais. Contudo, mesmo se tomássemos como “lei causal” essa última afirmação, seria necessário compreender como o tema é articulado, problematizado, a ponto de interpelar os sujeitos à ação coletiva. Mas este será assunto do último capítulo.

No primeiro pronunciamento de posse de Lula, o discurso sobre a corrupção pouco difere dos antecessores. O combate à corrupção, a defesa da ética no trato da coisa pública e o combate à “cultura da impunidade” são mencionados como “objetivos centrais e permanentes” do Governo. Esse combate é legitimado sob o argumento de que a corrupção (assim como a sonegação e o desperdício) priva a população de recursos que poderiam ajudar na sua sobrevivência. Um governo honesto “é mais do que não roubar e não deixar roubar”. Um Governo ético é aquele que mostra “resultados sociais concretos”; “eficiente”; “transparente”; que “evita desperdícios”. Superar esses entraves abrirá caminho para o “desenvolvimento sustentado do País”.

"**Mudança**"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A **esperança** finalmente venceu o **medo** e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma **cultura do individualismo**, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do **impasse econômico, social e moral do País**, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, **neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós**, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que **chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou**: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança **por meio do diálogo e da negociação**, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

[...]

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praias, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é **um povo maduro, calejado e otimista**. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque **a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo**.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, **convocar o meu povo**, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

[...]

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer **o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.**

[...]

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que **o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos.** Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em **um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.**

Além do **apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais**, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. **Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontrem canais de expressão em nosso Governo.**

Por tudo isso, acredito no **pacto social**. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, **sem personalismo, pelo bem do Brasil** e vamos adotar **um novo estilo de Governo** com absoluta **transparência** e permanente estímulo à **participação popular**.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira **cultura da impunidade** que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que **a corrupção, a sonegação e o desperdício** continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais **entraves ao desenvolvimento sustentado do País**. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

[...]

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho **a minha própria vida de retirante nordestino**, de menino que vendia amendoim e

laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

[...]

Estamos começando hoje **um novo capítulo na História do Brasil**, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

[...]

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. **Sou agora o servidor público número um do meu País.**

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir **unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.** Viva o povo brasileiro!

(Discurso de posse de Lula no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2003)

Antes mesmo do Escândalo do Mensalão, o tema corrupção já mobilizava entidades da sociedade civil em torno de ações de prevenção, combate e punição de práticas corruptas. Destaca-se, já na primeira década do século, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, cujos eixos de atuação são a fiscalização, educação e monitoramento. A organização é integrada por 51 entidades nacionais de diversos segmentos, formando uma rede com movimentos, organizações sociais, religiosas e outras entidades da sociedade civil.⁴¹ Em 2006, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) certificou o MCCE com o “Prêmio UNODC”, pelo trabalho desenvolvido na mobilização da sociedade civil pela aprovação da “Lei da Ficha Limpa” (MOVIMENTO, s.d.).

No entanto, o primeiro grande protesto contra a corrupção no Governo Lula foi realizado em Brasília e reuniu, segundo os organizadores, cerca de 25 mil pessoas (15 mil segundo a Polícia Militar). O evento foi organizado não pela ala à direita, mas pela ala à esquerda da oposição (MANIFESTAÇÃO, 2005): partidos PSTU, PSOL, PDT, PPS e entidades sindicais como a Coordenação Nacional de Lutas (ConLutas), Coordenação de Luta dos Estudantes (ConLute). O evento aconteceu um dia depois de outra manifestação, também

⁴¹ Por estas características, o MCCE não fez parte do nosso trabalho, voltado para as manifestações “espontâneas” articuladas via internet.

em Brasília, em apoio ao Governo e ao Presidente, que reunia outra parte da esquerda: CUT, UNE e MST. Segundo a Polícia Militar, esta última reuniu cerca de 6.000 pessoas. À época, fazia eco na mídia a afirmação do Presidente de que desconhecia o esquema do Mensalão. As críticas, como na tradição udenista mencionada por Carvalho páginas atrás, recaíam na comprovação ou não da responsabilidade pessoal do Presidente frente aos delitos:

"Não se pode falar em cassação antes do relatório final da CPI, que poderá apontar pela necessidade da abertura de um processo de crime de responsabilidade", disse a jornalista a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL). "É impossível dizer que ele não sabia. Para dizer que ele não sabia é necessário dizer que ele é ignorante e ele não é." Já o presidente do PDT no Distrito Federal, Georges Michel, foi bem mais incisivo. "Lula é o chefe de todo esse crime organizado. No fim da investigação, ele tem de sofrer um *impeachment*", disse Michel. (BRASÍLIA, 2005)

Em buscas na *web*, protestos contra a corrupção articulados a partir da internet são encontrados já em 2006, mas com pouca visibilidade na grande mídia. Seguindo a tendência dos movimentos antiglobalização, o perfil destas ações já era próximo do que se veria nos anos 2010: bandeira apartidária e articulação a partir de *sites* de redes sociais – na época, o Orkut era o mais utilizado no Brasil. Entre os grupos encontrados, podemos mencionar o “Movimento da Ordem e da Vigília Contra a Corrupção”, “Movimento Acorda Brasil” e “Reforma Brasil”, organizadores de marchas contra a corrupção marcadas (pela internet) que aconteceram em mais de 20 cidades, no Dia da Dignidade Nacional (21 de maio) em 2006. É importante notar que se tratava de movimentos contra a impunidade, a falta de ética no Congresso e a corrupção na política, ou seja, a oposição ao Governo não era o que dava unidade, embora houvesse, entre os manifestantes, brados como “Fora, Ladrão! Chega de Mensalão! Brasil Acima de Tudo” (MOVIMENTO, 2006). A lógica do apartidarismo era coerente com essa tendência: não se tratava da crítica a uma corrente política, mas à “política” ou “aos políticos” (e suas práticas reprováveis). Como veremos, à medida que crescem os protestos, esse brado vai se afunilando contra o Governo (um inimigo comum) e, na mesma medida, os grupos de protesto vão perdendo seu tom apartidário para assumir uma posição específica (novas fronteiras são estabelecidas e se constituem novas posições de sujeito).

O protesto, realizado no Dia da Dignidade Nacional, pede que a sociedade civil deixe a passividade indo às ruas às 15 horas trajando preto. "Daremos resposta àqueles que acreditam que a Nação está calada e passiva diante dos escândalos políticos que violentam nossas almas", prega a organização, que tem difundido a manifestação pela internet, no site www.reformabrasil.com, no qual podem ser consultadas as cidades que participarão do ato. De acordo com o site, o

grupo defende o fim da corrupção, a moralização da política brasileira e a soberania popular. (INTERNAUTAS, 2006)

Apesar dessas turbulências, Lula foi reeleito para o segundo mandato contra o candidato do PSDB. Apesar de ter sido o Mensalão uma dos temas mais abordados e mais cobrados durante o primeiro mandato e na campanha eleitoral, corrupção é um tema ausente no pronunciamento de posse. A fala é pronunciada em grande parte em primeira pessoa. A relação com o povo mencionada por Singer (2012) é fortemente presente: “Se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo”; “Mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados”.

[...]

Mas estou aqui, também, por causa de vocês. Eu sou profunda e eternamente grato ao comportamento do povo brasileiro nesses quatro anos do meu mandato. Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, o povo entrava em campo e dizia claramente: **nós construímos a democracia deste País e nós vamos sustentar a democracia deste País, custe o que custar, doa a quem doer.**

[...]

Sou muito grato aos companheiros do Congresso Nacional, aos deputados e senadores que ajudaram com que o debate político, mesmo quando estava mais radicalizado, não atrapalhasse que as coisas de interesse da nossa Nação fossem votadas e conseguimos aprovar praticamente tudo o que o governo mandou ao Congresso Nacional e, certamente, o Congresso Nacional, pela sua pluralidade, pela sua prática democrática e por ser a consciência do povo brasileiro no dia das eleições, continuará ajudando para que este País continue dando certo e crescendo.

Quero **agradecer aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens deste País que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos nós tentávamos conquistar e não conseguíamos.**

[...]

Este Palácio precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste País. Este Palácio precisa aprender a receber os negros, os índios, as mulheres. E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele.

E fazemos isso porque **queremos consolidar a democracia brasileira** de tal forma, **numa relação sadia e produtiva com a sociedade**, participando das conferências nacionais, ouvindo o povo, porque **é com a sabedoria popular que o governante aprende a errar menos e a acertar mais**, e vou continuar governando desse jeito: ouvindo cada vez mais, porque eu aprendi que, na sua sabedoria divina, **Deus fez a gente com uma boca para falar menos e dois ouvidos para escutar mais**, e isso falta um pouco na política nacional.

[...]

Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que **já fizemos muito**. Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e **diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro, mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito** para que a gente possa tornar o Brasil um país mais justo, mais equânime, onde todas as pessoas possam conquistar a cidadania plena, com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer, a tomar café de manhã, almoçar, jantar, tirar férias e cuidar da sua família. E ter a certeza de que os seus filhos vão estudar numa escola de qualidade e que os filhos das pessoas mais pobres deste País têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico deste País, porque é assim que a gente vai construir uma democracia forte, uma democracia sólida.

Quero agradecer a todos vocês. Eu digo sempre que **se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo**. Eu, **na política, já fui enganado muitas vezes**. Muitas vezes, a gente vê as pessoas próximas da gente desaparecerem. Agora, nessa minha relação com o povo brasileiro, desde quando eu comecei, no movimento sindical, em 1969, em nenhum momento difícil da minha história esse povo faltou com a solidariedade, com o companheirismo, assumindo, às vezes, a tarefa de fazer aquilo que nós não tínhamos condições de fazer.

Quero dizer a vocês que **esses próximos quatro anos serão quatro anos de muito trabalho**. E vamos trabalhar mais do que trabalhamos no primeiro, porque já conhecemos os caminhos das pedras, **já conhecemos onde é que as coisas, muitas vezes, emperram**. E nós, que sabemos que a economia brasileira precisa crescer, gerar empregos e distribuição de renda, sabemos que precisamos destravar o País para que ele possa crescer, para que ele possa gerar a quantidade de empregos, e empregos formais, com carteira assinada, porque aí, sim, o trabalhador brasileiro vai estar mais qualificado e vivendo um pouco melhor.

[...]

Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês: **eu e o companheiro José Alencar, se for necessário, daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada compromisso que assumimos com vocês**, para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País, para que a gente possa garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito e com a decência que deveria ter sido tratada há muito tempo, porque se assim o fosse nós não teríamos a quantidade de pobres que temos no Brasil.

Quero dizer para vocês que **sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos**. Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, **mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados**, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro.

[...]

Aqueles que apostarem no fracasso do Brasil serão derrotados. Aqueles que acreditarem que este País nasceu para ser um país de crescimento inibido, para ser um país de eterno pequeno crescimento, podem começar a se preparar porque este País vai ter um crescimento vigoroso. Mas não um crescimento

como tivemos em outra época, em que o País crescia e o povo continuava pobre, o País crescia e não se distribuía o resultado desse crescimento. Nós temos que ter consciência de que o País precisa crescer, mas o que precisa crescer, também, concomitante com o crescimento da economia, com o crescimento da indústria, com o crescimento da agricultura, é o crescimento da melhoria da qualidade de vida das nossas crianças, das nossas mulheres, dos nossos jovens. É o crescimento da oportunidade para uma educação de qualidade, é o crescimento de uma distribuição de renda em que o povo possa viver com mais dignidade, viver melhor e cuidar da sua família.

[...]

Por fim, meus companheiros e companheiras, se me permitem tratá-los assim, eu quero dizer para vocês que **os quatro anos que temos pela frente são quatro anos mais compensadores mas, ao mesmo tempo, mais difíceis do que os primeiros quatro.**

[...]

Eu tenho certeza de que nós teremos **quatro anos de muito otimismo neste País, de muito crescimento.** Por isso, em meu nome, em nome de José Alencar, da minha Marisa e da Mariza do José Alencar, em nome do meu governo, em nome dos meus Ministros, em nome do povo brasileiro, eu quero, mais uma vez, dizer: obrigado, meu Deus, por vocês existirem e terem a compreensão que vocês têm, porque só vocês podem ajudar este País a dar o salto de qualidade que o nosso País precisa.

(Discurso de posse de Lula no Palácio do Planalto, em 1 de janeiro de 2007)

6.2.6 Dilma Rousseff – 2010 a 2015 (Primeiro e Segundo Mandatos)

Na passagem dos governos de Fernando Henrique até os governos Dilma Rousseff, percebe-se uma paulatina mudança nos discursos hegemônicos sobre corrupção. Na década de 2010, a abordagem do assunto mescla de forma mais clara a linha “udenista”, mencionada por Carvalho (2008), e a abordagem neoinstitucional citada capítulos atrás. Embora continue sendo associada a indivíduos “predadores da coisa pública”, a corrupção é agora compreendida também em suas dimensões institucionalizadas, nas redes que facilitam e alimentam a prática ilícita. Além disso, a corrupção não está mais restrita a um setor público burocrático que trava a ação do setor privado, mas ao conluio entre os dois setores, que constroem canais alternativos por onde escoam os recursos públicos. Assim, não apenas corruptos, mas também corruptores, passam a ser investigados e punidos. Ademais, as instituições responsáveis pelas investigações, como o Ministério Público, ampliam sua atuação para a mobilização social, conclamando os cidadãos a se engajar na luta contra a corrupção. Exemplo disso pode ser visto na campanha #corrupçãonã, lançada em

comemoração aos 10 anos de cooperação internacional, com o intuito de ampliar o debate sobre o tema no *Facebook* e no *Twitter* (BRASIL, s.d.).

Outra mudança fundamental diz respeito à mobilização contra a corrupção. Se até 2010 falava-se em apatia política dos brasileiros e sua suposta tolerância com a corrupção, viu-se a partir de 2011 o surgimento e a proliferação de protestos que tinham a indignação com a corrupção como tema central (a serem abordadas no próximo capítulo). Para José Murilo de Carvalho (2008), esta reação pode ser explicada pela própria expansão democrática e estabilidade política, aliada ao aumento da escolaridade e redução da pobreza (que tornam os eleitores menos dependentes dos favores de governos), além de uma maior consciência do contribuinte, que passa a exigir mais transparência no uso das verbas arrecadadas a partir dos impostos (CARVALHO, 2008, p. 205). Esses foram, inclusive, os principais argumentos utilizados em defesa dos Governos Lula e Dilma: tratava-se não do aumento da corrupção, mas de maior transparência e combate, em virtude do que o tema tinha mais visibilidade. O compromisso com os interesses da população e do país, por sua vez, eram reafirmados pela apresentação de resultados das gestões: inclusão social, emprego, desenvolvimento tecnológico.

No entanto, a classe média, para Carvalho, também passou por mudanças, tornando-se mais isolada:⁴²

A classe média permanece à frente da luta contra a corrupção, mas agora não tem mais a solidariedade dos setores sociais que se localizam acima e abaixo dela. Os de cima não têm razões de queixa, graças à alta lucratividade dos grandes negócios nos setores financeiro, agrícola e industrial. Os de baixo também não reclamam, beneficiados que são pelas políticas sociais. Daí que hoje, à diferença da época da eleição e do processo de impedimento de Collor, a classe média está sozinha, não tem a cumplicidade dos pobres nem dos ricos. (CARVALHO, 2008, p. 203)

Há que se perguntar quando, na história dos movimentos e mobilizações nacionais, a classe média “teve o apoio dos mais pobres”. A suposição é de que a classe média é formadora de opinião e, como tal, consegue converter as camadas mais baixas em favor de suas temáticas; entretanto, tal cooptação não teria ocorrido nos protestos dos últimos anos. A ideia de isolamento dessa camada, entretanto, pode ajudar a entender a clivagem exposta pelas

⁴² Pesquisas realizadas pelo Ibope e DataFolha entre os manifestantes de junho de 2013 e março de 2015, respectivamente, mostram que a maioria dos manifestantes estava nos estratos sociais mais altos de renda e escolaridade (89% DOS MANIFESTANTES, 2013; PROTESTO, 2015).

falas dos grupos de protestos pesquisados, que, como veremos, falam da necessidade de “união nacional”, de uma “divisão do Brasil” promovida pelo PT. Além disso, como mencionado antes, a ausência de uma oposição forte ou de significantes que agregassem as demandas da parcela desse setor contrária ao Governo sugerem uma orfandade que pode ter se refugiado nas redes, na própria mobilização. Assim, não mais os partidos, não mais as entidades da sociedade civil, mas os próprios grupos de protesto tornavam-se “representantes de si mesmos”. Na medida em que todo “si mesmo” se define na relação com o outro, a articulação consiste na incorporação de outros a esse “nós” e, concomitantemente, na definição de um “eles”. Nas primeiras edições das Marchas Contra a Corrupção, em 2011 e 2012, esse “nós” juntava, de um lado, os que defendiam a ética na política e o fim da impunidade; de outro, “a classe política” e “os partidos”, vistos de forma genérica como corruptos, descomprometidos com os interesses que, como representantes, deveriam defender.

Em sua primeira fala oficial, Dilma Rousseff reafirma o Governo antecessor e procura se colocar como a nova fase do ciclo já iniciado de mudança. O pronunciamento de posse revela as tensões herdadas do Governo Lula, inclusive quanto à corrupção. Após a prestação de contas, é assumido o compromisso, ainda sem precisão, de combate às práticas corruptas: “Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para agirem com firmeza e autonomia”.

[...]

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

[...]

Venho, antes de tudo, para **dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.**

Venho para **consolidar a obra transformadora do presidente Luís Inácio Lula da Silva**, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

[...]

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso **manter os fundamentos** que nos garantiram chegar até aqui. Mas, igualmente, **agregar novas ferramentas e novos valores.**

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma **reforma política** com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e **aperfeiçoar as instituições**, restaurando valores e dando mais **transparência** ao conjunto da atividade pública.

[...]

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O **pré-sal** é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de **valorização da empresa nacional** e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente desta política é a **Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética.**

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. **Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.**

[...]

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. **Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros, o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.**

[...]

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nação.

Mas é importante lembrar que **o destino de um país não se resume à ação de seu governo.** Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um: dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios e dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

[...]

Respeitada a **autonomia dos poderes e o princípio federativo,** quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo que **prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras.** Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o

arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos.

[...]

Eu e meu vice Michel Temer fomos eleitos por uma **ampla coligação partidária**. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento **sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos**.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para agirem com firmeza e autonomia.

(Pronunciamento de posse da Presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2011)

O começo do primeiro mandato de Dilma foi marcado por numerosas demissões de ministros acusados de envolvimento em irregularidades; de pressões da oposição e da imprensa acerca dos supostos mecanismos de barganha entre governo e base aliada; além de uma onda de manifestações por democracia em nível internacional. Durante a apregoadada “operação faxina” do Governo, foram promovidas as primeiras Marchas contra a Corrupção, organizadas pelo Movimento Brasil Contra a Corrupção (MBCC).⁴³ Apesar da conjuntura nacional, a insurgência destes protestos não poderia ser explicada exclusivamente pelo clima da opinião pública em relação ao Governo Federal, cuja aprovação subiu de 48% para 51% naquele mês (APROVAÇÃO, 2011). Além do acúmulo de escândalos nos Governos Lula, essa primeira manifestação era uma reação à reabertura de uma crise política na capital federal, provocada pelo chamado escândalo do “Mensalão do DEM” (Democratas), após a absolvição da deputada Jaqueline Roriz (Partido da Mobilização Nacional – PMN/DF), flagrada e denunciada em rede nacional de TV por receber propina.

A primeira Marcha Contra a Corrupção, forjada basicamente pelo *Facebook* e pelo *Twitter*, aconteceu em Brasília em setembro de 2011, agregada ao Grito dos Excluídos. Doze mil pessoas juntaram-se à ação, que lavou a calçada do Palácio do Planalto em um gesto

⁴³ O Movimento Brasil Contra a Corrupção a que nos referimos chamava-se, à época, Movimento Contra a Corrupção. Segundo um dos seus líderes, o nome foi alterado em função de um movimento homônimo – o atual MCC – que tinha linha diferente e passou a ter mais visibilidade. Apesar da visibilidade, os líderes ou representantes do atual MCC não foram encontrados para a pesquisa.

simbólico “contra a corrupção e a impunidade”. Novo ato foi articulado para o feriado do dia 12 de outubro de 2011. Desta vez, foram mobilizadas pessoas em dezoito estados da Federação. Neste caso, a marcha ganhou novos temas – era preciso expandir as pautas se quisesse incorporar outras demandas. Vê-se, aqui, como funciona o processo de articulação e a lógica da equivalência: as diferenças não deixam de existir, mas surge (é elaborado) um significante mais amplo, esvaziado de seu sentido original, que abarca as diferenças sob o mesmo guarda-chuva, sem eliminá-las. O guarda-chuva, neste caso, era a corrupção: “A corrupção virou uma doença no Brasil. Sentimos que temos que fazer alguma coisa”; “Não carregue bandeira de nenhum partido, a bandeira que devemos carregar é apenas a do Brasil, que é o nosso interesse comum”. Novas marchas viriam a acontecer apenas em abril e setembro de 2012 (Dia do Basta), agora lideradas por outros grupos e sem grande repercussão nas mídias tradicionais. O tema da corrupção permaneceria latente e ausente nos protestos de rua até a eclosão dos protestos de junho de 2013, quando ressurgiu entre as diversas pautas dos manifestantes.

Quem Somos: um grupo de brasilienses cansados de ouvir falar em corrupção e impunidade resolveu se unir para promover a primeira Marcha Contra a Corrupção no dia da Independência do Brasil. A ele foram aderindo outras dezenas de cidadãos e, na data da última reunião anterior à marcha, cerca de 60 pessoas se reuniram, como voluntárias, para participar da organização do grande evento que aconteceria no dia seguinte. De acordo com os veículos de comunicação de todo o Brasil, na manhã do dia 7 de setembro, cerca de 30 mil cidadãos, de todas as idades, cores, credos e classes sociais, do DF e entorno compareceram à Esplanada dos Ministérios para mostrar sua revolta com os casos de corrupção que vêm assolando o Brasil nos últimos anos. A cada mobilização, fazemos questão de deixar claro que este se trata de um movimento apartidário, criado e financiado pelo povo e que políticos ou partidos não devem ser divulgados. Além disso, o movimento não tem a intenção de promover qualquer um de seus integrantes ou apoiadores e é por isso que nesta página não falaremos de indivíduos em particular. Devido ao sucesso do primeiro movimento, o grupo anunciou, no dia 11 de setembro a data da segunda marcha. No dia 12 de outubro, às 10h da manhã, com concentração em frente ao Museu Nacional de Brasília, esperamos todos os cidadãos de Brasília e entorno para, numa marcha pacífica e apartidária, pedirmos pelo fim do voto secreto no Poder Legislativo e pela garantia do cumprimento da Lei da Ficha Limpa. (MBCC, s.d.)

A formação do MBCC, assim como muitos outros grupos de protesto contra a corrupção que surgiram (ou se tornariam visíveis) a partir daí, é atribuída a uma iniciativa isolada: duas jovens irmãs residentes em Brasília, usuárias do *Facebook*, sem histórico de participação em movimentos sociais, associações ou partidos políticos, começaram uma mobilização em suas redes que, em um clássico modelo de *swarming*, se expandiu por outras redes. A insurgência do movimento e adesão ao seu apelo, porém, não surge num vácuo: afora

a efervescência do tema nas novas e velhas mídias, a capital federal traz em seu repertório um amplo histórico de mobilizações, entre elas a maior manifestação do Movimento pelas Diretas, a maior manifestação do Movimento Caras Pintadas, a Marcha dos Cem Mil (no Governo FHC), entre outras.

Algumas características formais do movimento anti/alter-globalização ajudavam a descrever o MBCC: utilização das TICs (com destaque para *microblogs* e redes sociais); discurso apartidário; heterogeneidade dos integrantes; caráter espetacular de seu repertório de ações (o que contribuiu para a sua inclusão na agenda midiática); funcionamento descentralizado, horizontal. Essas características, que também podiam ser observadas em outros grupos de protesto contra a corrupção, passaram por mutações entre 2011 e 2016, especialmente quanto: *a*) à aproximação dos grupos com partidos e personalidades políticas: os grupos pesquisados em 2016, em geral, defendem sua “independência” em relação aos partidos, mas posicionam-se claramente quanto à preferência e rejeição partidária, assim como a alguns políticos; e *b*) à questão da horizontalidade: a maior parte dos grupos pesquisados centra-se na figura de um líder ou grupo de líderes que orienta as ideias do grupo e concentra o poder decisório.

A partir daí, o Governo Dilma, apesar de sua “operação faxina”, seria abalado pela instabilidade interna e animosidade de sua base aliada, além da frequência de protestos contra a corrupção. Tais manifestações, entretanto, não eram tomadas ainda como uma ameaça direta “ao Governo” (ou não apenas), na medida em que se voltavam de forma genérica para a “a classe política”. Dada a repercussão e ressonância dos protestos, tanto críticos quanto defensores do Governo tentavam cooptar os protestos ou desqualifica-los, a depender do debate. Quando divulgados pelos grupos de protesto com antecipação, os eventos eram divulgados pela parcela oposicionista da mídia como “protestos contra a corrupção e o Governo”. Defensores do Governo, por sua vez, destacavam o caráter difuso das manifestações ou a incitação dos manifestantes por parte de grupos oposicionistas (JOSÉ, 2011).

Chegamos a 2013. Diferente dos protestos mencionados até agora, não se pode afirmar que a grande manifestação de junho foi especificamente contra a corrupção, embora o combate à corrupção estivesse entre as pautas presentes (SCHERER-WARREN, 2014). Os protestos de 2013, que, como se sabe, começaram com a revolta contra o aumento das tarifas e chamaram a atenção de segmentos da população a partir reação da polícia, tinha uma grande dispersão de demandas ainda não articuladas em torno de um “eixo” (RETROSPECTIVA,

2013). Uma das críticas ao protesto era, inclusive, a ausência de objetivos. Preferimos falar, em vez disso, de um transbordamento de objetivos. Uma lida rápida nas colunas de opinião dos principais jornais de junho de 2013 e poderemos captar a sensação de que, coletivamente, o que havia em comum era uma espécie de insatisfação generalizada com o atual “estado de coisas”, cujas razões estavam fragmentadas em demandas dispersas que as partes (os sujeitos coletivos e os indivíduos) racionalizavam cada uma ao seu modo. Dadas as disputas existentes no cenário político, a unidade dessa fragmentação passaria a ser representada pela parte que melhor respondesse à pergunta “que estado de coisas?” capitalizando o desconforto comum e abrindo as frestas de uma saída. Ao que parece, na ocasião não houve “resposta” que conseguisse esse feito a ponto de apaziguar as diferenças. Depois de mais um ano de protestos, agora sobre as suspeitas de superfaturamento nas obras para a Copa do Mundo, Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno com pequena margem de votos para o candidato adversário. A Presidente assumia então um país dividido, com uma base aliada frágil e o tema da corrupção em alta com o escândalo da Petrobras.

O segundo pronunciamento de posse trata a corrupção de forma mais aberta e precisa, com a proposição de um “pacto nacional contra corrupção”. Dilma propõe uma reforma política e um pacote de medidas contra corrupção que visa “aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública”. Tais medidas iriam desde o controle do caixa dois em campanhas eleitorais, ao confisco de bens nos casos de corrupção e a extensão da Lei da Ficha Limpa, que impede que criminosos condenados se candidatem a cargos públicos. O pacote também criminaliza o enriquecimento ilícito, introduz regulamentações para acabar com os subornos de empresas e cria um grupo de trabalho para estudar mais profundamente outras medidas anticorrupção. É o reconhecimento do “Basta!”: o Governo percebe que o limiar de tolerância à corrupção diminuiu e que é preciso falar de “medidas”, de caminhos concretos para minimizar o problema.

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. **O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes**

resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

[...]

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para **uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la.**

A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. **O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor.**

[...]

Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Queridos brasileiros e brasileiras, em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza. Mas, como eu disse e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros, **o fim da miséria é apenas um começo.** Agora é a hora de prosseguir com o nosso projeto de novos objetivos. É hora de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós.

Sim, neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível. Vamos precisar, governo e sociedade, de paciência, coragem, persistência, equilíbrio e humildade para vencer os obstáculos. E venceremos esses obstáculos.

O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade.

O povo brasileiro quer **ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção** e quer ainda que o **braço forte da justiça** alcance a todos de forma igualitária.

Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrenta-los sozinha, não vou enfrentar esta luta sozinha. **Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido Vice Presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário.** Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, **trabalhando ao meu lado pelo Brasil.**

Sei que conto com o apoio de cada militante do meu partido, o PT, e da militância de cada partido da base aliada, representados aqui pelo **mais**

destacado militante e maior líder popular da nossa história, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que conto com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos; e sei o quanto estou disposta a **mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil.**

[...]

É inadiável, também, implantarmos **práticas políticas mais modernas, éticas e, por isso, mesmo mais saudáveis.** É isso que torna urgente e necessária a **reforma política.** Uma reforma profunda que é responsabilidade constitucional desta Casa, mas que deve **mobilizar toda a sociedade na busca de novos métodos e novos caminhos para nossa vida democrática. Reforma política que estimule o povo brasileiro a retomar seu gosto e sua admiração pela política.**

[...]

Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de **ação firme e sóbria, firme e sóbria na economia,** um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. **Combateremos sem trégua a burocracia.** Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.

Mais que ninguém sei que **o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas,** um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial **para os mais necessitados.** Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

[...]

Amigos e amigas, tudo que estamos dizendo, **tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder.** Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. **Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.**

O Brasil sabe que **jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção,** por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: **se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores.**

A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

São **cinco medidas**: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e criar uma nova estrutura, a partir de negociação com o Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado.

Em sua essência, essas medidas têm o objetivo de garantir **processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras**, mas jamais poderão agredir o amplo direito de defesa e o contraditório; jamais poderão significar a condenação prévia sem defesa de inocentes.

Estou propondo um grande **pacto nacional contra a corrupção**, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.

Senhoras e Senhores, como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa **Petrobras**, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve, lamentavelmente, **alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção**.

A Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. A realidade atual só faz reforçar nossa determinação de **implantar, na Petrobras, a mais eficiente e rigorosa estrutura de governança e controle que uma empresa já teve no Brasil**.

A Petrobras é capaz disso e capaz de muito mais. Ela se tornou a maior empresa do mundo em capacitação técnica para a prospecção de petróleo em águas dos maiores produtores de petróleo do planeta.

Temos muitos motivos para **preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos**. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalece-la cada vez mais. Vamos, principalmente, **criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer**. O saudável empenho da Justiça, de **investigar e punir**, deve também nos permitir reconhecer que a Petrobras é a empresa mais estratégica para o Brasil e a que mais contrata e investe no país.

Temos, assim, que **saber apurar e saber punir**, sem enfraquecer a Petrobras, nem diminuir a sua importância para o presente e para o futuro. Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte.

[...]

Reafirmo também **o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro**.

Reafirmo minha **fé na política**, na política que transforma para melhor a vida do povo. Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo.

Meus amigos e minhas amigas, já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte.

Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças mas, se me permitem, quero dizer mais: **pertenço a uma geração vencedora**. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar.

Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los.

Deus colocou em meu peito um coração cheio de **amor pela minha pátria**. Antes de tudo, o que a música cantava, **um coração valente**, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

O segundo mandato de Dilma Rousseff começou com o questionamento acerca dos resultados da eleição pela oposição, sem ressonância clara. Contudo, menos que a suposta fraude eleitoral, menos até que as acusações de corrupção, foram as acusações de “estelionato eleitoral”, de que a Presidente “mentiu para o povo”, “traíu sua confiança”, em meio “à maior crise econômica da história do país”, com retorno da inflação e aumento do desemprego, que fizeram ruir sua popularidade. Desta vez, sim, uma linha divisória clara se desenhava: quem era contra e quem era a favor do Governo, cada lado agregando uma série de significados: do lado pró-Governo/Dilma/Lula/PT, a continuidade dos projetos sociais de Lula, a defesa dos mais pobres, o investimento em novas tecnologias; do lado anti-Governo/Dilma/Lula/PT, o combate à corrupção. Os conceitos de “esquerda” e “direita” assumiram novo contorno, ficando “à esquerda” as representações sobre o PT (positivas: defesa das questões sociais, inclusão, etc.; negativas: divisão do país, corrupção, autoritarismo, radicalismo, comunismo); e “à direita” tudo o que, por suposição, nega o PT e se põe como alternativa (liberalismo, valorização da propriedade privada, respeito às instituições, respeito aos valores tradicionais, etc.).

Esse restabelecimento de fronteiras é observado nos protestos contra a corrupção de 2015, que se incorporam aos protestos contra o Governo (protestos contra a corrupção e em favor do Governo surgiram como contraponto). É nesse cenário que Dilma Rousseff perde o seu segundo mandato, a partir de um julgamento que para muitos foi político e não jurídico.

Diante da divisão que se deu dentro do próprio Governo, da instabilidade e do descrédito com a política, a fala do Vice Michel Temer ao assumir o Governo expressa a necessidade de construção da legitimidade: “E minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança”. No que se refere à corrupção, o pronunciamento vai no sentido de um “resgate” da “moral pública” e da exaltação da Operação Lava Jato, dadas as suspeitas, propaladas por movimentos sociais e pela mídia, de que o novo Governo tentaria desarticulá-la: “a moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Nesse contexto, tomo a liberdade de dizer que a Lava Jato tornou-se referência e como tal, deve ter (falha no áudio) e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la.”

[...]

E minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra **confiança**. Confiança nos valores que formam o caráter de nossa gente, na vitalidade da nossa democracia; confiança na recuperação da economia nacional, nos potenciais do nosso país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de que, **unidos**, poderemos enfrentar os desafios deste momento que é de grande dificuldade.

Reitero, como tenho dito ao longo do tempo, que é **urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil**. É urgente fazermos **um governo de salvação nacional**. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro hão de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos. O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento. **Ninguém, absolutamente ninguém, individualmente, tem as melhores receitas para as reformas que precisamos realizar**. Mas **nós**, governo, Parlamento e sociedade, **juntos**, vamos encontrá-las.

[...]

Sabemos que **o Estado não pode tudo fazer**. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. São esses dois polos que irão criar a nossa prosperidade. **Ao Estado compete – vou dizer, aqui, o óbvio–, compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita pública**. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores.

[...]

Executivo e Legislativo precisam trabalhar em harmonia e de forma integrada. Até porque no Congresso Nacional é que estão representadas todas as correntes da opinião da sociedade brasileira, não é apenas no Executivo. Lá no Congresso Nacional estão todos os votos de todos os brasileiros. Portanto, **nós temos que governar em conjunto**. Então, nós vamos precisar muito da governabilidade e a governabilidade exige – além do que eu chamo de **governança** que é o apoio da classe política no Congresso Nacional– precisam também de **governabilidade**, que é o apoio do povo. O povo precisa

colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido **a classe política unida ao povo** conduzirá ao crescimento do País. Todos os nossos esforços estarão centrados na **melhoria dos processos administrativos, o que demandará maior eficácia da governança pública.**

A moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Nesse contexto, tomo a liberdade de dizer que **a Lava Jato tornou-se referência e como tal, deve ter (falha no áudio) e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la.**

O Brasil, meus amigos, vive hoje sua pior crise econômica. São 11 milhões de desempregados, inflação de dois dígitos, déficit quase de R\$ 100 bilhões, recessão e também grave a situação caótica da saúde pública. Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica, que tem levado ao aumento do desemprego e a perda do bem estar da população.

Para isso, é imprescindível, **reconstruirmos os fundamentos da economia brasileira. E melhorarmos significativamente o ambiente de negócios para o setor privado.** De forma que ele possa retomar sua rotação natural de investir, de produzir e gerar emprego e renda.

De imediato, precisamos também **restaurar o equilíbrio das contas públicas**, trazendo a evolução do endividamento no setor público de volta ao patamar de sustentabilidade ao longo do tempo. Quanto mais cedo formos capazes de reequilibrar as contas públicas, mais rápido conseguiremos retomar o crescimento.

A primeira medida, na linha dessa **redução**, está, ainda que modestamente, aqui representada, **já eliminamos vários ministérios da máquina pública.** E, ao mesmo tempo, nós não vamos parar por aí. Já estão encomendados estudos para **eliminar cargos comissionados e funções gratificadas.**

Sabidamente funções gratificadas desnecessárias. Sabidamente, na casa de milhares e milhares de funções comissionadas.

Eu quero, também, para tranquilizar o mercado, dizer que serão mantidas todas as garantias que a direção do Banco Central hoje desfruta para fortalecer sua atuação como condutora da política monetária e fiscal. É preciso, meus amigos, e aqui eu percebo que eu fico dizendo umas **obviedades, umas trivialidades**, mas que são necessárias porque, ao longo do tempo, eu percebo como **as pessoas vão se esquecendo de certos conceitos fundamentais da vida pública e da vida no Estado.**

Então, quando eu digo "**é preciso dar eficiência aos gastos públicos**", coisa que não tem merecido maior preocupação do Estado brasileiro, **nós todos estamos de acordo com isso.** Nós precisamos atingir aquilo que eu chamo de "**democracia da eficiência**". Porque se, no passado, nós tivemos, por força da Constituição, um período da democracia liberal, quando os direitos liberais foram exercitados amplamente. Se, ao depois, ainda ancorado na Constituição, nós tivemos o desfrute dos chamados direitos sociais, que são previstos na Constituição, **num dado momento aqueles que ascenderam ao primeiro patamar da classe média, começaram a exigir eficiência, eficiência do serviço público e eficiência nos serviços privados.** E é por isso que hoje nós estamos na fase da democracia da eficiência, com o que eu quero contar com o trabalho dos senhores ministros, do Parlamento e de todo o povo brasileiro.

[...]

Quero falar um pouco sobre a atuação nas linhas interna e externa do Brasil. E esses princípios estão consagrados na Constituição de (19)88, senador Mauro

Benevides, que nós ajudamos a redigir, não é? Eu indico, porque esses preceitos indicam caminho natural para definição das linhas da atuação interna e externa do Brasil. Os senhores veem que **eu insisto muito no tema da Constituição porque, ao meu modo de ver, toda vez que nós nos desviamos dos padrões jurídicos, e o Direito existe, exata e precisamente, para regular as relações sociais, quando nós nos desviamos das (problema no áudio) dos limites do Direito, nós criamos a instabilidade social e a instabilidade política.** Por isto eu insisto sempre em invocação do texto constitucional.

Muito bem, nesta Constituição, a independência nacional, a defesa da paz e da solução pacífica de conflitos, o respeito à autodeterminação dos povos, a igualdade entre os estados, a não intervenção, a centralidade dos direitos humanos e o repúdio ao racismo e ao terrorismo, dentre outros princípios, são valores profundos da nossa sociedade. E traça uma imagem de um País pacífico e ciente dos direitos e deveres estabelecidos pela nossa Constituição.

São, meus amigos, esses **elementos de consenso** que nos permite estabelecer bases sólidas para a política externa que volte a representar os valores e interesses permanentes no nosso País. A recuperação do prestígio do País e da confiança em seu futuro serão tarefas iniciais e decisivas para o fortalecimento da inserção internacional da nossa economia.

[...]

Faço questão, e espero que sirva de exemplo, e declarar meu absoluto respeito institucional à senhora presidente Dilma Rousseff. Não discuto aqui as razões pelas quais foi afastada. Quero apenas sublinhar a **importância do respeito às instituições e a observância à liturgia nas questões, no trato das questões institucionais. É uma coisa que nós temos que recuperar no nosso País. Uma certa cerimônia não pessoal, mas uma cerimônia institucional, uma cerimônia em que as palavras não sejam propagadoras do mal estar entre os brasileiros**, mas, ao contrário, que sejam propagadoras da pacificação, da paz, da harmonia, da solidariedade, da moderação, do equilíbrio entre todos os brasileiros.

Tudo o que disse, meus amigos, faz parte de um ideário que ofereço ao País, **não em busca da unanimidade, o que é impossível, mas como início de diálogo com busca de entendimento.** Farei muitos outros pronunciamentos. E meus ministros também. Meus ministros é exagerado, são ministros do governo. O presidente não tem vice-presidente, não tem ministro, quem tem ministro é o governo. Então, os ministros do governo farão manifestações nesse sentido, sempre no exercício infatigável de encontrar soluções negociadas para os nossos problemas. Temos pouco tempo, mas se nos esforçarmos, é o suficiente para fazer as reformas que o Brasil precisa.

[...]

E aí, meus amigos, eu quero dizer, mais uma vez, da importância dessa harmonia entre os Poderes, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a determinação, na própria Constituição e eu a cumprirei no sentido de que cada órgão do Poder tem as suas tarefas: o Executivo executa, o Legislativo legisla, o Judiciário julga. Ninguém pode interferir em um ou outro poder por uma razão singela: a Constituição diz que os poderes são independente se harmônicos entre si.

Ora, bem, nós não somos os donos do poder, nós somos exercentes do poder. O poder, está definido na Constituição, é do povo. Quando o povo cria o Estado, ele nos dá uma ordem: "Olha aqui, vocês, que vão ocupar os **poderes**,

exercam-no com harmonia porque são órgãos exercentes de funções". Ora, **quando há uma desarmonia, o que há é uma desobediência à soberania popular, portanto há uma inconstitucionalidade**. E isso nós não queremos jamais permitir que se pratique.

Dizia aos senhores que **a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos**. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: "**Não fale em crise, trabalhe**". Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de *outdoors* por todo o Brasil, porque isso cria também um clima desarmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Então, não vamos falarem crise, vamos trabalhar.

O nosso lema que não é um lema de hoje, **o nosso lema é Ordem e Progresso**. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual, como se hoje tivesse sido redigida.

Finalmente, meus amigos, fundado num critério de alta religiosidade. E vocês sabem que religião vem do latim *religio, religare*, portanto, você, quando é religioso, você está fazendo uma religação. **E o que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País**.

Passado o *impeachment*, os protestos contra a corrupção continuaram – na era da internet e da velocidade, esta tese poderia ser atualizada a cada vinte e quatro horas e não faltariam notícias relevantes sobre o tema. No final de 2016, os protestos tiveram como tema o afastamento do Presidente do Congresso Renan Calheiros e a aprovação do pacote de Dez Medidas Contra a Corrupção, projeto criado em 2015 pelo Ministério Público Federal (MPF) que tem por objetivo a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular ao Congresso Nacional, destinado ao aperfeiçoamento do sistema jurídico, de modo a reprimir a corrupção e a impunidade no Brasil.

O próximo capítulo apresenta alguns dos grupos protestos contra a corrupção por eles mesmos, através das entrevistas com alguns dos seus líderes. Como vimos no capítulo anterior, a ideia de “bem comum” é central na República. Mas, ao assumir o conceito de hegemonia como um dos horizontes da análise social, a ideia de bem comum é necessariamente desnaturalizada, sendo substituída pela noção de disputas por noções do bem comum, cada uma com modelos ou soluções distintas para os problemas em questão. A discussão tentará identificar alguns desses nortes.

7 DISCURSO SOBRE CORRUPÇÃO DE GRUPOS DE PROTESTO ARTICULADOS NO FACEBOOK

Embora, como apontado no capítulo anterior, protestos contra a corrupção articulados na internet sejam registrados já em 2006 e tenha havido importantes mobilizações em 2011, 2013 ficou marcado como o ano em que “os brasileiros descobriram a internet como meio de mobilização”:

Facebook e Twitter não divulgaram dados sobre o número de perfis novos criadas no Brasil no período. No entanto, um levantamento da consultoria Serasa Experian, divulgado pelo jornal Valor Econômico, aponta que o Facebook teve uma taxa de participação (perfis de usuários que tiveram atividade) de 70% dos brasileiros com presença no site no dia 13 de junho — o terceiro pico de participação do ano. O Twitter, por sua vez, contabilizou cerca de 11 milhões de tweets com a palavra "Brasil" e 2 milhões mencionando "protesto" entre os dias 6 e 26 de junho. (COSTA, 2013)

A análise das entrevistas permite observar que 2013 deu fôlego, se não a novos grupos, a novas articulações. 2014 foi um ano turbulento, com protestos contra a Copa do Mundo que aconteceram paralelamente à campanha eleitoral para Presidente. Em 2015, as reações a favor e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff consolidaram as redes sociais, especialmente o *Facebook*, como espaço de mobilização e (acirrado) debate em torno de temas políticos nacionais. Uma busca por “páginas” brasileiras no *Facebook* com os termos “corrupção” e “ética política”, no dia 24 de abril de 2016 (cerca de um ano depois do protesto de março de 2015), dava-nos 108 resultados, entre causas, comunidades, organizações sem fins lucrativos, políticos, *sites* de notícias e mídia.

Entre os grupos apontados pela grande mídia como organizadores dos grandes protestos de 2013 e 2015 estão o Movimento Brasil Livre (MBL), o Revoltados *On-line* e o Vem Pra Rua (ABRANTES, 2015). Contudo, outros grupos e movimentos, com menos visibilidade, mas com um grande número de seguidores, também atuaram na organização destas manifestações. Para a nossa pesquisa, as mobilizações importavam não tanto pela sua magnitude (embora esse também fosse um indicador importante), mas na medida em que o tema corrupção estivesse entre os significantes articulados no discurso.

Após pesquisa e filtragem de páginas no *Facebook*,⁴⁴ os potenciais pesquisados foram contatados através desta rede social ou por correio eletrônico, o que nos deu, ao final, sete entrevistas em profundidade com os seguintes grupos/movimentos:

- ***Endireita Brasil***: existe desde 2006. Sua página tem hoje 629.662 seguidores. Atuação nos eventos de rua é centrada em São Paulo, mas tem seguidores de vários estados (segundo informações do respondente).
- ***Juntos Pelo Brasil***: formado em 2013. Sua página no *Facebook* tem 473.663 seguidores. Foi responsável pelo ato em Favor de Donald Trump, em dezembro de 2016, em São Paulo.
- ***Movimento Brasil Contra a Corrupção (MBCC)***: formado em 2011. Sua página no *Facebook* tem 32.670 seguidores. Hoje, sua atuação está focada em Brasília, mas já foi responsável por eventos que mobilizaram várias cidades do País. Organizou as primeiras Marchas Contra a Corrupção em 2011 e 2012.
- ***NasRuas***: surgiu em 2011. Tem 395.590 seguidores no *Facebook*.
- ***Vem Pra Rua***: nasceu em 2015. Tem 1.451.168 seguidores em sua página do *Facebook*. É considerado um dos principais articuladores das manifestações daquele ano.

A visibilidade desses movimentos foi confirmada no curso das entrevistas: quando questionados sobre outros movimentos, seja como aliados ou antagonistas, os grupos tendiam a citar essa mesma rede e alguns outros (também contatados, mas sem sucesso).

Eu já participei de outros movimentos, eu já auxiliei o MBL, o Revoltados *Online*, o Vem Pra Rua. No Juntos pelo Brasil eu entrei em setembro de 2015. Mas eu ainda continuo ajudando. Eu não saí, na verdade. Eu ajudo todos ainda. (Representante do Juntos Pelo Brasil)

Atualmente é o Vem pra Rua, o MBL, o NasRuas, são os grupos que eu, que vejo mais se destacando aí na mídia nacional, na internet também, principalmente na internet, eles têm bastante força, tá? O MBL e o Vem pra Rua são de 2013 pra cá, pós-2013. O NasRuas, creio, é que de 2011. Logo após a gente tá na rua ele foi criado, o NasRuas. (Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção)

Olha, nós trabalhamos muito bem com alguns movimentos, o Vem Pra Rua, trabalhamos muito bem, trabalhamos bem com o NasRuas, trabalhamos com uma série de outros movimentos, trabalhamos bem, são aliados. (Representante do Endireita Brasil)

⁴⁴ Na busca dos movimentos ou grupos de protesto contra a corrupção, a pesquisa foi realizada no *Facebook*, no *Twitter* e no *Youtube*, de modo a cruzar informações sobre páginas ativas e páginas “fictícias” (*trolls*, na linguagem da internet), cuja função é apenas propagar informações negativas (reais ou não) sobre atores específicos.

As categorias “esquerda” e “direita” surgiram de forma espontânea nas entrevistas, o que indicou a importância de ouvir grupos/movimentos autodenominados de esquerda. Na busca por estes, conseguimos retorno de duas frentes de esquerda:

- ***Frente Brasil Popular***: articulação de movimentos sociais organizados, organizações da sociedade civil, sindicatos e partidos de esquerda. Surgiu em 2015, visando o enfrentamento das manifestações contra o Governo Dilma Rousseff e os pedidos de *impeachment*. Tem 99.312 seguidores em sua página no *Facebook*.
- ***Frente Brasil Sem Medo***: surgiu em 2015 de uma dissidência da Frente Brasil Popular. A página nacional no *Facebook* tem apenas 1.365 seguidores, mas isto pode ser efeito da fragmentação nas páginas estaduais. É formada por outros movimentos sociais organizados, organizações da sociedade civil, sindicatos e partidos de esquerda (algumas das entidades participam das duas frentes).

Na Figura 2 apresentamos as “fotos de perfil” desses diversos atores no *Facebook* (sua identificação visual) e fragmentos de suas apresentações na sessão “Sobre”. Essa breve leitura mostra a importância dos temas ética política e combate à corrupção nas identidades coletivas desses sujeitos, aspecto focalizado neste capítulo. Nessa breve leitura já será possível entrever alguns significantes ativados na construção dos *frames* de ação coletiva dos grupos: defesa da moral pública; combate às doutrinas antidemocráticas; repúdio ao populismo; luta por oportunidades de crescimento; recusa ao corporativismo dos políticos; Estado eficiente e desinchado; Estado democrático de Direito; golpismo; defesa da democracia.

Antes, uma primeira ponderação com respeito ao rótulo de “movimento”: esta é a palavra utilizada pelos grupos para se descreverem. Assim, é possível que em alguns momentos, neste capítulo, façamos uso da mesma terminologia dos entrevistados. Como já esclarecido, porém, seria difícil classificar o MBCC, NasRuas, Vem pra Rua, Endireita Brasil e Juntos pelo Brasil como “movimentos sociais” a partir dos pressupostos teóricos já discutidos. O mesmo pode ser dito de outros grupos similares atuantes na *web*, como o Revoltados *On-line*. Já as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo são claramente articulações ou redes de movimentos sociais, no sentido dado por Scherer-Warren, também mencionado nos capítulos precedentes.

Figura 2 - Fragmentos da sessão "Sobre" dos grupos pesquisados no Facebook



Ano de Fundação: 2013. Número de seguidores em Janeiro de 2017: 473.663

Nós do Juntos pelo Brasil somos cidadãos de orientação conservadora, empenhados na construção e consolidação de um sistema político democrático e pautado no respeito aos direitos humanos, à tradição judaico-cristã, à vida, à liberdade, à propriedade privada, à família tradicional, às Forças Armadas, à moral pública, e à participação política das massas. Nós repudiamos as doutrinas vermelhas antidemocráticas como o Comunismo, o Nazismo e o Globalismo, e entendemos que somente o Estado desinchado e a severa repressão aos corruptos e criminosos podem permitir que um país se desenvolva com justiça e dignidade.

"Somos uma sociedade conservadora, precisamos de líderes que nos representem".

A UNIÃO faz a FORÇA, estamos JUNTOS pelo BRASIL



Ano de Fundação: 2014. Número de seguidores em Janeiro de 2017: 1.451.168

O Movimento Vem Pra Rua quer ser o palco de todos os brasileiros - das mais variadas etnias e orientações, idades e de todos os lugares do país - que estão indignados e querem protestar contra o governo, contra a falta de ética e as mentiras que são contadas diariamente a todos nós, contra os políticos corruptos, através de grandes manifestações cívicas, sempre ordeiras e pacíficas. Queremos também aglutinar todos os movimentos correlatos, que desejem engrossar este coro e participar. Somos todos brasileiros! [...] Somos a favor da democracia, da ética na política e de um Estado eficiente e desinchado. Somos contra qualquer tipo de violência e condenamos qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado) e não compactuamos com governos autoritários. O NOSSO PARTIDO É O BRASIL. VEM PRA RUA!



Ano de fundação: 2011. Número de seguidores em Janeiro de 2017: 395.590

Influenciar os brasileiros a exercerem a cidadania para corrigirmos os rumos do País, que caminhava ao populismo, com metas de empobrecer e enfraquecer a população para enriquecimento de poucos corruptos.[...] Face ao baixo comprometimento e nenhuma exigência da sociedade brasileira com transparência e competência no poder público, o NasRuas visa estender sua atuação de forma permanente, para que os brasileiros do futuro possam viver em um ambiente ético, com oportunidades de crescimento em educação, saúde, transporte e segurança de primeiro mundo, principalmente com liberdade econômica e de expressão.



Ano de fundação: 2011. Número de seguidores em Janeiro de 2017: 32.670

Movimento Brasil Contra a Corrupção - MBCC, movimento totalmente APARTIDÁRIO, ORDEIRO e PACÍFICO, composto por dezenas de organizadores voluntários, que, com a participação ativa da população brasiliense, organizou as 04 Marchas Contra a Corrupção nos dias 07 de Setembro de 2011 (1ª), 12 de Outubro de 2011 (2ª), 21 de abril 2012 (3ª) e 07/09/2012 (4ª) em Brasília-DF, levando as ruas mais 100 mil pessoas, que com indignação, revolta e humor protestaram, democraticamente, sem a ocorrência de nenhum incidente. [...] Este é um movimento de Brasileiros que estão indignados com a atual política, o corporativismo dos políticos e que querem dar um basta na corrupção e na impunidade.



Ano de fundação: 2006. Número de seguidores em Janeiro de 2017: 629.662

Identificar e apoiar, pessoas e ideias, que possam transformar o cenário político brasileiro num ambiente onde a estrita observância da moral e da ética seja regra e não exceção, dentro de um Estado Democrático de Direito. O MEB pretende ser moderno nas propostas, inovador nas ações, conservador nos princípios e libertário nas ideias.



Ano de fundação: 2015. Número de seguidores em Janeiro de 2017: 1.365

Vamos dar um basta ao Golpismo de Michel Temer.



Ano de fundação: 2015. Número de seguidores em Janeiro de 2017: 99.312

Militantes em defesa da democracia e de uma nova política econômica.

7.1 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS PESQUISADOS

Uma primeira lição, talvez a principal deste trabalho, é que discorrer sobre grupos contra a corrupção em redes virtuais no Brasil significa falar sobre uma gama bastante heterogênea de linhas de pensamento e graus de organização. É importante salientar que, inclusive pela opção metodológica (qualitativa), a análise não pretende oferecer uma taxonomia dos grupos/movimentos contra a corrupção atuantes na *web*. Além da amplitude e heterogeneidade, esta tentativa precisaria considerar esses atores sociais e formas de ação coletiva em suas diferentes fases, tanto no que se refere ao discurso quanto à dinâmica e organização interna (do espontaneísmo à formalização). Acompanhando os grupos de protesto contra a corrupção na internet ao longo do Doutorado, pudemos observar que alguns perderam a visibilidade (ou foram incorporados a outros grupos); outros se tornaram ONGs; o discurso antes apartidário e apolítico transmutou-se, em alguns casos, em um posicionamento suprapartidário ou partidarizado, às vezes com a inclusão de integrantes do grupo nas disputas eleitorais. Cabe salientar, ainda, o esforço dos movimentos sociais organizados e dos partidos de se apropriar desse novo campo interativo, comunicativo e de mobilização que é a internet.

Do ponto de vista da formação e do modo de engajamento dos integrantes, algumas das características dos novos grupos confirmam as listadas no perfil dos grupos de protesto após a Primavera Árabe: não raro, os líderes são pessoas “comuns”, sem nenhum engajamento prévio com movimentos sociais ou outras formas de participação política; e a ideia de empoderamento a partir das redes é clara e autoconsciente. Esse perfil pode ser observado em outros grupos não ouvidos na pesquisa, mas bastante presentes nas redes sociais: o Revoltados *On-line* e o MBL. As hipóteses de modelos de liderança horizontais e a de apartidarismo, no entanto, precisam ser relativizadas.

Um aspecto importante, caro à teoria do processo político, diz respeito à relação entre sobrevivência/longevidade dos movimentos sociais. Isto tem relação direta com os graus de organização dos grupos/movimentos, que podem ir do espontaneísmo à institucionalização. Grupos maiores, como o Vem Pra Rua, apresentam um grau mais profissionalizado de organização, com a existência de funções específicas, como assessores de imprensa, por exemplo. A administração das páginas e perfis nos *sites* de redes sociais é feita por profissionais que podem atuar de forma voluntária, engajando-se emocional e ideologicamente na luta do grupo. Os grupos menores, entretanto, dependem basicamente do trabalho dos líderes (em geral, *um* ou *alguns*) e de voluntários (pequenos grupos) que se

envolvem de forma direta em todas as atividades, desde a administração das páginas à elaboração de textos e materiais para a publicação e compartilhamento. Percebe-se, por esse aspecto, um maior conflito entre a informalidade e a existência do grupo, dado que os integrantes expressam a dificuldade de conciliar a vida pessoal e profissional com as atividades políticas. Pelo descrédito das instituições, a informalidade dos grupos até pouco tempo tendia a ser vista como um valor. No entanto, nota-se, nas falas dos entrevistados, a avaliação de que a institucionalização pode ser necessária para a manutenção do grupo, por várias razões: dificuldade de conciliar vida pessoal e militância (a profissionalização poderia ser um caminho para a ação contínua de forma sustentável); suposta facilidade, como ONG, de receber e administrar doações; e, principalmente, pela percepção de que a participação democrática precisa em algum momento ir além do protesto, inserindo-se nas instituições.

Apesar da hipótese de que vivemos uma crise da democracia representativa, ela é apontada como a principal saída. O modelo de participação institucional remonta menos às formas de parceria entre a sociedade civil e Estado características do começo do século e mais à inserção no próprio poder político, através de representantes que sejam “fiéis” às pautas e demandas dos movimentos. Assim, entre os *frames* prefigurativos, as esperanças sobre o Brasil almejado continuam sendo depositadas em líderes/indivíduos “íntegros”, que restituam a moral das instituições democráticas e façam jus à força da participação popular.

Quanto aos modelos de lideranças, a horizontalidade emerge antes como ideal do que padrão efetivo de tomada de decisões. É comum nos movimentos ouvidos e em outros atuantes na *web*, como o Revoltados *On-line* e o MBL, o centramento na figura de um ou alguns poucos líderes, com forte caráter personalista. Os relatos dos entrevistados demonstram que o líder (ou líderes) dá o norte e decide acerca das principais ações, orientações e pautas dos movimentos.

O modelo participativo e decisório tem relação direta com a construção de *frames*, isto é, com a construção das narrativas hegemônicas dos movimentos. Desse modo, a dicotomia horizontalidade e verticalidade tem relação com o diálogo com as bases – o que, em movimentos na *web*, remonta à administração das páginas. Só administradores das páginas podem publicar, isto é, só eles são “autores” dos conteúdos do grupo. O seguidor é um multiplicador das ideias dos movimentos ao replicá-las e compartilhá-las em suas redes pessoais. A esse personagem estão restritos os comentários e sugestões, que são filtrados e mediados pelos administradores das páginas, de modo a evitar conteúdos considerados inadequados, ofensas e, em alguns casos, contrapropaganda. Os comentários constituem a

forma de relação mais direta entre os seguidores e o grupo, e assemelham-se a uma conversação. Nos movimentos mais profissionalizados, no entanto, dado que os administradores das páginas são profissionais ou voluntários e não os próprios líderes, essa forma de interação perde sua especificidade.

No que se refere à relação com partidos, observa-se que o apartidarismo dos movimentos arrefeceu durante as articulações em torno do *impeachment*, quando os grupos migraram ou posicionaram-se em lados específicos, os menores integrando-se aos maiores e mais visíveis, as pautas diferenciais sendo momentaneamente postas de lado em função da unidade em torno de um inimigo comum (a corrupção, o Governo, o PT, a esquerda, etc.). É também nesse momento que se acirram as dicotomias entre direita e esquerda e que se formam as frentes de esquerda.

As articulações de esquerda apresentam, na comparação com os demais grupos pesquisados, um tipo de constituição que, do ponto de vista teórico, está mais associado aos conceitos clássicos de movimento social e redes de movimentos, citados capítulos atrás. Isto tem uma série de implicações não apenas para a forma que elas atuam e seus conteúdos, mas também para o modo como são percebidas pelos demais movimentos, dada a baixa credibilidade de partidos políticos de esquerda, sindicatos e instituições da sociedade civil. No que se refere ao formato, as articulações de esquerda remontam ao Movimento pela Ética na Política dos anos 1990:

- Participação de partidos, sindicatos, fóruns e ONGs (aspecto que serve como argumento para desqualificar e descredibilizar a ação dessas frentes, que seriam “financiadas pelo bloco do poder”).
- Atuação mais centrada nas organizações e na rede, pouco centrada nas lideranças individuais.
- Rituais definidos para a tomada de decisões, que envolvem hierarquias, mediações e representatividade.
- Engajamento e mobilização ocorrem mais via *redes de redes* do que em *redes pessoais*. Assim, a proliferação está menos sujeita ao *swarm* e depende, principalmente, de redes já constituídas e laços fortes. Partindo do princípio de que os *sites* de redes sociais sustentam laços fracos e facilitam o estabelecimento de novos *links* (embora não de forma aleatória), a penetração e

em redes pessoais dá aos novos movimentos, comparativamente às articulações e redes de movimentos das frentes de esquerda, muito mais capilaridade.⁴⁵

A internet, para as frentes de esquerda ou movimentos sociais com perfil clássico, é uma ferramenta. Já os “novos” movimentos sociais, por assim dizer, “moram na internet”, têm nela o seu terreno, dominam sua linguagem. Não se deve depreender, entretanto, que os novos movimentos “nasçam” na internet e sobrevivem apenas a partir dela. As falas dos entrevistados deixam clara a importância das redes *off-line* e dos encontros presenciais, desde o engajamento no movimento até a formação de eventos e manutenção do grupo.

Olha, o Juntos pelo Brasil tem dois líderes, o [...] e eu. O [...] já era meu amigo e ele tinha saído de outro movimento. Ele era um militante de esquerda, na verdade. Depois, a partir de quando começaram as grandes manifestações contra a Dilma Rousseff em 2015, em março de 2015, que foi a primeira grandona, ele foi seduzido e passou a ir para os movimentos de direita. Ele sentiu assim, “eu tô errado, eu tô fazendo coisa errada, então eu preciso fazer a coisa certa agora”. E ele decidiu ir ajudar, né, nos movimentos contra o PT. Em setembro de 2015 ele me chamou lá no acampamento de Brasília. E aí a gente fundou o Juntos pelo Brasil. E aí eu administro a página junto com ele. (Representante do Juntos Pelo Brasil)

É, porque você até pode organizar pela internet, mas tem uma hora que você... Porque a gente tá falando de grupos que saem pra fazer as coisas, que realiza ações físicas, né? Você pode até ter contatos pela internet, pelo *Face*, pelo *Whatsapp*, pelo *Telegram*, pra organizar algum evento e etc. Mas tem uma hora que as pessoas vão ter que se encontrar. Quando vai ter um evento grande, até é um encontro obrigatório, quando você tá nas conversas com a polícia, todo mundo tá lá. Então esse encontro é obrigatório, mas fora isso também tem outros encontros. (Representante do Endireita Brasil)

7.2 FRAMES DE AÇÃO COLETIVA NOS GRUPOS DE PROTESTO CONTRA A CORRUPÇÃO

Processos de *framing* remontam a narrativas. Como mencionado no Capítulo 2 (Construção do *corpus*), narrativas dizem respeito às formas como são contadas as histórias, isto é, como os eventos são organizados em uma linha do tempo, estabelecendo linhas causais e coadunando eventos e experiências, de modo a dar sentido a uma dada leitura da realidade.

⁴⁵ Essa seria uma hipótese para aprofundarem em um estudo de redes comparativo. Embora uma maior capilaridade dos movimentos possa ocorrer por afinidade com a opinião pública, considerando as pesquisas que indicavam a queda da popularidade da Presidente, há que se considerar a força das redes individuais nas plataformas *on-line* e a dinâmica de *swarming*.

Para o estudo dos movimentos sociais e a perspectiva de *frames*, interessam, em particular, os conflitos que essas narrativas encerram: a problematização de dado aspecto da realidade em termos de uma situação de injustiça que precisa ser mudada; e os agentes aos quais é preciso cobrar por essa situação ou pela restituição do “dano”. Na perspectiva da teoria do discurso, interessam os antagonismos que se engendram na construção dessas narrativas e as tentativas de produção de consenso, o que remete a narrativas hegemônicas (a história é contada de uma forma, em vez de outra). Importam as fronteiras que se criam (ou se descontroem) na elaboração dessas narrativas. Significados flutuantes, conceitos de diferentes correntes de pensamento (especialmente aquelas que já disputam espaço no imaginário social), podem se esvaziar dos seus sentidos originais e entrar em novo arranjo que dá forma à narrativa. Isso não deve ser confundido com uma imagem dos significados flutuantes como uma caixa de ferramentas e na ação dos ativistas como um cálculo estratégico sobre os termos que melhor se adequem aos seus objetivos para conseguir adeptos. Trata-se de uma construção processual e relacional, em que a emoção tem importante papel.

O capítulo anterior teve o intuito de antecipar alguns dos elementos que seriam vistos nos frames de ação coletiva dos grupos de protesto pesquisados. Vários dos conceitos apresentados até o momento podem ser identificados não somente nas falas dos entrevistados, mas nos *banners* e material compartilhado em suas páginas do *Facebook*. São encontrados, entre os *framings* de diagnóstico sobre corrupção, expressões e conceitos como Estado inchado, burocracia, patrimonialismo; entre os *framings* de prognóstico, podem ser listados Estado mínimo, Estado enxuto, combate à impunidade, saneamento das instituições.

Na medida em que os *framings* de diagnóstico, prognóstico, motivacionais e prefigurativos são conjuntos de elementos em uma cadeia, e que essa cadeia dá sentido à narrativa, torna-se difícil separar, mesmo para fins didáticos, cada uma dessas dimensões. Ao fragmentar cada uma delas, corre-se o risco de não compreender a “linha” da narrativa. Assim, o leitor perceberá, nos excertos das falas dos entrevistados, textos às vezes muito longos. Isso se deve ao esforço de evitar a quebra da narrativa, de modo a manter a lógica explicitada pelo entrevistado.

Assim é que, no movimento Juntos pelo Brasil, a corrupção é considerada um problema endêmico e compreendida como reflexo de um projeto de poder e aparelhamento do Estado comunista na América Latina. No caso do Brasil, esse projeto de poder (representado pelo PT) se apropriou da burocracia estatal, corroendo suas bases. O PT é apontado como instrumento desse projeto internacional do comunismo e, como tal, teria colocado o Estado

brasileiro a serviço desse projeto de poder. O grupo defende o Estado mínimo para o controle da burocracia. É forte a referência crítica a Gramsci e Marx, cujos pensamentos teriam uma visão cínica da política, em que aparelhos ideológicos do Estado “devem ser” colocados em favor dos interesses corporativos do projeto comunista de poder. A corrupção, nesse arranjo narrativo, é uma consequência, um reflexo. A maior preocupação está na ameaça às liberdades associada ao comunismo. O cerceamento às liberdades individuais estaria, por exemplo, em campanhas como a do desarmamento. Apesar da defesa das liberdades individuais, o grupo se opõe a pautas relacionadas ao aborto, direitos LGBT, direitos dos imigrantes. Uma das questões defendidas pelo grupo é a “criminalização do comunismo” – as consequências de criminalizar uma corrente ideológica não são questionadas, embora o grupo se defina como democrático (do ponto de vista político) e liberal (no que se refere ao papel do Estado).

O Juntos pelo Brasil define-se como “direita conservadora”. Conservador, aqui, tem conotação positiva: representa a defesa dos “valores sagrados da família tradicional”, por exemplo. Ao se colocar nessa fronteira, o grupo autotransforma-se à direita de outros movimentos de direita; nessa graduação, estariam o Endireita Brasil, o Revoltados *On-line* e o MBL; seguidos do NasRuas e do Vem pra Rua, considerados mais moderados e, portanto, mais ao centro. São definidos como antagonistas do grupo “todos os que se opõem à sua pauta conservadora”, o que inclui setores da mídia, partidos e movimentos de esquerda.

A direita passou aí 30 anos desde o fim do regime militar, praticamente calada [...]. O professor Olavo Carvalho dizia, começou no regime militar que a esquerda desistiu da luta armada e passou a investir na **teoria de Antônio Gramsci**. O que é Antônio Gramsci? É a ocupação sistemática das universidades e das mídias, e de todos os meios de comunicação. Para quê? Para fazer a revolução, não pegando em armas, e sim mudando o senso comum, fazendo as pessoas virarem socialistas sem perceber. [...] Você vê que hoje na mídia poucos têm coragem de dizer que são conservadores, em toda mídia hoje em dia é chique ser a favor do aborto, é chique ser a favor do casamento gay, é chique ser a favor da legalização de drogas, é chique ser a favor do desarmamento. Foi isso que aconteceu, então essa gente tomou todos esses espaços, inclusive na igreja católica. A igreja católica está tomada pela Teologia da Libertação, que nada mais é do que uma corrente de esquerda, certo? Todo esse pessoal tomou conta desse aparato, e nisso o povo brasileiro foi ficando sem voz, e essa indignação popular chegou no ponto que estourou, estourou em 2013, né? Que começou com o movimento de esquerda que é o “Passe livre” [...], só que começaram a aparecer pessoas que não tinham nenhuma afiliação partidária, nenhuma pauta definida, era assim uma indignação geral para todo mundo que está aí. E outro problema para a estratégia gramsciana é que tinha o ensinamento do Raimundo Faoro, que o Brasil está na mão desde a sua fundação do **estamento burocrático**, certo? Que era a administração estatal. O que era isso? Era um grupo de burocratas que estavam ali para enriquecer e não para administrar o país de acordo com os interesses nacionais, os interesses da

população. Então o que é que o PT fez? O PT seguiu a estratégia gramsciana, de ocupação de espaço, só que quando você ocupa um espaço, um estamento burocrático, você vira o próprio estamento burocrático, certo? E nisso o PT acabou virando o estamento burocrático e virou, portanto, o alvo da população brasileira, ainda mais com esses escândalos de corrupção. E não vamos dizer que a corrupção não tem nada a ver com a ideologia do PT, o PT é um partido de orientação marxista, esquerdista. Não é marxista leninista, que “Ah, nós temos que investir todos em comunistas, pegar em armas, tomar a sede do governo”, como fez o Lenin. Não! Mas é **um partido de orientação marxista gramsciano**. (Representante do Juntos Pelo Brasil – Grifos nossos)

Como o trocadilho do nome indica, define-se como grupo de direita, também, o Endireita Brasil. Segundo o líder ouvido, o Endireita surgiu há cerca de 10 anos (por volta de 2006, primeiro mandato de Lula) como alternativa à hegemonia da esquerda no país. A meta era fazerem ingressar na política brasileira mais candidatos de direita. O respondente do Endireita enfatiza a pluralidade de perspectivas do movimento, cuja unidade é dada por esse projeto político e pela defesa do Estado mínimo.

Esse antagonismo com as esquerdas – e com o Governo Lula – colocavam do mesmo lado o Endireita e os demais grupos ditos de direita que se voltavam ao combate à corrupção. Na narrativa do Endireita sobre a corrupção, uma das visões diz respeito à fuga (em São Paulo), durante a ditadura, dos empresários mais independentes em relação ao Estado, que não trabalhavam “com o Governo”; teria restado um empresariado viciado, que atuava junto ao Governo (de forma perversa), com caráter fortemente patrimonialista. Essa explicação tem relação com as denúncias de irregularidade nas relações público-privado, envolvendo grandes empreiteiras nos últimos anos. O controle da corrupção começaria pelo saneamento dessas relações, pelo controle da burocracia estatal e pela diminuição do tamanho do Estado.

O que acontece: desde a redemocratização, nós só tivemos praticamente governos de esquerda no Brasil, você pega o Itamar Franco, você pega o Fernando Henrique, você pega o Lula, você pega a Dilma, então você tem – na minha concepção histórica, não é a concepção do “Endireita”, eu tô falando do que eu acredito –, a ditadura matou a direita no Brasil e não a esquerda, tá? Então essa necessidade foi justamente pra começar a tentar fomentar uma nova direita no país. [...] Na realidade é o seguinte, durante a ditadura, você sempre teve aqui em São Paulo, pelo menos, um empresariado que não era dependente, não fazia negócios com o governo, e não participava da política, e vários desses empresários saíram quando começou a ficar, quando começou a repressão maior. Então ficou muitos, não tô falando que são todos, mas a direita ficou muito... os caras que estavam no poder, o empresariado que ficou no poder, que continuou perto do governo, era **um empresariado extremamente patrimonialista**. Então precisava de novo novas pessoas da direita com a cabeça mais liberal. (Representante do Endireita Brasil – Grifos nossos)

No Endireita tem várias perspectivas, porque nós temos liberais clássicos, conservadores e libertários, é difícil falar que é uma perspectiva única no “Endireita”, porque nós temos pessoas que seguem linhas de pensamento distintas, mas todos são favoráveis a um estado menor, por exemplo. Com certeza é, algumas liberdades frente ao Estado, como por exemplo, porte de armas, tá? É, respeito muito forte às instituições, então o “Endireita” é muito focado em instituições, não pessoas, tá? E no respeito à legalidade, propriedade privada, defesa intransigente da propriedade privada, tá? E o Estado realmente menor e mais eficiente, um Estado que sirva o cidadão e não se sirva dos cidadãos. (Representante do Endireita Brasil)

O MBCC se reconhece (e é reconhecido) como pioneiro na inserção do tema corrupção nos protestos de rua dos últimos anos, por ser o mentor das primeiras Marchas Contra a Corrupção. À luz das primeiras marchas e de sua ressonância nas mídias sociais e na grande mídia é que teriam surgido, no terreno cada vez mais adubado pelas acusações contra o Governo, os demais movimentos contra a corrupção. Um dos movimentos teria, inclusive, se apropriado do nome (então MCC) levando o MBCC a optar por outra denominação.

O MBCC tem, desde o início, uma constituição horizontal e discurso apartidário, mantendo-se o mais fiel a esse perfil entre os grupos ouvidos. No princípio, coerente à lógica apartidária, a crítica do grupo voltava-se de forma genérica ao Estado, ao sistema, à política. Na fase de articulação pelo *impeachment*, entretanto, o grupo direcionou seu discurso anticorrupção contra o Governo Dilma, bem como às personalidades e partidos a ele associados (PT, Lula, entre outros).

A maioria das pessoas que estavam no grupo, chegou um momento de achar que realmente o grande mal do nosso país, é a corrupção, é onde tem uma vazão muito grande de recursos, daqui do nosso país, que poderiam ser usados pra melhoria do atendimento à população, só que são desviados para a corrupção. (Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção)

Nota-se, neste grupo, o conflito entre manter-se fora da política formal, participando apenas pelos mecanismos de pressão; e ingressar na política institucional, adquirindo mais poder de voto. O ingresso de integrantes de outros movimentos na política institucional (como o Endireita e o MBL), ao mesmo tempo em que torna esses movimentos alvo de desconfiança (suposta perda de autonomia), quebra o tabu do apartidarismo, antes apregoado como valor. A inserção de ativistas na política converte-se em uma possível saída para aumentar a longevidade do movimento e seu poder de influência direta nas instituições. Assim, ao mesmo tempo em que o processo de articulação pelo *impeachment* reforçou a descrença nas

instituições políticas, também reacendeu o interesse pela política partidária. A possibilidade de participação passa a ser vista entre dois polos: o espontaneísmo e a formalização.

A recuperada atenção na política institucional alia a escolha por partidos (distribuídos no leque direita-esquerda) com a esperança depositada em indivíduos “íntegros”, “bons políticos”, que possam representar o(s) movimento(s) e restituir a moral das instituições. Em todos os grupos ouvidos, nota-se uma forte expectativa pelas eleições presidenciais de 2018. Os grupos têm, contudo, clareza da importância dos movimentos sociais (aqueles alinhados com suas ideias) no acompanhamento, fiscalização e controle das ações dos representantes. Esse controle tende a ser pensado nos termos em que acontece hoje: pela mobilização da população através da internet; pela pressão das ruas; e pelo acompanhamento das votações em Brasília. As formas de participação mediadas por instituições da sociedade civil nos moldes dos anos 1990 e 2010 não são alternativas mencionadas.

Uma das coisas que fizeram também muitas pessoas sair, é que algumas pessoas tinham interesses partidários, e acabava pelo movimento conhecendo alguém e partia pra sua vida política. Depois de muito tempo eu tenho pensado que isso poderia ser uma coisa boa, dependendo da pessoa, do partido, da proposta, de como fosse feito, se o movimento como um todo ia participar mais do mandato da pessoa, coisas assim. A gente começou a tentar questionar isso, pra nas próximas eleições tentar fazer algo diferente, pra não ficar na mesmice só de ir pra rua, só de eventos. A gente mudou um pouquinho também, nosso foco não é mais sair pra rua e fazer manifestação, a gente tem que dar um passo a mais pra poder fazer uma luta mais efetiva, de verdade. (Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção)

O NasRuas caracteriza-se pela divulgação de informações. Informação, transparência e controle são as bases de sua atuação. Assim, o movimento está frequentemente presente em Brasília, acompanhando votações sobre temas considerados importantes, notadamente os relacionados à corrupção. São característicos do grupo vídeos e denúncias sobre o comportamento dos parlamentares, sinalizando os que “votaram certo” e “votaram errado” (por exemplo, contra o projeto das “10 Medidas Contra a Corrupção”).

O combate à impunidade é um tema bastante presente nas falas do grupo. Embora a corrupção seja vista como histórica e endêmica, é nas instituições e nas leis que ela deve ser combatida. Esse enfoque institucional mescla-se a uma ênfase nos indivíduos, expressa no uso recorrente, nos vídeos e *memes* denunciastas, de termos como “ladrões” e “bandidos”. No NasRuas, assim como nos demais grupos pesquisados (exceto as articulações de esquerda), a

esperança de saneamento das instituições e o cumprimento da lei é fortemente depositada no Poder Judiciário.

O Vem Pra Rua é percebido pelos demais como um grupo moderado. A despeito do posicionamento claro contra o Governo Dilma desde que surgiu, o grupo resistiu à ideia do *impeachment*, aderindo apenas em um segundo momento. Defende um liberalismo social, com um Estado mais enxuto, mas que se mantenha na salvaguarda de áreas como educação e saúde. Por esse discurso, e também por ter apoiado o candidato Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2014 no segundo turno, o grupo tem sua imagem associada ao PSDB. Em contrapartida, o Vem Pra Rua define-se como suprapartidário, apontando o apoio ao candidato do PSDB como uma contingência: tratava-se menos de eleger Aécio Neves e mais de evitar a reeleição de Dilma Rousseff.

O Vem pra Rua é, entre os grupos pesquisados, o que tem maior número de seguidores. O movimento, que nasceu para fazer frente às políticas econômicas do governo Dilma, ampliou em seu discurso o lugar da questão ética na medida em que a crise política, centrada nas denúncias de corrupção, se agudizava. A corrupção entra em um quadro diagnóstico amplo, que diz respeito aos valores republicanos, ao Estado de Direito, à liberdade econômica, à eficiência do Estado (cuja condição é o enxugamento da máquina), à injustiça da carga tributária, além da má qualidade dos serviços sociais (saneamento, saúde e segurança).

O movimento do Vem Pra Rua, eu acho que ele está assentado em três pilares, e eu acho que o primeiro deles é o combate permanente à corrupção e apoio às instituições que estão combatendo a corrupção, como operação Lava Jato, Ministério Público, Polícia Federal, Justiça Federal, etc., uma segunda bandeira, o segundo Pilar, seria uma reforma política. A gente defende o voto distrital misto, o movimento defende uma reforma política, o fim do foro privilegiado e outras coisas que estão debaixo desse guarda-chuva de reforma política, o fim das congregações partidárias, menos partidos. Por fim, a terceira bandeira, o terceiro pilar, mas não é o menos importante, o tamanho do Estado. Não o Estado mínimo, o movimento não defende um Estado mínimo, mas defende um Estado enxuto, em que o Estado tenha sobre o seu guarda-chuva administrativo as principais atividades que são próprias, que são saúde, educação, e segurança, e que todas as outras atividades econômico-financeiras estejam nas mãos de pessoas que administrem melhor que o Estado. O Estado não é um bom administrador, e a gente acredita em um Estado mais enxuto nesse sentido, ele possa focar os seus recursos onde interessa, exatamente em saúde, segurança, educação e deixe para a atividade privada outras questões que entidades privadas administrem melhor. Isso tem o segundo efeito e que seria a redução das possibilidades de corrupção, quanto mais o Estado tem braço, quanto mais ele aumenta, maiores a chance da corrupção se espalhar para as sociedades e instituições. (Representante do Vem Pra Rua)

Com valores democráticos e republicanos, espontâneo e suprapartidário, o Vem Pra Rua convida os brasileiros a se unirem para continuar manifestando esta indignação sempre que necessário, com o objetivo de resgatar a esperança sequestrada pela corrupção, exigir mais eficiência e transparência no gasto público e defender a redução da carga tributária e da burocracia. Sonhamos com um Brasil em que cada cidadão possa viver dignamente do seu trabalho e ser atuante na construção de uma sociedade próspera. País rico é aquele em que seus cidadãos não têm medo de lutar por seus direitos, dentro da legalidade, respeitando o Estado de Direito. É onde a liberdade econômica é estimulada e o Estado não é maior que o necessário, a fim de que o empreendedorismo e a livre iniciativa gerem riquezas e oportunidades para todos. Acreditamos na força do povo brasileiro, na sua capacidade inventiva, na sua generosidade e no seu trabalho – e num Estado que garanta minimamente segurança, educação básica, saneamento básico e saúde pública para todos. Queremos menos impostos e mais Brasil. Queremos uma sociedade que ofereça igualdade de oportunidade a todos, sem distinção. Queremos mais concorrência e menos clientelismo. (VEM PRA RUA - FACEBOOK)

Enquanto na direita a narrativa sobre corrupção favoreceu a convergência em torno de antagonistas claros (o Governo, o PT, a esquerda, a corrupção, etc.), na esquerda as narrativas sobre corrupção dividiram e não conseguiram se constituir como contranarrativas igualmente fortes. Nesse contexto, surgiram duas frentes distintas: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. A primeira posicionava-se contra o *impeachment* e avaliava que temas como a corrupção, se problematizados naquele contexto, serviriam apenas para legitimar o impedimento da Presidente, pondo em risco a democracia. O grupo dissidente que deu origem à Povo Sem Medo também se posicionava contra o *impeachment*, mas considerava necessária uma postura mais crítica em relação ao Governo, incluindo a abordagem sobre corrupção.

[Surgiu] no acirramento da luta política, quando a gente, logo depois da eleição de 2014, a gente percebeu que o primeiro movimento do PSDB foi de pedir uma recontagem no Tribunal Superior Eleitoral, e depois eles fizeram vários movimentos, não só o PSDB como os partidos que são situados na direita, setores do Judiciário, setores da mídia fizeram vários movimentos não reconhecendo a última eleição no Brasil, a eleição presidencial, e aí acirrou muito essa luta política para defender a democracia. A gente percebeu que deveria ser uma articulação mais ampla do que ficar cada um na sua entidade, no seu quadrado levantando a bandeira da democracia, então a partir de março de 2015 foi levantada essa questão que era preciso as frentes. Então aí foi se reunindo, foi reunindo três entidades, cinco entidades, 10 entidades, até formar a Frente Brasil Popular. Os atores políticos se relacionaram então partir do PT, do PCdoB, da UNE, do MST, da CUT, entidades que já atuam no movimento social para organizar essa Frente, mas não teve uma liderança que propôs, foi um processo de diálogo dessas entidades. (Representante da Frente Brasil Popular)

Esse discurso da corrupção foi por muito tempo negado pela esquerda, que era uma discussão menor. A bandeira da ética política sempre tinha bandeira também de esquerda, mas a discussão da corrupção em si, ela sempre teve um pouco de dificuldade, principalmente nas gestões do PT, era sempre difícil tocar nesse tema da corrupção, de como manter a dignidade mesmo. Um governo que estava dentro do campo democrático-popular, e ao mesmo tempo não fez muito no sentido do combate real, a corrupção estrutural do sistema político brasileiro, então acho que teve por muito tempo uma relutância por parte da esquerda de pautar esse debate, mas esse debate de alguma forma se constituiu nessa conjuntura do *impeachment*, e hoje grande parte daqueles que defendiam o *impeachment* como solução da corrupção saíram das ruas, não pautam mais esse debate. Eu acho que tem sido um papel importante mostrar que essa corrupção, longe de ser acabada, ela se aprofundou com o consenso do *impeachment*, tanto nas falas de Romero Jucá, que vai agora, colocar que o *impeachment* era uma forma de barrar a Lava Jato, quanto à questão mais recente [falha no áudio], dos políticos que já caíram um pouco por conta de corrupção e outros que já foram afastados também. Eu acho que é fundamental a questão da corrupção ser debatida no Brasil, e que soluções sejam apresentadas a esse problema de forma séria. (Representante da Frente Povo Sem Medo)

As frentes de esquerda apresentam abordagens distintas sobre a corrupção. No caso desses atores, o antagonismo se constitui não entre povo e políticos ou entre honestos e corruptos, mas no enfrentamento da unidade que se constituiu à direita, traduzida como “onda conservadora” ou “antidemocrática”. Para além do tema corrupção, percebe-se, nas fronteiras estabelecidas (direita e esquerda; defensores e acusadores do Governo; íntegros e não íntegros; democratas e não democratas) a disputa simbólica pela “unidade” que se tornará hegemônica, passando a ser reconhecida como a unidade que representa o “povo”, a “população”, “os brasileiros”.

Somos contra a corrupção, mas entendendo que **não é um fenômeno novo, é um fenômeno estrutural das relações no Brasil**, e que em vários momentos da história do Brasil foi utilizado como elemento que serviu como o golpe. Então a primeira CPI do Brasil, que foi em (19)53 já tinha esse mote e acabou com a morte do Getúlio, um golpe maior, o golpe de (19)64. Então ela muitas vezes, ela é utilizada como um tema que o subterfúgio é outro, que o objetivo é outro. Então eu acho que a questão, somos todos contra a corrupção, defender também que os direitos, o serviço público seja melhor, mas ele não pode ser um subterfúgio para promover um golpe, não pode ser, o que a gente viu foi isso, a gente viu que saiu uma Presidenta que não tinha nenhum crime contra ela, está aí um Presidente hoje que está legislando em torno de ministros que querem um apartamento numa área nobre de Salvador, outros como foi aquele áudio do Jucá que diz que tinha que tirar a Dilma para acabar com a Lava Jato, ou acabar com as investigações. Então a gente entende essa pauta com muita clareza, ninguém da Frente Popular defende a corrupção, mas a gente enxerga com muita clareza para não ser utilizada com outros propósitos. (Representante da Frente Brasil Popular)

Ela [Frente Povo Sem Medo] se caracteriza como uma frente que tem como objetivo o **enfrentamento da onda conservadora**, enfrentamento à direita nas

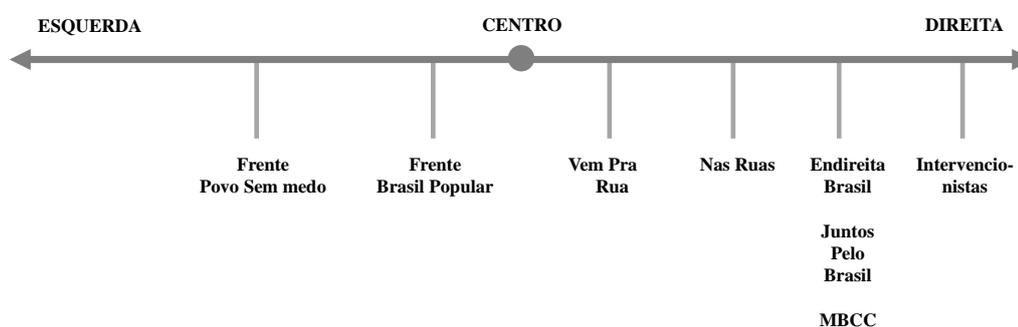
ruas, e também tem um discurso crítico em relação ao ajuste fiscal, que tinha sido proposto já em 2015 pelo Governo Dilma. Eu acho que isso que diferenciou um pouco a “Brasil Popular” da frente “Povo Sem Medo”, a “Brasil Popular” achava que não era estratégico fazer um discurso mais crítico ao governo Dilma naquela conjuntura, e a “Povo Sem Medo” entendia necessidade de pautar o enfrentamento ao golpe, mas também uma discussão sobre o retrocesso que estavam em curso na própria gestão da Presidenta Dilma, então basicamente em relação a essas duas frentes, essa diferenciação que existia e que foi de alguma forma um dos elementos que gerou a divisão na frente pelas reformas populares. (Representante da Frente Povo Sem Medo)

Embora também acionem aspectos ideológicos, os novos grupos/movimentos incorporam ao seu discurso uma diversidade de elementos que torna o seu leque muito mais aberto, com uma linguagem mais ampla, podendo congrega mais facilmente outros grupos e linguagens. Em contrapartida, as temáticas e *frames* dos movimentos organizados ditos de esquerda mostram-se mais coesos dentro uma linha ideológica, o que, por hipótese, pode tornar o seu círculo mais fechado. Tais hipóteses referentes à permeabilidade dos discursos das chamadas esquerda e direita precisariam ser aprofundadas a partir de pesquisas junto aos seguidores das páginas. A rigor, as pautas da esquerda apresentam-se mais amplas e diversas: direitos humanos, LGBT, questões do mundo do trabalho, questões urbanas. No entanto, é possível que o quadro em que essas pautas são elaboradas tenha baixa ressonância entre os seus públicos.

É importante ressaltar que a classificação direita e esquerda não recebe aqui um tratamento teórico e não se baseia em escalas ideológicas. Ela é reproduzida como fronteiras estabelecidas pelos próprios atores ouvidos, como eles posicionam a si mesmos e aos demais movimentos a partir dessas categorias. O fato de ter surgido de forma espontânea nas entrevistas (ou seja, sem estímulo da entrevistadora), indica a importância dessas categorias no imaginário político.

Esse novo arranjo corresponde à fase de articulação em torno do *impeachment* e, portanto, ao grupo que representava o poder central (Governo Federal, PT, Lula), em que as fronteiras foram desenhadas em contornos mais definidos em torno dessas categorias. Antes das articulações pelo *impeachment*, os posicionamentos eram menos nítidos. O quadro abaixo mostra o posicionamento dos grupos pesquisados no espectro direita-esquerda, segundo as falas dos próprios entrevistados. Incluímos no esquema os “intervencionistas” (grupos que pedem a intervenção militar), citados de forma recorrente como os grupos “mais à direita” (a expressão “extrema direita” não é utilizada).

Figura 3 – Posicionamento dos grupos pesquisados segundo eles mesmos



7.3 ARTICULAÇÃO E ALINHAMENTO: NÓS *VERSUS* ELES

Todos os grupos citaram de forma espontânea (sem estímulo da entrevistadora) a luta contra a corrupção como uma das principais motivações do movimento. Entretanto, nem todos nasceram voltados para essa questão – ela foi surgindo, se desenhando, a partir das situações e disputas que se colocaram para os sujeitos, que por sua vez se constituíram nessas disputas. O Vem Pra Rua, por exemplo, nasceu para fazer frente à política econômica do Governo e à reeleição de Dilma Rousseff; posicionou-se inicialmente contra o impedimento; mas é reconhecido como um importante (talvez o principal) ator na articulação das manifestações contra o Governo em 2015.

Os relatos permitem observar que o combate à corrupção e a demanda por ética na política assumiu um espaço crescente e importante nos discursos dos grupos, à luz das denúncias de corrupção contra o Governo e às ações da Operação Lava Jato. A corrupção assumiu, assim, um lugar central nos argumentos contra o Governo (para além da política econômica). Na medida em que essas disputas colocavam em lados opostos os favoráveis e os desfavoráveis à manutenção de Dilma Rousseff no poder, agudizou-se a dicotomia “direita” e “esquerda”. Isto aconteceu especialmente em 2014 e 2015: em 2014, no começo do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando ocorreu a prisão coercitiva de Lula e foram divulgadas as contas do Governo. Nesse momento, Dilma passou a ser acusada de “estelionato eleitoral”, de ter “mentido para o povo” (TRÊS, 2015). Mesmo grupos com discurso apartidário, como o MBCC, afirmam ter se sentido impelidos a se posicionar, assumindo uma postura contrária ao Governo.

Como a gente é um movimento pacífico e ordeiro, **no começo a gente não falava assim, diretamente a pessoa, “fora fulano”, “fora beltrano”, nem atacava ninguém, a gente atacava a instituição da corrupção**, como um mal maior que deve ser combatido, porque a gente não fazia assim, um ataque direto, sabe? Um ataque direto assim, “fulano ou beltrano é corrupto, tem que tirar, fora isso, fora aquilo”, não tinha. A gente via que o problema era generalizado, o mal era a corrupção. (Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção)

Eu acho que inicialmente, acho que a partir de março do ano passado... em março do ano passado o “Vem Pra Rua” não pedia o *impeachment* de Dilma ainda. Nós somos contra corrupção, contra mentira, e contra ela que **tinha mentindo para se eleger**. Entretanto entre março e abril o TCU divulgou o relatório, aquele relatório em que ele colocou os crimes fiscais da Dilma Rousseff, então na manifestação de abril que teve uma, em seguida outra um pouco depois, nós já passamos a ver o *impeachment* também em função do relatório do TCU, mas eu acho que o grande mote que acabou atacando as pessoas, foi a questão da Lava Jato ter deixado claro a quantidade de falcaturas, de crimes, corrupções realizadas nesses 13 anos de administração petista, eu acho que as pessoas, mesmo quem gostava, que tinha uma simpatia pelo PT, eu acho que se sentiu traído. Quem gostava se sentiu irritado e raivoso de ver o que eles fizeram com o país, então eu acho que o principal mote assim que pega a maior parte das pessoas é a vontade de que as pessoas paguem o fizeram, pelos crimes e pela corrupção. Eu não acho que as pessoas vão para a rua por um Estado mais liberal ou por uma reforma política, acho que isso soa um pouco sofisticado, acho que o que pega no povo mesmo é essa raiva de ver que tinha gente roubando, que tinha gente roubando dinheiro que podia estar na educação saúde, podia estar melhorando o país, e estava lá para fazer farra. Por muito tempo eles falaram, a imprensa falou, que a gente era ligado ao PSDB, que a gente quando chegasse o político do PSDB, ou do PMDB, a gente não bateria. Não é verdade, a gente bate, batia na Dilma igual, é porque ali tinha um caso muito mais grave, era o governo há 13 anos né, o PT? Mas a gente bate no PMPB, a gente bate o PSDB também, nós falamos que não temos bandidos de estimação, e também político corrupto na cadeia não importa de que partido seja. (Representante do Vem Pra Rua)

Esse discurso da unidade da esquerda, ele sempre existiu, não é uma novidade agora, mas essa unidade foi possível porque, de fato, existe uma unidade de outro campo, percebeu-se a necessidade de construir uma unidade com ação no campo sindical, que era um campo que há muito tempo estava tendo uma dificuldade de se mobilizar em torno da questão do direito de trabalho, o campo dos movimentos, se você for pensar do campo de um movimento, se for moradia, é um campo permanente fragmentado. Então não foi algo romântico de achar que, “vamos, agora chegamos a essa conjuntura, é necessário criar uma unidade, uma ação”, não. Foi por uma questão concreta da ameaça real que reagimos àquela conjuntura, de alguma forma se abriu a possibilidade desse círculo de mobilizações em 2013, mas que esse processo foi se aprofundando, dessa polarização que aconteceu, girou em torno de 2014, e foi ganhando outras formas a partir de 2015 com o surgimento do Movimento Brasil Livre, o MBL, o Vem Pra Rua, enfim, que se reivindicavam também como movimento. Esse fenômeno de você ter movimentos, são esses movimentos sociais de direita, não era algo com tanta, com uma afirmação tão grande no Brasil antes de 2014 e 2015, então pediu também uma resposta articulada, organizada, da esquerda. Essa de frente, essa unidade se construiu a partir daí. (Representante da Frente Povo Sem Medo)

Grupos menores (como o Juntos Pelo Brasil e o próprio MBCC) agregaram-se à luta pelo *impeachment* dos grupos maiores. Nestes, por sua vez, a corrupção ressurgiu com maior centralidade, reforçando e legitimando a oposição ao Governo. Esta dinâmica é, precisamente, o que entendemos por alinhamento e articulação, processos nos quais atuam as lógicas da diferença e da equivalência: temáticas ou demandas ampliam-se de modo a se tornarem mais permeáveis, incorporando outros grupos e demandas ou somando-se a eles. Sem o processo de articulação e alinhamento, o que se tem é uma pluralidade de demandas que não se percebem, ainda, ligadas por uma externalidade comum.

Como vimos, essa atividade de *framing* envolve a construção de diagnósticos, pontuando uma injustiça e fornecendo uma narrativa que define causas, vítimas e culpados ou responsáveis; favorece a construção de fronteiras; sugere caminhos; interpela à ação, dando motivações para o engajamento; ativa esperanças, sonhos, utopias (prefigurações). A evidência de que a corrupção corrói os recursos que deveriam ser investidos em serviços públicos e melhorias para a população canaliza o que, na atividade de *framing*, se constitui como uma situação de injustiça. Os pesquisados acreditam na ressonância desse discurso, considerado o principal canal para a manifestação dos sentimentos de insatisfação e indignação já presentes.

No caso da corrupção, a depender das causas atribuídas ao problema e de qual a injustiça identificada, o diagnóstico coloca, de um lado, o “povo” e os políticos em geral; ou o “povo” e um líder ou conjunto específico de líderes; ou os eleitores e seus representantes. Em todos os casos, uma externalidade é constituída, e em relação a ela forma-se uma unidade – um antagonismo. Nesses contornos são definidas as demais posições de sujeito. Também das causas dependem os prognósticos. Assim, se a burocracia estatal e o inchaço do Estado estão entre as causas, o Estado mínimo estará entre as soluções.

No estabelecimento de fronteiras, um grande “nós” parece se constituir. Antes, na sua feição apartidária (característica das Marchas de 2011 e 2012) a bandeira contra a corrupção colocava de um lado “o povo”, a “população indignada” e de outro “os políticos”, os “desonestos”, “os maus políticos”. Agora, a articulação estabelecia um novo arranjo, um novo “momento”, para usar o termo de Laclau: de um lado “o povo”, “os que querem a verdade”; de outro, o Governo, assim como seus aliados e defensores – que nos discursos de alguns dos grupos pesquisados são resumidos na categoria “esquerda”.

À exceção do Vem Pra Rua, considerado e autodefinido como mais moderado, os demais grupos ouvidos rejeitam elementos associados ao discurso “de esquerda”, materializado no PT e em seus principais líderes (Lula e Dilma). As demandas associadas a esse discurso tendem a ser desqualificadas ou deslegitimadas (assim como parte da esquerda desqualifica a grita contra a corrupção da direita). Nesse contexto, direitos das minorias, questões LGBT, questão racial e étnica, tendem a ser incorporadas em um quadro argumentativo que mescla, paradoxalmente, a crítica ao desrespeito às liberdades individuais, desrespeito à propriedade privada, autoritarismo, comunismo, patrimonialismo, entre outros conceitos. É recorrente na fala dos entrevistados a afirmação de que o PT quis “dividir o Brasil” ao enfatizar essas diferenças. Assim, no MBCC, no NasRuas, no Juntos pelo Brasil e na Frente Brasil Popular, por exemplo, os *frames* prefigurativos vão no sentido de “unir o Brasil”, de restituir a unidade “do povo brasileiro”, da “população brasileira”. O apelo ao patriotismo nos grupos ditos de direita é bastante forte.

Nós somos um grupo assumidamente de direita, conservador. Isso não significa que a gente vai atacar os outros grupos. Tem um espectro ideológico muito amplo nos grupos anti-PT. Pra você ter ideia, tem o Vem Pra Rua que é um movimento de centro; passando pelo MBL que é um movimento liberal libertário; tem o Revoltados *On-line*, que é um movimento mais cristão conservador [...]. Daí você tem vários nesse meio de caminho, por exemplo, o Avança Brasil, o NasRuas, o Endireita Brasil, esses já são mais conservadores. E no extremo nós teremos o pessoal intervencionista, que é o pessoal que pede não necessariamente a volta dos militares, mas eles pedem uma intervenção militar momentânea, para tirar os maus políticos, e aí depois chamar novas eleições. Assim, eles querem quebrar o sistema e começar um sistema novo, certo? Mas com novas eleições depois. E a gente mantém boas relações com todos, só que a nossa pauta é conservadora, a gente é explicitamente a favor das pautas que a maioria da população brasileira concorda, por exemplo: diminuição da maioridade penal; nós somos a favor do casamento tradicional entre homem e mulher; nós somos contra o aborto; nós somos contra a legalização de drogas; nós somos contra o desarmamento; nós somos contra... Acho que são esses **cinco pontos a maioria da população brasileira concorda com a gente**. As pesquisas de opinião mostram isso muito claro, muito claramente. E a gente também tem uma preocupação contra a imigração em massa islâmica. A imigração em massa, não de certos indivíduos. E a imigração ilegal, também, somos abertamente contra. (Representante do Juntos Pelo Brasil – *Grifo nosso*)

Essa galera da política aí que defende com unhas e dentes a inocência de Lula, a inocência de Dilma, que defende a prisão de Sérgio Moro, até o STF, o Supremo Tribunal Federal, é meio que antagonista da gente, o Renan tem 12, é, 12 ações lá, e aí? Eles só estão enrolando, **eles não estão junto com o povo. Nós, a gente considera que é a luta pelo povo, a gente quer as coisas pra melhoria do povo**, não o que é contrário ao que a maioria, a população realmente deseja – a população, não o nicho A, nicho B, fulano de tal, LGBT, negro –, não, é tudo. Primeiro que a gente não tem que fazer essa distinção, cadê igualdade, todo mundo não é igual perante a lei? Então pra que dividir em raça, cor, crédito, religião, sexo, gênero? Isso é errado, todo mundo tem o

direito, não é porque eu sou branquinho que eu nasci em berço de ouro, isso não existe, muito pelo contrário, entende? (Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção – *Grifo nosso*)

Olha, nós acreditamos que o Brasil, ele precisa de união, **a esquerda ela tentou durante os últimos anos de dividir o Brasil, dividir o Brasil entre nós e eles**, entre brancos e negros, entre pobres e ricos. O Brasil não é assim, o Brasil é um país tão maravilhoso que você tem Árabes e judeus sentados na mesma mesa que, você tem pessoas que são evangélicas, que são cristãs, que são espíritas, que são amigos, que frequentam a mesma casa, que sentam na mesa, todo mundo tem um grande amigo rico, e todo mundo tem um grande amigo pobre, e não há uma diferença entre gostar mais do rico ou gostar menos do pobre, o brasileiro tem essa coisa de realmente ser amigo, ser verdadeiros. E a esquerda tentou acabar com isso. (Representante do NasRuas – *Grifo nosso*)

Hoje a problemática, é essa questão de **como unificar a luta do movimento social no Brasil**. Então a gente percebe que há esse... embora as pessoas queiram sempre rotular, aquele lá é da esquerda, aquele lá é da direita, há contradições desses blocos e nem sempre faz com que a caminhada se junte, então a problemática é como caminhar junto, como chegar no consenso de defender as mesmas coisas, para que aquela ideia se torna uma força material e intervenha na realidade do povo brasileiro. Então por isso que a primeira proposta é a da frente. E a gente, natureza e a nossa concepção, é de que a gente precisa ser organizado, a gente precisa ser amplo, então uma pessoa que é liberal por exemplo, ela pode participar da “frente Brasil popular”, se ela defender as mesmas bandeiras. Ele nitidamente, ele se localiza no centro liberal da política brasileira e ele defende as mesmas bandeiras que a gente, então se ele chegasse numa reunião, ele poderia entrar e participar de uma reunião, intervir naturalmente. Então é ser amplo, é ser representativo, é ser transparente, é ser organizado, então as nossas atividades elas carecem de uma organização, então essa é um pouco da nossa concepção, da nossa forma de organização. (Representante da Frente Brasil Popular – *Grifo nosso*)

Nos grupos autodenominados de direita, portando, a corrupção pode ser identificada como um ponto nodal que, no processo de alinhamento em torno do *impeachment*, deu unidade aos “grupos contra a corrupção”, além de definir de forma mais clara seus antagonistas: os corruptos ou a classe política corrupta, representada, segundo entendem, pelo PT/ Dilma/ Lula. A ausência de uma oposição forte (ou de um líder que desempenhe esse papel) é apontada como uma lacuna. Esse papel, nos últimos anos, estaria sendo desempenhado pelos próprios movimentos sociais que, na ausência de vozes que os representassem, refugiaram-se nas redes, constituindo-se como seus próprios porta-vozes e, segundo o discurso da unidade, porta-vozes da “população indignada”. Do “outro lado”, a esquerda, ao mesmo tempo em que se viu impelida a articular-se, não conseguiu se constituir como uma “unidade” alternativa.

Os movimentos que são contra corrupção são todos aliados, nós temos realmente muitas vezes estado em caminhões separados, em palcos separados,

para que a gente possa ter um número maior pessoas, é muito difícil, quando você tem um caminhão, você tem um entorno dele que te escuta, se tiver um entorno como a distância muito grande, o som não chega às pessoas, então nós poderíamos dividir o palco, poderíamos dividir os caminhões, mas a gente prefere realmente, dependendo do tamanho da manifestação, tá separado, mas tivemos muitas vezes o mesmo palco. Quando nós utilizamos o palco da FIESP [...], estávamos todos juntos, e todos discursavam sobre o mesmo palco, em algumas manifestações separados, em algumas manifestações juntos. O nosso caminhão da manifestação agora no dia 4 vamos ter muitos grupos lá junto conosco, vários grupos menores, Eu Quero me Defender, Avança Brasil, os Maçons, entre muitos grupos, Endireita, e outros muitos que estão sempre com as portas abertas para estarem conosco, até porque a gente consegue dividir um pouco o gasto também, aí a gente mostra essa união, essa união que faz a diferença, estarmos sempre juntos. (Representante do NasRuas – *Grifo nosso*)

Essa vontade de mudar o país que vem de dentro do coração, ela representa **a vontade da maioria dos brasileiros**, e a falta de um líder, porque hoje os partidos, nós não somos partidos, os grupos contra corrupção, eles são a oposição do Brasil, quem é oposição do Brasil hoje? O Aécio Neves é oposição do Brasil? O PSDB, oposição do Brasil? O Brasil não tem oposição, **o Brasil não tem ninguém que realmente faça uma oposição ao governo, então os grupos contra a corrupção como o Nas ruas, o Vem Pra Rua, entre outros grupos aí, MBL, os grupos menores, são oposição do Brasil**. Então acho que essas... Essas pessoas que trataram com esses grupos, e também eu te digo, não havia outra opção, nós temos que seguir alguém, a gente estava lá na Paulista chamando as pessoas, então eu não acredito que foi um pouco essa motivação e a própria classe política que são uma vergonha para nós, eles pisam na bola pra nós o tempo todo E essa semana com as votações que aconteceram, eles estão causando uma ira, uma situação de raiva, sabe, realmente de desprezo por essas pessoas que fazem com que as pessoas vão “Nas ruas” para poder se manifestar, e isso então abre pra poder acolher as pessoas, estamos juntos. (Representante do NasRuas)

Os grupos que se classificam como direita apresentam pautas relativamente uniformes, nas quais a corrupção explica uma série de outros temas: as mazelas sociais; o fracasso das políticas econômicas; para alguns, a ameaça à liberdade individual e liberdade de expressão alusiva ao PT e às esquerdas. O impacto social e econômico da corrupção é central nos *framings* motivacionais dos grupos, tanto mais ressoantes quanto mais se alinham a vetores latentes de raiva, medo, indignação, frustração, revolta ou esperança dos seus públicos potenciais. No período de articulação pelo *impeachment*, estes temas e sentimentos convergiram contra o PT e o Governo Dilma.

Os elementos identificados nestes discursos, se observados à luz do capítulo anterior, evidenciam a existência e persistência de gramáticas sobre a corrupção que são ativadas de diferentes formas e em diferentes arranjos narrativos, a depender dos *framings* construídos no processo de alinhamento ou articulação (déficit público, dívida social, eficiência do Estado,

entre outros já mencionados). É nesse sentido que o conceito de contingência não pode ser confundido com a ausência de “passado”. Se compreendemos que as disputadas em cada período fixam sentidos e deixam depósitos sedimentares, a noção de significados flutuantes deixa de ser aleatória (embora continue não podendo ser predita). Nos diagnósticos e prognósticos relacionados ao significativo corrupção, é possível perceber imagens do Brasil, dos brasileiros, dos políticos, da política e de categorias específicas há muito presentes nos *frames* sobre corrupção hegemônicos no país. Ao lado dessas imagens, reacendem-se as disputas por modelos de Estado, ideais de sociedade, ideais de “Brasis” e, sobretudo, sentidos de democracia (democracia como justiça social, democracia como liberdade econômica) ou contrapartidas que a ameaçam (fantasma do comunismo, fantasma da ditadura).

No que se refere especificamente à democracia, um dos aspectos relacionados às mobilizações contemporâneas diz respeito à forte capacidade de mobilização, contraposta a uma baixa incidência nos rumos da política ou na qualificação do modelo existente. À luz de Melucci, porém, os grupos ouvidos acreditam no impacto de sua ação sobre a cultura política, repercutindo em um maior interesse das pessoas nas questões nacionais que se evidencia, segundo entendem, nos debates acalorados nas redes sociais.

Embora o discurso hegemônico sobre corrupção seja hoje consideravelmente voltado às instituições e às leis, chama atenção o personalismo presente no discurso dos grupos, tanto no que se refere aos seus modelos de liderança quanto aos papéis do Judiciário e do Executivo: juízes convertem-se em heróis; políticos são “ladrões” (a serem punidos e substituídos); outros políticos são admirados e apontados como esperança de mudança. Assim, as expectativas de mudança são centradas nas pessoas, mais que nas instituições (embora a reforma política esteja entre as demandas). Nesse contexto, algo a se considerar é como será preenchido o vazio estrutural identificado na ausência de uma oposição forte e de grupos, projetos ou líderes que ocupem o lugar de significativo vazio. Trata-se de um quadro instável, em que a democracia mostra-se vulnerável.

No atual cenário, os grupos relatam certo esmaecimento das mobilizações e dificuldade de criar *frames* motivacionais que suscitem engajamento. Foram comuns os relatos sobre certo afastamento entre os movimentos, que “já não conversam muito” e que se voltaram novamente para suas pautas específicas. Esse quadro pode ser indicativo de outra característica dos protestos engendrados através da internet: a efemeridade. Contudo, é cedo para afirmar se as cadeias equivalenciais construídas nos últimos anos se esfacelaram ou o quanto são duradouras. A afirmação comum é de que “a luta contra a corrupção continua” –

com grandes expectativas sobre o desfecho da Operação Lava Jato e de novas articulações em torno de 2018. No que se refere à esquerda, percebe-se um momento de rearticulação e redefinição, não exatamente em torno do combate à corrupção, mas de outros diagnósticos e percepção de ameaças relacionadas à perda de direitos sociais e de importantes conquistas históricas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a estudar os grupos de protesto contra a corrupção atuantes no Brasil na internet (especialmente no *Facebook*), nos últimos anos. A intenção foi trabalhar a corrupção como possível ponto nodal de discursos sobre o político e a democracia.

O primeiro aprendizado ao percorrer esse caminho diz respeito à natureza veloz e mutante do objeto de pesquisa. Na medida em que, nas redes *on-line*, as informações circulam de maneira instantânea e alcançam rapidamente grandes contingentes, as articulações também podem acontecer de forma mais rápida, alterando em ritmo similar a configuração dos sujeitos pesquisados. Este constitui um desafio para a pesquisa sobre ações coletivas que se engendram na internet: elas não têm a mesma estabilidade temporal, formal ou discursiva dos movimentos sociais clássicos.

Algumas surpresas foram encontradas ao longo do trabalho de campo. Uma delas diz respeito à importância e atualidade das categorias "direita" e "esquerda", em relativo desuso após a queda do muro de Berlim. Notam-se, entretanto, reconstruções em torno desses significados, que nas fronteiras em que são ativados incorporam ou negam determinados elementos. De forma distorcida e pouco salutar, temas relacionados à ideologia liberal – tradicionalmente associada à “direita” – passam a ser associados à “esquerda” na medida em que são identificados como políticas sociais presentes nos Governos do PT ou em demandas de movimentos sociais com tradição esquerdista. Assim, ao antagonizar com o PT ou a esquerda, alguns grupos colocam no mesmo conjunto desde uma cultura autoritária (relacionada ao comunismo), até questões relacionadas a direitos sociais e liberdades individuais como o aborto, direitos LGBT, questões de gênero, raça e etnia. Assumir-se “conservador” (negando essas pautas) é colocar-se em lado oposto da esquerda desacreditada.

É recorrente o discurso de que “o PT quis dividir o Brasil”. Por um lado, isso pode ser pensado nos termos da unidade popular (hegemonia) que se constituiu em torno de Lula, em algum momento colocando em lados distintos “o povo” e “a classe média” (segundo entendimento de alguns entrevistados). Por outro, essa “divisão” é exemplificada com as políticas da diferença: “Não deve existir isso de pobre/rico, homem/mulher, negro/branco, isso é coisa do PT. Somos todos brasileiros”. Contudo, classificar esses discursos como simples reflexo de uma “onda conservadora” ou da “onda fascista” seria apenas estabelecer outra linha, reproduzindo o discurso. Do ponto de vista analítico, parece-nos mais profícuo

procurar entender até que ponto, na construção do seu discurso, “as esquerdas” (incluindo aqui partidos, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e intelectuais) conseguiram traduzir suas demandas de tal forma que elas fossem apreendidas por outros interlocutores que não seus pares da esquerda. O momento atual se põe como desafio nesse sentido: é preciso ouvir os movimentos, sejam eles de direita ou de esquerda, sem desqualificá-los de antemão pelas suas posições de sujeito.

Embora tenha adotado Laclau e Mouffe, a autora – também internauta assídua – viu-se, em meio à polarização política característica dos debates nas redes sociais desde 2013, esquecida de um conceito central: a pluralidade. Esta foi outra lição importante da pesquisa: é possível identificar formatos, perfis e posicionamentos distintos entre os grupos investigados, que vão dos mais moderados aos mais radicais. A aparente polarização faz parte do processo de alinhamento; é como ele dilui as diferenças, agrupando, de um lado, “nós”; de outro, “eles”.

Do ponto de vista da caracterização, é possível identificar diferenças importantes entre os novos sujeitos (grupos de protesto) e as articulações ou redes de movimentos sociais. Os primeiros mostram-se mais integrados à internet. Seus formatos correspondem melhor ao que se caracteriza como novas formas de ações coletivas, e o fato de atuarem *peer to peer* dá a eles muito mais capilaridade. Por outro lado, os novos movimentos estão mais sujeitos às ondas e flutuações da rede, além de terem uma base constituída basicamente por laços fracos, com baixo nível de fidelidade ideológica.

O personalismo foi outra descoberta não esperada, sobretudo porque umas das características associadas aos novos movimentos sociais é a horizontalidade. Diferente das frentes de esquerda, que são centradas na rede, os grupos pesquisados mostram-se fortemente centrados na figura do líder. Este, em geral, concentra o poder decisório. As potencialidades da horizontalidade comunicacional na *web*, por sua vez, ficam relativamente limitadas pela administração e moderação das páginas.

Quanto à hipótese central do trabalho (a corrupção como elemento do discurso), as falas dos entrevistados permitiram observar uma atividade de *framing* ou articulação na fase anterior ao *impeachment*, na qual o significante corrupção funcionou como um ponto nodal que deu unidade aos discursos dos grupos contra o Governo. Passado o *impeachment*, essa unidade parece dissolvida. Deve-se, entretanto, considerar a hipótese de uma fase de latência, em que a atuação do movimento, como aponta Melucci (2001), se dá nas redes submersas, influenciando visões de mundo e alterando códigos sociais. Além disso, é possível que a

unidade permaneça como potencialidade, podendo ser reativada com mais facilidade em um novo processo de articulação.

Os diagnósticos sobre corrupção dos grupos pesquisados são muito semelhantes, no que se refere à gramática, aos identificados nas falas dos Presidentes da República no Capítulo 5. Apesar de um discurso institucional sobre a corrupção e da defesa de uma reforma política, o indivíduo continua sendo a peça chave. O foco está no político corrupto; no juiz que fará cumprir a lei; no representante que fará jus ao voto. Embora a desconfiança com os partidos permaneça, o discurso apartidário perdeu sua força. A política institucional parece ter voltado a ser reconhecida como um espaço legítimo de ação e de mudança – desde que *as pessoas* nos cargos sejam honestas, íntegras e estejam alinhadas com as pautas dos movimentos.

Se nos primeiros momentos (2011 a 2013) o antagonista por excelência eram os "políticos corruptos", "a classe política", ao longo de 2014 e 2015 as atividades de *framing* foram constituindo uma externalidade mais precisa, um inimigo comum mais claro: o Governo/ Dilma/ o PT/ Lula. Em um processo que remonta à Razão Populista de Laclau (1995), nota-se a tentativa de construção de uma unidade que representa o "povo", "o Brasil", "os brasileiros". A construção dessa unidade é disputada pela direita e pela esquerda. No caso dos grupos de direita, juntam-se à categoria "nós" os decentes, sérios, que querem um Brasil justo; tornam-se "eles", além dos políticos acusados de corrupção, os que criticam as ações do Judiciário, as esquerdas, alguns intelectuais, alguns jornalistas. Entre as frentes de esquerda, o "nós" mostra-se mais difuso, fazendo menção tanto às diferenças (homens, mulheres, negros, gays e lésbicas, etc.) quanto à unidade (o povo).

No que tange aos prognósticos, entre os moderados da direita, os caminhos propostos não são muito distintos. Afora questões pontuais (como "as 10 medidas"), as propostas dizem respeito a um modelo de Estado mais enxuto e que interfira menos junto ao mercado. Além do centramento nas pessoas, a solução contra a corrupção continua muito focada na moral: em votar em "pessoas sérias", "tirar a corja". Assim, há uma grande aposta nas eleições de 2018.

Por fim, cabe mencionar o dilema da esquerda. As falas dos entrevistados expressam uma "fase de rearticulação", de reflexão sobre que rumos tomar após o *impeachment*. Em seus discursos, as frentes de esquerda reafirmam precisamente aquilo que os demais chamam de "dividir": direitos sociais, questões de gênero, etnia e sexualidade. Temem perdas nesse sentido e é possível que se articulem em torno da defesa desses temas. O risco de perdas

nesses campos pode vir a constituir o que o significante corrupção, com todo seu peso negativo, não foi: o ponto nodal em torno do qual se constrói uma unidade discursiva.

Gostaríamos de terminar este trabalho recorrendo ao modelo agonístico de democracia de Mouffe: embora o antagonismo seja imanente, o *Outro* é adversário, não inimigo. No Brasil de hoje, tão polarizado, dominado pela intolerância e por um pensamento autoritário que torna inviável qualquer debate político produtivo, a pluralidade como valor acima de todas as diferenças constitui um horizonte ético necessário.

REFERÊNCIAS

- 89% DOS MANIFESTANTES não se sentem representados por partidos. *IBOPE*. Notícias. 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>>. Acesso em 30 set. 2016.
- ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 39, p. 39-64, 2002.
- ABRAMO, Cláudio Weber. Percepções Pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 73, pp. 33-37, nov. 2005.
- ABRANTES, Talita. Quem são e o que defendem os líderes dos protestos do dia 15. *Exame.com*. Brasil. 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/quem-sao-e-o-que-pensam-os-lideres-dos-protestos-do-dia-15/>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- ACEVEDO, Mariela Hemilse. Principales críticas conceptuales al frame analysis: Del frame al framing. *Rev. Pilquen. secc. cienc. soc.*, Viedma, v. 16, n. 2, dic. 2013. Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-31232013000200001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em : 30 set. 2016.
- ADLER, Marina. *Collective identity formation and collective action framing*. Interface: a journal for and about social movements. Volume 4 (1): 287 - 315 May .2012.
- ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.8, n.23, p. 73-97, jun.-set.2015
- ALÉM de Collor e Dilma, Sarney, Itamar, FH e Lula sofreram pedidos de *impeachment*. O GLOBO. Publicado: 05 mai. 2016 Atualizado: 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/alem-de-collor-dilma-sarney-itamar-fh-lula-sofreram-pedidos-de-impeachment-19242217#ixzz4XCdk6fDx>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Emílio; BENEDITO, Mouzar; FERREIRA, Paulo Roberto. Caravana da Cidadania. *Teoria e Debate*, n. 22,01 set. 1993. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/caravana-da-cidadania?page=full>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- APROVAÇÃO do governo Dilma sobe para 51%, diz CNI/Ibope. *O Globo*. Pesquisa CNI/IBOPE. 30 set. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/09/30/aprovacao-do-governo-dilma-sobe-para-51-diz-cni-ibope-925478807.asp>>. Acesso em: 01 out. 2011.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

ANASTASIA, Fátima; SANTANA, Luciana. Sistema político. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

AMPARÁN, Aquiles Chihu. Introducción. In: AMPARÁN, Aquiles Chihu (Org). *El “análisis de los marcos” en la sociología de los movimientos sociales*. Miguel Ángel Porrúa, CONACYT, UAM-Iztapalapa, México, 2006a.

_____. El discurso del EZLN desde la perspectiva del frame analysis. *El Cotidiano*, vol. 21, núm. 137, mayo-junio, 2006b, pp. 62-73

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. Ontologia da Liberdade na Rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. *Revista da Famecos*, Porto Alegre/RS, v. 17, n. 3, 2010, p. 286-294.

A VIDA em primeiro lugar. *Grito dos Excluídos*. s.d. Disponível em: <<http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

AVRITZER, Leonard; ANASTASIA, Fátima. *Reforma política no Brasil*. Editora UFMG, 2006.

AVRITZER, Leonard; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4. pp. 703 a 728. 2004.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez. 2003.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, pp. 443 a 464. 2007.

AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

BALLESTRIN, Luciana. Direitos Humanos, Estado e Sociedade Civil nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). *Teoria & Sociedade* (UFMG), Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 10-33, 2008.

BANCO de dados: Cai o monopólio do petróleo. *Folha de São Paulo*, 8 jun. 1995, Almanaque Folha. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_08jun1995.htm>. Acesso em 12 nov. 2016.

BARRETT, Michèle. Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BASE governista: FHC reúne partidos que o apoiam e pede fim das divergências. *Folha de São Paulo*, 25 nov. 1998, Brasil. Base. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc25119803.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BARABÁSI, A. L. *Linked: how everything is connected to everything else and what it means for business, science, and everyday life*. Nova Iorque: Plume, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. “As redes sociais são uma armadilha”. *EL PAÍS* 09/01/2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html>. Acesso em: 30 set. 2016.

BENFORD, Robert D. *An Insider’s Critique of the Social Movement Framing Perspective*, University of Nebraska- Lincoln Sociological Inquiry, Vol. 67, No. 4, November 1997.

BENFORD, Robert. SNOW, David. Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. In: *International Social Movement Research*. 1988.

BENFORD, Robert .; SNOW, David . Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*. Vol. 26, pp. 611-639. 2000.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra : The logic of connective action, Information. *Communication & Society*, 15:5, 739-768. 2012

BEZERRA, Marcos Otavio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BIGNOTTO, Newton. Republicanismo. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia* (uma defesa das regras do jogo). Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. *Liberalismo e democracia*. Editora Brasiliense. 2000

BONECO de 12 metros de FHC é malhado em Brasília. *Agência Folha*, Rio de Janeiro . 11 abr. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/ult110498014.htm>>. Acesso em 30 set. 2016.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente- Discursos de Posse de Deodoro a Lula*, Brasília: LGE Editora, 2008.

BOYD, d. m. and ELLISON, N. B. (2007) ‘Social network sites: Definition, history, and scholarship’, *Journal of Computer-Mediated Communication* Vol. 13, Issue 1, p210-230, Blackwell.

BRASIL. *Decreto Nº 5.687, de 31 de Janeiro de 2006*. Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5687.htm>. Acesso em: 23 mai. 2016

BRASIL é o maior usuário de redes sociais da América Latina. *Forbes Brasil*. 20 jun. 2016a. Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/fotos/2016/06/brasil-e-o-maior-usuario-de-redes-sociais-da-america-latina/>>. Acesso em 30 set. 2016.

BRASIL, Felipe Moura. Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil. *Veja.com*. Blogs, 2 dez 2016b. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Brasília. *Corrupção Não*. Disponível em: <<http://corrupcaoao.mpf.mp.br/sobre-a-campanha>>. Acesso em: 23 nov.2016

BRASÍLIA registra primeira grande manifestação anti-Lula. *Uol Notícias*. 17 ago. 2005. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/08/17/ult27u50749.jhtm>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crítica da direita e da esquerda a um Estado em crise. *Lua Nova*, São Paulo, n. 25, p. 225-250, apr. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 fev. 2016.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, 2011.

BRINGEL, Breno. Movimentos Sociais e Democracia: os dois lados das “fronteiras”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21. n° 54, p. 457-475, 2008.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o monumento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46. n. 1, p. 28-36, 2010.

BRITO, Eliana Povoas Pereira de; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. A metáfora do rizoma: contribuições para uma educação apoiada em comunicações e informática. *Novas Tecnologias na Educação/CINTED-UFRGS*, Porto Alegre, v. 3 n° 2, Novembro, 2005.

BRYMAN, Alan. The nature of qualitative research. In: BRYMAN, Alan.. *Social Research Methods*. 3° Ed. New York: Oxford University Press, 2008.

BUCCI, Eugênio; KHEL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*, de. São Paulo: Boitempo (Coleção Estado de Sítio). 2004.

BURITY, Joanildo. *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002.

BURKITT, I. *Social Selves: Theories of the social formation of personality*, Sage Publications, London. 1991.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p.94-119, dec. 2012.

CARDOSO, Ruth Correia Leite. Os movimentos sociais na América Latina. RBCS, São Paulo, vol. 3, no 1, 1987.

_____. *A aventura antropológica*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.

CARROLL, William; HACKETT, Robert . *Remaking Media: The Struggle to Democratize Public Communication*. Taylor & Francis, 29 de jul de 2006.

CARVALHO, Anésia de Sousa. *Metodologia da Entrevista: Uma Abordagem Fenomenológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo. Uma discussão conceitual. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, [s/ p.], 1997.

_____. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Sociedade em Rede, v. 2).

_____. *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Massachusetts/London: The MIT Press, 1992.

COSTA, Camila. Brasileiros ‘descobrem’ mobilização em redes sociais durante protestos. *BBC Brasil*. São Paulo. 11 jul. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130628_protestos_redes_personagens_cc> . Acesso em 30 set. 2016.

COSTA, Leonardo; AVRITZER; Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, p. 703 -728, 2004.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 38-52, mar, 1994.

_____. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo , v. 18, n. 53, p. 19-32, Oct. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. (Re)Encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento. *Estudos de Sociologia* (Revista do programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE), Recife, v.16, p.25-43, jul./dez. 2011.

CPI não dispõe de meio legal para convocar depoimento de Sarney. *Jornal do Brasil*. Política. 2 maio 1988. Disponível em: ,<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/106785>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

CPI recomendou o *impeachment* de Sarney em 88. *Folha de São Paulo*, Brasil, São Paulo, 08 abr. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0804200213.htm>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais Malandros e Heróis*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAHLGREN, Peter. Foreword. *Cyberprotest. New media, citizens and social movements*. Edited by Wim van de Donk, Brian D.Loader, Paul G.Nixon, Dieter Rucht. Routledge, London, 2005.

DECLARAÇÃO ao Povo do Movimento pela Ética na Política. Brasília, 29 de maio de 1992. Entidades: OAB, CNBB, ABI, PNBE, FENAJ, SBPC, Comissão de Justiça e Paz, CONTAG, Conselho Federal de Economia, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, INESC, IBASE. Disponível em: <<https://drive.Google.com/file/d/0B5-G9W6YWyvUZGQ4N2MxZGMtYjFhYS00NGMwLWE5Y2ItZDg2YTJkZjFmMGZm/view>> Acesso em: 18 jan. 2013.

DE VITA, Álvaro. Liberalismo. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

DELLA PORTA, Donatella. *Los actores de la corrupción: políticos de negocios en Italia*. Revista Internacional de Ciencias Sociales. N. 149. UNESCO, 1996.

DENÚNCIA motivou CPI em 1988. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 nov. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/20/brasil/29.html>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ (Orgs.) *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006.p. 15-41 (Cap. 1).

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In: _____. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 229-249.

DIANI, Mario. Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: 'From Metaphor to Substance'? In: DIANI, Mario e DOUG McAdam (Eds). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: OxfordUniversity Press, 2003.

DIAZ, Ezpoleta. Movimientos, 'mobidas' y móviles: un análisis de las masas mediatizadas. In: RODRÍGUEZ, Igor Sádaba; LÓPEZ, Angel J. Gordo (coords.). *Cultura digital y movimientos sociales*. Madrid: Catarata, 2008. p. 243-266

DIMAGGIO, Paul; HARGITTAI, Eszter ; NEUMAN, W. Russell; ROBINSON, John P.. cial Implications of the Internet Annual Review of Sociology. Vol.27:1-504. Volume publication date August. 2001.

DIMANTAS, Hernani. *Linkania: uma teoria de redes*. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

DO BEM, Arim Soares. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 fev. 2017.

DOMINGUES, José Maurício. Instituições Formais, Cidadania e Solidariedade Complexa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 66, p. 9-22, 2006.

_____. Patrimonialismo e neopatrimonialismo. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

_____. *Pobres, esquerda e mudança social no Brasil contemporâneo: uma leitura crítica de Os sentidos do lulismo*, de André Singer. Série Cadernos FLACSO n. 9. FLACSO Brasil. Rio de Janeiro, mar. 2013.

DOMÍNGUEZ, Daniel et al. Etnografía Virtual. *Forum: Qualitative Social Research*, Berlim, v. 8, nº. 3, 2007.

DOWNING, John. Social Movement Theories and Alternative Media: An Evaluation and Critique. *Communication, Culture & Critique* 1. 40–50^a International Communication Association. 2008.

ENTMAN, Robert M., "Framing: toward a clarification of a fractured paradigm". *Journal of Communication*, 43 (4): 51-58. 1993.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Edilene Gasparini. *A palavra do presidente*. UNESP. 2011.

FICO, Carlos. O "Movimento pela Ética na Política" de 1992. 20/08/2011. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/agosto/o-movimento-pela-etica-na-politica-de-1992>. Acesso em: 30 set. 2016.

FILGUEIRAS, Fernando. A teoria política da corrupção. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulo Soares de Souza. 2004.

_____. A corrupção do Estado: perspectivas teóricas e seu processo social. *Utopia y Praxis Latinoamericana* v.11 n.34 Maracaibo sep. 2006

_____. A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas. *Cadernos Cedes*. IUPERJ, Campinas, v. 15, n. 5, 2006.

_____. Marcos teóricos para o estudo da corrupção. In: AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., et al. *Corrupção: ensaios e crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, novembro, p.386-421. 2009.

FILGUEIRAS, Fernando et al. Corrupção, cultura política e reformas no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 10, n. 2, p. 318-334, jul./dez. 2010.

FILGUEIRAS, Fernando; AVRITZER, Leonardo. *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa online: a utilização da internet. In: _____. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORGET, Danielle. *Conquistas e Resistências do Poder (1964 - 1984): A Emergência de Um discurso Democrático no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Campinas: Loyola, 1999.

FRAGOSO, S., RECUERO, R., AMARAL, A. Métodos de pesquisa para a internet. Editora meridional. *Sulina*, Porto Alegre, p.139-167, 2011.

FRASE dos "300 picaretas" foi dita em 93. *Folha de São Paulo*. Brasil. São Paulo, 04 abr. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0404200309.html>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

FUCHS, Christian. *Social Media: A Critical Introduction*. London: Sage. 2014.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer MW, Gaskell G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes. p.244-70. 2000.

GIDDENS, A. e TURNER, J. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

GIDDENS, Antony. *Política, Sociologia e Teoria Social*. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. Estruturalismo, Pós-estruturalismo e a Produção da Cultura. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria Social Hoje*. Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: UNESP, 1999.p. 281-320.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. London/New York: Routledge, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston, Northeastern University Press. 1986.

GOHN, M.G. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos Movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

_____. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, aug. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 fev 2016.

GONOS, George. *The class position of Goffman's sociology: Social origins of an American structuralism*. In: *The view from Goffman*. Palgrave Macmillan UK, 1980. p. 134-169.

GOULD, R.V. 'Why do networks matter? Rationalist and structuralist interpretations'. In: DIANI, Mario, Doug McAdam (eds). *Social Movements and Networks*. Oxford: Oxford University Press. pp. 233-57. 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRIGOLI, Juliana de J. Quatro modelos normativos de democracia representativa: as versões elitista, liberal, pluralista, participativa e deliberativa. *Pensamento Plural*. Pelotas [14]: 113 – 126; janeiro-junho 2014.

GUIMARÃES, Juarez. Socialismo. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai-ago 2006.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. V. II. Trad. de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987.

_____. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, David (et al). *Occupy*. Trad. João Alexandre Peschanski (et al). São Paulo. Boitempo, 2012.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HAYASHI, Marli Guimarães. Rouba, mas faz: Ademar de Barros é lembrado por suas obras e pelas várias suspeitas de desvio de dinheiro público. *Revista de História.com.br*. 19 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/rouba-mas-faz>>. Acesso em: 30 set. 2016

HISTÓRICO das Privatizações no Brasil. *O Globo*. Fotogaleria. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/o-historico-de-privatizacoes-no-brasil-10448771>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

HOLLSTEIN, Betina. Qualitative Approaches. In: John Scott & Peter J. Carrington (Eds.). *Sage Handbook of Social Network Analysis*. London/New Delhi: Sage, 2007. (forthcoming).

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de LuisRepa. São Paulo: Ed.34, 2003.

HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. *Discourse Theory and Political Analysis: Identities, Hegemonies and Social Change*. Manchester and New York: Manchester University Press. 2000.

HOWARTH, David. Applying discourse theory: the method of articulation. In: HOWARTH, David & TORFING, Jacob. *Discourse theory in european politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.p. 316-349.

HOWARTH, David. *Discourse Theory And Political Analysis*. Manchester; Manchester University Press, 2000.

HUNTINGTON, S. P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Forense-Universitária,1975.

INTERNAUTAS organizam marcha anticorrupção para dia 21. *A Tarde*. Notícias/ Política. 12 mai. 2006. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1125366-internautas-organizam-marcha-anticorruptao-para-dia-21>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

INTERNAUTAS querem CPI da Corrupção. Folha Online. Poder. 11 mai. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fohla/brasil/ult96u19680.shtml>>. Acesso em: 30 set. 2016.

JOSÉ, Emiliano. O combate à corrupção nos governos Lula e Dilma: história do país tem vários exemplos de campanhas midiáticas contra governos usando a corrupção como tema central na disputa política nacional. *Teoria e Debate*. ed. 93, 19 out. 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra, BAUER, Martin. Entrevista narrativa e Entrevista Episódica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. p. 64-89.

KATSIAFICAS, George. *The subversion of politics: European autonomous movements and the decolonization of everyday life*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1997.

KLITGAARD, Robert. *El Futuro de la Corrupción*. C general de la república primera conferencia anual anticorrupción 3 Y 4 DE NOVIEMBRE. Lima, Perú. 2010.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 8: A transferência (Introdução ao sujeito suposto saber)*, 1960-1961. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1992.

LACLAU, E. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, Out. 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm>. Acesso: jul 2008.

_____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

_____. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.

LACLAU, Ernest; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Siglo XXI, Madrid, 1986.

LACLAU, Ernesto; ZAC, Lílian. Minding the Gap: The Subjects of Politics. In: LACLAU, Ernesto (Org). *The Making of Political Identities*. London/New York: Verso, 1994.

LANDI, Oscar. Sobre Lenguajes, Identidades y Ciudadanías Políticas. In: LECHNER, Norbert. *Estado y Política en América Latina*. México: Siglo XX, 1998.

LASH, Scott; FRIEDMAN, Jonathan (Eds.). *Modernity and Identity*. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1992.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: André Parente (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. (Trad. Marcela Mortara) Porto Alegre: Sulina, pp.39-63. 2004.

LEHER, Roberto; TRINDADE, Alice Coutinho da; LIMA, Jaqueline Aline Botelho; COSTA, Reginaldo. Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. *OSAL*. Buenos Aires, ano. XI, n. 28, nov. 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e Democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 28, jul. 1995.

LEMOZ, André. "Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura." *Imagem, visibilidade e cultura midiática*. Livro da XV COMPÓS. Porto Alegre: Sulina. 2007.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes sociales, cultura y poder: ensayos de antropologia latino-americana*. México, 1994.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.51, n. 121, jun. 2010.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise de Discurso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

MANIFESTAÇÃO contra a corrupção e contra o governo Lula reúne cerca de 15 mil em Brasília. *Uol Notícias*. Uol News . 17 ago. 2005. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2005/08/17/ult2492u133.jhtm>>. Acesso em: 30 set. 2016

MARCHA contra a corrupção leva milhares às ruas em Brasília. *Folha online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/971643-marcha-anticorruptao-leva-milhares-as-ruas-em-brasilia.shtml>>. Acesso em: set 2011.

MARIÑO, Vicente, Miguel; RABADÁN LÓPEZ, Pablo. *Resultados actuales de la investigación sobre framing: sólido avance internacional y arranque de la especialidad en España*. 2009.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

MARTINS, Hermínio. *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*. Lisboa: Edições Século XXI, 1996

MARTUSCELLI, D. E. O PT e o impeachment de Collor. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, n. 2, p.542-568, nov. 2010.

MBCC. Site oficial do MCC. Disponível em: <<http://www.movimentocontraacorrupcao.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 08 set. 2011.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para Mapear o Confronto Político. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76. P.. 11-48, 2009.

McADAM, D; MCCARTHY, J.; ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MCCARTHY, J.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, Chicago, vol. 82, n. 6, 1977.

MCCAUGHE , Michael D. Ayers (Edts). *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*. Routledge, 21 de ago de 2013.

MCLUHAM, Marshal. *Os meio de comunicação como extensões do homem*. São Paulo. Cultrix. 1964.

MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, Thousand Oaks, v. 19, n. 2, 1980.

_____. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press, 1989a.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, jun. 1989b.

_____. El conflicto e la regla: movimientos sociales y sistemas políticos. *Sociológicas*, ano 10. N. 28, maio/ago 1995.

_____. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. Tradução de Angelina Teixeira Peralva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, ago./dez. 1997.

_____. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

_____. A experiência individual na sociedade planetária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p. 200-221, 2001.

MENEGUELLO, Raquel. O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. IFCH: Centro de Estudos de Opinião Pública, Unicamp. São Paulo, ano.

MESQUITA, N. C. *Brasil, 25 anos de Democracia: Participação, Sociedade Civil e Cultura Política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. (v. 1)

MILITANTES apedrejam ônibus da comitiva de Sarney. *Jornal do Brasil*. Cidade. 26 jun. 1987. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/442126/PS%20jun%2087%20-%20200027.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 set. 2016.

MOISÉS, José Álvaro de. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p.269-309, nov. 2010.

MONTEIRO, Silvana Drumond. O ciberespaço e os mecanismos de busca: novas máquinas semióticas. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 31-38, jan./abr. 2006.

MORENO, Jorge Bastos. A incômoda companhia dos escândalos: casos de corrupção estouraram em todos os governos: Hipótese de perder o cargo em um processo de *impeachment* sempre rondou os presidentes brasileiros pós-ditadura. *O GLOBO*. 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/a-incomoda-companhia-dos-escandalos-casos-de-corrupcao-estouraram-em-todos-os-governos-15598762>>. Acesso em: 30 set. 2016.

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política e Sociedade*, Florianópolis, n. 03, out. 2003.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005.

MOVIMENTO CONTRA A CORRUPÇÃO. Site: <<http://www.contracorrupcao.org/p/sobre-o-movimento.html>>. Página no Facebook: <https://www.Facebook.com/MovimentoContraCorrupcao>>.

MOVIMENTO de combate à corrupção eleitoral. Site: <<http://www.mcce.org.br/site/>>. Acesso em : 6 jun. 2011.

MOVIMENTO faz hoje marcha pela dignidade nacional. *Congresso em Foco*. 21 mai. 2006. Disponível em: <<http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/movimento-faz-hoje-marcha-pela-dignidade-nacional/>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MUTZENBERG, Remo. Ações Coletivas, Movimentos Sociais: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFPE, Recife.

_____. Movimentos Sociais no Brasil: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. Anais da III Conferência Internacional do IESE, set 2011.

NÃO me deixem só. Eu preciso de vocês". *O Globo*. Acervo. 21 jun. 1992. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/frases/nao-me-deixem-so-eu-preciso-de-voces-9447457>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

NETO, Lira. *Getúlio (1945-1954): Da volta pela consagração popular ao suicídio*. Vol. 3. São Paulo: Cia da Letras. 2014.

NEWMAN, Nic. Overview and Key Findings of the 2016 Report. *Reuters Institute*. Disponível em: <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2016/overview-key-findings-2016/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

NÍVEL de abstenção nas eleições é o mais alto desde 1998. *O Globo*. 22 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/nivel-de-abstencao-nas-eleicoes-e-o-mais-alto-desde-1998.html>>. Acesso em: 20 dez 2016.

OFFE, Claus. Las contradicciones de la democracia capitalista. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n. 34, p. 7-22, out./dez. 1982.

_____. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. *Social Research*, Berlin, v. 52, n 4, p. 817-868, 1985

_____. *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Sistema, 1988.

OLIVEIRA, R.M. Tecnologia e subjetivação: a questão da agência. *Psicologia & Sociedade*; 17 (1): 17-28; jan/abr 2005

OLIVER, Pamela E.; JOHNSTON, Hank. "What a good idea! Ideologies and frames in social movement research." In: *Frames of protest: Social movements and the framing perspective*. 185-203. 2005.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: EDUSP, 1999.

O'REILLY, Tim. O que é a web 2.0.: *Padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software*. Publicado em O'Reilly (<http://www.oreilly.com/>) Copyright 2006 O'Reilly Media, Inc. Tradução: Miriam Medeiros. Revisão técnica: Julio Preuss. Novembro 2006.

PARENTE, André. "Rede e subjetividade na filosofia francesa contemporânea." *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* 1.1, 2007.

_____. Introdução. In: *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação* /organizador André Parente. – Porto Alegre: Sulina, 2013. 303p.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

'PICARETAÇO' ataca no paço imperial. Populares cercam ônibus com Sarney e sua comitiva no Rio de Janeiro. 1987. Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/picaretaco-ataca-no-paco-imperial>>.. Acesso em: 25 jun. 2016.

PIRES, Cláudio Henrique de Souza. *Os movimentos sociais nos gêneros discursivos digitais*. Anais do 4º Simpósio de Hipertexto e Tecnologias na Educação. Universidade Federal de Pernambuco NEHTE / Programa de Pós Graduação em Letras CTE / Programa de Pós Graduação em Ciências da Computação, 2012.

POLETTA, Francesca. *It was like a fever: storytelling in protest and politics*. Chicago: Chicago University Press, 2006.

POLETTA, E. R. *A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas*. 2009. Disponível em: <http://ega12009.easyplanners.info/area02/2141_Poletto_Emilio_Rafael.pdf>. Acesso em: set/2013.

POMAR, Valter (edt). *Declaração final dos encontros do foro de São Paulo (1990-2012)*. Publicado pela Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. Brasil. 2013. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em: 15 fev. 2014.

PORTO, Mauro. *Televisão e política no Brasil: a rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: e-Papers. 2007

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p.215-253.

POWER, Timothy J.; GONZALEZ, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 51, 2003.

PROTESTO cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. *Folha de São Paulo*. Poder. 14 mar. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640->

protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em 30 set. 2016.

QUANDO o PT estava do outro lado: sigla lidera pedidos de *impeachment*. Das 132 denúncias de afastamento de presidentes recebidas pela Casa desde 1990, o partido de Dilma Rousseff encaminhou 50. *El País*. São Paulo. 18 abr. 2016.

QUEM somos? *MCCE*. Disponível em: <<http://www.mcce.org.br/site/>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

REBELLO, Aiuri. MBL deixa protestos anticorrupção de lado e terá candidatos em 38 cidades. *UOL*. Eleições 2016. 4 ago. 2016. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/08/04/mbl-deixa-protestos-anti-corrupcao-de-lado-e-tera-candidatos-em-38-cidades.htm>>. Acesso em: 30 set. 2016.

RECH, João Fernando Wachelke1 et al. Influência do Recrutamento de Participantes em Sítios Temáticos e Comunidades Virtuais nos Resultados de Medidas Psicológicas Aplicadas pela Internet. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 25 n. 3, p. 357-367, 2009.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina (Coleção Cibercultura), 2009.

RELEMBRE o que é o mensalão, veja os envolvidos e o que pode acontecer. *Uol Notícias*. 30 jul. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/infograficos/2012/07/30/o-escandalo-do-mensalao.htm>>. Acesso em: 26 set. 2014.

RETROSPECTIVA: Manifestações de junho agitaram todo o país/ Protestos nas ruas abrangeram os mais variados temas. *Jornal do Brasil*. 17 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/retrospectiva-2013/noticias/2013/12/17/retrospectiva-manifestacoes-de-junho-agitaram-todo-o-pais/>>. Acesso em 30 set. 2016.

RHEINGOLD, Howard. *Smart mobs: The new social revolution*. Perseus Publishing, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Sociedade Contra o Social - o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1985.

RODRIGUES, Fernando. 84% querem CPI da corrupção; popularidade de FHC se mantém. *UOL*. Política. BRASÍLIA. 24.mar.2001. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/010324/index.shl>> Acesso em: 15 dez. 2016.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *O Brasil de Fernando a Fernando: Neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

RODRIGUEZ, Diogo Antonio. Você sabe o que é o Foro de São Paulo? *Carta Capital*. Política. 24 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/voce-sabe-o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-7773.html>>. Acesso em: 30 set. 2016.

ROSE-ACKERMAN, Susan. The political economy of corruption. *Corruption and the global economy*, v. 31, p. 60, 1997.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e Luta dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPSON, Peter. *Qualitative Research: The "New", The "Old" and a Question Mark*. Amsterdam: ESOMAR, 1987. (v. 2).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 22, dec. 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Democracia. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

SCARBROGH, Elinor; TANENBAUM, Eric. *Research Strategies in the Social Sciences: A Guide to New Approaches*. Oxford University Press, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil—Introdução. *Revista Política & Sociedade*, v. 1, n. 5, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *Coesão social, democracia e corrupção*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso—CEPLAN, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola-Centro, 1996.

_____. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *Nueva Sociedad*, Venezuela, n. 196, mar-abr. 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Soc. estado*. [online]. Brasília, vol.21, n.1, p.109-130, 2006

_____. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *História: Debate e Tendências*. Passo Fundo, v. 7, n. 1, jan./jun, p. 9-21 2007.

_____. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai./ago. 2014.

SEGURANÇA e oposição defendem calma na "Marcha dos 100 Mil" FHC enfrenta maior ato contra o seu governo hoje. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 26 ago. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089902.htm>>. Acesso em: 30 set. 2016.

SEM conclusão, CPI do Sivam termina hoje. *Folha de São Paulo*. Poder. 28 mai. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33015.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENRA, Ricardo. #SalaSocial *Impeachment* e críticas de oportunismo dividem líderes de protestos. *BBC Brasil*. São Paulo. 12 março 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150312_divididos_protestos_1k>. Acesso em: 30 set. 2016.

SIMON, Pedro. *Reflexões para o Brasil do século 21*. Brasília: Senado Federal, 2008.

SIMMEL, Georg. Individualidade, interação, tipo social. In: FERNANDES, Florestan; MORAIS FILHO, Evaristo (Orgs). *Coleção Sociologia: Simmel*. São Paulo: Ática. 1983

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*[online], São Paulo, n.85, p.83-102, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SNOW, DAVID A. . Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: *The Blackwell Companion to Social Movements*. Edited by: DAVID A. SNOW, SARAH A. SOULE and HANSPETER KRIESI, 2004.

SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. *Ética e cidadania*, São Paulo, Moderna, p.22 a 25. 1995.

SOUZA, Felipe. ‘Espero que alinhados ao Fora Temer não se interessem’, diz organizador de protestos deste domingo. *BBC Brasil*. São Paulo. 4 dez.2016. Disponível em:<<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38178560>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SOUZA, Jessé. Weber. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org). *Corrupção: ensaios e críticas*. Editora UFMG, 2008.

TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TECNOLOGIA deixa humanos com atenção mais curta que de peixinho dourado, diz pesquisa. *BBC*. Brasil. 15 mai. 2015. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150515_atencao_peixinho_tecnologia_fn>. Acesso em 30 set. 2016.

TEIXEIRA, Ivan. Desconstrutivismo. *Revista Cult*, n.16, nov/1998.

TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro. *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: O eleitor latino-americano*». Belo Horizonte: UFMG, 2013.

THOMPSON, J. Verbete: Comunicação de massa. In: OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Zahar, 1996.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Newberry: Award Records, 1978.

TILLY, Charles et al. *Social Movements 1768-2012: From its origins to Facebook*. Routledge, 2008.

TORFING, J. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford: Blackwell, 1999.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n 17, p. 5-18, jun. 1989.

_____. *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

TRANJAN, Ricardo. A Sociedade Civil Brasileira Pela Lente Da Participação Cidadã. In: MESQUITA, Nuno Coimbra (org.). *Brasil 25 anos de democracia : participação, sociedade civil e cultura política*. /– Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2016.

TRIVINHO, Eugênio. Cibercultura e existência em tempo real Contribuição para a crítica do modus operandi de reprodução cultural da civilização mediática avançada. Texto apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultura”, no XVI *Encontro Nacional da COMPÓS*, realizado na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), em Curitiba/PR, em junho de 2007.

_____. Introdução à dromocracia cibercultural: contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. *Revista FAMECOS* • Porto Alegre • nº 28 • dezembro 2005 • quadrimestral IBGE, 2015

TRÊS grupos organizam os atos anti-Dilma em meio a divergências., *El País*. São Paulo 15 mar 2015. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 15 set. 2016.

UGARTE, David de. *O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

UNODC. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corruptcao/convencao.html>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

VANNUCCI, Alberto. Three paradigms for the analysis of corruption. *Labour & Law Issues*, v. 1, n. 2, p. 1-31, 2015.

VEGH, Sandor; AYERS, M. D.; MCCAUGHEY, M. Classifying forms of online activism. *Cyberactivism: Online activism in theory and practice*, p. 71-95, 2003.

VIRILIO, Paul. *La máquina de visión*. Madrid: Cátedra, 1989.

VIA redes sociais, internautas organizam para quarta 7 atos contra a corrupção em todo o país. São Paulo. *Uol Notícias*. 06 set. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/09/06/via-redes-sociais-internautas-organizam-para-quarta-7-atos-contra-a-corrupcao-em-todo-o-pais.htm>>. Acesso em: 07 set. 2011.

WATTS, D. J. Six Degrees. *The Science of a Connected Age*. New York: W. W. Norton &Company, 2003.

WRAY, Stefan. *Electronic civil disobedience and the World Wide Web of hacktivism*. Nova Iorque, 1998.

WELLMAN, Barry (Ed.). *Social structures: a network approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Television: Technology and Cultural Form*. London: Fontana, 1974.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, dez. 2002.

_____. O jogo da democracia: impressões sobre os protestos recentes no Brasil. *Estudos de Sociologia* [online]. UFPE, Araraquara, vol. 2, n. 19, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. O Espectro da Ideologia. In: _____ (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 297-337.

ANEXOS

ANEXO A - CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - AÇÕES COLETIVAS NA INTERNET -

Olá. Sou Roseane Xavier, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estou realizando, sob orientação do Prof. Dr. Remo Mutzenberg, uma pesquisa sobre ações coletivas na internet.

Gostaríamos de contar com a participação deste grupo/ comunidade/ coletivo ou movimento social, indicando um ou dois líderes/representantes para uma entrevista via Skype. A conversa será sobre temas específicos, como a história do grupo, sua dinâmica de atuação; e temas gerais, relacionados ao cenário nacional.

A entrevista será agendada no dia e horário mais conveniente para o entrevistado e terá duração média de 40 minutos. Na ocasião, será solicitada ao entrevistado autorização para gravar a entrevista, para posterior transcrição e tratamento analítico dos dados.

Esclarecemos que, por razões éticas e metodológicas, os nomes dos respondentes são confidenciais e não serão identificados nos relatórios finais da pesquisa. Já os nomes dos grupos/ comunidades/ coletivos ou movimentos sociais de que eles fazem parte, desde que com autorização, serão citados.

Esclarecemos também que, exceto pelo vínculo com a Universidade, a pesquisa é independente e não tem ligação com outras instituições públicas ou privadas.

Podemos contar com vocês, dando retorno desta carta convite o mais breve possível?

Para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa ou para a indicação do entrevistado:

E-mail:

Facebook (in-box):

Desde já, agradecemos a atenção e disponibilidade.

Atenciosamente,

Roseane Xavier – Doutoranda em Sociologia/ PPGS-UFPE

Recife, Setembro/2016

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

1. **Apresentação da entrevistadora e da técnica/ Questões sobre confidencialidade e anonimato do respondente/ Autorização para citar o nome do grupo/ Autorização para gravar.**

2. **Caracterização do entrevistado**
 - Gênero (não perguntar).
 - Idade.
 - Grau de escolaridade.
 - Ocupação.
 - É ou já foi filiado a algum partido político?
 - Participação no grupo:
 - Há quanto tempo participa do (NOME DO GRUPO)?
 - O que o motivou a participar?
 - Como isso aconteceu, pode contar um pouco da história?
 - Como é a sua participação no (NOME DO GRUPO)? Tem uma função específica? De que atividades participa?

3. **Origem e trajetória do Grupo:**
 - O que é o (NOME DO GRUPO). Como o grupo se descreve, como se autodenomina?
 - Quem é o... (NOME DO GRUPO)?
 - Há quanto tempo o (NOME DO GRUPO) existe?
 - Poderia me contar um pouco a história do grupo? De onde partiu a iniciativa, como o grupo se formou, como se tornou o (NOME DO GRUPO)?
 - Quais foram os momentos mais marcantes na história do (NOME DO GRUPO), sejam positivos ou negativos? De que forma e por que foram marcantes?
 - O que levou, no começo, as pessoas a se juntarem ao (NOME DO GRUPO)?
 - Como se deu essa articulação? As pessoas chegavam ao grupo ou o grupo ia em busca das pessoas? Como isso aconteceu?
 - Pensando na origem, o que motivou a formação do (NOME DO GRUPO)?
 - Havia algum tema ou questão central que agregava as pessoas em torno do grupo? Qual ou quais?
 - E hoje, diria que o (NOME DO GRUPO) é o mesmo de quando surgiu ou mudou de alguma maneira?
 - SE MUDOU: o que mudou? Por que acha que essa mudança aconteceu?
 - Desde que existe, outros grupos ou movimentos se fundiram ou foram agregados ao (NOME DO GRUPO)? Por que, o que os uniu?

- Diria que (NOME DO GRUPO) é um grupo homogêneo ou heterogêneo? Por quê?
 - O que dá unidade ao (NOME DO GRUPO)?
 - O que o dispersa?

4. **Identificação do protagonista, diagnóstico, avaliação e prescrição**

- O que o (NOME DO GRUPO) defende? Pelo que o (NOME DO GRUPO) luta?
- E contra o que o (NOME DO GRUPO) luta?
- Qual a questão central que move o (NOME DO GRUPO)? (OBSERVAR MENÇÕES A CORRUPÇÃO E DEMOCRACIA).
 - Como o grupo enxerga essa problemática? (EXPLORAR: QUAIS AS CAUSAS DESSES PROBLEMAS?)
- Qual a situação que o grupo gostaria de mudar? Qual o projeto do grupo, o que o grupo pretende construir?
- De modo mais amplo: qual o futuro desejado? Por qual Brasil o (NOME DO GRUPO) luta?
- E, na visão do (NOME DO GRUPO), de que modo isso pode ser buscado/alcançado? Que caminhos ou soluções o (NOME DO GRUPO) propõe?
- Que balanço faz da atuação do grupo nesse sentido?
- Em termos de objetivos e metas, quais foram as principais conquistas do (NOME DO GRUPO) até hoje?
- Quais foram, até o momento, as principais dificuldades enfrentadas pelo (NOME DO GRUPO)? E como essas dificuldades foram enfrentadas?
- Quais são, agora, os objetivos e metas do (NOME DO GRUPO)?
- E quais são os desafios vislumbrados na busca desses objetivos e metas (NOME DO GRUPO)?

5. **Especificação da audiência, aliados e antagonistas**

- Quem é o “público” do (NOME DO GRUPO)?
- Independente de serem membros ou curtidores da página, quem são os simpatizantes do (NOME DO GRUPO)? Qual a afinidade deles com o (NOME DO GRUPO)?
- Quais têm sido, nesse processo, além dos membros e simpatizantes, os principais aliados do (NOME DO GRUPO)?
- De quais outros grupos, comunidades, redes, movimentos sociais o (NOME DO GRUPO) se aproxima mais?
 - Com quais grupos, comunidades, movimentos sociais, instituições, partidos ou mesmo personalidades o (NOME DO GRUPO) se identifica ou tem afinidade?
 - E com quais grupos, comunidades, movimentos sociais, instituições, partidos ou personalidades o (NOME DO GRUPO) não se identifica ou não tem afinidade de jeito nenhum?

- Qual a especificidade, o diferencial do (NOME DO GRUPO) em relação a esses outros grupos, comunidades, movimentos, redes?
- Se fosse definir os opositores do grupo (que se opõem ao grupo ou em relação a quem o grupo se opõe), quem seriam eles?
- Qual o posicionamento do grupo em relação aos partidos políticos?
 - O grupo tem afinidade com algum partido ou partidos específicos?
 - O grupo já recebeu apoio ou apoiou algum partido? Que tipo de apoio?
- Como o grupo se mantém informado, atualizado? Como pauta os temas que serão abordados, a necessidade de novas mobilizações e de novos eventos, etc.?
- Qual o papel da internet na atuação do (NOME DO GRUPO)?
- Como é a relação do (NOME DO GRUPO) com a mídia?
- Acha que os movimentos pautam a mídia ou a mídia é pautada pelos movimentos?
- Quais são hoje as referências positivas do grupo, em termos de situações, exemplos, casos a serem seguidos como modelo?
- E ao contrário, quais as referências negativas do grupo, em termos de situações, exemplos, casos que servem de modelo do que “não deve ser”?

6. Estrutura e dinâmica do grupo

- Quais as atividades do grupo?
- Eventos: faz? Com que frequência?
 - Quais foram os mais importantes?
 - Como foram articulados? (Já tenham efetivamente criado, articulado e promovido eventos e mobilizações contra a corrupção).
- Como os eventos são organizados?
- Pensando na dinâmica e na estrutura ou organização interna, como funciona o (NOME DO GRUPO)?
- Para participar, quais as regras do grupo, estatuto, hierarquia, administração?
- Do ponto de vista da participação, como classificaria os membros do (NOME DO GRUPO)? (EXPLORAR: há um núcleo decisório?)
- Já houve banimento de algum membro por comportamento não condizente com as propostas do grupo? O que houve?
- Como se dá a tomada de decisões, por exemplo, em relação às postagens no site e redes sociais, na definição de temas a serem abordados, na definição da linha que o grupo adotará frente a determinadas questões, à realização de eventos, às declarações na mídia, etc.? (OBSERVAR PAPEL DAS LIDERANÇAS E ADMINISTRADORES DAS PÁGINAS)
- Qualquer seguidor da página pode publicar? Há algum tipo de filtragem dos posts?
- Todos decidem ou há núcleo decisório?

- SE NÃO SURGIR, ESTIMULAR: diria que a estrutura do (NOME DO GRUPO) é horizontal, como o mesmo poder decisório para todos os membros, ou vertical, com posições definidas para um grupo mais restrito?
 - Se horizontal: como são resolvidas as eventuais divergências?
 - Se vertical: como se dá a relação entre “base” e “lideranças” ou “autoridades” dentro do grupo?
- O (NOME DO GRUPO) está conectado a outros grupos/comunidades? (SE NECESSÁRIO, ESPECIFICAR: refiro-me a relações de afinidade e redes de apoio).
 - Se sim: quais?
 - Se não: por quê?
- Fluxo dos participantes: a formação (NOME DO GRUPO) hoje é a mesma do começo ou não? Se não: o que mudou?
- Saberria dizer como é o fluxo dos participantes, se é muito dinâmico, etc.? (Ajeitar)

7. Recursos

- Como se mantém? Recebe recursos/ apoio financeiros, doações?
- Pensa em se institucionalizar?
 - Se sim, de que forma? (Tornar-se ONG, partido, inserção de membros do grupo na política...)
 - Se não: por quê?

8. Temas específicos (Explorar se não tiver surgido espontaneamente)

- O grupo costuma ou não se mobilizar contra a corrupção? Por quê?
- O que é corrupção e quais as suas consequências para o Brasil, na visão do (NOME DO GRUPO)?
- Quais as causas da corrupção no Brasil e quais os caminhos para minimizar o problema, na visão do (NOME DO GRUPO)?
- O que significa democracia, na visão do (NOME DO GRUPO)?
- O Brasil é democrático ou não? Por que acha isso?
- Qual o Brasil que o (NOME DO GRUPO) deseja?

Gostaria de acrescentar algo?

AGRADECIMENTO E ENCERRAMENTO